

Adalberto
el



Relatório de Atividades

Adalberto Campos Fernandes
Ministro da Saúde

11. ACO 2017

2016

**Serviço de Intervenção
nos Comportamentos Aditivos
e nas Dependências**

Ficha Técnica

Título: Relatório de Atividades 2016

Autoria: Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD)

Coordenação: Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI)

Participação:

Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI)

Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC)

Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT)

Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI):

Divisão de Estatística e Investigação (DEI)

Divisão de Informação e Comunicação (DIC);

Divisão de Gestão de Recursos (DGR);

Divisão de Relações Internacionais (DRI);

Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI);

Equipa Multidisciplinar para a Coordenação da Área da Dissuasão (EMCAD);

Assessoria.

Morada: Alameda das Linhas de Torres, n.º 117, Edifício D. Carlos I, 2º andar, 1750-147 Lisboa

Edição: SICAD, Lisboa

Relatório de Atividades 2016

Serviço de Intervenção
nos Comportamentos Aditivos
e nas Dependências

ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
1. Caracterização do SICAD.....	11
1.1. Ambiente Interno.....	11
1.1.1. Missão Visão Valores	11
1.1.2. Estrutura Orgânica do SICAD.....	13
1.1.3. Tipificação dos Serviços.....	15
1.2. Ambiente Externo.....	15
2. Metodologia de Elaboração	16
II. Auto-Avaliação	19
3. QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização.....	19
3.2. Justificação de Desvios Verificados no Âmbito do QUAR sobre cada Objetivo Operacional	24
3.3. Recursos Humanos e Financeiros.....	25
4. Atividades Desenvolvidas, Previstas e Não-Previstas no Plano de Atividades.....	27
4.1. Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI).....	27
4.1.1. Atribuições da DPI [Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT) e Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC)]	27
4.1.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas.....	28
4.2. Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI)	69
4.2.1. Atribuições da DMI [Divisão de Estatística e Investigação (DEI) e Divisão de Informação e Comunicação (DIC)]	69
4.2.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas.....	70
4.3. Divisão de Gestão de Recursos (DGR)	93
4.3.1. Atribuições da DGR.....	93
4.3.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas.....	94
4.4. Divisão de Relações Internacionais (DRI)	101
4.4.1. Atribuições da DRI	101
4.4.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas.....	102
4.5. Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional (EMPECO)	126
4.5.1. Atribuições da EMPECO.....	126
4.5.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas.....	127

4.6. Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI).....	159
4.6.1. Atribuições da EMSI.....	159
4.6.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas.....	159
4.7. Assessoria ao Coordenador Nacional (ACN)	165
4.7.1. Atribuições no âmbito da Coordenação Nacional e da ACN	165
4.7.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas.....	166
5. Afetação Real e Prevista dos Recursos Humanos e Financeiros	171
5.1. Recursos Humanos	171
5.2. Recursos Financeiros	172
6. Apreciação, por Parte dos Utilizadores, da Quantidade e Qualidade dos Serviços Prestados	175
7. Desenvolvimento de Medidas para o Reforço Positivo do Desempenho.....	176
8. Audição de Dirigentes Intermédios e Demais Trabalhadores na Auto-Avaliação do Serviço	177
9. Avaliação do Sistema de Controlo Interno	178
III. Balanço Social.....	181
Distribuição dos recursos humanos do SICAD/CDT	181
IV. Publicidade Institucional.....	186
V. Avaliação FINAL	187
VI. Siglas e Abreviaturas	189

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro síntese da tipificação dos Serviços	15
Quadro 2 - Impacto dos Objetivos Operacionais nos Objetivos Estratégicos	17
Quadro 3 - Resultado ponderado por parâmetros de Eficácia, Eficiência e Qualidade	19
Quadro 4 - Justificação dos desvios no âmbito do QUAR	24
Quadro 5 - Recursos Humanos do SICAD	25
Quadro 6 - Recursos Financeiros no SICAD em 2016	26
Quadro 7 - Monitorização dos projetos	46
Quadro 8 - Projetos em execução, por região e eixo de intervenção	46
Quadro 9 - Processos analisados pelo DPI, no âmbito do PORI	47
Quadro 10 - Distribuição de projetos em execução, considerando o período de continuidade	48
Quadro 11 - Financiamento atribuído em 2016, no âmbito do PORI	49
Quadro 12 - Tipo de Decisões sobre Processos 2016	135
Quadro 13 - Decisões Proferidas em 2016	136
Quadro 14 - Tipo de Sanção	136
Quadro 15 - Encaminhamentos de Indiciados Alto Risco	137
Quadro 16 - Encaminhamentos de Indiciados Baixo Risco e Risco Moderado	138
Quadro 17 - Protocolos/Acordos institucionais celebrados em 2016	139
Quadro 18 - Reuniões de Articulação com os SH em 2016	140
Quadro 19 - Ações de Investimento na Qualidade e Eficiência das Respostas	141
Quadro 20 - Distribuição Geral das Atividades Desenvolvidas na área da Formação no ano 2016	145
Quadro 21 - Distribuição de Formandos por Entidade	146
Quadro 22 - Distribuição do N.º Total de Formandos	148
Quadro 23 - Orçamento aprovado Vs Orçamento disponível para o ano 2016	173
Quadro 24 - Orçamento aprovado disponível Vs Despesa realizada a 31-12-2016	173
Quadro 25 - Execução por grandes rubricas da despesa	174
Quadro 26 - valor afeto à colocação de publicidade pelo SICAD	186

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Avaliação Global do QUAR (por parâmetros, por objetivos OOp e por indicadores)	20
Gráfico 2 - Tipo de assunto que subjaz ao contacto estabelecido com a Linha Vida	41
Gráfico 3 - Quem faz o pedido na Linha Vida	42
Gráfico 4 - Género de quem liga para a Linha Vida	42
Gráfico 5 - Faixas etárias dos utilizadores da Linha Vida	42
Gráfico 6 - Evolução do número de chamadas rececionadas por mês, durante o ano de 2016	42
Gráfico 7 - Utilizadores que fazem o pedido	43
Gráfico 8 - Tipo de pedido	43
Gráfico 9 - Tema preponderante de contacto dos utilizadores	44
Gráfico 10 - Distribuição de projetos por região	46
Gráfico 11 - Distribuição de projetos em execução por eixo de intervenção e região	47

Gráfico 12 - Percentagem de projetos em execução, considerando o eixo de intervenção.....	47
Gráfico 13 - Percentagem de pagamentos por eixo de intervenção.....	49
Gráfico 14 - Percentagem de pagamentos por região	50
Gráfico 15 - Taxa de execução das metas definidas para a DPI em 2016	59
Gráfico 16 - Taxa de execução das metas definidas para a DMI em 2016.....	84
Gráficos 17 - Taxa de execução das metas definidas para a DEI em 2016.....	84
Gráfico 18 - Taxa de execução das metas definidas para a DIC em 2016	84
Gráfico 19 - Taxa de execução das metas definidas para a DGR em 2016.....	97
Gráfico 20 - Taxa de execução das metas definidas para a DRI em 2016	118
Gráfico 21 - Distribuição dos Processos de Contraordenação no Ano	129
Gráfico 22 - Distribuição total de processos por CDT, no ano (n=11.476).....	130
Gráfico 23 - Distribuição dos processos por estado do processo (n=11.476).....	130
Gráfico 24 - Caracterização da pendência processual (n=11.476)	131
Gráfico 25 - Origem dos Autos de Ocorrência (n=11.476).....	131
Gráfico 26 - Género dos Indiciados (n=10.835)	131
Gráfico 27 - Grupo Etário (n=10.385).....	132
Gráfico 28 - Estado Civil dos Indiciados (n=10.835)	132
Gráfico 29 - Situação Profissional (n=10.835).....	133
Gráfico 30 - Habilitações Literárias (n=10.835)	133
Gráfico 31 - N.º de Decisões Proferidas	135
Gráfico 32 - Tipo de Decisões Proferidas sobre Processos 2016 (n=7.280).....	135
Gráfico 33 - Tipo de Decisões Proferidas em 2016.....	136
Gráfico 34 - Distribuição dos Processos Classificados por perfil do Indiciado	137
Gráfico 35 - Distribuição e evolução do N.º Total de Ações de Formação do Plano de Formação em CAD, executadas no triénio 2014-2016.....	145
Gráfico 36 - Distribuição do N.º total de Formandos (N=214).....	146
Gráfico 37 - Distribuição do N.º Total de Formandos, por Tipo e Volume de Horas de formação realizadas (N=237)	146
Gráfico 38 - Distribuição do N.º Total de Formandos Externos, por Entidade de Origem (N=214).....	147
Gráfico 39 - Distribuição do N.º Total de Formandos Internos, por Serviço de Origem (N=59).....	147
Gráfico 40 - Distribuição do N.º total de Formandos, por Género (N=214).....	147
Gráfico 41 - Distribuição do N.º de Formadores, por Tipo e N.º de Horas ministradas (N=22).....	147
Gráfico 42 - Distribuição do N.º Total de Formandos, por Serviço de Origem (N=19).....	148
Gráfico 43 - Distribuição do N.º Total de Formandos, por Género (N=19)	148
Gráfico 44 - Peso de Presenças por Sessão (%)	148
Gráfico 45 - Taxa de execução das metas definidas para a EMPECO em 2016	152
Gráfico 46 - Taxa de execução das metas definidas para a EMSI em 2016	161
Gráfico 47 - Taxa de execução das metas definidas para a ACN em 2016.....	169
Gráfico 48 -Evolução do número de profissionais no SICAD e nas CDT, entre 2014 e 2016	171
Gráfico 49 - Distribuição dos profissionais do SICAD e CDT por carreira profissional	171
Gráfico 50 - N.º de trabalhadores por relação jurídica de emprego a 31/12/2016	172
Gráfico 51 - Orçamento aprovado disponível Vs Despesa realizada a 31-12-2016.....	174

Gráfico 52 - Execução por grandes rubricas da despesa	174
Gráfico 53 - Execução por grandes rubricas da despesa	181
Gráfico 54 - Distribuição dos efetivos pelos serviços (N=167)	181
Gráfico 55 - Distribuição dos efetivos por género (N=167)	181
Gráfico 56 - Distribuição dos efetivos por relação jurídica de emprego (N=167)	181
Gráfico 57 - Distribuição dos efetivos por grupo de pessoal (N=167)	182
Gráfico 58 - Distribuição dos efetivos por estrutura etária e género (N=167)	183
Gráfico 59 - Distribuição dos efetivos por antiguidade e género (N=167)	183
Gráfico 60 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade (N=167)	184
Gráfico 61 - Distribuição das entradas e saídas por serviço	184
Gráfico 62 - Distribuição dos efetivos por modalidade de horário (N=167)	185
Gráfico 63 - Distribuição dos dias de ausências ao trabalho por motivo N=2168	185
Gráfico 64 - Taxa de execução das metas previstas no PA 2016 (N=176)	187

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Valores orientadores da intervenção do SICAD	13
Figura 2 - Organograma atual do SICAD	14
Figura 3 - Avaliação final de desempenho do SICAD em 2016	19
Figura 4 - Documentos enquadradores e de suporte técnico-científico de intervenção em contexto laboral	31
Figura 5 - todas as publicações editadas podem ser consultadas em www.sicad.pt	78
Figura 6 - Base dados on-line disponível em www.sicad.pt	79
Figura 7 - <i>Screenshot</i> do site BIDA	79
Figura 8 - <i>Snapshots</i> publicadas nas redes sociais	81

I. NOTA INTRODUTÓRIA

O Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) implementou o seu Plano Estratégico (PE) 2013-2016, tendo essa implementação cessado com a execução do planeamento desenvolvido para 2016. Prosseguiu as grandes linhas de ação delineadas em sede de PE, designadamente envidando as condições para (1) desenvolver o conhecimento, (2) potenciar a comunicação, (3) alinhar a sua atividade com o Plano Nacional de Saúde e (4) fomentar a intervenção. A implementação cientificamente orientada e suportada nos diagnósticos estratégicos progressos possibilitaram ao SICAD a afirmação contínua e consistente do seu trabalho junto dos vários parceiros nacionais e internacionais, com o devido reconhecimento.

Em 2016 observou-se a continuidade de ações que consubstanciam vetores basilares da atividade do SICAD, nomeadamente a produção de referenciais técnico-normativos para a intervenção em CAD nos vários níveis de cuidados, sempre em comunhão com os múltiplos *stakeholders*; o investimento na definição de circuitos simplificados e acessíveis aos cidadãos com as correspondentes respostas qualificadas; a supervisão de práticas em múltiplos contextos e a investigação e desenvolvimento de conteúdos científicos, de forma singular ou plural no âmbito de vários consórcios. Apostou-se igualmente no acompanhamento, monitorização e avaliação regular do vasto número de projetos cofinanciados em execução, inseridos nos Programas de Respostas Integradas e decorrentes dos procedimentos concursais realizados em 2015 e 2016.

Observou-se uma diversificação da ação do SICAD junto dos profissionais internos e externos à organização, num investimento efetivo de comunicação, qualificação e especialização técnica como opções estratégicas orientadas para a melhoria contínua dos serviços prestados e da qualidade da informação.

A dinâmica formativa do SICAD robusteceu a sua credibilidade junto dos profissionais dos serviços parceiros, propiciando a capacitação de interventores na área dos CAD, semeando maior eficácia nas respostas disponíveis.

No âmbito da Cooperação e Relações Internacionais, o SICAD continuou a acompanhar e a participar ativamente na definição das orientações internacionais sobre as matérias convergentes, de que se destacam o trabalho desenvolvido na *Joint Action RARHA (Reducing Alcohol Related Harm)*, bem como na disseminação de boas práticas nacionais junto de outros países.

No que respeita à Dissuasão, este último ano do ciclo estratégico foi decisivo para a consolidação da implementação de linhas de orientação do modelo interventivo em dissuasão, sustentadas em princípios de avaliação e intervenção precoce junto de vários grupos. Também ao nível da gestão e manutenção do Sistema de Gestão e Informação Processual foi possível constatar o esforço levado a cabo pelos diferentes atores no sentido da harmonização de procedimentos.

O acompanhamento ao Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, designadamente no que respeita ao acompanhamento e monitorização do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016 foi naturalmente mantido.

O ano de 2016 denunciou uma execução muito positiva relativamente aos indicadores preestabelecidos, contribuindo de modo efetivo para o alcance de vários objetivos estratégicos em sede de PE e, concomitantemente, para a prossecução da missão do SICAD.

1. CARACTERIZAÇÃO DO SICAD

1.1. Ambiente Interno

1.1.1. Missão | Visão | Valores



O SICAD é um serviço central do Ministério da Saúde, integrado na administração direta do Estado e dotado de autonomia administrativa, que tem por **MISSÃO** promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências.

O SICAD prossegue as seguintes **ATRIBUIÇÕES**, previstas no Decreto-Lei n.º 17/2012 de 26 de Janeiro:

- Apoiar o membro do Governo responsável pela área da saúde na definição da estratégia nacional e das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências e sua avaliação;
- Planear e avaliar os programas de prevenção, redução de riscos e minimização de danos, de reinserção social e de tratamento do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências (CAD), designadamente definindo normas, metodologias e requisitos a satisfazer para garantir a qualidade;
- Planear a intervenção no âmbito dos CAD, através de uma rede de referenciação entre cuidados primários, centros de respostas integradas e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência ou dos consumos de substâncias psicoativas;
- Desenvolver, promover e estimular a investigação científica no domínio das substâncias psicoativas, dos CAD e manter um sistema de informação sobre o fenómeno da droga e das toxicodependências;
- Desenvolver mecanismos de planeamento e coordenação efetivos conducentes à definição das políticas para as intervenções no âmbito dos CAD;
- Efetuar diagnósticos de necessidades de intervenção de âmbito nacional, definir prioridades e o tipo de intervenção a desenvolver;
- Definir as linhas de orientação técnica e normativa para a intervenção nas áreas dos CAD;
- Promover a formação no domínio das substâncias psicoativas, dos CAD;
- Assegurar a recolha, tratamento e divulgação dos dados e informação dos serviços públicos e das entidades privadas com intervenção no domínio das substâncias psicoativas, dos CAD;
- Assegurar a representação internacional, no domínio das suas competências e atribuições específicas, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como garantir o cumprimento das obrigações enquanto ponto focal nacional da Rede Europeia de Informação sobre

Toxicodependência do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência, em coordenação com a Direção-Geral da Saúde, enquanto entidade responsável pelas relações internacionais do Ministério da Saúde;

- Prestar o apoio técnico e administrativo e garantir as infraestruturas necessárias ao funcionamento das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência;
- Definir os requisitos para o licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na área dos CAD.

Em conformidade com a Portaria nº 27/2013 de 24 de janeiro, são também **ATRIBUIÇÕES** do SICAD:

- Assegurar o exercício das competências anteriormente cometidas ao Instituto da Droga e da Toxicodependência I.P. (IDT, I.P.) no estabelecimento das condições de autorização dos programas e estruturas sócio sanitárias previstas no Decreto-Lei nº 183/2001, de 21 de junho, constantes da Portaria nº 748/2007, de 25 de junho; bem como a posição contratual do IDT, I.P. em todos os contratos de financiamento público celebrados anteriormente ao abrigo das respetivas Portarias;
- Coordenar o desenvolvimento de diagnósticos locais dos Programas de Respostas Integradas (PRI), em cooperação com as Administrações Regionais de Saúde, I.P. nas respetivas áreas geográficas de intervenção.

De acordo com o estabelecido no Despacho n.º 16938/2013 dos Ministérios das Finanças e da Saúde, de 31 de dezembro, é ainda atribuição do SICAD assegurar o cumprimento dos requisitos legais para o estabelecimento das convenções entre o Estado e as unidades privadas de saúde, com ou sem fins lucrativos, tendo em vista o apoio ao tratamento de utentes dependentes de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, naquelas unidades de tratamento.

O SICAD tem como **VISÃO** *constituir-se como entidade garante da sustentabilidade das políticas e intervenções, no âmbito das substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, com o reconhecimento nacional e internacional.*

Os **VALORES** que norteiam a intervenção do SICAD no cumprimento da sua missão são:

HUMANISMO E PRAGMATISMO - Reconhecer à pessoa a sua plena dignidade humana, é compreender a complexidade e relevância da sua história pessoal, sendo a dependência considerada uma doença para a qual se devem mobilizar respostas, sem dogmas ou ideias preconcebidas, valorizando os resultados baseados na evidência científica. Assumir que o/a dependente é uma pessoa doente representa a aceitação incondicional de que o outro, mesmo num estado de rutura com valores fundamentais da vida em sociedade, deve ser alvo de um olhar de compreensão e empatia que lhe permita um movimento de mudança.

CONHECIMENTO E INOVAÇÃO - Produzir e disseminar conhecimento de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, promovendo a inovação das atividades e facilitando a antecipação dos desenvolvimentos do fenómeno.

COOPERAÇÃO - A cooperação configura um valor que promovemos e está na base de toda a nossa ação. Trabalhar de forma integrada e potenciar o envolvimento dos parceiros nacionais e internacionais na definição das estratégias e no compromisso partilhado para alcançar as metas estabelecidas é fundamental para potenciar respostas eficientes e eficazes.

CONFIANÇA - Acreditamos em relações e alianças estratégicas baseadas no altruísmo e na reciprocidade e que aspirem a preservar-se para além do presente. Pretendemos incrementar os índices de satisfação e de comprometimento com a organização, estimular a abertura para novos compromissos e preparar a organização para enfrentar ambientes mais instáveis ou competitivos.

TRANSPARÊNCIA - Promovemos a abertura e clareza na condução do serviço público que prestamos, porque queremos fortalecer a legitimidade social da nossa ação. Quanto melhor divulgarmos de forma transparente (simples, objetiva e clara) o que fazemos, maior é a possibilidade de se obter o reconhecimento do posicionamento estratégico do SICAD na rede de *stakeholders*.

Figura 1 - Valores orientadores da intervenção do SICAD

1.1.2. Estrutura Orgânica do SICAD

A organização interna obedece a um modelo estrutural misto, designadamente:

- O modelo de estrutura hierarquizada nas áreas de suporte;
- O modelo de estrutura matricial assente em equipas multidisciplinares, no desenvolvimento de atribuições, programas ou projetos de âmbito transversal.

As unidades orgânicas flexíveis e da estrutura matricial são:

A Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI) com as seguintes divisões:

- a) Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT);
- b) Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC).

A Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI) com as seguintes divisões:

- a) Divisão de Estatística e Investigação (DEI);
- b) Divisão de Informação e Comunicação (DIC).

Na dependência do Diretor-Geral, em 2016, encontravam-se as seguintes divisões e equipas:

- a) A Divisão de Relações Internacionais (DRI);
- b) A Divisão de Gestão de Recursos (DGR);
- c) A Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional (EMPECO);
- d) A Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI).

Com funções de secretariado e de apoio administrativo à Direção foi criada uma área de Apoio Administrativo (AA) e serviços de Assessoria (A).

Em virtude de reestruturações internas observou-se a necessidade de alocar progressivamente o conjunto de atribuições conferidas à EMPECO a outras unidades funcionais. O Despacho n.º 1733/2017, de 23 de fevereiro, do Diretor-Geral do SICAD, que produziu efeitos a 1 de janeiro de 2017, atribui a criação de uma nova equipa, a Equipa Multidisciplinar para a Coordenação da Área da Dissuasão (EMCAD), por forma a assegurar o apoio técnico e a coordenação das atividades das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT) e a administração do Sistema de Gestão de Informação Processual (SGIP), a alocação das competências de planeamento estratégico e monitorização à DPI e o desenvolvimento e dinamização de planos de formação em áreas definidas como prioritárias no âmbito dos CAD à DMI.



Figura 2 - Organograma atual do SICAD

1.1.3. Tipificação dos Serviços

Os serviços providenciados pelo SICAD podem ser tipificados no seguinte quadro-síntese:

<p>SICAD</p>	<p>Serviço de coordenação, planeamento, conceção, assessoria e avaliação das medidas e políticas em matéria de comportamentos aditivos e dependências;</p> <p>Gestão de sistemas de informação, investigação, formação, definição de requisitos para o licenciamento de unidades prestadoras de cuidados de saúde; contratualização de convenções com unidades privadas; cofinanciamento e acompanhamento técnico-científico de projetos no âmbito do PORI;</p> <p>Representação internacional; cumprimento de obrigações enquanto ponto focal nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependência do Observatório Europeu das Drogas e das Toxicodependências e desenvolvimento de relações de cooperação;</p> <p>Apoio técnico e administrativo, designadamente ao funcionamento das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência;</p> <p>Apoio ao Coordenador Nacional e apoio administrativo ao funcionamento do Conselho Interministerial e do conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool.</p>
<p>CDT</p>	<p>Serviços distritais que operacionalizam a aplicação da Lei nº 30/2000, de 29 de novembro, lei da descriminalização do consumo e posse para o consumo de substâncias ilícitas.</p>

Quadro 1 - Quadro síntese da tipificação dos Serviços

1.2. Ambiente Externo

O SICAD atua em estreita articulação com organismos públicos (dentro e fora o Ministério da Saúde) e privados, com ou sem fins lucrativos. Enquanto Direção-Geral e em virtude das suas atribuições, a interdependência com outros serviços é uma realidade, através de uma articulação sistemática e a integração de esforços e sinergias.

Na análise de *Stakeholders* (SH) desenvolvida aquando da conceção do Plano Estratégico 2013-2016, o SICAD identificou os SH da organização, com características, níveis de interesse e de influência diferentes, cuja existência suportou os diagnósticos estratégicos que determinaram as grandes linhas de ação desta instituição. Entre os mesmos identificam-se diferentes interlocutores da sociedade civil, estruturas ministeriais, entidades nacionais com responsabilidade na definição de políticas de saúde e organismos internacionais de alto nível que pontuam as grandes orientações estratégicas no âmbito das políticas multissetoriais de combate às problemáticas associadas ao consumo de substâncias psicoativas e redução dos CAD. Com os mesmos, de modo particular e diferenciado, o SICAD tem desenvolvido uma ação concertada e abrangente na prossecução dos objetivos que sustentam o alcance da sua missão.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

A elaboração deste Relatório foi conduzida através de um trabalho de articulação interna, com a participação ativa de todas as Unidades Orgânicas (UO). Resulta de um trabalho participado ao longo de todo o ano, com a implementação do modelo de monitorização da execução dos indicadores, reportado pelos interlocutores definidos por cada UO e do acompanhamento do desenvolvimento do plano por parte dos dirigentes em reuniões de carácter regular.

A informação constante deste documento procura evidenciar o grau de cumprimento dos objetivos operacionais (OOp) definidos para o ano de 2016, devidamente alinhados com os objetivos estratégicos (OE) e enquadrados pelo PE do quadriénio ora cessado. São analisados os resultados obtidos no que concerne aos indicadores de desempenho e aos recursos humanos e financeiros utilizados, bem como os resultados alcançados no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

Posteriormente apresenta-se uma análise do desempenho das UO, no que refere à explanação qualitativa das atividades desenvolvidas, fazendo menção às atividades não previstas e à descrição quantitativa das atividades planeadas, organizadas por OOp. Nos quadros que se referem à execução quantitativa das atividades, são referidos os OE do PE 2013-2016 para os quais concorreram os OOp e respetivos indicadores, cujo impacto é possível visualizar no seguinte quadro:

OBJETIVOS OPERACIONAIS (OOp)	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)																
	OE1. Fomentar a partilha e a transmissão da informação e do conhecimento	OE2. Potenciar a cooperação e a convergência dos SH	OE2a. Garantir a articulação e cooperação entre os stakeholders estratégicos no âmbito da saúde	OE3. Apoiar a Estrutura de Coordenação Nacional e assegurar as relações internacionais	OE4a/b. Promover a qualidade, a eficiência e a eficácia das intervenções	OE5. Implementar a rede de referência/articulação	OE6. Promover a harmonização das intervenções	OE7. Promover a implementação de medidas e intervenções para os problemas (re) emergentes	OE8. Otimizar os recursos e reforçar a sustentabilidade financeira	OE9. Garantir a qualidade dos dados e a eficiência do processamento e interpretação da informação	OE10. Desenvolver linhas de investigação prioritárias	OE11. Estabelecer circuitos e procedimentos de articulação e comunicação	OE12. Emarcar normas, orientações e outros instrumentos de intervenção	OE13. Promover o planeamento, monitorização e avaliação das medidas e intervenções	OE14. Formar recursos humanos	OE15. Melhorar as competências de comunicação e articulação	OE16. Alinhar colaboradores para a visão do SICAD
OOp1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos CAD																	
OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos																	
OOp3. Promover a criação de uma rede de recursos de saúde, numa lógica de proximidade do cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas ao nível dos CAD																	
OOp4. Implementar respostas integradas, no âmbito do PORI																	
OOp5. Colaborar no desenvolvimento do SIM na recolha e tratamento de informação sobre o trabalho desenvolvido no âmbito dos CAD																	
OOp6. Dinamizar a intervenção nos problemas (re)emergentes, no âmbito dos CAD																	
OOp7. Desenvolver projetos em linhas de investigação tradicionais																	
OOp8. Desenvolver projetos em novas linhas de investigação																	
OOp9. Criar mecanismos e procedimentos com vista ao incremento da eficácia, eficiência e qualidade dos sistemas de informação dos serviços que integram a rede do Sistema Nacional de Informação e à sua adequação às necessidades nacionais e internacionais de informação																	
OOp10. Implementar procedimentos potenciadores da articulação entre SH e de incentivo à partilha regular de informação e de conhecimento entre diferentes grupos de SH																	
OOp11. Divulgar e disponibilizar informação																	
OOp12. Criar e implementar uma estratégia de comunicação																	

OBJETIVOS OPERACIONAIS (OOp)	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)																
	OE1. Fomentar a partilha e a transmissão da informação e do conhecimento	OE2. Potenciar a cooperação e a convergência dos SH	OE2a. Garantir a articulação e cooperação entre os stakeholders estratégicos no âmbito da saúde	OE3. Apoiar a Estrutura de Coordenação Nacional e assegurar as relações internacionais	OE4a/b. Promover a qualidade, a eficiência e a eficácia das intervenções	OE5. Implementar a rede de referência/articulação	OE6. Promover a harmonização das intervenções	OE7. Promover a implementação de medidas e intervenções para os problemas (re) emergentes	OE8. Otimizar os recursos e reforçar a sustentabilidade financeira	OE9. Garantir a qualidade dos dados e a eficiência do processamento e interpretação da informação	OE10. Desenvolver linhas de investigação prioritárias	OE11. Estabelecer circuitos e procedimentos de articulação e comunicação	OE12. Enxergar normas, orientações e outros instrumentos de intervenção	OE13. Promover o planeamento, monitorização e avaliação das medidas e intervenções	OE14. Formar recursos humanos	OE15. Melhorar as competências de comunicação e articulação	OE16. Alinhar colaboradores para a visão do SICAD
OOp13. Potenciar as novas tecnologias enquanto canais de partilha de informação, conhecimento e comunicação																	
OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional																	
OOp15. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD																	
OOp16. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos																	
OOp17. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais																	
OOp18. Planear e gerir os recursos informáticos																	
OOp19. Coordenar e monitorizar a implementação do Plano Estratégico 2013-2015																	
OOp20. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD																	
OOp21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT																	
OOp22. Assegurar a elaboração, o acompanhamento e avaliação interna do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação 2013-2015																	
OOp23. Assegurar os procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas																	
OOp 11P. Disponibilizar através do Portal da Transparência do SNS, indicadores de desempenho ou de resultado no âmbito da saúde do cidadão																	



Impacto muito forte nos OE



Impacto forte nos OE

Quadro 2 - Impacto dos Objetivos Operacionais nos Objetivos Estratégicos

As fichas de avaliação quantitativa das atividades contemplam também os resultados e a taxa de realização, com sinalização dos desvios, as fontes de verificação de cada indicador e ainda as entidades colaboradoras na sua execução (internas e/ou externas). O cálculo do grau de execução da meta obtém-se com o rácio resultante da fórmula que compreende os valores relativos à Meta, Valor Crítico e Resultado, sendo que os critérios utilizados para a sua classificação foram os seguintes:

1. Meta superada:

Resultado: Grau de realização superior ao planeado.

São assinalados os indicadores com percentagem de execução superior ao previsto em sede de PA.

2. Meta atingida:

Resultado: Grau de realização igual ao planeado.

Nos casos em que o resultado alcançado era igual à meta definida e ao valor crítico, e por isso, segundo a fórmula de cálculo pré-definida, estávamos na presença de uma superação, considerámos a meta atingida, tendo em conta a natureza dos indicadores em causa.

3. Meta não atingida:

Resultado: Grau de realização inferior ao planeado.

Dentro desta categoria, foram encontradas fórmulas de cálculo para determinar o grau de execução das metas nos indicadores em que, apesar de não se ter atingido a meta, foram desenvolvidas atividades.

Nos casos em que não se atingiu a(s) meta(s) a que o SICAD se propôs alcançar, em determinado(s) objetivo(s) ou se, inversamente, houve superação, que se considera, neste caso, justificar, são apresentadas os respetivos fundamentos de forma sucinta, na coluna para esse propósito, em cada grelha de avaliação.

Ainda no capítulo da Autoavaliação inclui-se informação diversa, designadamente relativa ao desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho; à audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação do serviço e por último à avaliação dos sistemas de controlo interno. Sequencialmente faz-se uma breve análise aos recursos humanos afetos ao SICAD e CDT apurados em sede de Balanço Social.

No capítulo “Avaliação Final” é feita a avaliação global dos resultados alcançados, acompanhada de uma análise prospetiva.

II. AUTO-AVALIAÇÃO

3. QUAR – QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

Em 2016 foram apresentados, em sede do QUAR, 18 Objetivos Estratégicos, conforme previsto no PE 2013-2016, dos quais a Direção destacou 11, devido à sua maior pertinência para 2016, assim como 11 Objetivos Operacionais (OOp). O alcance dos objetivos foi aferido através de 14 indicadores de medida.

Numa análise global, verifica-se que dos 11 OOp previstos, 5 foram superados e 6 foram atingidos. Quanto aos 14 indicadores de medida, 6 foram superados e 8 totalmente atingidos.

A avaliação final de desempenho do serviço quanto aos parâmetros de *Eficácia*, *Eficiência* e *Qualidade* foi de 111% (avaliação ponderada).



Figura 3 - Avaliação final de desempenho do SICAD em 2016

O diagrama anterior pontua a realização global do Plano de Atividades (PA) 2016 no âmbito QUAR. Verifica-se que o parâmetro *Eficácia* foi atingido em conformidade com o planeado, enquanto os parâmetros *Eficiência* e *Qualidade* foram superados relativamente aos valores previstos em sede de PA.

	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Resultado dos objetivos	100%	113%	117%
Ponderação associada	33%	20%	47%
Resultado ponderado	33%	23%	55%
Resultado Final	111%		

Quadro 3 - Resultado ponderado por parâmetros de Eficácia, Eficiência e Qualidade

O gráfico seguinte apresenta a execução percentual dos indicadores de medida QUAR adstritos a cada OOp. A sua leitura permite uma perceção global do alcance dos parâmetros *Eficácia*, *Eficiência* e *Qualidade*, destacando-se a superação de 4 indicadores de Qualidade e 2 de Eficiência.

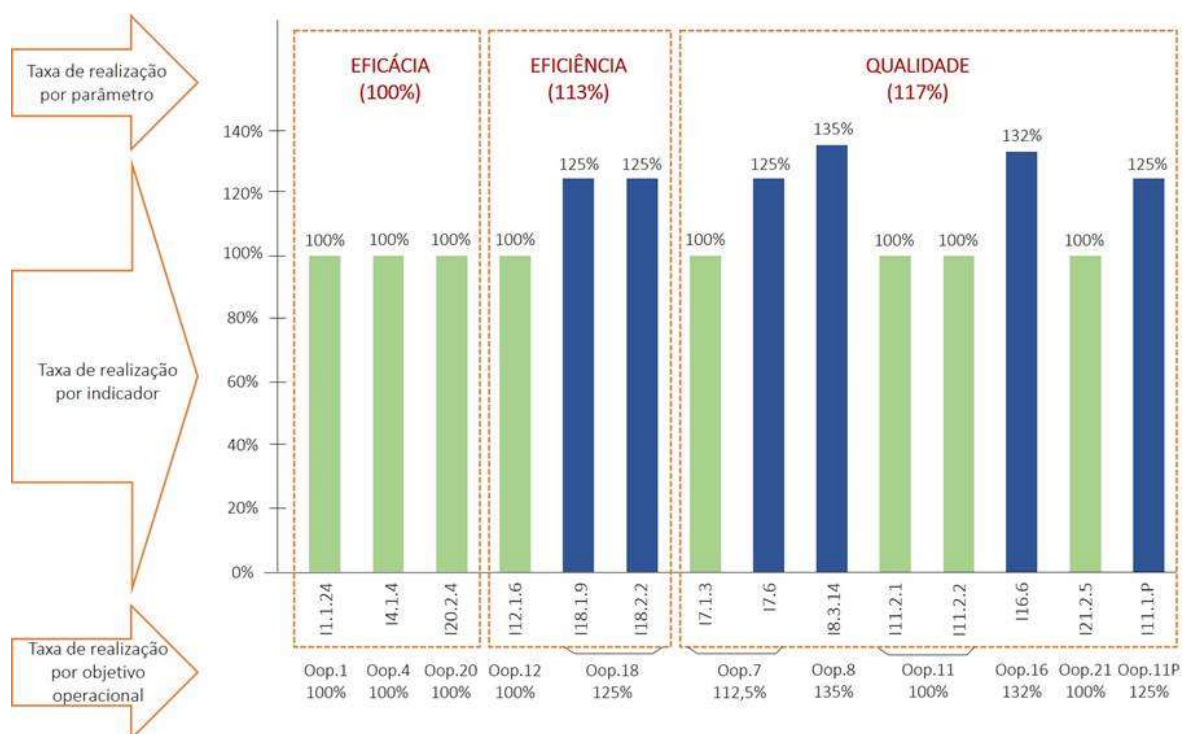


Gráfico 1 - Avaliação Global do QUAR (por parâmetros, por objetivos OOp e por indicadores)

Neste sentido, e com base nas orientações do Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços (CCAS) e nos termos no Art.º 18 da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, os parâmetros e a Avaliação final do SICAD para 2016 são compatíveis com o preconizado pela menção qualitativa de “Bom”.

De seguida apresenta-se a matriz QUAR com informação qualitativa mais detalhada sobre os OOp e respetivos indicadores de medida.



ANO: 2016
Ministério da Saúde
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
O SICAD tem como missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos, a diminuição das dependências.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
DESIGNAÇÃO
OE 1. Fomentar a partilha e a transmissão da informação e do conhecimento
OE 2. Potenciar a cooperação e convergência dos <i>Stakeholders</i>
OE 2a. Garantir a articulação e cooperação entre os <i>Stakeholders</i> estratégicos no âmbito da saúde
OE 3. Apoiar a Estrutura de Coordenação Nacional e assegurar as relações internacionais
OE 4a. Promover a qualidade e a eficácia das intervenções
OE 4b. Promover a eficiência das intervenções
OE 5. Implementar a rede de referência/articulação
OE 6. Promover a harmonização das intervenções
OE 7. Promover a implementação de medidas e intervenções para os problemas (re)emergentes
OE 8. Otimizar os recursos e reforçar a sustentabilidade financeira
OE 9. Garantir a qualidade dos dados e a eficiência do processamento e interpretação da informação
OE 10. Desenvolver linhas de investigação prioritárias
OE 11. Estabelecer circuitos e procedimentos de articulação e comunicação
OE 12. Emanar normas, orientações e outros instrumentos de intervenção
OE 13. Promover o planeamento, monitorização e avaliação das medidas e intervenções
OE 14. Formar recursos humanos
OE 15. Melhorar as competências de comunicação e de articulação
OE 16. Alinhar colaboradores para a visão do SICAD

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

EFICÁCIA													33%
1.	Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (OOp.1 em PA) (OE2a, OE4a, OE4b, OE12)												Peso: 34%
	INDICADORES	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
1.1.	Desenvolvimento das Linhas de Orientação para a intervenção na problemática do Jogo (em meses)	-	-	-	-	11	1	9	100%	dez	10	100%	Atingiu
2.	Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras intervenções (OOp.4. em PA)(OE2a, OE4a, OE4b)												Peso: 32%
	INDICADORES	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
2.1.	Projetos financiados e acompanhados ao abrigo do Programa Operacional de Respostas Integradas (PORI) (nº)	-	36	77	84	73	10	84	100%	dez	78	100%	Atingiu
3.	Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD (OOp.20 em PA)(OE4a, OE4b)												Peso: 34%
	INDICADORES	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
3.1.	Dinamização de ações de formação para os stakeholders externos (n.º)	-	-	7	7	12	4	17	100%	dez	13	100%	Atingiu

EFICIÊNCIA													20%
4.	Criar e implementar uma estratégia de comunicação (OOp.12 em PA) (OE2, OE15)												Peso: 50%
	INDICADORES	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
4.1.	Relatório de Avaliação da área de Comunicação interna e externa (em meses)	-	-	-	-	10	1	8	100%	dez	10	100%	Atingiu
5.	Planear e gerir os recursos informáticos (OOp.18 em PA) (OE 8 e OE14)												Peso: 50%
	INDICADORES	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
5.1.	Manutenção e adaptação do Sistema de Informação Multidisciplinar (Nº de entradas em produção com alterações)	-	-	-	-	2	1	4	50%	dez	4	125%	Superou
5.2.	Implementação e manutenção do SIM-BA (Sistema de Informação Multidisciplinar - Business Analytics) (relatórios novos criados)	-	-	-	-	3	1	5	50%	dez	6	125%	Superou

QUALIDADE

47%

6.	Divulgação e disponibilização de informação (OOp.11 em PA) (OE1)												Peso: 18%
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
6.1.	Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependências – 2015 (em meses)	-	12	11	11	11	0	10	50%	nov	11	100%	Atingiu
6.2.	Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool – 2015 (em meses)	-	-	12	12	12	0	11	50%	dez	12	100%	Atingiu
7.	Desenvolvimento de projetos em linhas de investigação tradicionais (OOp.7 em PA) (OE10)												Peso: 16%
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
7.1.	Relatório do estudo epidemiológico ESPAD/ECATD (em meses)	-	-	-	-	11	1	9	50%	dez	12	100%	Atingiu
7.2.	Recolha de dados no âmbito do Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral - Portugal 2016 (em meses)	12	-	-	-	12	0	11	50%	nov	11	125%	Superou
8.	Desenvolvimento de projectos em novas linhas de investigação (OOp8. em PA)(OE 1, OE7)												Peso: 17%
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
8.1.	Relatório do Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em jovens em Centros Educativos (em meses)	-	-	-	-	4	0	3	100%	dez	1	135%	Superou
9.	Planear, gerir e qualificar os recursos humanos (OOp16. em PA)(OE14)												Peso: 16%
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
9.1.	Taxa de participação dos trabalhadores que frequentaram pelo menos uma ação de formação (%)	88%	100%	86%	68%	60%	10%	71%	100%	dez	75%	132%	Superou
10.	Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT (OOp21. em PA) (OE4a, OE4b)												Peso: 17%
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
10.1	Monitorização e avaliação da implementação o Modelo de Intervenção em Dissuasão (documento)	-	-	-	-	6	1	4	100%	dez	5	100%	Atingiu
11.	Disponibilizar através do Portal da Transparência do SNS, indicadores de desempenho ou de resultado no âmbito da saúde do cidadão												Peso: 16%
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
11.1	N.º de novos indicadores	-	-	-	-	2	1	4	100%	4	4	125%	Superou

3.2. Justificação de Desvios Verificados no Âmbito do QUAR sobre cada Objetivo Operacional

EFICIÊNCIA			
5. Planear e gerir os recursos informáticos			
INDICADORES	Taxa de Realização	Classificação	Fundamentação do desvio
5.1. Manutenção e adaptação do Sistema de Informação Multidisciplinar (Nº de entradas em produção com alterações)	125%	Superou	Durante o ano de 2016, e em resposta a múltiplas solicitações dos utilizadores, foi necessário efetuar adaptações e correções do SIM em maior magnitude, com o intuito de melhorar o Sistema e responder adequadamente às necessidades apresentadas.
5.2. Implementação e manutenção do SIM-BA (Sistema de Informação Multidisciplinar - Business Analytics) (relatórios novos criados)	125%	Superou	Com a evolução do Sistema verificou-se um aumento de solicitações por parte dos utilizadores face ao previsto, designadamente para a criação de mais relatórios com informação agregada.
QUALIDADE			
7. Desenvolvimento de projetos em linhas de investigação tradicionais			
INDICADORES	Taxa de Realização	Classificação	Fundamentação do desvio
7.2. Recolha de dados no âmbito do Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral - Portugal 2016 (em meses)	125%	Superou	Apesar da dependência de uma instituição externa responsável pela realização da recolha de dados (CICS.NOVA/ FSCH /UNL); da complexidade dos procedimentos concursais subjacentes e da urgência de obtenção dos resultados do estudo (nomeadamente para a avaliação das metas do PNRCAD), foi possível, graças às relações de confiança estabelecidas entre os parceiros, realizar todas as operações técnicas de preparação da recolha de dados (incluindo a produção dos materiais e o pré-teste) e iniciar a mesma em algumas regiões do País ainda na primeira quinzena de novembro.
8. Desenvolvimento de projectos em novas linhas de investigação			
INDICADORES	Taxa de Realização	Classificação	Fundamentação do desvio
8.1. Relatório do Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em jovens em Centros Educativos (em meses)	135%	Superou	A superação da meta resultou do esforço adicional da equipa responsável do estudo para a transferência efetiva da informação/conhecimento em tempo útil, face às necessidades de planeamento das intervenções da entidade colaboradora (DGRSP).
9. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos			
INDICADORES	Taxa de Realização	Classificação	Fundamentação do desvio
9.1. Taxa de participação dos trabalhadores que frequentaram pelo menos uma ação de formação (%)	132%	Superou	A meta prevista para este ano tinha sido definida em função da análise histórica dos anos anteriores. Contudo e face às solicitações e necessidades formativas dos trabalhadores, o número de participações superou o previsto.
11. Disponibilizar através do Portal da Transparência do SNS, indicadores de desempenho ou de resultado no âmbito da saúde do cidadão			
INDICADORES	Taxa de Realização	Classificação	Fundamentação do desvio
11.1. P.N.º de novos indicadores	125%	Superou	Face às solicitações por parte de entidades e SH de informação mais específica em determinados domínios, foi necessária a inclusão de mais 2 indicadores em relação aos previstos, visando designadamente o conhecimento no âmbito do uso de substâncias por via endovenosa.

Quadro 4 - Justificação dos desvios no âmbito do QUAR

A superação dos indicadores de medida por OOp acima mencionados sinaliza que a ação do SICAD, durante o ano de 2016, se pautou por um esforço de melhoria da gestão dos recursos informáticos, de aprofundamento do conhecimento e da investigação no âmbito dos CAD e da qualificação dos profissionais para a intervenção.

3.3. Recursos Humanos e Financeiros

Em matéria de recursos utilizados, humanos e financeiros, estes serão analisados com mais pormenor no ponto 5. do capítulo II.

Importa, no entanto, salientar que em 31.12.2016 o SICAD e as 18 CDT contavam com **167** trabalhadores, sendo que **84** pertenciam ao SICAD e **83** às CDT.

Durante esse ano houve um decréscimo de 7 efetivos face ao planeado, designadamente pelos motivos de saída por aposentação, comissão de serviço e mobilidade para outros serviços.

RECURSOS HUMANOS - 2016											
DESIGNAÇÃO				EFETIVOS (E) 31-12-2016	EFETIVOS (F) 31-12-2016	PONTUAÇÃO	RH PLANEADOS	RH REALIZADOS	DESVIO	DESVIO EM %	
Dirigentes - Direção Superior				2	2	20	40	40	0,00	0%	
Dirigentes - Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefes de Equipa				10	9	16	160	144	-16,00	-11%	
Técnicos Superiores (inclui Especialistas de Informática)				82	68	12	984	816	-168,00	-21%	
Coordenadores Técnicos (inclui Chefes de Secção)				1	1	10	10	10	0,00	0%	
Técnicos de Informática				6	6	10	60	60	0,00	0%	
Assistentes Técnicos				44	40	8	352	320	-32,00	-10%	
Assistentes Operacionais				2	2	5	10	10	0,00	0%	
Outros, especifique											
	Médicos			1	1	12	12	12	0,00	0%	
	Técnicos Superiores de Saúde			4	4	12	48	48	0,00	0%	
	Membros das CDT			32	32	16	512	512	0,00	0%	
	Enfermeiros			0	1						
	Encarregados Pessoal Auxiliar - carreira subsistente			1	1	5	5	5	0,00	0%	
Totais				185	167		2 193	1 977	-216	-11%	
Efetivos no Organism											
	Organismo			IDT	IDT	IDT	IDT	SICAD	SICAD	SICAD	SICAD
	Nº de efetivos a exercer funções			1810	1821	1760	1608	IDT - 1540*	181	171	169
								SICAD - 216			
* Até 31.12.2012 não tinha sido declarada a extinção do IDT, IP, tendo a organização continuado a funcionar com os Serviços Centrais e Delegações Regionais até à declaração de extinção ocorrida com efeitos a 31 de Dezembro de 2012, publicada em Diário da República em 7 de Janeiro de 2013 (Despacho nº 251/2013).											

Quadro 5 - Recursos Humanos do SICAD

No âmbito da elaboração do Orçamento para o ano 2016, o SICAD efetuou uma previsão no montante de 19.200.031,00€, o qual foi aprovado pela tutela. Após efetuados os cativos de 1.865.316,00€, o valor disponível ficou em **17.334.715,00€**.

O valor executado foi de **12.772.709€**, apresentando-se uma justificação sucinta de alguns desvios, que ficam a dever-se a vários fatores:

1. Nas aquisições de bens e serviços verificou-se a existência de atrasos nas respostas aos pedidos de autorização efetuados ao Ministério das Finanças, impedindo a execução de várias aquisições de serviços.
2. No que respeita à rubrica orçamental relativa a Projetos, o valor do orçamento atribuído por via dos Jogos Sociais foi de 8.206.788€. Contudo, o montante transferido pela ACSS para projetos foi de 5.600.000€. Deste modo, verificou-se a não execução desta rubrica, no valor de 1.010.970€, facto que se deveu à existência de alguns constrangimentos, nomeadamente à tramitação e articulação que envolvem várias Entidades exteriores ao SICAD, (designadamente as DICAD das ARS, I.P.) e aos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como a autorização de portarias de extensão de encargos, que são processos por vezes morosos.

RECURSOS FINANCEIROS - 2016 (Euros)					
DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL **	ORÇAMENTO CORRIGIDO ***	ORÇAMENTO EXECUTADO	DESVIO	DESVIO EM %
Orçamento de Funcionamento	18.727.115 €	17.334.715 €	12.772.709 €	- 4.562.006 €	-26%
Despesas com Pessoal	5.433.693 €	5.337.471 €	5.051.360 €	- 286.111 €	-5%
Aquisições de Bens e Serviços Correntes	3.892.364 €	2.141.399 €	1.980.028 €	- 161.371 €	-8%
Outras Despesas Correntes e de Capital	427.853 €	1.649.057 €	1.152.291 €	- 496.766 €	-30%
Transferências Correntes-Projetos *	8.973.205 €	8.206.788 €	4.589.030 €	- 3.617.758 €	-44%
PIDDAC	0 €	0 €	0 €	0 €	-
Outros Valores	0 €	0 €	0 €	0 €	-
Reserva	472.915 €	0 €	0 €	0 €	-
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	19.200.030 €	17.334.715 €	12.772.709 €	- 4.562.006,00 €	-26%

(*) Projetos no âmbito do Decreto-Lei n.º 186/2006, de 12 de setembro e Portaria n.º 27/2013, de 24 de Janeiro

(**) Corresponde ao homologado em QUAR

(***) Corresponde ao Orçamento final aprovado

Quadro 6 - Recursos Financeiros no SICAD em 2016

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, PREVISTAS E NÃO-PREVISTAS NO PLANO DE ATIVIDADES

4.1. Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI)

4.1.1. Atribuições da DPI [Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT) e Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC)]

À **Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT)** é atribuído o exercício das competências designadas nas alíneas a), b), c), d), e), f), h), i) e j) do artigo 2.º da Portaria do SICAD:

- a) Desenvolver as metodologias, requisitos e normas de atuação, de modo a garantir a qualidade da intervenção terapêutica, participando no planeamento, na monitorização e na avaliação dos programas de reinserção social e de tratamento do consumo de substâncias psicoativas, dos CAD;
- b) Participar no planeamento e no desenvolvimento da intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências, em articulação com as ARS, IP, através de uma rede de referência entre cuidados primários, centros de respostas integradas, e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência, ou dos consumos de substâncias psicoativas;
- c) Desenvolver atividades de promoção do planeamento e coordenação, orientados para a definição das políticas no âmbito das intervenções da reinserção social e do tratamento dos CAD, nos diferentes contextos;
- d) Realizar estudos diagnóstico de identificação das necessidades de intervenção, de âmbito nacional, estabelecendo as prioridades e o tipo de intervenção nas áreas do tratamento e da reinserção e desenvolver metodologias e instrumentos facilitadores da planificação;
- e) Apoiar a coordenação das atividades realizadas pelas entidades responsáveis pela operacionalização das políticas de intervenção, ao nível da reinserção social e do tratamento;
- f) Definir as linhas de orientação técnica e normativa, para a intervenção no tratamento, reinserção e redução de riscos e minimização de danos, baseadas na evidência científica;
- g) Definir os requisitos para o licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na área das dependências e comportamentos aditivos;
- h) Definir as componentes e procedimentos técnicos das CDT, no domínio dos consumos de substâncias psicoativas, das dependências e dos comportamentos aditivos;
- i) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas e CAD.

À **Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária** (DPIC) é atribuído o exercício das competências designadas nas alíneas a), c), d), e), f), e h), do artigo 2.º da Portaria do SICAD:

- a) Definir práticas, normas e requisitos a satisfazer, para garantir a qualidade da intervenção comunitária, de forma a permitir o planeamento e a avaliação dos programas de prevenção, de redução de riscos e minimização de danos, do consumo de substâncias psicoativas, dos CAD;
- b) Desenvolver metodologias de planeamento e coordenação, que visem a definição das políticas para as intervenções preventivas e de redução de riscos e minimização de danos, no âmbito dos CAD;
- c) Apoiar a coordenação das atividades realizadas pelas entidades responsáveis pela operacionalização das políticas preventivas e de intervenção, ao nível da prevenção e redução de riscos e minimização de danos, nos diferentes contextos;
- d) Definir as linhas de orientação técnicas e normativa para a intervenção em prevenção, baseadas na evidência científica;
- e) Elaborar estudos diagnóstico de identificação das necessidades de intervenção, de âmbito nacional, estabelecendo as prioridades e o tipo de intervenção nas áreas da prevenção e redução de riscos e minimização de danos e desenvolver metodologias e instrumentos de apoio à planificação;
- f) Assegurar um serviço de apoio individualizado, anónimo, gratuito e confidencial, de informação, aconselhamento, orientação e encaminhamento na área dos CAD, nomeadamente por via telefónica e ou outras tecnologias de comunicação.
- g) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas e CAD.

4.1.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas

Objetivo Operacional 1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos CAD

No âmbito das suas atribuições, em 2016, a DPI deu continuidade ao desenvolvimento de normas e orientações técnicas para a intervenção em CAD, enquanto instrumentos operacionais para os profissionais que intervêm nestes fenómenos, com o objetivo de promover a qualidade das intervenções e abordagens em CAD, a concretização das políticas neste domínio e a sustentabilidade dos ganhos em saúde.

Neste contexto revelou-se fundamental, à semelhança dos anos anteriores, o envolvimento de SH estratégicos, públicos e privados na construção dos documentos, destacando-se as ARS, I.P e diversas organizações da sociedade civil, num trabalho participado e articulado, como forma de promover o ajustamento e a aplicabilidade destes instrumentos à intervenção em CAD.

ÁREA DA PREVENÇÃO***Programa Eu e os Outros***

Na continuidade da monitorização do programa *Eu e os Outros*, em 2016 estava planeada a concretização de uma reunião trimestral com os elementos nomeados por cada DICAD das diferentes ARS para a coordenação do mesmo. Contudo, face à sobrecarga de reuniões no âmbito da coordenação de intervenções preventivas, o objetivo de realização foi adaptado a duas reuniões de carácter semestral (**II.1.17. Desenvolvimento e Monitorização do Programa Eu e os Outros**). Essas reuniões tiveram por objetivo a partilha dos trabalhos em curso, o grau de implementação do programa, as necessidades identificadas, a adaptação de materiais, a discussão de melhorias a introduzir nas diferentes áreas de coordenação do Programa, entre outros.

Em 2016 foi planeada a revisão das Linhas Orientadoras do Programa Eu e os Outros. A revisão do documento envolveu uma reflexão acentuada quer em torno dos procedimentos associados ao processo formativo, quer do modelo até aqui adotado para a avaliação de resultados (**II.1.26. Revisão das Linhas Orientadoras do Programa "Eu e os Outros"**).

Paralelamente, a coordenação nacional do programa *Eu e os Outros* envolve ainda o apoio à Implementação/desenvolvimento do mesmo em novos contextos/parcerias nacionais e Internacionais em função das solicitações recebidas (**II.1.18. Implementação/desenvolvimento do Programa Eu e os Outros em novos contextos/parcerias nacionais e Internacionais**). No ano de 2016, o Eu e os Outros manteve a sua implementação em Cabo Verde, procedendo-se a duas reuniões de supervisão por *Skype* com técnicos da Comissão de Coordenação do Combate à Droga (CCCD), entidade que assumiu a coordenação do programa naquele país.

Do mesmo modo, manteve-se o apoio ao desenvolvimento do Programa na Região Autónoma dos Açores, mediante um projeto-piloto desenvolvido na Ilha Terceira, em colaboração com a Direção Regional de Saúde, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a Casa do Povo de Santa Bárbara, instituição na qual foi delegada a responsabilidade de coordenação local. Este trabalho envolveu a formação de dois grupos de trabalho: um de novos aplicadores que implementaram a narrativa consagrada aos problemas ligados ao álcool e um grupo de continuidade, que no ano letivo que terminou em 2016 implementou a narrativa ligada à sexualidade e à violência no namoro. O profissional que assumiu a função de acompanhamento técnico junto dos aplicadores foi objeto de formação e supervisão à distância com recurso a *Skype*. No final de 2016 iniciaram-se dois novos processos formativos, um dos quais destinado a novos aplicadores na narrativa dos problemas ligados ao álcool e outro de reciclagem, centrado na narrativa consagrada aos comportamentos aditivos sem substância. O trabalho decorrente destes processos formativos desenrolar-se-á ao longo do ano letivo 2016/17.

Ainda dentro das respostas dadas a solicitações específicas, desenvolveu-se ao longo do ano letivo 2015/16 um projeto-piloto no Agrupamento de Escolas Lindley Cintra na freguesia do Lumiar, em Lisboa, que conjuga a participação de técnicos da CDT de Lisboa, agentes do Programa *Escola Segura* da 3ª Esquadra da PSP e docentes das diferentes escolas do referido agrupamento. O objetivo deste projeto-piloto foi o de conjugar a

experiência destes diferentes profissionais na implementação da narrativa consagrada à contextualização legal do consumo de substâncias psicoativas. A experiência envolveu um processo formativo creditado, o qual incluiu acompanhamento técnico assegurado pela coordenação nacional do programa.

Finalmente, dando continuidade ao que vem sendo prática nos últimos anos, procedeu-se no ano letivo de 2015/16 à implementação experimental de uma narrativa revista. Neste caso, a dedicada aos comportamentos aditivos sem substância, tendo por base o grupo de trabalho constituído desde 2012/13 no concelho de Odivelas. Este processo de validação implicou a formação de reciclagem de profissionais das áreas da educação, da saúde e da autarquia. Este trabalho testou a adequação dos conteúdos introduzidos no decurso da revisão feita à narrativa e a adesão dos jovens e aplicadores ao seu teor, tendo-se recolhido boas indicações de ambas as partes. Já no final do ano, de acordo com o procedimento habitual, foram lançadas as bases para o início de um novo grupo, a ser desenvolvido ao longo do ano letivo 2016/17, centrado, desta feita, na narrativa consagrada à contextualização legal do consumo de substâncias psicoativas. Serão testados ao longo do ano de trabalho, as adaptações introduzidas nesta narrativa, fruto da experiência desenvolvida no Agrupamento de Escolas Lindley Cintra. Para este processo foi garantido o apoio da Esquadra da PSP de Odivelas que participará com 4 agentes na implementação do programa em articulação com os aplicadores anteriormente formados.

No âmbito da implementação do *Eu e os Outros* foram ainda realizadas atividades não previstas que se revelaram importantes para a implementação do mesmo projeto, designadamente a sua apresentação nos seguintes Eventos Técnicos e Científicos:

- *2nd International Urban Drug Policies Conference*, que teve lugar em Varsóvia entre 17 e 19 de fevereiro integrando a mesa *Prevention and Education*;
- II Congresso do SICAD realizado em Lisboa entre 5 e 7 de abril ;
- *WP6 satellite event* (da *Joint Action RARHA*) que teve lugar no Slovenian National Council in Ljubljana (Eslovénia); a 21 de Novembro integrado no *7th European Alcohol Policy Conference* organizado pela Eurocare.

No âmbito da formação, foi concretizado em resposta a uma solicitação da Direção-Geral de Educação (DGE) um plano de formação/sensibilização de profissionais de educação ligados ao programa Integrado de Educação/Formação, um conjunto de 12 sessões de 3 horas nas quais o programa *Eu e os Outros* foi apresentado no âmbito das respostas preventivas em contexto escolar. Este programa decorreu entre 7 de março e 8 de abril e envolveu um total de 248 formandos distribuídos entre 141 docentes e 107 técnicos de intervenção local, dando cobertura a 88 agrupamentos de escolas do país.

Contexto Laboral

No âmbito do desenvolvimento das Linhas de Orientação para a intervenção em CAD, foram criados dois documentos enquadradores e de suporte técnico-científico, dirigidos aos agentes do meio laboral designadamente: “Consumo de Substâncias Psicoativas. Reflexos em Meio Laboral. Guia Prático para a Intervenção em Micro, Pequenas e Médias Empresas” iniciado em 2015, (disponível em http://www.sicad.pt/BK/Intervencao/meio_laboral/Documents/Guia_PME.pdf) e o “Modelo de Intervenção sobre Comportamentos Aditivos nas Autarquias, Municípios e Serviços Municipalizados”, (disponível em http://www.sicad.pt/BK/Intervencao/meio_laboral/Documents/Modelo%20de%20Intervencao%20-%20Autarquias,%20Municipios.pdf).



Figura 4 - Documentos enquadradores e de suporte técnico-científico de intervenção em contexto laboral

O primeiro documento resulta do trabalho de uma equipa liderada pelo SICAD, que inclui representantes das Associações Patronais, Confederações Sindicais, Direção-Geral da Saúde (DGS), Sociedade Portuguesa de Medicina no Trabalho, Comissão Nacional de Proteção de Dados, Autoridade para as Condições de Trabalho e Marinha Portuguesa. O segundo foi realizado pelo grupo de trabalho interno ao SICAD composto por profissionais da DPI e DMI (I1.1.23. **Desenvolvimento das Linhas de Orientação para a intervenção em CAD**)

Os documentos procuram refletir um conjunto de sugestões dos diferentes parceiros redatores e visam dotar as organizações de instrumentos de desenvolvimento de intervenções em CAD, em contexto laboral.

ÁREA DO TRATAMENTO

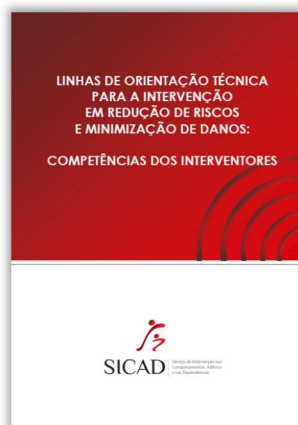
Normas e orientações técnicas em Unidades de Desabilitação

No ano de 2016 foi produzida uma nova versão do documento sobre Normas e Orientações Técnicas para estas Unidades pelo Grupo de Trabalho constituído para o efeito, sob coordenação do SICAD e em colaboração com as ARS, IP (I1.1.25. **Conclusão e divulgação do documento sobre normas e orientações técnicas em Unidades de Desabilitação**). Tendo esta versão sido validada pelo Grupo de Trabalho, prevê-se uma definição deste documento em 2017, aumentando o seu alcance pela mobilização de peritos dos diferentes grupos profissionais que intervêm nestas Unidades para melhoria desta ferramenta de intervenção.

Normas e orientações técnicas para a intervenção na problemática do Jogo

Na continuidade do trabalho previamente desenvolvido no documento de Linhas de Orientação para a Intervenção na Problemática do Jogo **(I1.1.24. Desenvolvimento das Linhas de Orientação para a intervenção na problemática do Jogo)** em 2016 prosseguiu-se com a elaboração deste manual, em co-construção com vários representantes dos Centros de Respostas Integradas (CRI) alocados às DICAD das ARS, IP, com o objetivo de conferir um suporte técnico-normativo à intervenção dos CRI em matéria de CAD sem substância. O seu conteúdo, devidamente monitorizado pelo SICAD, integra tópicos que incluem a nosologia deste tipo de CAD, as dimensões etiopatogénicas, as bases neurobiológicas, a fenomenologia clínica, os processos de avaliação e diagnóstico e os modelos de intervenção. Trata-se simultaneamente de uma ferramenta de disseminação do conhecimento adquirido pelos profissionais, designadamente pelas várias estruturas de cuidados da rede pública. Esta publicação será concluída no ano de 2017 e objeto de disseminação.

ÁREA DE REDUÇÃO DE RISCOS E MINIMIZAÇÃO DE DANOS (RRMD)



Linhas Orientadoras para a Intervenção em RRMD no âmbito dos CAD

Conforme previsto para as atividades neste âmbito em 2016, foi possível alargar o âmbito desta iniciativa pela criação do Grupo de Trabalho Alargado, o qual integrou, para além dos membros do Grupo de Trabalho original, os peritos de instituições promotoras de projetos e de investigação nesta área específica. Fruto da ação deste Grupo de Trabalho, a qual seguiu uma metodologia de “*consensus group*”, foi finalizado em 2016 e difundido o documento “*Orientação Técnica em RRMD: Competências dos Interventores.*” **(I1.1.22. Conclusão e divulgação das Linhas Orientadoras para a Intervenção em RRMD no âmbito dos CAD, em articulação com SH estratégicos)**. A qualidade do trabalho assim produzido, assente numa metodologia cientificamente reconhecida e suscetível de gerar indicações adequadas e eficazes para os profissionais que operam neste âmbito faz prever que este documento possa constituir um referencial para as intervenções neste âmbito.

ÁREA DE REINserção

No âmbito da monitorização e avaliação do Modelo de Intervenção em Reinserção (MIR) e no seguimento do trabalho que foi desenvolvido nos anos anteriores, iniciou-se em 2016 um novo ciclo de monitorização e avaliação da área da reinserção, com recurso a ferramentas mais robustas e abrangentes da especificidade do trabalho desenvolvido junto dos cidadãos com CAD. Após as alterações efetuadas no Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM), esta ferramenta está a ser utilizada de forma exclusiva para efeitos de registo das intervenções e para monitorização e avaliação da área da reinserção. O *Relatório de Monitorização das Intervenções de Reinserção*, elaborado em 2016 foi o primeiro relatório construído com base no leque de informação disponível no SIM **(I1.1.2.7. Monitorização e avaliação do Modelo de Intervenção em Reinserção)**.

Este relatório, para além de permitir conhecer as principais necessidades identificadas junto dos cidadãos em acompanhamento e a respetiva capacidade de resposta proporcionada, permitindo monitorizar as intervenções desenvolvidas durante o ano pelos serviços locais das ARS, IP, apresenta ainda os indicadores de avaliação do Modelo de Intervenção em Reinserção (MIR). Este conjunto de indicadores permite aferir aspetos relevantes sobre a aplicação deste modelo, tais como o grau de disseminação da utilização do Plano Individual de Inserção (PII), a avaliação da eficácia e da eficiência das intervenções efetuadas, assim como a avaliação da capacidade de resposta às necessidades identificadas no âmbito de um PII.

A utilização de um novo modelo de análise de dados, que inclui indicadores de avaliação do MIR vai permitir que, ano após ano, se evidenciem tendências sobre a intervenção desenvolvida, possibilitando também a aferição da aplicabilidade e dos resultados atingidos com o modelo em vigor.



Avaliação das Linhas Orientadoras para a Mediação Social e Comunitária no âmbito da reinserção de pessoas com CAD

Na sequência da publicação do documento Linhas Orientadoras para a Mediação Social e Comunitária no âmbito da Reinserção de Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências, foi iniciado um processo avaliativo das Linhas Orientadoras criadas, visando determinar a aplicabilidade do modelo da mediação social e comunitária na reinserção de pessoas com CAD. Pretende-se desenvolver uma pesquisa que permita compreender, de forma aprofundada e sob a perspetiva dos diversos SH, a conceção e o desenvolvimento da intervenção social no âmbito da reinserção de pessoas com CAD, de forma a refletir sobre a eficácia do modelo, considerando os seus limites e potencialidades.

Em 2016 deu-se continuidade a este trabalho, desenvolvido em estreita articulação com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e as ARS, IP, tendo sido realizadas 8 reuniões de trabalho, que incidiram sobre a construção do projeto de investigação e dos vários instrumentos de pesquisa (I1.2.8. **Dinamização de Grupo de Trabalho para a avaliação das linhas orientadoras para a mediação social e comunitária**).

No sentido de formalizar esta articulação, foi elaborado um protocolo de cooperação entre o SICAD, a Universidade de Coimbra e as cinco ARS,IP, devidamente negociado entre os signatários, cuja assinatura se prevê para 2017.

Objetivo Operacional 2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos

Prosseguiu em 2016 o desenvolvimento de modelos e programas de intervenção implementados com diferentes parceiros em diversos âmbitos e focalizados em diferentes grupos e contextos. Destaca-se o trabalho desenvolvido no contexto institucional tutelar e educativo no âmbito do Projeto de Prevenção dos CAD na Casa Pia de Lisboa; o *Kosmicare*, desenvolvido em contexto recreativo; o Dia da Defesa Nacional, no contexto militar; o projeto “Corda Bamba” desenvolvido em contexto comunitário; o projeto de *Intervenção em Contexto Laboral, Empresas e Autarquias*; o programa *Eu e os Outros* em contexto escolar, o Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS) e a Linha Vida SOS Droga 1414.

Intervenção em contexto militar

Dia da Defesa Nacional

A intervenção desenvolvida pela área da saúde no âmbito do Dia da Defesa Nacional incide sobre os CAD e é coordenada pelo SICAD num trabalho desenvolvido em estreita articulação com as DICAD das ARS, I.P. e as entidades responsáveis por esta área nas Regiões Autónomas. A coordenação nacional é partilhada pelo DPI/DPIC e pela DMI, conjugando a componente operacional com a de estudos e investigação. A organização de toda a intervenção desenvolve-se a dois níveis: um de articulação entre a coordenação militar e a coordenação da saúde e o outro, interno à saúde, que inclui elementos do SICAD e representantes das DICAD. O processo de monitorização previa quatro momentos de trabalho, sendo dois deles internos à saúde e dois alargados à coordenação militar, visando o planeamento e a avaliação da intervenção. Os momentos de trabalho internos à coordenação da saúde foram direcionados para a elaboração do relatório anual, a avaliação da implementação, levantamento de necessidades e adaptação de materiais (**12.1.3. Desenvolvimento e monitorização da intervenção no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências no Dia da Defesa Nacional**). No ano de 2016, o número de reuniões foi alargado em virtude de ter sido organizado um evento para apresentação dos dados recolhidos no decurso da intervenção junto a todos os jovens de 18 anos que comparecem no Dia da Defesa Nacional. O planeamento desse evento obrigou a reuniões extras de coordenação com as estruturas militares. Do mesmo modo, a necessidade de aferição dos procedimentos de recolha e disponibilização dos dados recolhidos justificou uma reunião adicional entre os diferentes parceiros envolvidos no Dia da Defesa Nacional e para os quais são aplicados questionários de recolha de dados de avaliação de processo no que respeita à intervenção, ou de indicadores de comportamentos e atitudes associados às problemáticas em torno das quais as intervenções são desenvolvidas. Essa reunião procurou harmonizar procedimentos, partilhar experiências e reforçar a importância de uma difusão dos resultados obtidos.

Em 2016 foi ainda concretizado um Encontro de apresentação do Estudo “Comportamentos Aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional”. Este encontro foi organizado de forma conjunta pela coordenação militar e pela coordenação da saúde. O encontro teve lugar nas Instalações da

Academia Militar na Amadora, no dia 2 de junho. Nele foi feita uma contextualização do Dia da Defesa Nacional e da abordagem aos CAD.

Intervenção em contexto laboral

No quadro do desenvolvimento de modelos e programas em contextos específicos, o trabalho elaborado relativamente ao Contexto Laboral incidiu na consolidação das diferentes vertentes de intervenção através da dinamização e reforço das ações e das parcerias.

Assim uma parte do investimento centrou-se na preparação e execução de documentos enquadradores de informação e suporte técnico-científico, dirigidos aos agentes do meio laboral designadamente, conforme anteriormente mencionado.

Simultaneamente foram desenvolvidas **Ações de divulgação de boas práticas a entidades empregadoras (I2.2.8.)** em diferentes autarquias, nomeadamente em Coimbra, Sever do Vouga e Estarreja, bem como nos Serviços Municipalizados de Almada e na Administração do Porto de Sines.

Fruto de um trabalho continuado nos últimos tempos e em parceria com a DMI, continuaram-se a desenvolver **“ações de sensibilização dirigidas a diferentes grupo-alvo, em vários contextos, sobre os riscos associados aos CAD (I2.2.19.)”** tendo como destinatários diversos públicos, nomeadamente alunos de escolas de ensino profissionalizante e profissional, estudantes de medicina, profissionais de saúde, pais, professores e alunos do ensino secundário.

A intervenção em contexto laboral realizada ao abrigo do Protocolo de Articulação SICAD/ Confederação Geral dos Trabalhadores de Portugal, continuou a desenvolver-se tal como previsto nas Câmaras Municipais de Seixal e de Palmela e, de uma forma direta entre o SICAD e Autarquias, nas Camaras de Aveiro, de Estarreja, de Santa Maria da Feira e de Sever do Vouga. Assim no âmbito do indicador **“Planificação e realização de ações de sensibilização dirigidas a trabalhadores sobre os riscos associados aos CAD” (I2.2.1.)** desenvolveram-se 12 ações de sensibilização promovidas pelo SICAD.

Tanto as ações de sensibilização como as de formação **(I20.3.2. Planificação e realização de sessões formativas dirigidas a profissionais de saúde e segurança do trabalho e a outros agentes do meio laboral relativamente aos CAD - DIC/DMI/EMPECO)** desenvolveram-se maioritariamente ao abrigo do projeto europeu EURIDICE (*European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment*) promotor da prevenção e da intervenção nas dependências do álcool e outras substâncias psicoativas.

Em resultado de pedidos de articulação direta com o SICAD desenvolveram-se também ações de formação em outras autarquias designadamente Coimbra e Almada.

No âmbito destes indicadores foram planeadas e desenvolvidas 29 ações de sensibilização e formativas dirigidas a trabalhadores, profissionais de saúde e segurança do trabalho e a outros agentes do meio laboral sobre os riscos associados aos CAD.

Assinou-se ainda em 2016 no contexto do projeto EURIDICE um novo documento de parceria que vincula também Câmara Municipal de Loures. **(I2.2.3. Renovação e dinamização de protocolos no contexto do meio laboral)**. Iniciou-se também o processo de assinatura do protocolo entre o SICAD e a Câmara Municipal de Coimbra.

No sentido de promover e dinamizar esta linha de trabalho em Contexto Laboral, **(I20.3.2. Planificação e realização de sessões formativas dirigidas a profissionais de saúde e segurança do trabalho e a outros agentes do meio laboral relativamente aos CAD)** a DPI /DPIC, a DMI e a EMPECO estiveram presentes em empresas e organizações que solicitaram ao SICAD formação estruturada para dirigentes, quadros superiores e responsáveis de Higiene e Segurança no Trabalho, designadamente nas autarquias de Coimbra e Almada.

A DPI/DPIC com a DMI mantêm uma equipa de trabalho com o objetivo de providenciar respostas a entidades empregadoras, realizar análises de programas e projetos de intervenção provenientes de empresas, bem como elaborar documentos conceptuais e organizativos, emitindo os respetivos pareceres e propostas de desenvolvimento. Conseguindo responder a 100% das solicitações das entidades **(I2.2.7. Apoio técnico e científico a entidades empregadoras e ou profissionais de segurança e saúde, relativamente aos CAD)**.

Em 2016 o SICAD continuou a desenvolver consultoria e validação de ações de formação **(I 20.3.2. Planificação e realização de sessões formativas dirigidas a profissionais de saúde e segurança do trabalho e a outros agentes do meio laboral e I20.3.3. Consultoria para ações de formação no âmbito dos CAD organizadas por entidades empregadoras)**, desenvolvidas no contexto da Secretaria dos Assuntos Sociais da Região Autónoma da Madeira e de três empresas privadas multinacionais.

Foram também desenvolvidos encontros de apoio técnico e científico a entidades empregadoras e ou profissionais de segurança e saúde relativamente aos CAD, nomeadamente no desenho de políticas de saúde e no desenvolvimento dos pressupostos de aplicação dos procedimentos de controlo do álcool e de outras SPA em contexto laboral.

No âmbito das intervenções neste contexto específico **(I2.2.4. Participação em grupos de discussão interinstitucionais de âmbito nacional e internacional, no contexto dos CAD em meio laboral)** o SICAD esteve presente em vários encontros e grupos de trabalho nacionais e internacionais nomeadamente no VI Congresso Científico da Associação Nacional de Laboratórios Clínicos - ANL e IV Jornadas Científicas JIQLAC e no 5th *Safety and Security Conference* onde se apresentaram comunicações subordinadas ao tema “Comportamentos Aditivos. Prevenção e Intervenção em Contexto Laboral”.

Contexto institucional tutelar - educativo***Projeto CAD na Casa Pia de Lisboa***

O Programa de Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) na Casa Pia de Lisboa, I.P. (CPL), coordenado em conjunto pela CPL, I.P.; pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT, I.P.), através da DICAD e pelo SICAD, através da DPIC, visa implementar estratégias de intervenção preventiva seletiva e indicada para os comportamentos aditivos com e sem substâncias psicoativas (SPA), através de ações específicas e complementares, designadamente através do desenvolvimento de competências sociais dos educandos, com a implementação do Programa CAD, este integrado no programa mais vasto de desenvolvimento de competências na CPL, designado Competências Sociais Integrada (CSI), e do encaminhamento dos mesmos para a vertente de prevenção indicada/ tratamento (I2.2.14. **Consultoria e suporte técnico no âmbito do desenho, implementação e avaliação de intervenções preventivas de carácter seletivo/indicado, dirigidas a crianças e jovens em risco em instituições tutelares e/ou outras**).

O ano de 2016 permitiu a consolidação da reformulação do programa CAD, nomeadamente com a conclusão dos instrumentos de trabalho do projeto, designadamente o Guião de Procedimentos para a Intervenção em CAD e a revisão do Manual do Programa CAD, sobre o qual se organizaram duas sessões de formação para aplicadores – técnicos da CPL, que se configuraram como momentos determinantes para a execução do projeto. No âmbito das suas atribuições, durante o ano de 2016 o Núcleo de Coordenação do projeto reuniu com uma periodicidade mensal, tendo sido realizadas um total de onze reuniões de trabalho com a participação dos diferentes elementos das três entidades responsáveis pelo programa. À semelhança dos anos transatos, implementar uma intervenção preventiva de natureza seletiva, indicada e ambiental adequada às necessidades e características dos grupos-alvo (educandos, famílias e restantes agentes socioeducativos) dos CED da CPL, no âmbito dos CAD, com ou sem SPA é uma tarefa complexa, que exige uma grande articulação e congregação de esforços. Acresce sublinhar que o trabalho desenvolvido durante o ano em apreço, desenvolveu-se tendo como base um estreito e profícuo trabalho de colaboração entre os técnicos representantes das três entidades envolvidas e de acompanhamento direto à intervenção desenvolvida em cada CED.

Contextos recreativos***Kosmicare***

O trabalho de consultoria e suporte técnico no âmbito dos CAD constitui-se como uma das atribuições do SICAD (I2.2.20. **Consultoria e suporte técnico no âmbito da investigação, formação e avaliação de intervenções em diferentes contextos**). O trabalho de consultoria desenvolvido no ano de 2016 foi realizado junto a parceiros com intervenções de carácter específico, designadamente no âmbito do



projeto de intervenção e investigação *Kosmicare*, do Programa Corda Bamba, da DICAD da ARSLVT e da participação no Estudo Saúde e Estilos de Vida no Ensino Superior em Portugal.

No que diz respeito ao *Kosmicare*, um projeto de intervenção na crise resultante do consumo de SPA em contextos recreativos, desenvolvido no BOOM Festival, as atividades em 2016 passaram, numa primeira fase pelo planeamento da intervenção no terreno e respetivos processos organizativos e logísticos e pela construção do módulo formativo e respetivo manual, visando a formação da equipa técnica, e pela colaboração em atividades de disseminação do projeto. A segunda fase consistiu na deslocação ao festival, durante a sua realização, entre 7 e 20 de Agosto para operacionalização e co-coordenação da intervenção no terreno e para dar suporte à investigação no que se refere à recolha de dados. O SICAD alocou dois técnicos, com funções de co-coordenação da implementação da intervenção no terreno e de suporte na recolha de dados do projeto de investigação da intervenção.

A edição de 2016 do *Kosmicare* decorreu nos mesmos moldes da anterior tendo contudo, sido introduzidas algumas alterações, designadamente no reforço da equipa técnica, através do aumento significativo do número de elementos e com a introdução de uma assistente de coordenação, para apoio às tarefas de coordenação da intervenção no terreno. A equipa foi composta por 73 elementos, quase na sua maioria voluntários, provenientes maioritariamente de Portugal e de outros países tais como a África do Sul; Argentina; Bélgica; Espanha; Finlândia; Holanda; Irlanda; Israel; Luxemburgo; México; Polónia; Servia; UK e USA, entre outros.

Na edição de 2016 foram abrangidos pela intervenção do *Kosmicare* cerca de 400 indivíduos, praticamente o mesmo número da edição anterior, o que se constitui como 1% da população total de participantes do Festival (cerca de 40.000). Verificou-se uma grande afluência de visitantes a necessitar de apoio, numa média de 50 visitantes por dia, sendo a severidade de alguns dos casos um desafio à intervenção. Evidenciam-se como pontos fortes da intervenção a coesão conseguida no seio da equipa, apesar da sua grande dimensão, e a qualidade robusta do trabalho desenvolvido, que se traduziu num forte empenho para assegurar continua e ininterruptamente os cuidados, perante todas as dificuldades próprias duma intervenção desta natureza, desenvolvida num contexto muito desafiante a vários níveis. Sublinha-se ainda a excelente articulação do *Kosmicare* com os serviços de emergência médica e os serviços de segurança do festival, através da qual se procurou e conseguiu, com o maior sentido de cooperação, responder às situações de crise que exigiram o envolvimento de todos os recursos e serviços presentes no festival.

Em 2016 foram ainda desenvolvidas atividades de difusão e disseminação do *Kosmicare*, designadamente a apresentação em 19 Abril de 2016 da comunicação “Intervenção em crise em ambientes recreativos: avaliação do processo e contributo para um modelo suportado em evidência científica - a experiência do *Kosmicare* no BOOM Festival”, nas Jornadas de Investigação em Psicologia Clínica e da Saúde, na Universidade Lusófona, realizadas em Lisboa. Os estudos relativos à edição de 2016 encontram-se em curso, coordenados pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica do Porto.

Contexto comunitário

Corda Bamba



O Programa “Corda Bamba” é da autoria conjunta da Unidade de Alcoologia de Lisboa e do Unidade de Desabilitação das Taipas, sob a coordenação da DICAD da ARSLVT, visando a prevenção do consumo de substâncias psicoativas em Adolescentes e Jovens, tendo iniciado a sua atividade em fevereiro de 2015.

Face à necessidade de conjugar abordagens individuais e grupais, num modelo de prevenção de tipo seletivo e indicado, a equipa solicitou ao SICAD apoio técnico, para a supervisão regular do projeto, com periodicidade mensal, a ser desenvolvida por um profissional da Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção.

Assim, se num primeiro momento a supervisão centrou-se essencialmente numa perspetiva da gestão do projeto, que proporcionou uma clarificação de objetivos, estratégias, articulações com parceiros, etc. Num segundo momento, com o início da intervenção junto aos jovens, a supervisão foi progressivamente assumindo uma clara aproximação ao formato de supervisão em clínica em saúde mental, tendo em conta as características da equipa, em termos de multidisciplinariedade e multifunções, numa perspetiva integrativa, mais focada na técnica do que na teoria, alternando o supervisor entre os papéis de formador, conselheiro e consultor, proporcionando ensinamentos no primeiro caso, questionando e explorando práticas no segundo e validando linhas de ação e estratégias no último plano.

Tendo por base as orientações assumidas para o suporte técnico solicitado, ao longo de 2016 foram concretizadas 7 sessões de supervisão, na sua grande maioria centradas na discussão de casos, tendo os mesmos sido apresentados pelos diferentes profissionais responsáveis pelo seu acompanhamento.

Intervenção em Contexto Escolar - Ensino Superior

Estudo Saúde e Estilos de Vida no Ensino Superior em Portugal.

A componente referente à consultoria desenvolvida no âmbito do **Estudo Saúde e Estilos de Vida no Ensino Superior em Portugal** é reportada Divisão de Estudos e Investigação, dado tratar-se de um trabalho que foi desenvolvido em articulação com a mesma.

Sensibilização dirigido a diferentes grupo-alvo, em vários contextos, sobre os riscos associados aos CAD

Ainda que sendo uma instituição com responsabilidades técnico-normativas, o SICAD é frequentemente solicitado a participar em ações de carácter pontual de sensibilização para os problemas ligados aos CAD (I2.2.1. **Planificação e realização de ações de sensibilização dirigidas a trabalhadores sobre os riscos associados aos CAD**). Muitas destas solicitações são remetidas às estruturas regionais ou locais mas nalguns casos, por se tratar de

solicitações enquadradas em colaborações com carácter continuado ou por reunirem particular interesse para um objetivo estratégico do SICAD, são consideradas prioritárias e são mobilizados profissionais para lhes dar resposta, destacando-se as intervenções em contexto laboral. Em 2016 foi traçada como meta para este tipo de ações a concretização de 10 sessões, verificando-se que este número foi superado em 12. Tal deve-se necessariamente à diversidade das solicitações que foram endereçadas aos SICAD, às quais se considerou fundamental dar resposta.

No âmbito do planeamento e operacionalização das políticas e intervenções com parceiros estratégicos no âmbito dos CAD (**12.3.6. Reuniões de planeamento e operacionalização das políticas e intervenções com parceiros estratégicos**), destaca-se o trabalho desenvolvido no âmbito da RRMD e dos Problemas Ligados ao Álcool (PLA) através Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS).

Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS)

No seguimento dos trabalhos de 2015, em 2016 foi possível consolidar o trabalho junto dos Membros do FNAS, de forma a operacionalizar o que tinha já sido planeado. Concretamente, foi assegurado que todos os 73 membros tivessem submetido compromissos, conjuntamente ou de forma individual (uma responsabilidade inerente a ser membro do FNAS), o que implicou a concretização de diversas reuniões do secretariado permanente com representantes das entidades-membro, a partilha de documentação técnica e científica relevante para as ações propostas e o aproveitamento dos Encontros de Monitorização e de Partilha de Boas Práticas (**12.3.5. Dinamização com suporte técnico-científico dos Membros do FNAS no processo de elaboração e/ou execução dos compromissos**).

Foi igualmente prosseguida esta metodologia para submeter os novos compromissos do FNAS, tendo sido solicitado às entidades proponentes que pudessem apresentar publicamente e aos membros da comissão executiva presentes, o seu compromisso de ação. No segundo semestre de 2016, uma nova entidade (organização não governamental para o desenvolvimento) aderiu ao FNAS e apresentou o seu compromisso de ação, perfazendo o FNAS um total de **74 membros**. Importa ainda assinalar o esforço relativamente à mobilização da adesão de novos membros, tendo sido executadas reuniões com seis diferentes entidades que porventura virão a aderir ao FNAS a partir de 2017.

A reestruturação do *website* “Diretório do Álcool” (**12.3.9. Reestruturação do site “Diretório do Álcool”**) foi materializada na migração e ajustamento dos conteúdos relevantes para uma nova estrutura (*microsite* FNAS) inserida no *website* SICAD (disponível em <http://www.sicad.pt/PT/FNAS/Paginas/default.aspx>).

Ainda em 2016 foi organizado pelo Secretariado Permanente o evento para a entrega dos Prémios FNAS, no dia 12 de dezembro, nas instalações dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa. Este evento, que marcou o encerramento do II Ciclo do FNAS, é o corolário de um compromisso conjunto desenvolvido pela Associação Nacional de Municípios de Portugal, Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade Social, Direção Geral de Educação e SICAD através do qual se procurou dar visibilidade ao trabalho desenvolvido a nível local no âmbito dos problemas ligados ao álcool.

Linha Vida SOS Droga 1414

A Linha Vida SOS Droga é um Serviço de Aconselhamento Psicológico, anónimo, gratuito e confidencial na área dos CAD, cujo objetivo é prestar suporte emocional em situações de crise, refletir sobre questões relacionadas com os comportamentos aditivos, dependências e temáticas associadas, assim como esclarecer dúvidas ou informar sobre os recursos existentes nesta área.

Dirige-se a qualquer pessoa com consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas e outros comportamentos aditivos com e sem substâncias e dependências, a familiares, amigos, companheiros, profissionais de saúde, de educação, de justiça, de intervenção comunitária e todos aqueles que desejem ser apoiados ou informados sobre estas matérias. Facilmente acessível, o Serviço disponibiliza aconselhamento, informação e encaminhamento, permitindo que todos que dele necessitem sejam ouvidos e encontrem uma resposta adequada, de suporte e contenção.

Neste momento a Linha Vida SOS Droga é assegurada por dois Psicólogos Clínicos, com formação específica nas áreas do aconselhamento psicológico e dos CAD, com o horário das 10 às 18h em dias úteis.

A Linha atendeu 5712 chamadas no ano de 2016. Apresenta-se em seguida uma breve caracterização das chamadas recebidas através do apuramento de registos na base de dados da Linha Vida.

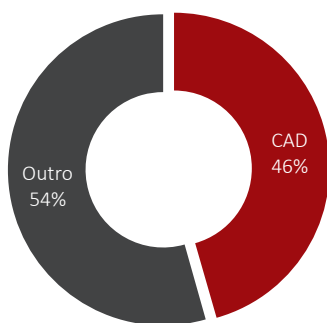


Gráfico 2 - Tipo de assunto que subjaz ao contacto estabelecido com a Linha Vida

Verifica-se uma percentagem significativa de contactos telefónicos em que o tema primordial não surge como diretamente associado aos CAD o que poderá dever-se ao facto de algumas linhas de apoio terem cessado a sua atividade, tais como as linhas VIH/SIDA e de, noutras áreas como no caso da saúde mental, não existir um tipo de apoio similar e dotado de especificidade.

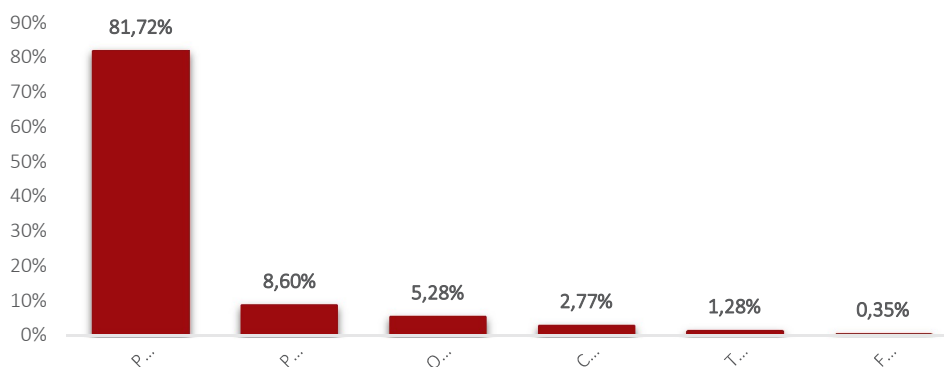


Gráfico 3 - Quem faz o pedido na Linha Vida

Verifica-se uma tendência para o serviço ser maioritariamente procurado pelos próprios indivíduos requerentes de apoio, seguido de familiares. A baixa procura por parte de técnicos das áreas da saúde, educação e intervenção comunitária poderá indiciar uma lacuna na divulgação junto dos pares. Destes dados poder-se-á tirar a elação de que a Linha Vida é procurada essencialmente por aqueles que gravitam afetivamente e em termos psicossociais em torno da problemática dos CAD.

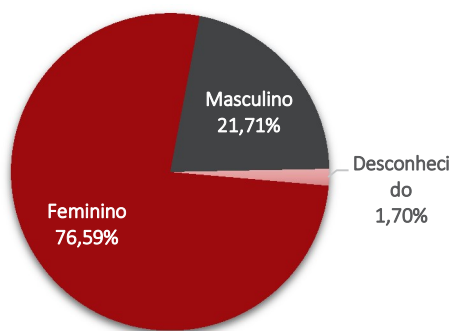


Gráfico 4 - Género de quem liga para a Linha Vida

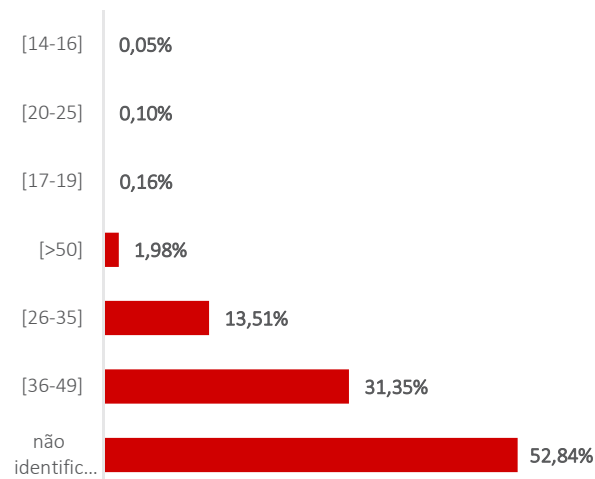


Gráfico 5 - Faixas etárias dos utilizadores da Linha Vida

Relativamente à idade dos utentes que procuram o serviço, verifica-se um peso de pedidos de apoio na faixa dos 36-49 anos que se situou a maioria dos utentes da Linha, seguida da faixa etária 26-35 anos. Do apuramento destes dados realçamos o facto de a população mais jovem recorrer ao serviço de forma relativamente incipiente.

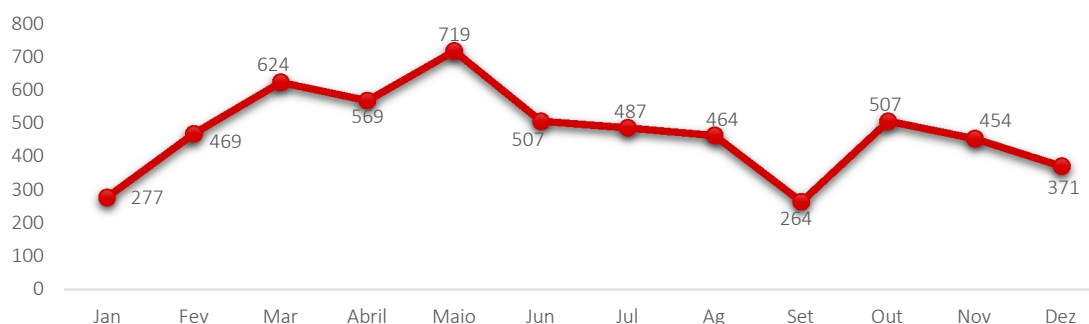


Gráfico 6 - Evolução do número de chamadas rececionadas por mês, durante o ano de 2016

E-mail counselling

No serviço de e-mail *counselling* - 1414@sicad.min-saude.pt foram recebidos no ano de 2016, um total de 116 e-mails (12.4.4. Número de e-mails respondidos no serviço de e-mail da Linha Vida, face ao número de e-mails recebidos).

No que se refere às pessoas que efetuaram pedidos a este serviço, verificou-se que na sua grande maioria foram os próprios quem colocou questões por esta via, seguindo-se respetivamente os pais, outros familiares, amigos, companheiros/namorados, técnicos, filhos (as) e outros.

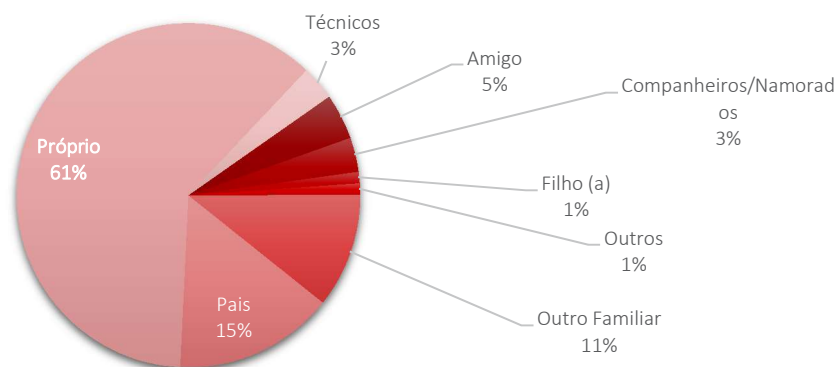


Gráfico 7 - Utilizadores que fazem o pedido

Relativamente ao seu tipo, os pedidos de informação são os que motivaram a maioria dos contactos do e-mail *counselling*, seguindo-se os pedidos de apoio/aconselhamento e outros.

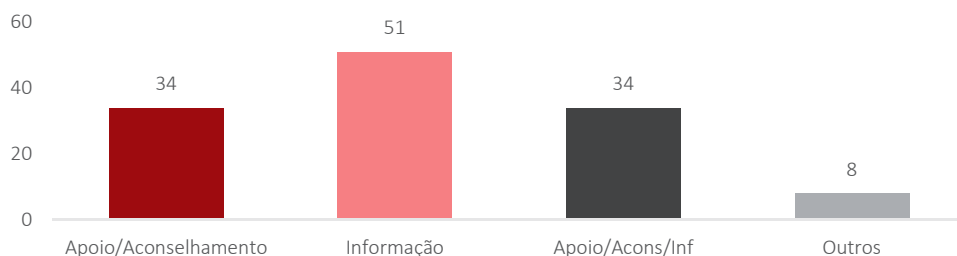


Gráfico 8 - Tipo de pedido

Relativamente às temáticas dos pedidos formulados, a maioria refere-se a questões relacionadas com o tratamento, seguindo-se problemas relacionados com o jogo, agradecimentos à Linha Vida, substâncias psicoativas e pedidos de material e ações de formação.



Gráfico 9 - Tema preponderante de contacto dos utilizadores

O serviço Linha Vida foi divulgado durante o ano de 2016 nos postos de venda de jogo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo uma enorme visibilidade e abrangendo uma vasta área da população.



Paralelamente, e no sentido de modernizar e atualizar o sítio www.tu-alinhas.pt, foi dado início, em conjunto com a EMSI, a um processo para a sua reformulação, procurando-se identificar as lacunas e potencialidades existentes no mesmo. Dessa análise, foi avaliado como necessário a reorganização da sua estrutura e áreas temáticas, assim como da revisão dos conteúdos, tendo como referência o público-alvo a que se destina e a identidade gráfica do sítio. A operacionalização do processo de reformulação do sítio teve continuidade em 2016.

Foram realizadas várias reuniões de articulação com a EMSI que visaram a concretização do indicador em apreço, tendo sido decidida a construção de um micro-site anexo ao *website* do SICAD a realizar em 2017 (I2.4.8. Conclusão da Reestruturação do site: www.tu-alinhas.pt).

Objetivo Operacional 3. Promover a criação de uma rede de recursos de saúde, numa lógica de proximidade do cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas ao nível dos CAD

Rede de Referência/Articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências

No que se refere ao desenvolvimento desta medida estruturante das políticas e intervenções no âmbito do tratamento dos CAD preconizava-se, para 2016, a monitorização da sua implementação pela produção do Relatório de Desenvolvimento da Rede de Referência/Articulação no âmbito dos CAD, tendo este sido realizado com base nos dados loco-regionais fornecidos pelas ARS, IP. (I3.1.4. **Produção do Relatório Anual da Rede de Referência/Articulação**).

No âmbito da **Coordenação do Grupo Técnico de Acompanhamento da Rede de Referência/Articulação**, ocorreu no ano de 2016 uma reunião de trabalho em que foi avaliado com as ARS, I.P. o grau de desenvolvimento da implementação da Rede de Referência a nível regional. Constatou-se a necessidade da concessão de um tempo mais alargado para as ARS, I.P. desenvolverem de forma significativa a concretização das experiências – piloto, com a devida intervenção.

Objetivo Operacional 4. Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras Intervenções (DIT e DPIC)

Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI)

O PORI é uma medida estruturante de âmbito nacional, ao nível da intervenção integrada na área dos CAD, que procura promover as sinergias disponíveis no território nacional, através da implementação de **Programas de Respostas Integradas** (PRI) baseados no desenvolvimento e implementação de metodologias sustentadas na Identificação e seleção de territórios de intervenção prioritária. A implementação do PORI traduziu-se em 2016 pelo desenvolvimento de um conjunto de atividades, cuja síntese se apresenta.

Atualização de Diagnósticos e abertura de Procedimentos Concursais

Em 2016 foram atualizados os diagnósticos dos territórios Concelho de Lisboa, Concelho de Portimão e Seixal. Assim e conforme apresentado na tabela e gráfico seguintes, foram abertos cinco procedimentos concursais, três para o território do Concelho de Lisboa, na área lacunar de RRMD, respeitantes às respostas de Centro de Acolhimento com Programa de Substituição em Baixo Limiar de Exigência, Centro de Abrigo e Programa de Substituição em Baixo Limiar de Exigência, devidamente concluídos ainda em 2016. Foram também abertos dois procedimentos concursais em novembro de 2016, um no território do Concelho de Portimão para o eixo de intervenção da RRMD e outro, para o eixo de intervenção da Prevenção, no território de Ovar. Na sequência dos procedimentos concursais concluídos em 2016, três projetos iniciaram a sua execução ainda no final desse ano.

Execução do PORI

Durante o ano de 2016 estiveram em execução 78 projetos em 44 territórios prioritários identificados a partir de diagnósticos de território. Para além desses 78 projetos, 19 projetos cuja execução tinha terminado em 2015 mantiveram-se em processo de monitorização, aguardando avaliação do relatório final conforme se apresenta abaixo (I4.1.4. Projetos financiados e acompanhados ao abrigo do PORI).

DICAD	Projetos em Execução	Projetos concluídos, em monitorização
Norte	39	9
Centro	22	6
Lisboa e Vale do Tejo	12	4
Alentejo	1	0
Algarve	4	0
Nacional	78	19

Quadro 7 - Monitorização dos projetos

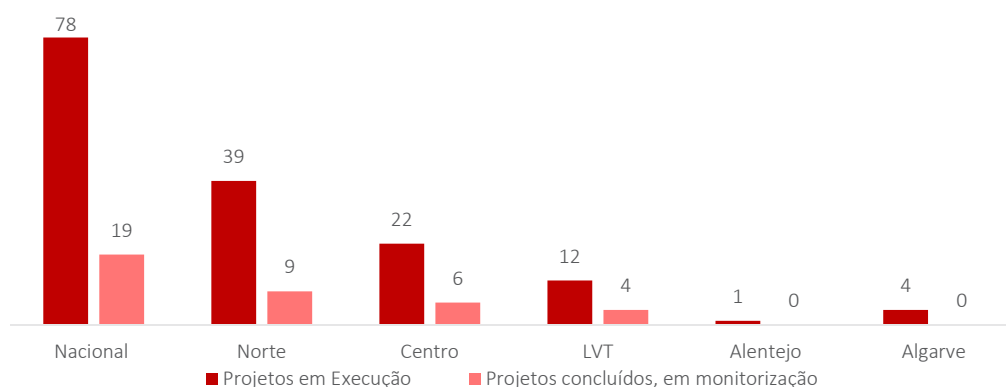


Gráfico 10 - Distribuição de projetos por região

Estiveram em execução 18 projetos de Prevenção, 37 de RRMD, 21 de Reinserção e 2 de Tratamento. O maior número de projetos está localizado na região Norte seguido da região Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Alentejo. O quadro e as figuras seguintes mostram a distribuição dos projetos em execução por região e eixo de intervenção.

Eixo de Intervenção	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Total
Prevenção	4	9	2	1	2	18
RRMD	18	9	8	0	2	37
Reinserção	16	4	1	0	0	21
Tratamento	1	0	1	0	0	2
Total	39	22	12	1	4	78

Quadro 8 - Projetos em execução, por região e eixo de intervenção

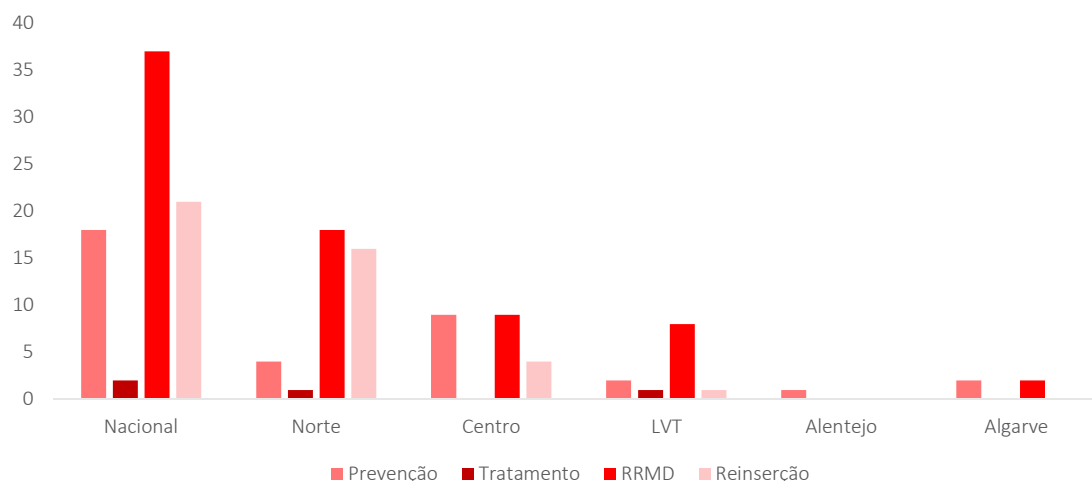


Gráfico 11 - Distribuição de projetos em execução por eixo de intervenção e região

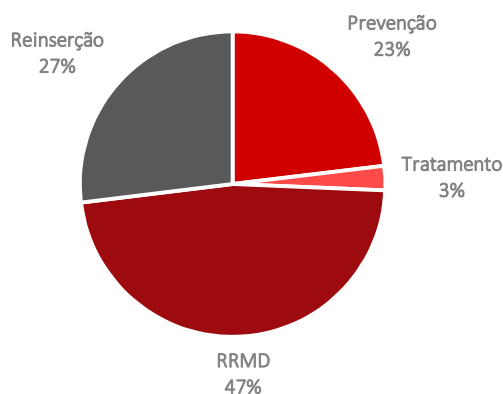


Gráfico 12 - Percentagem de projetos em execução, considerando o eixo de intervenção

a. Avaliações realizadas pelo DPI

Em 2016 foram realizados pelo DPI as seguintes avaliações no âmbito do PORI:

Momento de avaliação	Realizados
Relatório Intermédio	34
Relatório Final	14
Ponto de Situação	39
Aprovação de formulário de Continuidade	25
Pedidos de alteração	74

Quadro 9 - Processos analisados pelo DPI, no âmbito do PORI

No que se refere ao acompanhamento, monitorização e avaliação das respostas implementadas no âmbito do PORI, estão previstos dois momentos de avaliação em cada período de execução de um projeto: a avaliação intermédia, realizada a meio do período de execução e a avaliação final que abrange o período global de execução para o qual foi aprovado o financiamento pelo SICAD. Os relatórios intermédios e finais, elaborados pelas entidades promotoras, são sujeitos a apreciação por parte dos CRI e DICAD e, posteriormente, analisados no SICAD, propondo-se a sua aprovação, no caso de a execução assim o justificar (**14.2.11. Avaliação Intermédia**

e Final dos projetos no âmbito do PORI (percentagem de projetos). Salienta-se que ambos os momentos de avaliação são constituídos por uma componente técnica e uma componente financeira, ambas analisadas em complementaridade. No que respeita à monitorização cabe à DPI a realização de um relatório anual do PORI, no qual se sistematiza os dados da atividade desenvolvida no âmbito do programa (**14.2.9. Relatório Anual de Monitorização do Plano Operacional em Respostas Integradas**). Neste processo de monitorização destaca-se a premência da preconização de alterações em alguns procedimentos, designadamente ao nível da recolha e validação de Indicadores nos eixos da RRMD e prevenção.

b. Projetos em continuidade

A atribuição de financiamento a projetos que constituem os PRI é efetuada nos termos da Portaria n.º 27/2013 de 24 de janeiro (que define os princípios, regras e procedimentos a que devem obedecer as condições de autorização e atribuição financiamento, pelo SICAD a entidades promotoras de projetos que constituem os PRI). De salientar que:

- A maioria dos projetos em execução em 2016 (56) estava no segundo período de execução ou continuidade. Desses 56 projetos, 17 já se encontravam no período de continuidade no início de 2016, os restantes 39 foram renovados durante o ano;
- Dos 78 projetos em execução, 22 encontravam-se no seu primeiro período de execução;
- Os projetos em continuidade são projetos que foram renovados por igual período de tempo ao aprovado no seu 1.º período de execução e, como tal, sujeitos a avaliação do ponto da situação, proposta de continuidade, emissão de pareceres favoráveis pela ARS I.P. respetiva e aprovação última pelo SICAD.

	1.º Período de Execução	2.º Período de Execução	Iniciaram a continuidade em 2016
Norte	9	4	26
Centro	9	9	4
Lisboa e Vale do Tejo	3	3	6
Alentejo	1	0	0
Algarve	0	1	3
Nacional	22	17	39

Quadro 10 - Distribuição de projetos em execução, considerando o período de continuidade

Financiamento atribuído

No âmbito do PORI em 2016, em termos financeiros globais foram atribuídos 4 589 029,89 € (quatro milhões, quinhentos e oitenta e nove mil e vinte e nove euros e oitenta e nove cêntimos), distribuídos conforme expresso na tabela e gráficos seguintes que apresentam a distribuição do financiamento atribuído por região e área lacunar da intervenção.

Região / Eixo de Intervenção	Valor	Nº Projetos	Cofinanciamento médio
Alentejo	34 494,35 €	1	34 494,35 €
Prevenção	34 494,35 €	1	34 494,35 €
Algarve	199 560,95 €	4	49 890,24 €
Prevenção	95 713,92 €	2	47 856,96 €
RRMD	103 847,03 €	2	51 923,52 €
Centro	1 012 323,62 €	22	46 014,71 €
Prevenção	363 811,50 €	9	40 423,50 €
Reinserção	94 864,96 €	4	23 716,24 €
RRMD	553 647,16 €	9	61 516,35 €
Lisboa e Vale do Tejo	1 383 018,91 €	12	115 251,58 €
Prevenção	67 446,61 €	2	33 723,31 €
Reinserção	32 083,37 €	1	32 083,37 €
RRMD	1 218 831,21 €	8	152 353,90 €
Tratamento	64 657,72 €	1	64 657,72 €
Norte	1 959 632,06 €	39	50 246,98 €
Prevenção	162 123,27 €	4	40 530,82 €
Reinserção	561 564,93 €	16	35 097,81 €
RRMD	1 161 235,49 €	18	64 513,08 €
Tratamento	74 708,37 €	1	74 708,37 €
Total Geral	4 589 029,89 €	78	58 833,72 €

Quadro 11 - Financiamento atribuído em 2016, no âmbito do PORI

O gráfico abaixo sinaliza a percentagem de pagamentos efetuada pelo SICAD por eixo de intervenção. O eixo da RRMD recebeu 66,19% dos pagamentos realizados no ano 2016, seguido da prevenção com 15,77%, a reinserção com 15% e o tratamento com 3,04%.

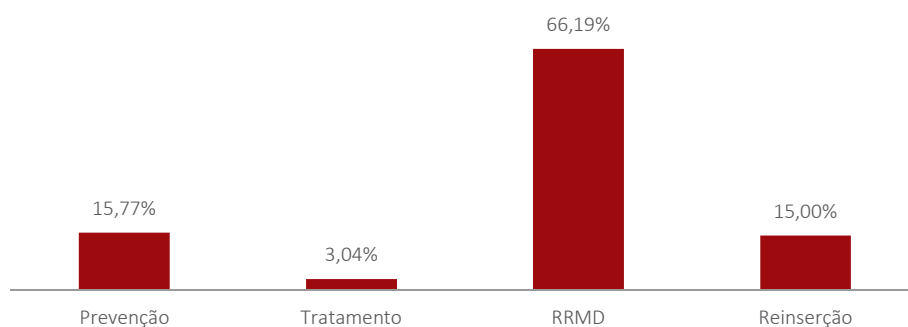


Gráfico 13 - Percentagem de pagamentos por eixo de intervenção

O gráfico seguinte mostra a percentagem de pagamentos efetuada pelo SICAD por região. A região norte recebeu 42,70% dos pagamentos realizados no ano 2016, seguida da região de Lisboa e Vale do Tejo com 30,14%, centro com 22,06%, Algarve com 4,35% e o Alentejo com 0,75%.

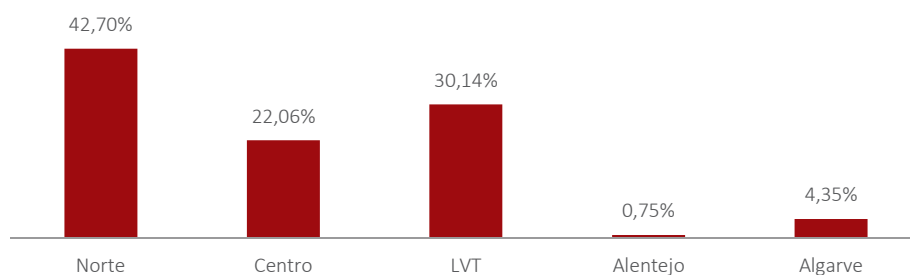


Gráfico 14 - Percentagem de pagamentos por região

Avaliação do impacto da campanha "Álcool e Grávidas"

Na sequência do lançamento em outubro de 2015 da campanha "Álcool e Gravidez", o SICAD desenvolveu um procedimento de avaliação da mesma, em termos de consciência pública da mesma, perceção de pertinência e satisfação com a imagem e com a mensagem transmitida (I4.2.12. Avaliação do impacto da campanha "Álcool e Grávidas"). Este procedimento avaliativo foi estruturado e implementado pelo SICAD em parceria com a Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, da Sociedade Portuguesa de Obstetrícia e Medicina Materno-Fetal, da Sociedade Portuguesa de Pediatria e com Ordem dos Enfermeiros. Foi solicitada a colaboração das diferentes unidades de saúde para as quais a campanha fora originalmente enviada no decurso do processo de difusão. As sociedades científicas e a ordem profissional assumiram a mobilização dos seus associados convidando-os mobilizar grávidas ou mulheres que haviam parido no último ano para responder a um questionário *online*. Num segundo momento, os próprios profissionais foram convidados a responder a um questionário em tudo semelhante ao aplicado às mulheres grávidas inquiridas. Dos dados recolhidos foi elaborado um relatório o qual foi submetido a aprovação superior em setembro de 2016 e posteriormente divulgado no site do SICAD.

Objetivo Operacional 5. Colaborar no desenvolvimento do SIM na recolha e tratamento de informação sobre o trabalho desenvolvido no âmbito dos CAD

O desenvolvimento das iniciativas que visam promover precisão e qualidade dos indicadores de monitorização das intervenções em CAD através do SIM e nomeadamente a adequação à nova ferramenta SIM – *Business Analytics*, levou a que em 2016 se produzissem dois protocolos de monitorização que darão origem à criação de procedimentos / rotinas de análise de dados neste novo instrumento, incidindo sobre a taxa de preenchimento dos campos fundamentais no SIM, e a monitorização de utentes em Programas Farmacológicos (I5.4.3. Definição de protocolos de monitorização dos dados clínicos, a partir da ferramenta *Business Analytics*, do SIM). A concretização e entrada em produção destes dois protocolos permitirão a monitorização próxima destas duas áreas cruciais neste domínio, quer no que respeita à fiabilidade e qualidade da informação clínica fundamental no que concerne aos programas de intervenção implementados junto de cidadãos com CAD, quer

no âmbito específico dos programas farmacológicos, os quais assumem especial relevância para a estabilização de um número considerável de utentes em seguimento clínico nas unidades especializadas em CAD, permitindo a sua integração num leque considerável de projetos terapêuticos e de reabilitação.

Objetivo Operacional 6. Dinamizar a intervenção nos problemas (re)emergentes, no âmbito dos CAD

Considerando as necessidades de intervenção a nível dos fenómenos emergentes, em termos de CAD, considerou-se importante a elaboração de um projeto de promoção da utilização responsável do medicamento nas diferentes fases do ciclo de vida. Assim, dando continuidade ao trabalho iniciado no ano transato, ao longo do ano de 2016 foram concretizadas reuniões entre os membros do grupo de trabalho visando a criação de uma linha de ação conjunta no domínio da promoção da utilização responsável do medicamento (I6.1.5. **Elaboração do projeto de promoção da utilização responsável do medicamento nas diferentes fases do ciclo de vida**). A mesma teria por base a experiência do Programa Geração Saudável da Ordem dos Farmacêuticos e assentaria nos conteúdos do livro ilustrado “Atento ao Medicamento” editado pela Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas (SRSRA) da Ordem dos Farmacêuticos, em parceria com a editora Pato Lógico. O SICAD e a Ordem dos Farmacêuticos trabalharam no segundo semestre do ano no sentido de elaborar um Referencial Pedagógico para a exploração dos conteúdos abordados no referido livro desdobrando-o num programa de multisessões centrado na faixa etária dos alunos que frequentam o 2º e 3º ciclos do ensino básico. Este programa diferenciaria temas específicos para cada ciclo e seria complementado por propostas de atividades a desenvolver quer com crianças do primeiro ciclo quer com adolescentes do ensino secundário. O Referencial Estratégico bem como o Referencial Pedagógico foram, uma vez concretizados por estas duas entidades, submetidos à aprovação dos restantes membros, e entregue para aprovação superior em dezembro de 2016.

Desenvolvimento da intervenção na problemática do jogo

O DPI tem dinamizado um Grupo de Trabalho (GT) com reuniões regulares de carácter técnico-científico integrando diferentes SH, visando a criação de um código de compreensibilidade da problemática, numa perspetiva multidisciplinar, promotor da capacitação para a intervenção a desenvolver no âmbito dos cuidados especializados em CAD, devidamente fundamentada em contributos empíricos válidos e de cariz *evidence-based*. Estas reuniões têm contado com a presença de especialistas neste domínio de intervenção e investigação, propiciando um processo formativo gradual e de diferenciação técnica dos vários participantes. Esta Unidade Orgânica desenvolveu igualmente um protocolo de investigação destinado ao estudo e validação de instrumentos que relevam para a avaliação e intervenção nesta área, nomeadamente para o rastreio do jogo patológico – *South Oaks Gambling Screen*, prevendo-se a sua implementação no próximo ano. (I6.1.6: **Desenvolvimento dos mecanismos de colaboração interinstitucional no âmbito da problemática do Jogo**).

Outras atividades desenvolvidas

Ao nível da **Representação Nacional do SICAD**, a direção da DPI assegura as seguintes participações:

- **Conselho Nacional de Saúde Mental (CNSM).** Este Conselho reuniu 6 vezes ao longo de 2016, destacando-se alguns temas abordados: Rede de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental; definição das competências dos profissionais de saúde mental; obstáculo ao prosseguimento da Reforma da Saúde Mental em curso; ponto de situação do Programa Nacional de Saúde Mental; ponto de situação do trabalho das Subcomissões, criadas no âmbito das competências deste Conselho, entre outros. O CNSM como órgão consultivo em matéria de saúde mental, ao qual compete emitir parecer e apresentar propostas e recomendações, a pedido do Ministro da Saúde ou por sua iniciativa, no ano de 2016 desenvolveu: Parecer sobre 'regulamentação das atividades e serviços prestados pelos utentes dos serviços de saúde mental' (Lei de Saúde Mental, alínea h), nº1, artº 5º); Parecer solicitado pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde sobre o projeto de Portaria sobre a Rede de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental; Parecer sobre o Projeto de Alteração à Portaria nº 149/2011, de 8 de abril, entre outros; apreciação do Projeto de Lei n.º 61/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) - 66.ª Alteração ao Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, modificando o regime das incapacidades e seu suprimento, e adequação de um conjunto de legislação avulsa a este novo regime; Projeto de Lei n.º 62/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) - 41.ª Alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, criminalizando um conjunto de condutas que atentam contra os direitos fundamentais dos idosos; Projeto de Lei n.º 63/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) - 21.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República, 16.ª alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, aprovada pela Lei n.º 14/79, de 16 de maio, 6ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos Titulares dos Órgãos das Autarquias Locais, e 3ª alteração ao Regime Jurídico do Referendo Local, aprovado pela Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, adequando as incapacidades eleitorais ativas ao novo regime civil das incapacidades.

A Subcomissão de "Cuidados de Saúde Mental e Cuidados de Saúde Primários", do CNSM, no decurso de 2016 realizou uma reunião, na qual foi abordada a metodologia dos trabalhos a desenvolver.

- **Conselho Nacional Antidopagem (CNAD)** é presidido pelo Presidente da ADoP. Em 2016 foram realizadas 3 reuniões, envolvendo a apreciação e decisão de pareceres relativos a violações de normas antidopagem; apreciação e decisão de pareceres relativos a resultados atípicos de relações testosterona/epitestosterona superiores a 4; ponto da situação quanto à implementação do Programa ADAMS - *The Anti-Doping Administration & Management System*; apreciação de incumprimentos do Sistema de Localização do Praticante Desportivo.

Foi, igualmente garantida a resposta célere às solicitações requeridas pelo Presidente da ADoP, de apreciação de pareceres prévios relativos a violações de norma antidopagem, necessariamente emitidos e com o dever de cumprimento do prazo legal de 10 dias estabelecidos para o efeito e aos Regulamento Federativo Antidopagem. Ao longo de 2016 foram concretizadas as devidas apreciações aos 31 pareceres solicitados e às 18 propostas de Regulamento Federativo Antidopagem das várias Federações Portuguesas.

- **Conselho Nacional Consultivo do Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA** presidido pelo Diretor do Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA foi realizada uma reunião em 2016. No âmbito das atribuições deste Conselho Consultivo foi feito o ponto da situação do Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA.

- **Grupo de Trabalho Interinstitucional na Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária - Ministério da Administração Interna**

No ano de 2016 a direção da DPI manteve a colaboração com este Grupo de Trabalho no âmbito das Linhas de Orientação Estratégica da ANSR 2014-2016 e nas Grandes Opções do Plano 2017.

Adaptação e adequação dos indicadores de monitorização do SIM:

- Implementação do SIM – *Business Analytics* : O DPI/ DIT participou, sempre que solicitado pela EMSI, em ações de formação e em reuniões, referentes à implementação desta ferramenta, nomeadamente no que se refere à sua adequação para a monitorização de dados no âmbito do tratamento e da reinserção social;

- Disponibilização através do Portal da Transparência do SNS de indicadores relativos aos CAD: em articulação com a EMSI, foram operacionalizados quatro novos indicadores a serem disponibilizados pelo SICAD no Portal da Transparência (definição, classificação, criação de métricas e indicação de procedimentos de monitorização).

Atividades não previstas

Foram desenvolvidas pelo DPI várias atividades em 2016 que não se encontravam previstas no respetivo Plano de Atividades, mas que pela sua relevância importa salientar:

a. Articulação Interinstitucional

- *Comissão de Acompanhamento do Programa Troca de Seringas “Diz não a uma seringa em segunda mão”*: durante o ano de 2016 a ação do SICAD no âmbito deste programa, assegurada pela DIT/DPI, sofreu alterações, por força da publicação da Portaria nº 301-A/2016 de 30 de novembro, a qual determina o pagamento, pelo SICAD, do ato de troca de kits, às farmácias aderentes ao Programa. Assim, o DPI continuou a assegurar a representação do SICAD nos trabalhos regulares desta Comissão; para além disso, foi estabelecida uma articulação com o INFARMED, I.P., visando a operacionalização da implementação das disposições da supramencionada Portaria. No ano de 2016 e contando com a participação da DGR e da EMSI, as atividades relativas a esta matéria traduziram-se na realização de uma reunião preparatória com o INFARMED, IP e a DGS e numa reunião subsequente destes representantes com a Associação Nacional de Farmácias, a Associação das Farmácias de Portugal e a Groquifar; ainda em 2016, foi realizada uma reunião na ESPAP, envolvendo os mesmos participantes, que visou a harmonização dos -.

- *Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional “Inclusão Social e Emprego” – PO ISE (Portugal 2020)*: Enquanto membro efetivo da Comissão de Acompanhamento do PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, o SICAD, através do DPI/DIT, participou em duas reuniões (4ª e 5ª reuniões), as quais tiveram como o objetivo assegurar a eficácia e qualidade de execução do programa, através, nomeadamente, da apresentação e discussão de pontos de situação do desenvolvimento do Programa e condicionantes ex-ante.

- *Definição dos requisitos para o licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na área das CAD*: estando inserida enquanto atribuição do DPI/ DIT no nº2 da Portaria do SICAD (alínea g)), foi em 2016 foi finalmente possível contribuir para a definição destes requisitos, que culminaram com a publicação do Decreto – Lei nº74/2016 de 8 de novembro, o qual republica o Decreto – Lei nº16/1999 de 25 de janeiro, peça legal que originalmente continha os requisitos para o licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na área dos CAD. Para o efeito, foram desenvolvidos contatos e promovida a articulação com responsáveis e peritos da ACSS, IP, para a (re) definição dos requisitos para o licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na área dos CAD, constantes no Decreto – Lei nº16/1999 de 25 de janeiro, para preparação do texto do Decreto – Lei nº74/2016 de 8 de novembro;

- A DPI continuou a assegurar o expediente relativo ao acompanhamento da vigência dos Contratos de Convenção com as entidades privadas que operam no âmbito do tratamento dos CAD, através da prestação de informações e esclarecimentos, emissão de pareceres, resposta a entidades públicas (ARS,IP), judiciais (Tribunais) e privadas, gestão de reclamações (até entrada em vigor do Decreto – Lei nº74/2016 de 8 de novembro), entre outras. Saliente-se ainda a resposta à totalidade dos pedidos de alteração, por parte das entidades, dos respetivos contratos de Convenção; a promoção da alteração ao disposto no Cláusula X dos referidos contratos, no sentido de o adequar melhor aos circuitos existentes de tratamento de dados sobre os utentes em tratamento nestas unidades e que abrangeu todas as convenções assinadas; ainda, a promoção da atualização da informação constante no site do SICAD, relativa a estas unidades.

- Foi assegurado em continuidade, pela DPI, a preparação de resposta à tutela, sempre que tal foi solicitado, produzindo pareceres, respostas a pedidos de esclarecimento e preparação de documentos de suporte à decisão e/ou à comunicação. Neste âmbito, cumpre salientar a colaboração da DPI na apresentação de propostas para Simplificação Legislativa, ao abrigo do *Simplex*, incidindo sobre a gestão dos contratos de convenção com entidades privadas que operam no âmbito do tratamento dos CAD, o licenciamento destas unidades e da Rede de Referênciação / Articulação, em articulação com a EMSI.

- No âmbito da implementação do FNAS foram ainda realizadas atividades não previstas que se revelaram importantes para a implementação do mesmo projeto, designadamente a sua apresentação nos seguintes Eventos Técnicos e Científicos:

- O Fórum Nacional Álcool e Saúde português foi apresentado numa mesa redonda subordinada ao tema “*Working with non-state actors*” pelo Sub-Diretor Geral do SICAD (*Portuguese Alcohol and Health*

Forum - Options and Challenges) na 7th European Alcohol Policy Conference, em Ljubljana, a 23 de novembro de 2016 (<http://www.7eapc.eu/>).

- No âmbito do Congresso Nacional dos Psicólogos do Serviço Nacional de Saúde, foi feita uma apresentação sobre as principais linhas de ação do FNAS (Porto, 20 de maio de 2016). Também convidado pela Ordem dos Psicólogos Portugueses, o Secretariado Permanente do FNAS teve oportunidade de fazer uma preleção no âmbito do 3º Congresso da Ordem subordinada ao tema “Psicólogos e os problemas ligados ao álcool” (Porto, 1 de outubro de 2016).
- Também no 17º Congresso da Sociedade Portuguesa de Pediatria foi feita a apresentação da avaliação da Campanha Álcool e Gravidez, desenvolvida pelo SICAD em parceria com o ICAP no âmbito do FNAS.
- Foram também desenvolvidas as seguintes atividades de formação e ações de sensibilização:
 - A Escola do Serviço de Saúde Militar convidou o Secretariado Permanente do FNAS para participar como formador nos “Cursos de Operadores de prevenção de alcoolismo e toxicod dependência (COPATD)” que aconteceram a 6 de março de 2016 e a 8 de novembro de 2016.
 - À semelhança de anos anteriores, foram feitas sessões no âmbito da capacitação de futuros médicos e da sua sensibilização para os problemas ligados ao álcool. Promovida pela Associação Nacional de Estudantes de Medicina no âmbito do projeto “Live it up” foi feita uma sessão de formação que aconteceu a 15 de maio de 2016.
 - Por outro lado, a Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa no âmbito do Projeto Medicina Mais Perto: Ilhas a 22 de fevereiro e do “Projeto Bonsai” a 2 de outubro de 2016 foram concretizadas ações de formação visando a integração dos problemas ligados ao álcool nas intervenções desenvolvidas junto à comunidade.
 - Resultante do compromisso do Clube de Criativos de Portugal concretizado em 2015, o SICAD, em parceria com o ICAP, lançou uma campanha de sensibilização sobre o tema Álcool e Gravidez. Em 2016 a campanha foi difundida pelo SICAD junto às unidades de saúde de todo o país.
 - É de referir o trabalho de articulação com a Direção-Geral da Saúde no âmbito da Plataforma de Saúde Sazonal a qual envolveu para a área dos problemas ligados ao álcool, a organização de reuniões com membros do Fórum no sentido do levantamento de atividades por estes desenvolvidos que pudessem ter enquadramento nesta plataforma, bem como a adaptação de materiais do SICAD referentes à campanha “Não Tenhas um Apagão” visando a sua disponibilização na mesma.

- O envolvimento da DPI na execução de tarefas que corresponderam ao cumprimento das obrigações relativas aos compromissos internacionais do SICAD foi muito significativa, das quais devem ser referidas:

- Contribuição para o preenchimento e revisão dos instrumentos de reporte que correspondem aos compromissos do SICAD para o ano, nomeadamente no que se refere ao OEDT: TDI e tabelas conexas e colaboração na produção de outros documentos de caracterização e informação sobre Portugal

(*Workbook Harms and Risk Reduction*) e na revisão e atualização de outros já anteriormente produzidos (*Workbooks: Treatment, Best Practices*);

- Ainda no âmbito do OEDT, participação nas reuniões de peritos TDI e DRID;
- Participação no processo de seleção do *Scientific Paper Award* 2016, OEDT;
- Contribuição para a revisão capítulo do Relatório do OEDT sobre *Health and Social Responses to Drug Problems*;
- Colaboração para o preenchimento do questionário ARQ 2015: Questionário Anual das Nações Unidas sobre Drogas;
- Colaboração para o preenchimento do questionário *Response Progress Reporting* 2016 (GARPR2016) – Portugal;
- Colaboração na produção de comentários finais do questionário *Preliminary questionnaire TDOLLEG2*;
- Revisão das respostas ao questionário *Misuse/abuse/dependence to prescription drugs/psychoactive prescription medicines*, do *Informal Expert Group on Misuse of and Dependence on Prescribed Medicines*;
- Participação na Monitorização da *Dublin- Declaration on Partnership to Fight HIV/AIDS in Europe and Central Asia*;
- Comentário sobre documento: *2016 Pompidou Group Executive Training: Draft Pompidou Group proposal on government interaction with civil society*;

- Respostas a solicitações de informação:

- *Portuguese Policies on Drug Use and Child Custody*;
 - *MDMA Support in Portugal*;
 - *ELDD Topic Overview on Substitution Treatment legislation*;
 - *Request for relevant publications concerning the training of health professionals*;
 - “Gen-Star” (*GENder-Sensitive Treatment and prevention services for Alcohol and drug useRs*)
 - OST take home regulations;
 - *Internet and drugs*, Comissão Europeia.

– Foi ainda relevante a contribuição da DPI para a receção e dinamização de encontros com diversas delegações estrangeiras: três delegações brasileiras – das quais se destaca a visita do Secretário do SENAD, Dr. Luiz Paiva, Município de S. Paulo e autoridades do Estado de S. Catarina; duas delegações norueguesas – autoridades municipais de Oslo e autoridades municipais de Bergen e membros do *board da Bergens Clinic*; uma delegação egípcia; uma delegação turca – Ministério da Saúde e *Green Crescent Society*; uma delegação de altas individualidades da Tailândia, incluindo o vice-ministro da Justiça.

b. Formação

– Seminário de formação, integrado em Mestrado em Serviço Social: “A mediação social e comunitária no âmbito da reinserção de pessoas com comportamentos aditivos e dependências”, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra;

- Ação de formação, no âmbito da Formação Científica para Jovens Universitários para colaboração em voluntariado com a Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA”, organizada pelo Centro de Aconselhamento e Orientação de Jovens de Setúbal;
- Colaboração com a Faculdade de Motricidade Humana, através da lecionação de duas aulas sobre Prevenção dos CAD, no Mestrado em Educação Especial - em 22 de outubro de 2016.
- Colaboração com a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, através da lecionação de uma aula no sobre Prevenção dos CAD no Mestrado Integrado em Psicologia (4º ano), em 12 de abril de 2016.
- Participação no Plano de Formação Externa do SICAD, pela dinamização de ações de formação sobre Problemática do Jogo (em contexto de trabalho), SOGS e Instrumentos de Rastreo, Instrumentos de Rastreo (no contexto da Rede de Referência/Articulação), Modelos de Intervenção em Reinserção Social, Gestão de Projetos – PORI, Modelos de Tratamento em CAD, Formação em Intervenções Preventivas em CAD e Formação no âmbito da Intervenção em Contexto Laboral e CAD.
- Ainda no âmbito da Formação, a DPI colaborou no estágio efetuado no SICAD, pela Dra. Thayane Melo.

c. Consultoria /Supervisão

- Na sequência do pedido de consultoria para elaboração de um programa de reinserção social para Cabo Verde, dirigido ao SICAD pelo Programa do Escritório Regional das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) em 2015, foi elaborado um programa de reinserção social para Cabo Verde, tendo esta ação de cooperação sido concretizada em 2016.
- Foi desenvolvido ao longo de 2016, a supervisão ao grupo de trabalho do “Projeto Corda Bamba”, integrando técnicos da Unidade de Alcoologia de Lisboa, do Centro das Taipas e da Área de Pedopsiquiatria do Hospital D. Estefânia.
- Ao longo de 2016 foram concretizadas 7 sessões de supervisão, na sua grande maioria centradas na discussão de casos. Os mesmos são apresentados pelos diferentes profissionais que tiveram contacto com eles, nomeadamente a terapeuta individual, a pedopsiquiatra, a técnica de suporte à família, quando tal acontece, entre outros.

d. Eventos Técnicos e Científicos

- II Congresso do SICAD: “Intervenção e qualidade em comportamentos aditivos e dependências”, 5 a 7 de abril, Lisboa: o envolvimento do DPI nos trabalhos deste II Congresso traduziu-se:
 - o No estabelecimento de contatos iniciais com preletores, apresentando o II Congresso e avaliando da sua disponibilidade para nele participar, em Plenários, Sessões Paralelas bem como em outras sessões científicas do evento.
 - o Na organização e moderação da Sessão Paralela IV – Intervenção Integrada.
- Apresentação de comunicação: “*Interventions on Addictive Behaviours and Dependencies*”, na Bergen Clinics: 25 years Conference - Bergen, Noruega;
- Apresentação de comunicação “Um enquadramento global sobre as dependências” no Encontro Olhares sobre a Prevenção das Dependências - CM Setúbal, Setúbal;
- *Expert Group Meeting “New Approaches on Harm Reduction with a look at UNGASS 2016”* – Berlim, 16 e 17 fevereiro 2016;
- *Urban Drug Policy Conference* – Varsóvia - 18 e 19 fevereiro 2016;
- Seminário de redução de riscos e minimização de danos, “concretizar direitos” - Instituto Politécnico de Leiria, março 2016;
- Jornadas de Investigação em Psicologia Clínica e da Saúde - Universidade Lusófona – Lisboa, 19 de abril;
- Seminário segurança e saúde no trabalho, “Stress no trabalho um desafio coletivo” - Santa Maria da Feira, 28 de abril de 2016;
- Seminário *stress*, assédio, *burnout*, álcool e dependências em contexto laboral, álcool e outras substâncias psicoativas, intervenção em contexto laboral, o uso de substâncias psicoativas no local de trabalho - centro de congressos de Aveiro, 29 de abril de 2016;
- Encontro “Olhares sobre a Prevenção” organizado pela Câmara Municipal de Setúbal – Setúbal, 5 maio;
- II Jornadas para as Respostas Sociais da infância e Juventude em Perigo – Fátima, 10 maio;
- IV Jornadas sobre Família – Ideias e Contributos para uma Família mais Feliz. Portalegre, 17 maio;
- Conferência Adictologia – Novas Substâncias Psicoativas – Coimbra, 20 maio;
- 2º Encontro Nacional Psicólogos do Sistema Nacional de Saúde – Porto, 20 maio;
- Encontro do 10.º aniversário da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados – Évora, 7 junho;
- *Health and Infoday on Joint Actions 2016 – Coordination Issues* - Luxemburgo, 5 julho;
- *Executive training do Grupo Pompidou* – Estocolmo - 12 a 15 setembro;
- Encontro Carta Aberta à Prevenção – Angra do Heroísmo - 23 de setembro;
- *International Conference on Rehabilitation and Community Treatment for People with Previous Drug Convictions* - 4 a 8 outubro;
- *7th European Alcohol Policy Conference* - 22 a 24 de novembro;
- Congresso Sociedade Portuguesa de Pediatria – Porto, 4 de novembro;
- Encontro de Adições de Cascais – Cascais, 17 novembro.

Avaliação qualitativa e quantitativa da Unidade Orgânica

Coincidindo o ano de 2016 com o final de um ciclo estratégico, e decorrendo todo este período num contexto de elevado nível de exigência para a DPI, verifica-se que no final do mesmo foi possível assegurar a capacidade de resposta da Direção de Serviços em termos das suas atribuições específicas, com um desempenho muito bem conseguido: a produção de Linhas Orientadoras e harmonização das intervenções técnicas, a gestão da implementação das medidas estruturantes do PNRCAD designadamente no âmbito do PORI, a ação comum RARHA, a que se juntou, já no decorrer do ano de 2016, a assunção de outras responsabilidades não previstas no seu início.

O gráfico seguinte demonstra a taxa de execução das metas definidas para esta Direção de Serviços.

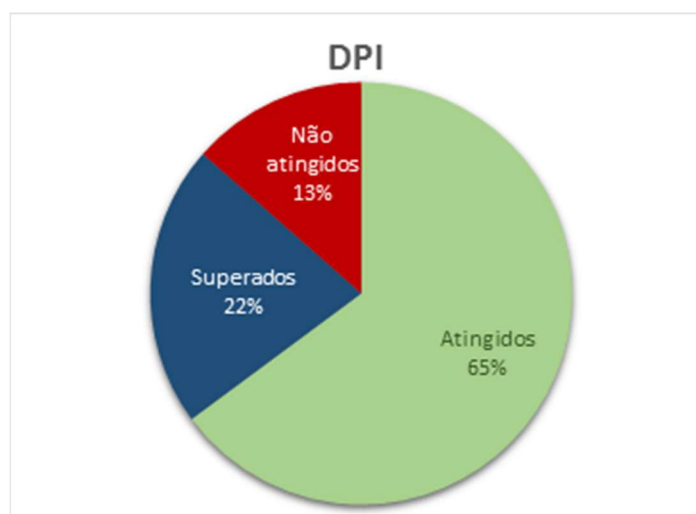


Gráfico 15 - Taxa de execução das metas definidas para a DPI em 2016

A planificação e desenvolvimento de uma área muito vasta de atividades da DPI/DPIC/DIT para 2016 evidenciaram bem o desafio significativo colocado à gestão e operacionalização de ações por parte desta UO, num todo articulado e cientificamente orientado. Num total de 37 indicadores de atividade a DPI alcançou com sucesso 87% de execução (24 indicadores atingidos e 8 superados), o que evidencia uma taxa de cumprimento muito positiva.

Se bem que, de alguma forma tenham sido levemente atenuados, no ano de 2016, os constrangimentos anteriormente identificados a nível da dotação de profissionais, observou-se adicionalmente um elevado número de solicitações que resultou em atividades não previstas. Foi assim determinante o investimento permanente no sentido de disponibilizar e orientar os recursos existentes, de modo a garantir a resposta às múltiplas solicitações dirigidas a esta Direção de Serviços.

Constituindo este quadro de exigência um desafio à gestão da DPI, a avaliação para o ano de 2016 no que se refere à execução das atividades e superação de metas reitera a importância da mobilização e motivação contínua dos profissionais da DPI, face às incumbências alargadas no âmbito do suporte às múltiplas áreas de intervenção em CAD, bem como do planeamento estratégico. Releva ainda a importância de promover uma articulação fluida propícia ao comprometimento de SH estratégicos, gerando sinergias potenciadoras do alcance das atividades a desenvolver.

Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI):

Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT) e Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC)

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos CAD	I1.1.17. Desenvolvimento e Monitorização do Programa Eu e os Outros (nº reuniões)	Realização	4 (2015)	2	1	4	5	138%	Superou	Memorando: Nº 13/2016/DPI/DPIC - 29/06/2016 14/07/2016	O processo de atualização do Documento Linhas Orientadoras do Programa Eu e os Outros requereu mais tempo de articulação entre a coordenação nacional e os representantes regionais	DPIC	-
	I1.1.18. Implementação/desenvolvimento do Programa Eu e os Outros em novos contextos/parcerias nacionais e Internacionais (nº total de realizações/nº total de solicitações)	Realização	100% (2015)	80%	5%	100%	100%	125%	Superou	Formações: Açores - 14 e 15.01.2016, 30.05 (9º bloco) Parceria com CDT/PSP -Lumiar - 06, 07, 09 e 23.01., 20.05 (9º Bloco) Supervisão: 29.01.2016 / 12.02.2016 / 26.02.2016 / 11.03.2016 / 15.04.2016 29.04.2016 Ensaio da 4ª narrativa revista em parceria com a CMO - processo de supervisão - 20.01.2016 24.02.13.04.2016); Troca de informação sobre desenvolvimento do Programa na RA Açores e em Cabo Verde - Formação de sensibilização de professores PIEF e Técnicos de Intervenção Local da Direção Geral da Educação - 7, 9, 16 e 17.3 e 7 e 8.4.2016 Formação Açores 2016/17 - 26 setembro e 28 e 29 novembro (novo grupo - narrativa 8) e 27 setembro e 28 novembro (grupo de continuidade - narrativa 4) Formação novo grupo CMO - teste das alterações introduzidas à narrativa 6 - 13, 14 e 15 de Dezembro	Foi possível corresponder a todas as solicitações feitas ao SICAD no âmbito do Programa Eu e os Outros	DPIC	-
	I1.1.22. Conclusão e divulgação das Linhas Orientadoras para a Intervenção em RRMD no âmbito dos CAD, em articulação com SH estratégicos (peritos, nomeadamente de Instituições promotoras de projetos e de investigação nesta área específica) (em meses)	Resultado	-	10	1	8	-	100%	Atingiu	Entrega do documento final: Informação n.º 72/2016/DPI/DIT a 30/09/2016		DPI	-

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos CAD	I1.1.23. Desenvolvimento das Linhas de Orientação para a intervenção em CAD (meses)	Realização	-	11	1	9		100%	Atingiu	1. Consumo de Substâncias Psicoativas. Reflexos em Meio Laboral. Guia Prático para a Intervenção em Micro, Pequenas e Médias Empresas - http://www.sicad.pt/BK/Intervencao/meio_lab_oral/Documents/Guia_PME.pdf 2. Modelo de Intervenção sobre Comportamentos Aditivos nas Autarquias, Municípios e Serviços Municipalizados - http://www.sicad.pt/BK/Intervencao/meio_lab_oral/Documents/Modelo%20de%20Intervencao%20-%20Autarquias,%20Municipios.pdf		DPI	-
	I1.1.24. Desenvolvimento das Linhas de Orientação para a intervenção na problemática do Jogo (meses) QUAR	Realização	-	11	1	9	-	100%	Atingiu	Informação nº7/2016/DPI/Assessorias, de 12/10/2016		DPI	-
	I1.1.25. Conclusão e divulgação do documento sobre normas e orientações técnicas em Unidades de Desabilitação (meses)	Resultado	-	11	1	9	11	100%	Atingiu	Informação nº5/2016/DPI, de 18.11.2016		DPI	-
	I1.1.26. Revisão das Linhas Orientadoras do Programa "Eu e os Outros" (meses)	Realização	-	11	1	9	12	100%	Atingiu	Entrega do documento final: Proposta nº 56/2016/DPI/DPIC a 21/12/2016		DPIC	-
	I1.1.2.7. Monitorização e avaliação do Modelo de Intervenção em Reinserção (n.º de relatórios)	Realização	-	1	0	1	1	100%	Atingiu	Informação n.º 83/2016/DPI/DIT, de 29/12/16		DIT	-
	I1.2.8. Dinamização de Grupo de Trabalho para a avaliação das linhas orientadoras para a mediação social e comunitária (n.º de reuniões)	Realização	-	4	1	6	8	200%	Superou	Memorandos n.º: 1,2,3,4/2016//DPI/DIT Memorando nº 05/2016/DIT_ Reunião dia 04/07/2016 Memorando n.º 06/2016/DIT_ Reunião dia 26/09/2016 Memorando n.º 7/2016/DIT - Reunião dia 11/11/2016 Memorando n.º 8/2016/DIT - Reunião dia 05/12/2016	O grupo de trabalho constituído para avaliação das linhas orientadoras para a mediação social e comunitária teve necessidade de efetuar um número elevado de reuniões uma vez que a construção dos vários instrumentos de pesquisa previstos exigiu reflexão conjunta, ultrapassando assim o número previsto de reuniões	DIT	-

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos CAD	I1.2.9. Assinatura de protocolo com a Universidade de Coimbra e as ARS,IP para avaliação das linhas orientadoras para a mediação social e comunitária (nº de Protocolos)	Resultado	-	1	0	1	-	0%	Não atingiu		Protocolo não assinado por ausência de resposta sobre versão final (remetida pelo SICAD a 22.03.2016 e sob insistência a 30.10.2016) por parte da ARSLVT,IP.	DIT	-
OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos	I2.1.3. Desenvolvimento e monitorização da intervenção no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências no Dia da Defesa Nacional (nº reuniões)	Realização	5 (2015)	4	1	6	7	138%	Superou	Reunão de Monitorização DDN -22.03.2016 Reunão de Monitorização DDN -15.05.2016 Reunão de Monitorização DDN (conjunta com o MDN) -14.07.2016 Reunões de Monitorização DDN (conjunta com o MDN) -22.11.2016 Reunão de Monitorização DDN (tratamento de dados) -22.12.2016	Foi organizada uma sessão não prevista de apresentação pública dos resultados do tratamento de dados recolhidos no decurso da intervenção em 2015. A necessidade de melhor a recolha de dados e a acessibilidade aos mesmos justificou igualmente o agendamento de reuniões não previstas inicialmente.	DPIC	-
	I2.2.1. Planificação e realização de ações de sensibilização dirigidas a trabalhadores sobre os riscos associados aos CAD (nº de ações)	Realização	10(2013) 5(2014) 7 (2015)	10	1	12	12	125%	Superou	Sessões:Sensibilização a trabalhadores CM Estarreja - 28.01.2016Sensibilização a trabalhadores CM Seixal (2 ações) - 26.02.2016Sensibilização a trabalhadores da CM Seixal (2 ações) - 10.03.2016Sensibilização a trabalhadores da CM Santa Maria da Feira - 28.04.2016Sensibilização a Trabalhadores da CM Aveiro - 29.04.2016Sensibilização a trabalhadores CM Seixal (2 ações) - 02.05.2016Sensibilização a trabalhadores CM Seixal (2 ações) - 16.06.2016CM Sever do Vouga26/10/2016ACES Baixo Vouga 18/11/2016	Para além das ações desenvolvidas no âmbito do protocolo EURIDICE (CGTP/SICAD) foi o SICAD solicitado por mais autarquias para desenvolver projetos de intervenção em meio laboral.	DPIC	-
	I2.2.3. Renovação/Dinamização de protocolos para a intervenção/investigação no contexto do meio laboral (nº)	Resultado	1 (2013) 2 (2014) 2 (2015)	1	0	2	1	100%	Atingiu	Protocolo EURIDICE CM Loures - 28.04.2016		DPI/ DMI	-
	I2.2.4. Participação em grupos de discussão interinstitucionais de âmbito nacional e internacional, no contexto dos CAD em meio laboral (nº de participações com a elaboração de um Relatório Final)	Realização	3 (2013) 5 (2014) 7 (2015)	3	1	5	5	125%	Superou	Informação nº 07/2016 de 19/12/2016	No âmbito da intervenção em meio laboral aumentou o numero de solicitações ao SICAD para estar presente em reuniões em diferentes regiões do país	DPI/ DMI	-

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos	I.2.2.19. Ações de sensibilização dirigidas a diferentes grupo-alvo, em vários contextos, sobre os riscos associados aos CAD (Nº ações)	Resultado	6 (2015)	9	1	11	11	125%	Superou	Sensibilização a profissionais e médicos estagiários do Hospital Beatriz Ângelo - 7.03.2016 Programa Escolhas Almada -21. 03.2016 Escola Profissional CENFIM Lisboa -23.2016 Escola Superior de Leiria - 29.03.2016 ET Barreiro Sensibilização - 12.04.2016 Encontro de Estudantes de psicologia da (ANEP) - 22.04.2016 XII Ciclo de Workshops em Saúde da FFUL - 28.04.2016 Formação Associação Nacional dos Estudantes de Medicina no âmbito do Projeto "Live it up" - 15.5.2016 Sessão de Pais no Agrupamento de Escolas Matias Aires - 18.06.2016 Escola Gustav Eiffel /Pré-profissionais 25/11/2016 Escola Gustav Eiffel /Pré-profissionais 14 /12/2016	No âmbito da intervenção em meio laboral aumentou o numero de solicitações ao SICAD de diversos tipos de entidades, para estar presente em reuniões em diferentes regiões do país.	DPIC	-
	I2.2.7. Apoio técnico e científico a entidades empregadoras e ou profissionais de segurança e saúde, relativamente aos CAD (nº total de pedidos/nº total de respostas)	Resultado	100% (2015)	90%	5%	100%	100%	100%	Atingiu	Empresa Piscicultura do Vale da Lama Apreciação de Regulamento - 14.06.2016 Empresa Aqualvor Apreciação de Regulamento -14.06.2016 CM Loures Reunião de planeamento do Projeto EURIDICE - 29.06.2016 CM Palmela Reunião de planeamento do Projeto EURIDICE -28/09/2016 CM LOURES Reunião de planeamento do Projeto EURIDICE -14/12/2016		DPI/DMI	-
	I2.2.8. Ações de divulgação de boas práticas a entidades empregadoras (nºações)	Resultado	4 (2013) 3 (2014) 4 (2015)	3	1	5	5	125%	Superou	Reuniões: SMAS Almada - 4.02.2016 Administração do Porto de Sines - 04.03.2016 Reunião CM Sever do Vouga - 1.06.2016 CM Coimbra - 21.06.2016 CM Estarreja 18/11/2016	No âmbito da intervenção em meio laboral aumentou o numero de solicitações ao SICAD de diversos tipos de entidades, para estar presente em reuniões em diferentes regiões do país.	DPI/DMI	-

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos	I2.2.12. Desenvolvimento e divulgação de documento de informação e suporte técnico-científico, dirigidos aos agentes do meio laboral relativamente aos CAD (em meses)	Resultado	5 (2014) 12 (2015)	7	1	5	6	100%	Atingiu	CM Coimbra - Flyer e apresentação dos resultados do diagnóstico organizacional da autarquia numa sessão na autarquia em 21.06.2016		DPI/ DMI	-
	I2.2.15. Participação em reuniões de planeamento da implementação do protocolo com entidades públicas com intervenção dirigida a Crianças e Jovens em Risco (nº)	Realização	5 (2014) 0 (2015)	1	0	2		0%	Não atingiu		Protocolo de Cooperação entre a CNPCJR, DGS, SICAD e ARS, I.P. ainda por assinar, aguardando-se indicação da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), entidade responsável pela condução dos trabalhos, para retomar os trabalhos com vista à conclusão do processo.	DIT	-
	I2.2.14. Consultoria e suporte técnico no âmbito do desenho, implementação e avaliação de intervenções preventivas de carácter seletivo/indicado, dirigidas a crianças e jovens em risco em instituições tutelares e/ou outras (nº relatórios)	Realização	1 (2014) 1 (2015)	1	0	1	1	100%	Atingiu	Informação nº 108 de 29/12/2016 - Relatório da atividade desenvolvida em 2016 de Consultoria e suporte técnico no âmbito do desenho, implementação e avaliação de intervenções preventivas dirigidas a crianças e jovens em risco em instituições tutelares e/ou outras.		DPIC	-
	I2.2.20. Consultoria e suporte técnico no âmbito da investigação, formação e avaliação de intervenções em diferentes contextos (nº de relatórios)	Realização	1 (2015)	1	0	1	1	100%	Atingiu	Informação nº 105 de 22/12/2016 Relatório da atividade desenvolvida em 2016 de consultoria e suporte técnico no âmbito da investigação, formação e avaliação de intervenções em diferentes contextos.		DPIC	-

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos	I2.3.5. Dinamização com suporte técnico-científico dos Membros do FNAS no processo de elaboração e/ou execução dos compromissos (% Membros com compromissos ativos)	Resultado	86% (2015)	90%	5%	100%	100%	100%	Atingiu	Compromissos FNAS Estabelecidos		DPIC	-
	I2.3.6. Reuniões de planeamento e operacionalização das políticas e intervenções com parceiros estratégicos (nº reuniões)	Realização	15 (2015)	10	2	13	12	100%	Atingiu	3 Encontros de Monitorização e Partilha de Boas Práticas - 25.1.2016; 29.2.2016; 21.3.2016 1 Reunião Plenária do Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS) - 28.04.2016 1 Reunião da Comissão Executiva do FNAS - 29.02.2016 1 Encontro de Monitorização e Partilha de Boas Práticas - 23.5.2016 1 Encontro de Monitorização e Partilha de Boas Práticas - 17.6.2016 1 Reunião da Comissão Executiva do FNAS - 17.06.2016 1 Encontro de Monitorização e Partilha de Boas Práticas - 26.9.2016 1 Reunião de RRMD a 19/09/2016; 1 Encontro de Monitorização e Partilha de Boas Práticas - 24.10.2016 1 Reunião da Comissão Executiva do FNAS - 24.10.2016 1 Encontro de Monitorização e Partilha de Boas Práticas - 02.12.2016		DPI	-
	I2.3.9. Reestruturação do site "Diretório do Álcool" (meses)	Realização	-	11	1	9	12	100%	Atingiu	Site reestruturado (http://www.sicad.pt/PT/FNAS/Paginas/default.aspx)		DPI/DPIC DMI/DIC	-
	I2.4.1. Chamadas respondidas no serviço de atendimento telefónico Linha Vida 1414 (n.º)	Impacto	8155 (2013) 7860 (2014) 7413 (2015)	7500	1000	8700	5714	88%	Não atingiu	Base de dados LV	A estimativa de chamadas terá sido sobreavaliada, pese embora tenha sido definida considerando as metas dos anos pregressos. Importa também ressaltar que a intervenção do serviço foi interrompida pela necessidade de mudança das instalações físicas do SICAD, impossibilitando o atendimento de chamadas durante alguns dias.	DPIC	-

Objetivos Operacionais (Oop) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos	I2.4.4. Número de e-mails respondidos no serviço de e-mail da Linha Vida, face ao número de e-mails recebidos (%)	Impacto	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	90%	5%	100%	100%	100%	Atingiu	Base de dados LV		DPIC	-
	I2.4.8. Conclusão da Reestruturação do site: www.tu-alinhas.pt (meses)	Resultado	12 (2015)	9	1	7	10	100%	Atingiu		Foram realizadas várias reuniões de articulação com a EMSI que visaram a concretização do indicador em apreço, tendo sido decidida a construção de um micro-site anexo ao website do SICAD a realizar em 2017.	DPIC EMSI	
OOp3. Promover a criação de uma rede de recursos de saúde, numa lógica de proximidade do cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas ao nível dos CAD (DIT)	I3.1.2. Coordenação e participação no Grupo Técnico de Acompanhamento da Rede de Referência/Articulação (n.º de reuniões com a realização de memorandos)	Realização	2(2014)2 (2015)	2	0	2	1	50%	Não atingiu	Reuniões: 09.06.2016	Atendendo ao nível de desenvolvimento dos trabalhos de implementação da Rede de Referência a nível regional, avaliado na reunião realizada com o Grupo Técnico (GT) de Acompanhamento a 9 de junho, tornou-se patente a necessidade por parte do SICAD de reorientar a sua ação nesta matéria. Assim, entendeu-se como necessário a disponibilização de mais tempo para as ARS, I.P. desenvolverem de forma significativa a concretização das experiências – piloto bem como a premência de maior investimento nas atividades de formação atinentes à Rede. Nesta linha decidiu-se realizar ações de formação no âmbito da Rede e sobre Detecção Precoce e Instrumentos de Rastreio, realizada a 21 de dezembro, não havendo objeto para a concretização da 2ª Reunião do GT de Acompanhamento, tal como previsto no PA 2016.	DPI	ARS, I.P.D GS/PNSM E PNPCTAC SSSPMS

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Previos (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp3. Promover a criação de uma rede de recursos de saúde, numa lógica de proximidade do cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas ao nível dos CAD (DIT)	I3.1.4. Produção do Relatório Anual da Rede de Referência/Articulação (n.º)	Realização	1 (2014) 1 (2015)	1	0	1	1	100%	Atingiu	Proposta nº 29/2016/DPI/DIT, aprovada a 29/12/2016		DPI	ARS,I.P. DGS/PNS M E PNPCT ACSS SPMS
OOp4. Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras Intervenções (DIT e DPIC) OOp4. Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras Intervenções (DIT e DPIC)	I4.1.4. Projetos financiados e acompanhados ao abrigo do Programa Operacional de Respostas Integradas (PORI) (nº) QUAR	Resultado	36 (2013) 77 (2014) 84 (2015)	73	10	84	78	100%	Atingiu	Contratos de atribuição de financiamento/Processos		DPI	
	I4.2.11. Avaliação Intermédia e Final dos projetos no âmbito do PORI (percentagem de projetos)	Realização	88% (2015)	60%	5%	70%	56%	100%	Atingiu	Informações do DPI e respetivos relatórios Documento 'Avaliação PORI', em 'PLANEAMENTO'		DPI	
	I4.2.9. Relatório Anual de Monitorização do Plano Operacional em Respostas Integradas (nº)	Realização	1 (2014) 1 (2015)	1	0	1	1	100%	Atingiu	Informação nº 109/2016/DPI/DPIC		DPI	
	I4.2.12. Avaliação do impacto da campanha "álcool e Grávidas" (meses)	Realização	-	8	1	6	-	100%	Atingiu	Informação 92/2016/DPI/DPIC de 29.09.2016		DPIC	-

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp4. Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras intervenções (DIT e DPIC)	I4.2.14. Participação nos Grupos de Trabalho Interinstitucionais para a elaboração e operacionalização de Protocolo de Harmonização de estratégias de intervenção e respostas em CAD na área da reinserção, I.P. (n.º de reuniões)	Realização	-	1	0	2		0%	Não atingiu		Relativamente ao subgrupo de trabalho responsável pela melhoria de alguns dos procedimentos constantes do Protocolo de Articulação Interinstitucional (SICAD, ISS, IP., ARS, I.P e SCML), a Equipa Técnica responsável pela condução dos trabalhos aguarda pela indicação dos representantes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entidade fundamental uma vez que assegura o Atendimento Social/acompanhamento da população residente ou em situação de emergência social na Cidade de Lisboa, para poder concluir os trabalhos. Já foram efetuadas várias diligências para ultrapassar esta situação.	DIT	
OOp5. Colaborar no desenvolvimento do SIM na recolha e tratamento de informação sobre o trabalho desenvolvido no âmbito dos CA	I5.4.3. Definição de protocolos de monitorização dos dados clínicos, a partir da ferramenta Business Analytics, do SIM (nº documentos)	Realização	-	2	1	4	2	100%	Atingiu	Informação Nº11/2016/EMSI/DIT/DPI de 22.12.2016 Informação Nº12/2016/EMSI/DIT/DPI de 29.12.2016		DIT	
OOp6. Dinamizar a intervenção nos problemas (re)emergentes, no âmbito dos CAD	I6.1.5. Elaboração do projeto de promoção da utilização responsável do medicamento nas diferentes fases do ciclo de vida (nº)	Realização	-	1	0	1	1	100%	Atingiu	Informação 106/2016/DPI/DPIC, de 22.12.2016		DPI	
	I6.1.6. Desenvolvimento dos mecanismos de colaboração interinstitucional no âmbito da problemática do Jogo (nº propostas)	Resultado	-	2	1	4	2	100%	Atingiu	Informação Nº16/02/2016, de 16.02.2016 Informação Nº 63/2016/DPI/DIT, de 18.10.2016		DPI Assessoria	

4.2. Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI)

4.2.1. Atribuições da DMI [Divisão de Estatística e Investigação (DEI) e Divisão de Informação e Comunicação (DIC)]

À **Divisão de Estatística e Investigação (DEI)** cabe o exercício das competências definidas nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria do SICAD, designadamente:

- a) Promover o alargamento da rede de serviços fonte de dados no âmbito do sistema de informação sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, e desenvolver com esses serviços metodologias de recolha e análise de dados normalizadas com vista à identificação atempada de padrões e tendências que sirvam de apoio à decisão e às intervenções nestes domínios;
- b) Proceder à recolha e tratamento dos dados reunidos nos serviços públicos e organizações privadas com intervenção nestas áreas, incluindo as informações previstas no artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro;
- c) Produzir informação específica para dar resposta a várias solicitações e diversos compromissos nacionais e internacionais, designadamente a elaboração de relatórios anuais sobre a situação do país em matéria de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, e a resposta a questionários periódicos internacionais;
- d) Desenvolver e promover estudos no âmbito de projetos nacionais e internacionais sobre as diversas vertentes associadas ao fenómeno das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e as dependências;
- e) Acompanhar e prestar apoio técnico-científico a projetos de investigação no domínio de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, designadamente estudos de “investigação-ação” com vista a diagnósticos de necessidades e avaliação das intervenções;
- f) Apoiar o desenvolvimento de uma comunidade científica no domínio de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, que facilite a difusão da cultura científica nestes domínios;
- g) Assegurar os procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas, designadamente as previstas nos artigos 7.º e 62.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, e no artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro;
- h) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

À **Divisão de Informação e Comunicação (DIC)** cabe o exercício das competências definidas nas alíneas a) e c) do artigo 3.º da Portaria do SICAD, designadamente:

- a) Coordenar, dinamizar e atualizar os diferentes canais de informação, da responsabilidade do SICAD, nomeadamente site SICAD, Intranet, Diretório do Álcool e redes sociais;
- b) Recolher, tratar e divulgar a informação em diversos suportes, sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências;
- c) Assegurar o tratamento e divulgação do espólio documental do SICAD, no âmbito das substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências e garantir o atendimento ao público que a ele se dirija;
- d) Desenvolver produtos de comunicação e divulgação através da gestão e criação de materiais gráficos e multimédia e apoiar na interação com a Imprensa;
- e) Apoiar a edição das publicações do SICAD e a divulgação de publicações nestes domínios;
- f) Assegurar a edição da revista científica Toxicodependências;
- g) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

4.2.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas

Divisão de Estatística e Investigação (DEI)

Objetivo Operacional 11. Divulgação e disponibilização de informação



Em 2016, a DEI elaborou o *Relatório Anual 2015 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências* (I11.2.1.) e o *Relatório Anual 2015 - A Situação do País em Matéria de Álcool* (I11.2.2.) (I2 do PE 2013-2016).

Estes Relatórios reúnem informação nacional nos domínios da oferta e da procura, obtida através de múltiplos parceiros que integram o Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências, bem como informação proveniente dos estudos representativos nacionais. A recolha e sistematização de informação no domínio das drogas e toxicodependências conta já com muitos anos de experiência, sendo, por sua vez o segundo ano em que foi elaborado um Relatório da Situação do País em Matéria de Álcool.

Os indicadores considerados para ambos os Relatórios contam já com um bom nível de qualidade. Por sua vez, o âmbito dos estudos nacionais tem vindo a ser alargado a diferentes grupos alvo e contextos, enriquecendo, desta forma, a caracterização da situação do país nestas áreas.

Embora prevista a sua elaboração para 2016 não se concretizou a produção de um Relatório Anual da Situação do País em Matéria de Jogo, embora tenha sido recolhida informação caracterizadora desta área em Portugal. Contudo, tendo em conta os parâmetros estipulados para a organização destes relatórios, avaliou-se que a informação recolhida não substanciava um Relatório com as mesmas características dos restantes.

A DIC assegurou ainda a elaboração do *Relatório Anual 2015 – Respostas e Intervenções no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências*, com base na informação proveniente dos vários Serviços e congregada pelos Coordenadores das Subcomissões da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool.

Ainda no âmbito da divulgação e disponibilização de informação, em 2015, à semelhança dos anos anteriores, foram elaborados e divulgados relatórios referentes à execução de atividades e características dos utentes das unidades de internamento públicas: Relatório das Unidades de Desabilitação Públicas 2014 (**I11.2.6.**) e Relatório das Comunidades Terapêuticas Públicas 2014.

Por sua vez, no âmbito das atividades desenvolvidas para o cumprimento dos OOP 7, 8, 9 e 10 foi divulgada informação segundo diferentes suportes e modalidades, divulgação esta que se enquadra neste objetivo.

Em 2016, a DEI disponibilizou resultados de 6 estudos promovidos ou desenvolvidos pelo SICAD (OOp 7 e OOp 8), quer sob a forma de sinopses (6), quer de relatórios finais (3) (**I35** do PE 2013-2016).

Tal como previsto, em 2016 acentuou-se o investimento na produção de informação segundo diferentes suportes (relatórios científicos, relatórios de divulgação, sinopses, slides), línguas (para além da versão portuguesa, sinopse estatística nacional em inglês, sinopses de estudos em inglês) e veículos de comunicação (publicações em papel, na internet, apresentações públicas, *media*), com vista a aumentar o valor percebido do conhecimento produzido (**I1** do PE 2013-2016).

Neste âmbito, é de destacar, enquanto iniciativas potenciadoras da decisão/ação, a Apresentação Pública dos Relatórios Anuais da Situação do País na Assembleia da República e a apresentação de comunicações em diversas sessões técnicas e científicas, designadamente:

- *Intervenção das CDT e alterações nos comportamentos na perspetiva dos indiciados*, no Encontro Descriminalização – 15 anos depois;
- *Comportamentos Aditivos aos 18 anos: Inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional*, na Reunião da Comissão Executiva do Fórum Nacional Álcool e Saúde;
- *Consumo de Álcool na Gravidez*, no Fórum Nacional Álcool e Saúde;
- *Consumo de Álcool na Gravidez: Algumas Pistas*, no 3º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses
- *Addictive Behaviours and Dependencies: the integrated management of information and public policies*, na Yesilay Academy;

- *Investigação e desenho das intervenções: ciclo de vida e contexto*, no II Congresso do SICAD;
- *Avaliar Políticas e Dispositivos Legais. O caso das NSP e da Lei do Álcool*, no II Congresso do SICAD;
- *Investigação e Avaliação de Políticas: o contributo do SICAD para o “ALICE RAP” e o contributo do “ALICE RAP” para a avaliação de políticas*, no II Congresso do SICAD;
- *Consumo de álcool entre os adolescentes em Portugal e na Europa, em 2015*, no VII Congresso de Alcoologia.

No que se reporta à disponibilização de informação sobre a investigação nestas áreas, a DEI atualizou a base de dados criada no ano anterior com a compilação da investigação científica em comportamentos aditivos concluída entre 2013 e 2016. A listagem, que foi publicada no *síte* do SICAD e contempla artigos, relatórios científicos, teses de doutoramento, dissertações de mestrado e teses de licenciatura, é agora composta por 366 títulos.

Com vista à promoção do desenvolvimento de estudos/ monitorização de indicadores, à semelhança dos anos anteriores, a DEI disponibilizou “reservatórios de dados” não cobertos por reserva de confidencialidade, desagregados por área territorial das Administrações Regionais de Saúde e Secretarias Regionais (I11.1.1.; I1 do PE 2013-2016).

Por último, quanto às atividades da DEI no âmbito da disponibilização de informação periódica para responder a vários compromissos nacionais e internacionais (I11.2.3.), bem como na disponibilização de informação específica em resposta a solicitações que foram surgindo ao longo do ano (I11.2.4.), nomeadamente para fins de planeamento de outras entidades públicas e para fins académicos, a DEI cumpriu o propósito de corresponder à totalidade das solicitações (I36 do PE 2013-2016).

Objetivo Operacional 7. Desenvolvimento de projetos em linhas de investigação tradicionais

Na sequência da recolha de dados efetuada no ano anterior com vista à obtenção de dados representativos dos estudantes de 13-18 anos do ensino público em matéria de comportamentos aditivos e dependências e comparáveis a nível europeu (para os estudantes de 16 anos), em 2016 os resultados dos estudos ESPAD 2015 – *European School Survey Project on Alcohol and other Drugs – Portugal* e do ECATD-CAD 2015 – Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências foram apresentados publicamente e divulgados em diversos formatos, tendo sido elaborado o relatório do estudo ESPAD/ECATD (I7.1. 3.; I1/I35 do PE 2013-2016).



Como previsto, em 2016, procedeu-se à recolha de dados no âmbito do estudo *Representações Sociais da Droga e da Toxicodpendência. Inquérito ao Público Presente no Rock in Rio – Lisboa*, cujos resultados, em forma de sinopse, foram divulgados no *site* do SICAD ainda antes do ano terminar (I7.4. 3. e I1/I32/I37 do PE 2013-2016).

No final deste ano foi ainda iniciada a implementação do IV Inquérito ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral - Portugal/2016 (I7.6. e I37 do PE 2013-2016), contratualizado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CICS.Nova). Este inquérito permite obter informação quanto a indicadores-chave no domínio do consumo de drogas, em harmonia com o OEDT e, nesta última edição, já com indicadores-chave no domínio do consumo de bebidas alcoólicas, fruto dos consensos gerados no âmbito do *workpackage 4 /Monitoring* do projeto RAHRA. Adicionalmente, disponibiliza informação quanto ao consumo de tabaco e de medicamentos psicoativos, bem como de jogo a dinheiro. Os dados deste estudo são incluídos como indicadores de avaliação do PNRCAD 2013-2020.

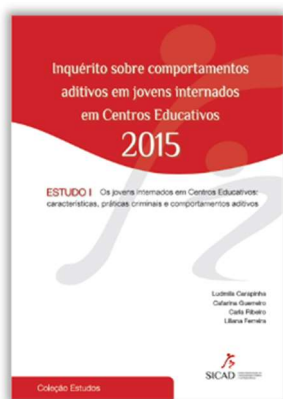
Objetivo Operacional 8. Desenvolvimento de projetos em novas linhas de investigação



No âmbito da parceria estabelecida com o Ministério da Defesa Nacional, em 2016 foram divulgados os resultados do estudo *Comportamentos Aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional* (I8.2.3). Estes resultados reportam à 1ª edição nacional deste inquérito, em 2015, que reuniu informação relativa a cerca de 70 000 jovens.

Neste ano foi aplicada a 2ª edição deste inquérito. Este é proposto a todos os jovens que participam no Dia da Defesa Nacional, permitindo obter informação sólida quanto a um conjunto de indicadores referentes a consumos e utilização da internet, atualizada anualmente. Adicionalmente, é recolhida informação quanto ao conhecimento das respostas em matéria de CAD, um dos temas abordados nas sessões neste domínio implementadas no Dia da Defesa Nacional. Com efeito, a partir deste questionário é obtida uma apreciação dos jovens quanto à utilidade destas sessões para a sua vida e dos jovens da sua idade (I1/I35/I32 do PE 2013-2016)

Enquadrado também nas novas linhas de investigação, concluiu-se em 2016 a recolha de dados do estudo longitudinal sobre os Efeitos do Dispositivo da Dissuasão nos Indiciados, Baseado na Atividade das CDT, estudo este que havia começado a ser aplicado em 2014. Neste ano efetuou-se uma primeira apresentação de resultados, constando uma sinopse dos mesmos no *site* do SICAD (I8.3.13.; I1 do PE 2013-2016).



Os resultados referentes ao Inquérito sobre Comportamentos Aditivos em Jovens Internados em Centros Educativos, 2015 foram apresentados publicamente no início de 2016, tendo também sido elaborado um relatório referente ao estudo *Os jovens internados em Centros Educativos: características, práticas criminais e comportamentos aditivos* (I8.3.14). Este inquérito permitiu a atualização de informação sobre comportamentos aditivos neste subgrupo populacional e neste contexto específico (I1/I35 do PE 2013-2016).

Por último, é de referir a colaboração no projeto LEADER “*Looking at Economic Analyses of Drugs and Economic Recession*” coordenado pela Catalunha (FCRB, Gov. Catalunha, AQUAS) e com a participação das Universidades de Maastricht, Katowice e Newcastle, e financiado pela União Europeia (*Drug Prevention and Information*). Esta participação decorreu no âmbito do WP1 e consistiu na participação ativa nas reuniões, no pré-teste dos instrumentos de recolha de dados para a estimativa dos custos sociais associados ao consumo de drogas e na revisão do Deliverable1.3 do WP1 “*LEADER Project – Guidance document on estimating the social costs of illegal drugs*” (I38 do PE 2013-2016).

Objetivo Operacional 9. Criação de mecanismos e procedimentos com vista ao incremento da eficácia, eficiência e qualidade dos sistemas de informação dos serviços que integram a rede do Sistema Nacional de Informação e à sua adequação às necessidades nacionais e internacionais de informação

Deu-se continuidade à **recolha normalizada de dados** das Unidades de Desabilitação, das Comunidades Terapêuticas e dos Centros de Dia licenciados e públicos (I9.3.1. e I9.3.2.), tendo em consideração a sua adequação com o Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM) e assegurando a recolha de dados desagregados por utente. Os dados são recolhidos pelos parceiros locais dessas estruturas através de instrumentos normalizados, que enviam à DEI para a respetiva validação e análise dos dados, e para elaboração de informação de suporte à intervenção, à gestão e decisão.



Em 2016, estes dados foram disponibilizados e divulgados em vários documentos internos e externos de suporte à intervenção, à gestão e decisão, e ainda, de forma sistematizada, através do *Relatório das Unidades de Desabilitação Públicas 2014* e do *Relatório das Comunidades Terapêuticas Públicas 2014*, que se encontram disponíveis no site do SICAD.

É de referir ainda no âmbito dos **I9.3.1. e I9.3.2.**, a recolha normalizada relativa a outros indicadores provenientes de outros Serviços que é feita num determinado momento no ano e que permite a atualização dos “reservatórios de dados” existentes na Divisão, sobre os quais são feitas inúmeras análises em resposta a compromissos nacionais e internacionais e a várias outras solicitações de informação.

No âmbito deste OOp, a DEI desenvolveu também uma série de atividades relacionadas com a **melhoria das práticas de registo e adequação dos sistemas de informação às necessidades nacionais e internacionais de informação (I34 do PE 2013-2016)**:

- participou, com outras unidades orgânicas e equipas do SICAD (DPI e EMSI) assim como com outros Serviços (ARS, DICAD e CRI), no grupo de trabalho relacionado com o projeto SIM-BA – *Sistema de Informação Multidisciplinar Business Analytics*;
- assegurou, em articulação com a DRI e com a PJ/UNCTE, o preenchimento dos novos instrumentos de recolha de dados a nível europeu (OEDT) no domínio da oferta;
- assegurou, em articulação com a DRI, a representação nacional no grupo de peritos do indicador-chave sobre *consumo problemático de drogas*, e assegurou, no âmbito do indicador-chave sobre *mortes e mortalidade relacionadas com drogas* (registos gerais e específicos), o acompanhamento dos trabalhos dos peritos nacionais (INE, I.P. e INMLCF, I.P.);
- assegurou, em articulação com a DRI, a representação nacional no grupo de trabalho com vista à criação de um instrumento normalizado de recolha de informação sobre consumos de substâncias psicoativas em meio prisional: *European Questionnaire on Drug Use in Prison*.

É ainda de referir a nível do desenvolvimento de indicadores relevantes para as políticas nestas áreas e cientificamente comprovados a nível europeu e internacional que, potenciando sinergias com os trabalhos no âmbito do *RARHA SEAS 2015* (WP4/Monitorização, no qual Portugal foi representado pelo CICS.Nova, com acompanhamento da DEI) foi possível estimar de forma harmonizada em vários países europeus os níveis de consumo através de inquérito de base populacional, assim como estimar o consumo de álcool não registado (**I9.2.2.**).

Objetivo Operacional 10. Implementação de procedimentos potenciadores da articulação entre SH e de incentivo à partilha regular de informação e de conhecimento entre diferentes grupos de SH

Em 2016, deu-se continuidade às articulações de rotina entre os parceiros estratégicos com vista à partilha regular de informação, designadamente no contexto da **rede nacional de serviços fonte de dados do Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências**, que têm permitido trabalhar de forma integrada e sustentável e têm potenciado o valor da informação e do conhecimento nestas áreas.

No âmbito do projeto europeu ERANID (implementação de uma Rede Europeia de Investigação na área das drogas), o SICAD desempenhou o papel de *Joint Call Secretariat* dos dois concursos de investigação,

organizando todo o trabalho que culminou com a publicação da lista de projetos de investigação a financiar ao abrigo da primeira *call* e com a decisão provisória dos projetos a financiar ao abrigo da segunda *call* (**I10.3.7.**). Por sua vez, a nível nacional, prosseguiu o alargamento da Rede Nacional de Investigadores, contando esta com 99 investigadores no final de 2016 (**I6** do PE 2013-2016).

É também de referir a participação no MedSPAD Committee do Grupo Pompidou do Conselho da Europa, que integra os países da bacia do Mediterrâneo (Sul da Europa, Médio Oriente e Norte de África) assegurando a colaboração ativa nas atividades desenvolvidas: reuniões bianuais, apoio ao desenvolvimento de estudos (com base no ESPAD) designadamente no Egipto, na Argélia, revisão das “MEDSPAD Guidelines”, envio de dados relativos ao ESPAD 2015 para atualização do relatório “*A First Glance of the Situation in the Mediterranean Region in Relation to the Prevalence of Alcohol, Tobacco and Drug use Among Adolescents*”, além da avaliação do trabalho desenvolvido por este grupo de trabalho. Colaborou-se ainda na organização da 6ª Reunião MedSPAD Committee, que decorreu em Lisboa (21 Setembro 2016) nas instalações do SICAD.

Por último, é de mencionar a nível de procedimentos potenciadores da articulação de SH e de partilha de informação, o trabalho desenvolvido no âmbito do *Global Survey on Alcohol and Health 2016*, sob a coordenação da DEI e em articulação com a DPI, que mobilizou um grupo intersectorial de parceiros estratégicos do FNAS, com vista a responder de forma sustentada a necessidades de informação em áreas específicas das políticas do álcool (**I40** do PE 2013-2016).

Objetivo Operacional 23. Assegurar os procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas

No quadro da área transversal de coordenação, a DEI assegurou também os **procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas** (designadamente as previstas nos artigos 7.º e 62.º do DL n.º 15/93, de 22 de janeiro, e no artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro), assegurando a manutenção das bases de dados sobre pedidos de licenciamento, comunicações de importações / exportações e pedidos de cedência de drogas para fins didáticos ou de investigação, e dando resposta a 165 pedidos de licenciamento e 833 comunicações de importações/exportações (**I23.1., I36** do PE 2013-2016).

Avaliação qualitativa global da Unidade Orgânica

Em 2016 destacaram-se uma vez mais como principais pontos fortes da DEI:

- o investimento na transferência atempada e efetiva da informação e do conhecimento;
- o reforço no trabalho em rede com os parceiros estratégicos, permitindo a rentabilização de recursos e potenciando o valor da informação e do conhecimento nestas áreas;
- o investimento em novas linhas de investigação consideradas como prioritárias;

- a elevada motivação e compromisso com o Serviço por parte da equipa, que demonstrou uma vez mais, uma dinâmica pautada pela transparência, confiança, abertura e disponibilidade para novos compromissos, e sempre muito focada na orientação para os resultados.

Divisão de Informação e Comunicação (DIC)

Objetivo Operacional 12. Criar e implementar uma estratégia de comunicação

Comunicação

O Plano de Comunicação Integrada (PCI) enquadra a estratégia de comunicação do SICAD. Este plano foi elaborado em 2013 e complementado, em 2014, com a vertente da comunicação externa. Durante o ano de 2016 deu-se continuidade ao trabalho, já desenvolvido, de articulação com a Imprensa, tendo a DIC respondido a várias solicitações desta, quer através da preparação da informação de carácter técnico a veicular, quer através do acompanhamento dos jornalistas na elaboração das peças.

Destaca-se neste âmbito o trabalho desenvolvido junto da imprensa estrangeira, nomeadamente a articulação com estruturas locais com vista a uma ampla cobertura do trabalho realizado na área da política pública portuguesa em matéria de comportamentos aditivos e dependências.

Para além destas atividades, foram, ainda, acompanhados, durante o ano de 2016, diversos pedidos de apoio técnico para trabalhos universitários (licenciatura e mestrado) na área dos comportamentos aditivos e dependências.

Foi, também, realizada uma avaliação e reflexão interna sobre o trabalho desenvolvido nesta área. Neste sentido e no que diz respeito à avaliação da comunicação externa foi feita uma análise dos *sites* (institucional e diretório do álcool) uma análise à evolução e aceitação dos perfis SICAD nas redes sociais (*Facebook*, *Twitter* e *Youtube*), no que diz respeito à comunicação interna, apesar de grande parte das medidas terem sido implementadas, é necessário reforçar a disseminação de informação regular sobre as atividades do SICAD utilizando e potenciando como plataforma privilegiada para o efeito a Intranet.

Imagem

A harmonização da imagem dos produtos desenvolvidos, no e com o apoio do SICAD, impulsiona o reconhecimento da instituição pelos seus diferentes *SH* e do trabalho que neste se desenvolve, pelo que, durante o ano de 2015, a DIC deu continuidade à uniformização da imagem SICAD, através do apoio às diversas unidades orgânicas do SICAD, na criação e desenvolvimento de produtos e formatos de comunicação, de informação e de *design* institucional. O trabalho realizado incidiu de forma geral nas seguintes atividades: composição gráfica, criação e produção de imagens, de apresentações digitais e materiais, para eventos nacionais e internacionais, em que o SICAD esteve representado, e para plataformas e veículos de comunicação

digitais, com destaque para as redes sociais; e grafismo, formatação, apoio na edição e divulgação de documentos de trabalho e publicações, desenvolvidos e coordenados pelo SICAD, tanto para divulgação e utilização pelos profissionais do SICAD, como para divulgação externa pelos seus SH.

Publicações

Foi acompanhado pela DIC o processo de edição e produção de vários estudos, assim como a reedição /edição das seguintes brochuras/publicação:

- Brochura Bilingue “Descriminalização do uso das drogas”;
- Brochura Bilingue “Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências”;
- *Decriminalisation – Portuguese legal framework applicable to the consumption of narcotics and psychotropic substances*;
- Guia Prático para a Intervenção em Micro Pequenas e Médias Empresas Consumo de Substâncias Psicoactivas – reflexos em Meio Laboral.

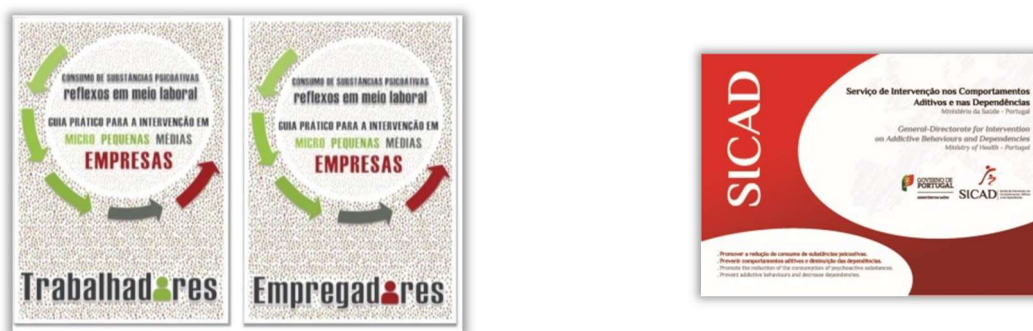


Figura 5 - todas as publicações editadas podem ser consultadas em www.sicad.pt

Através do **Serviço de Divulgação de Informação** prosseguiu-se, em 2016, com carácter regular, à divulgação de notícias de imprensa e de documentos da área. Esta divulgação foi efetuada através das 4 listas de **distribuição/divulgação** do correio eletrónico do Centro de Documentação. Estas listas foram elaboradas, após a consulta dos profissionais da área de intervenção do SICAD (internos e externos), quanto aos temas sobre os quais gostariam de estar informados. Assim, foram criadas 4 áreas temáticas (informação técnico-científica, eventos técnico-científicos, notícias de imprensa e legislação).

No âmbito do trabalho realizado através do **Centro de Documentação** foi dada continuidade ao apoio prestado no âmbito da consulta presencial e à distância, sempre que estes foram solicitados. O Centro de Documentação dispõe de uma **Base de Dados**, para pesquisa no **local** e **On-line**, que contém cerca de **36.000 referências bibliográficas** constituindo-se assim como o Centro de informação e documentação de referência nacional nestas áreas. Esta base de dados é constituída por monografias, relatórios, trabalhos de investigação, obras de referência e publicações periódicas especializadas nacionais e estrangeiras, algumas delas disponíveis em formato digital. Em 2016, a **Base de Dados** foi atualizada com um total de 1.166 registos, sendo 1.085 registos bibliográficos e 81 videográficos.

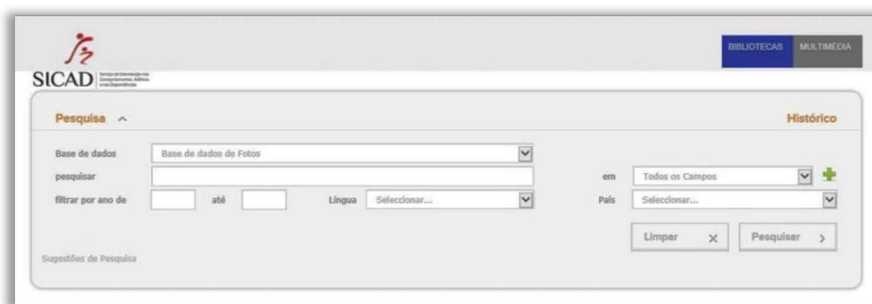


Figura 6 - Base dados on-line disponível em www.sicad.pt

Para além da Base de Dados do Centro de Documentação, a Divisão de Informação e Comunicação, em 2016, deu continuidade, à atualização da plataforma virtual, **Biblioteca Ibero-americana sobre Drogas e Dependências** (BIDA), com a inserção de 41 novos registos bibliográficos. Em 2016 deu-se continuidade ao processo de validação de registos, trabalho esse necessário à uniformização de conteúdos entre os vários países envolvidos.

A BIDA é composta por uma Rede de 10 Centros de Documentação, pertencentes a Agências Nacionais de Drogas da Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, México, Peru, Portugal e Uruguai, que integram, através deste sistema, as suas coleções bibliográficas possibilitando, assim, uma gestão eficiente e partilhada de recursos entre bibliotecas. Esta ferramenta virtual de gestão descentralizada do conhecimento especializado em matéria de drogas e dependências, cujo desenvolvimento começou no ano de 2011 no âmbito do Programa de Cooperação entre a América Latina e a União Europeia em Políticas sobre as drogas (COPOLAD), financiado pela Comissão Europeia através da Direção-Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento (EuropeAid).



Figura 7 - Screenshot do site BIDA

Eventos

Para a prossecução das atribuições desta divisão, ao nível da **organização de eventos**, referem-se os ocorridos em 2016:

- Apresentação na Comissão Parlamentar de Saúde, na Assembleia da República, dos Relatórios Anuais sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências; sobre a Situação do País em Matéria de Álcool; Respostas e Intervenções no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências, todos relativos a 2014. (Lisboa – 3 de fevereiro)
- Apresentação Pública dos resultados preliminares do “Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Drogas e Outros CAD – 2015. (Lisboa – 3 de março)
- Apresentação Pública dos resultados do “Inquérito sobre CAD em Jovens Internados em Centros Educativos”. (Caxias – 18 de março)
- II Congresso do SICAD (Lisboa – 5,6 e 7 de abril)
- Reunião Anual do FNAS (Loures – 28 de abril)
- Apresentação Pública do Estudo “Comportamentos Aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional, ocorrida na Academia Militar (Amadora – 2 de junho)
- Apresentação Pública do Relatório Europeu “ESPAD 2015” (Lisboa – 20 de setembro)
- Encontro “Descriminalização: 15 Anos Depois” (Porto – 8 e 9 de novembro)
- Cerimónia de entrega dos Prémios FNAS 2016 (Lisboa – 12 de dezembro)

A realização do II Congresso SICAD constituiu-se como uma mais-valia no alinhamento da política pública para a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências. Este II Congresso teve como destinatários todos os interessados ligados à investigação ou às intervenções, diretas ou indiretas nas diversas áreas dos comportamentos aditivos e/ou das dependências com, ou sem, substâncias. Realizou-se nos dias 5,6 e 7 de abril de 2016 na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa. Com o limite máximo de inscrições a ser atingido um mês antes da realização do Congresso, participaram 389 pessoas, ultrapassando-se assim a capacidade máxima do espaço prevista para este evento. Foi elaborado um programa para dois dias e meio de trabalho que incluiu cinco sessões plenárias, nove sessões paralelas e uma conferência. O primeiro meio-dia de trabalho foi dedicado a questões relacionadas com a qualidade, certificação e ganhos em saúde. O segundo dia de Congresso teve por tema o papel do conhecimento e as práticas existentes na área dos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD). No último dia de trabalho procurou-se debater os desafios que se colocam à intervenção em CAD, tendo sido realizadas várias sessões paralelas onde foram abordados temas como a referenciação em CAD, as novas redes, as novas práticas e a regulamentação em CAD. Por último, foi realizada a conferência “*Evidence-based treatment in Pathological Gambling*”. Após a realização do Congresso foi elaborado um questionário de avaliação por forma a conhecermos a opinião dos participantes sobre vários itens relacionados com o Congresso, e que recebeu uma apreciação globalmente muito positiva, estando previsto para o ano de 2018 o III Congresso do SICAD.

Produção de informação

Depois da reformulação em 2015 da parte B – Respostas e Intervenção do Relatório “A situação do país em matéria de drogas e toxicodependências” que passou a configurar o “**Relatório Anual das Respostas e Intervenções na área dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2015**” neste sentido a DIC procedeu, em 2016, á sua respetiva execução.

Em 2015 com a criação da **página de Facebook do SICAD** - www.Facebook.com/SICADPortugal, foi necessário proceder-se, diariamente, à pesquisa, recolha e tratamento de informação para a elaboração de conteúdos para partilha nesta rede social.

No ano de 2016, deu-se continuidade ao trabalho de articulação com outras unidades orgânicas do SICAD, relativamente à elaboração de materiais informativos específicos, adequados para distribuição nas redes sociais, nomeadamente sobre alguns dos estudos elaborados pelo SICAD.

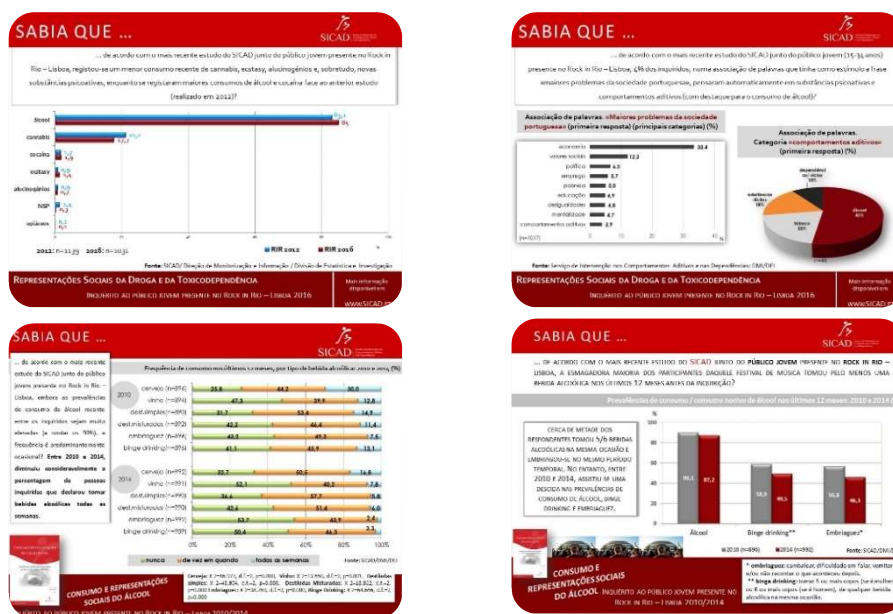


Figura 8 - Snapshots publicadas nas redes sociais

Objetivo Operacional 13. Potenciar as novas tecnologias enquanto canais de partilha de informação, conhecimento e comunicação

Páginas de Internet

As Páginas de Internet são, sem dúvida, um excelente veículo de comunicação. Num contexto social onde o acesso à informação assume particular relevância, assistimos a uma preocupação cada vez maior na consolidação da presença na *Internet*, com conteúdos de elevada qualidade, estreitando, assim, a ponte entre as organizações e os utilizadores. É da responsabilidade da Divisão de Informação e Comunicação (DIC), do SICAD, a gestão contínua dos conteúdos e estrutura da página eletrónica institucional do SICAD (www.sicad.pt),

do **Diretório do Álcool** (www.diretorioalcohol.pt), bem como da página criada para **Ação conjunta RARHA - Reducing Alcohol Related Harm** (www.rarha.eu).

A **página eletrónica do SICAD** foi concebida tendo como objetivo servir diversos públicos-alvo através da criação de três áreas distintas, Área Institucional, Área Cidadão e Área de Intervenção, permitindo assim um acesso facilitado e diferenciado a parceiros institucionais, técnicos e cidadãos. Em 2016, no *site* do SICAD foram efetuadas **652 atualizações**, distribuídas pelas diferentes páginas que o constituem. As atualizações realizadas requerem um trabalho prévio de adaptação dos conteúdos ao formato e estrutura do *site*. Sendo um *site* institucional o fluxo de informação a atualizar foi maior nas seguintes áreas: “Fórum Nacional Álcool e Saúde”¹, “Destaques”, “Novidades” Notícias, Concursos” Estudos Concluídos” e “Estatísticas/Investigação”.

No ano em análise, a página eletrónica do SICAD teve **278.418 visitantes exclusivos** o que indica um aumento de 36% relativamente ao ano anterior e **1.657.524 páginas visualizadas** o que indica um aumento de 25% relativamente ao ano anterior. Os principais referenciadores para o site são o Google seguindo-se do *Facebook*, provavelmente devido à continuação da página do *Facebook* do SICAD que regularmente remete para conteúdos existentes no site institucional. (ver dados do “Relatório de monitorização do site SICAD e do Diretório do Álcool – 2106”).

Relativamente ao **Diretório do Álcool** teve **8.142 Utilizadores** e **23.021 visualizações de páginas**. (ver dados do “Relatório de monitorização do site SICAD e do Diretório do Álcool - 2016”).

Relativamente ao site RARHA, a sua reestruturação em junho de 2016, implicou um acentuado volume de trabalho por parte da DIC responsável na introdução dos conteúdos do Site. Para além deste volume de trabalho há a referir **220 atualizações** contabilizadas.

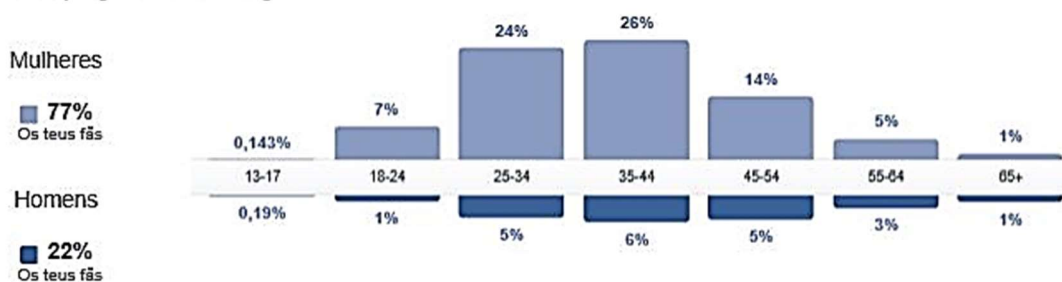
No que diz respeito à **Intranet SICAD** esta permite a todos os profissionais acederem, diretamente do seu posto de trabalho, a um variado leque de informação e funcionalidades, tais como: procedimentos internos (normativos, modelos de documentos técnicos, entre outros) acontecimentos e/ou eventos do SICAD, repositório de informação técnica, contactos (SICAD e CDT), recursos, (documentos técnicos com informação pertinente na área dos CAD, legislação), gestão da assiduidade (acesso direto à plataforma do relógio de ponto), informação sobre Protocolos de colaboração e parceria com outras entidades, informação sobre projetos e reuniões internacionais onde o SICAD está envolvido e por último um espaço de utilidades onde está disponível o portefólio da imagem institucional. Em 2016, deu-se continuidade à gestão desta plataforma com a premente atualização de conteúdos – **821 atualizações** - criação de novas páginas e reestruturação de áreas (design e programação).

¹ Em novembro de 2016, iniciou-se a migração de conteúdos do “Diretório do Álcool” para o recém criado microsite - **Fórum Nacional Álcool e Saúde** -, no site SICAD o que originou que este Micro site seja referido como sendo a área mais atualizada no site Sicad.

Redes Sociais

A presença do SICAD nas redes sociais iniciou-se em 2015. Em abril, foi criado o perfil SICAD no *Twitter* (https://twitter.com/sicad_portugal); em junho a página de *Facebook* do SICAD (<https://www.Facebook.com/SICADPortugal>) e em julho o canal de *Youtube* designado SICAD Portugal. A página de *Facebook* tem vindo a ser atualizada numa base diária com conteúdos criados ou trabalhados pela DIC ou através da divulgação de informação disponibilizada por parceiros ou notícias de imprensa relativas à área de atuação do SICAD. A página de *Facebook* do SICAD lançada a 26 junho de 2015, e até ao final do ano em análise, obteve 2.093 seguidores, continuando a ser visualizada maioritariamente por mulheres, 77%, e 22% por homens.

As pessoas que gostam da tua Página



Fonte: Facebook

Avaliação qualitativa global da Unidade Orgânica (DIC)

No ano de 2016 foram sendo consolidadas as mudanças ao nível da área de Comunicação no SICAD, que a aposta nas Redes sociais em 2015 originou, revelando-se como uma mais-valia, ao permitir em tempo útil a difusão de informação a um vasto leque de pessoas, criando novos desafios, nomeadamente no que diz respeito à produção interna de conteúdos técnicos e informativos em formatos adequados a estas plataformas de comunicação. Para além destes objetivos e tendo em conta as competências desta Divisão procurar-se-á desenvolver em 2017 e já prevista em 2016 uma linha de materiais com informação sobre comportamentos aditivos, dependências e substâncias, materiais estes que são amplamente solicitados pelas estruturas com intervenção no terreno.

Avaliação quantitativa global da DMI

Os gráficos seguintes explicitam a execução das metas definidas para esta Direção de Serviços durante o ano de 2016, assim como das respetivas divisões.

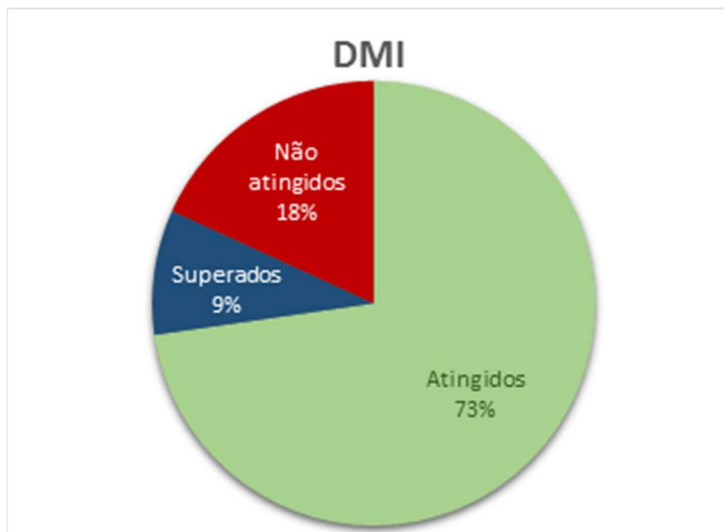


Gráfico 16 - Taxa de execução das metas definidas para a DMI em 2016



Gráficos 17 - Taxa de execução das metas definidas para a DEI em 2016

Gráfico 18 - Taxa de execução das metas definidas para a DIC em 2016

Tendo em consideração que dos 32 indicadores, correspondentes a 19 iniciativas e a 8 objetivos operacionais, 20 (73%) foram atingidos e 11 superados (9%), e ainda o grau de elevada complexidade de grande parte deles, é possível afirmar que o resultado global da Direção foi muito positivo.

Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI):

Divisão de Estatística e Investigação (DEI) e Divisão de Informação e Comunicação (DIC)

Objetivos Operacionais (Oop) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (OA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (OA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (OA)
OOp11. Divulgação e disponibilização de informação	I11.1.1. Reservatórios de dados disponibilizados face aos solicitados (de acordo com critérios) (%)	Realização	100% (2015)	100%	0	100%	100%	100%	Atingiu	Comunicações eletrónicas		DEI	-
	I11.2.1. Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependências – 2015 (em meses) QUAR	Resultado	12 (2013) 11 (2014) 11 (2015)	11	0	10	11	100%	Atingiu	Documento (ainda não divulgado - aguarda apresentação na AR). Comunicações eletrónicas de envio à Direção.		DEI	-
	I11.2.2. Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Alcool – 2015 (em meses) QUAR	Resultado	12 (2014) 12 (2015)	12	0	11	12	100%	Atingiu	Documento (ainda não divulgado - aguarda apresentação na AR). Comunicações eletrónicas de envio à Direção.		DEI	-
	I11.2.7. Conclusão do Relatório Anual sobre as Respostas e Intervenções no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências - 2015 (em meses)	Resultado	12 (2015)	12	0	11		0%	Não Atingiu			DIC	DPI
	I11.2.5. Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Jogo – 2015 (em meses)	Resultado	-	12	0	11	-	0%	Não Atingiu		“Foi recolhida a informação disponível sobre o fenómeno do jogo, não sendo esta suficiente para a elaboração de um Relatório Anual equivalente aos existentes nas áreas das Drogas e do Alcool.”	DEI	-
OOp11. Divulgação e disponibilização de informação	I11.2.6. Conclusão do Relatório Anual das Unidades de Desabituação Públicas - 2014 (em meses)	Resultado	11 (2013) 10 (2014) 7 (2015)	7	0	6	1	175%	Superou	http://www.sicad.pt/BK/Estatistica/Investigacao/InformacaoEstatistica/ConsumosProblemas/Documentos/UDPublicas/Relatorio_UDP_2014.pdf	A melhoria no cumprimento dos prazos de envio dos dados por parte das entidades colaboradoras (Unidades de Desabituação Públicas) e a melhoria da eficiência no processamento da informação por parte da equipa da DEI, permitiram superar a meta prevista	DEI	-

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
	I11.2.3. % de respostas a compromissos interinstitucionais dentro dos prazos	Realização	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	100%	100%	Atingiu	Correspondência relativa às respostas dadas		DEI	-
	I11.2.4. % de respostas a outros pedidos de informação	Realização	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	100%	100%	Atingiu	Correspondência relativa às respostas dadas		DEI	-
	I11.3.1. Novos registos em bases de dados bibliográficas (Nº)	Resultado	1579 (2013) 897 (2014) 1553 (2015)	1 000	100	1 101	1032	100%	Atingiu	DocBase		DIC	-
	I11.5.1. Publicações editadas (N.º publicações editadas ou reeditadas 2015 / N.º de solicitações para editar ou reeditar publicações)	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0	100%	100%	100%	Atingiu	Foi editado o “Guia Prático para a Intervenção em Micro Pequenas e Médias Empresas” (outubro de 2016). Foram reeditados a brochura bilingue: “SICAD” e o folheto bilingue “Descriminalização do Uso das Drogas”(outubro de 2016).		DIC	-
	I11.5.2 Divulgação de materiais informativos ou preventivos (Nº de materiais informativos ou preventivos divulgados/Nº de solicitações)	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0	100%	100%	100%	Atingiu	E-mails trocados com as entidades		DIC	-
OOp7. Desenvolvimento de projetos em linhas de investigação tradicionais	I7.1. 3. Relatório do estudo epidemiológico ESPAD/ECATD (nº) QUAR	Resultado	-	11	1	9	12	100%	Atingiu	Documento (Informação DMI/DEI nº 6 de 30/12)		DEI	Coordenação Europeia do projeto e coordenadores nacionais

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
	I7.4. 3. Recolha de dados no âmbito do estudo sobre as perceções, crenças, atitudes e representações sociais das substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências (Droga) entre o público jovem do Rock in Rio - 2016 (em meses)	Realização	5 (2014)	5	0	5	5	100%	Atingiu	Base de dados com a informação recolhida		DEI	-
	I7.6. Recolha de dados no âmbito do Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral - Portugal 2016 (em meses) QUAR	Realização	12 (2012)	12	0	11	11	125%	Superou	Relatório Técnico	Apesar da dependência de uma instituição externa responsável pela sua realização (CICS.NOVA/ FSCH /UNL) e da complexidade dos procedimentos concursais subjacentes, face à urgência dos resultados do estudo (nomeadamente para a avaliação das metas do PNRCAD), foi possível, graças às relações de confiança estabelecidas entre o SICAD e a CICS.NOVA/ FSCH /UNL, realizar todas as operações técnicas de preparação da recolha (incluindo a produção dos materiais e o pré-teste) e iniciar a recolha de dados em algumas regiões do País ainda na primeira quinzena de novembro.	DEI	SICAD/Universidade
OOp8. Desenvolvimento de projectos em novas linhas de investigação	I8.2.3. Relatório do Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos, dirigido aos jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional - 2015 (nº)	Resultado	-	1	0	1	1	100%	Atingiu	Site do SICAD: http://www.sicad.pt/PT/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Paginas/detalhe.aspx?itemId=172&lista=SICAD_ESTUDOS&bkUrl=/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos		DEI	MDN
OOp8. Desenvolvimento de projectos em novas linhas de investigação	I8.3.13. Sinopse dos resultados do estudo sobre os efeitos do dispositivo da Dissuasão nos indiciados (nº)	Resultado	-	1	0	1	1	100%	Atingiu	Site do SICAD: http://www.sicad.pt/PT/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/		DEI	
	I8.3.14. Relatório do Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em jovens em Centros Educativos (em meses) QUAR	Resultado	-	4	0	3	1	135%	Superou	http://www.sicad.pt/PT/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Paginas/detalhe.aspx?itemId=169&lista=SICAD_ESTUDOS&bkUrl=/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos	A superação da meta resultou do esforço adicional da equipa responsável do estudo para a transferência efetiva da informação/conhecimento em tempo útil, face às necessidades de planeamento das intervenções da entidade colaboradora (DGRSP).	DEI	-

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOOp9. Criação de mecanismos e procedimentos com vista ao incremento da eficácia, eficiência e qualidade dos sistemas de informação dos serviços que integram a rede do Sistema Nacional de Informação e à sua adequação às necessidades nacionais e internacionais de informação	I9.2.2. Relatório do estudo sobre a medição da quantidade de álcool ingerida em Portugal (nº)	Realização	-	1	0	1	1	100%	Atingiu	Documento com dados nacionais no âmbito do projeto RAHRA (relatório SEAS/RAHRA ainda não divulgado)		DEI	-
	I9.3.1. Serviços fonte de dados da rede do Sistema Nacional de Informação sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, com informação recolhida (%)	Realização	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	-	100%	100%	100%	Atingiu	Reservatórios de dados		DEI	-
	I9.3.2. Atualização anual dos reservatórios de dados provenientes dos serviços do Sistema Nacional de Informação sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências (em meses)	Realização	9 (2013) 8 (2014) 8 (2015)	8	1	6	8	100%	Atingiu	Reservatórios de dados		DEI	-
OOOp10. Implementação de procedimentos potenciadores da articulação entre SH e de incentivo à partilha regular de informação e de conhecimento entre diferentes grupos de SH	I10.3.7. ERANID - Lista de projetos a serem financiados na 1ª Joint Call (nº)	Resultado	-	1	0	1	1	100%	Atingiu	1st Call Report		DEI	-
OOOp23. Assegurar os procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas	I23.1. % de solicitações com resposta dada dentro dos prazos definidos	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0	100%	100%	100%	Atingiu	Comunicações relativas às solicitações e respostas dadas		DEI	Infarmed, PJ, Tribunais, AT
OOOp12. Criar e implementar uma estratégia de comunicação	I12.1.6. Relatório de Avaliação da área de Comunicação interna e externa (em meses) QUAR	Resultado	-	10	1	8	-	100%	Atingiu	Informação nº 03/2016/DEI/DIC de 31 de outubro de 2016.	Não foi realizado, pelo facto de no ano em análise ter decorrido mudanças de instalações do SICAD, por esse motivo houve necessidade de alterar prioridades nas atividades da equipa, nomeadamente na alocação de recursos às atividades a decorrer.	DIC	

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp12. Criar e implementar uma estratégia de comunicação	I12.2. Organização e apoio à organização de eventos (n.º)	Resultado	9 (2013) 10 (2014) 6 (2015)	7	1	9	11	150%	Superou	1) Apresentação na Comissão Parlamentar de Saúde, na Assembleia da República, dos Relatórios Anuais sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências; sobre a Situação do País em Matéria de Álcool; Respostas e Intervenções no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências, todos relativos a 2014 (Lisboa – 3 de fevereiro de 2016); 2) Apresentação Pública dos resultados preliminares do “Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências – 2015” (Lisboa – 3 de março de 2016); 3) Apresentação Pública dos resultados do “Inquérito sobre Comportamentos Aditivos em Jovens Internados em Centros Educativos” (Caxias – 18 de março de 2016); 4) II Congresso do SICAD (Lisboa – 5, 6 e 7 de abril de 2016); 5) Reunião Anual do Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS) (Loures – 28 de abril de 2016); 6) Apresentação Pública do Estudo “Comportamentos Aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional”, ocorrido na Academia Militar (Amadora - junho de 2016; 7- Apresentação Pública do Relatório Europeu “ESPAD 2015”, (Lisboa - 20 de setembro de 2016); 8 - Elaboração do formulário de inscrição do encontro "Descriminalização, 15 anos depois"(setembro de 2016); 9- Atividade extra relacionada com a realização de eventos institucionais: Relatório de Avaliação do II Congresso SICAD (Proposta nº02/2016/DMI/DIC de 07/09/2016) (setembro de 2016); 10 - Encontro "Descriminalização – 15 Anos Depois”, realizado na Biblioteca Municipal Almeida Garrett (Porto - 8 e 9 de novembro); 11 - Cerimónia de entrega dos Prémios FNAS 2016, ocorrida no auditório dos Serviços Sociais da Câmara Municipal (Lisboa - 12 de dezembro).	A superação dos eventos prende-se com a calendarização definida pela Direção do SICAD.	DIC	—

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp12. Criar e implementar uma estratégia de comunicação	I12.3.2. Elaboração e atualização de peças gráficas de caráter institucional (nº).	Resultado	33 (2014) 29 (2015)	30	2	33	39	175%	Superou	Peças produzidas no âmbito do II Congresso SICAD: 1-Cartaz divulgação para a revista Dependências; 2- Programa do Congresso; 3-Voucher do jantar; 4- Vídeo para redes sociais para divulgação do congresso; 5- Vídeo para redes sociais para informar do encerramento das inscrições. Peças produzidas para divulgação dos estudos SICAD: 6 e 7 - 2 Snapshots sobre "Estudo Consumo e representações sociais do Álcool - Inquérito ao público jovem presente no Rock in Rio - Lisboa 2010/2014". (Revista Dependências, Página de Facebook do SICAD); 8- Consumo e representações sociais do álcool; 9-Perfil do jogo e dos jogadores em Portugal; 10-Inquérito sobre comportamentos aditivos em jovens internados em centros educativos 2015; 11-O consumo de álcool na gravidez; 12 - PPT National Ilan on addictive behaviours and dependencies; 13-DDN relatório 2015; 14-Relatório anual 2015 FNAS; 15-Sinalética CDT; 16-FNAS 2016;17-Prémio FNAS 2016; 18-AP dos resultados do estudo: Comportamentos Aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no DDN2015; 19- PPT Consumo de Substâncias Psicoativas. Prevenção e Intervenção em Contexto Laboral; 20 - Elaboração de vídeo sobre a reunião FNAS para divulgação nas Redes Sociais e no site do SICAD; 21- Descriminalização, 15 anos depois; 22-Desdobrável Almada 'Ganhar Saúde, Trabalhar com Saúde'; 23- Desdobrável Oliveira de Azeméis 'Ganhar Saúde, Trabalhar com Saúde'; 24-Timelapse Pompidou (agosto); 25-FNAS (agosto); 26-Vídeo para as redes sociais sobre a apresentação ESPAD; 27-Programa Provisório do Encontro "Descriminalização, 15 anos depois"; 28- Pub. INCAMP; 29-PPT Comportamentos Aditivos Prevenção e Intervenção em Contexto Laboral; 30-Logo SGIP; 31-Peças produzidas para o evento Descriminalização 15 anos depois; 32-Cartão de visita CDT; 33-Peças produzidas para o evento Prémio FNAS 2016; 34-Postais de Natal SICAD; 35- Logotipo 3ºciclo FNAS; 36-LO para a implementação do programa eu e os outros; 37-Relatório 2016 sobre o trabalho de consultoria e suporte técnico no âmbito da investigação, formação e avaliação de intervenções em diferentes contextos; 38- Doc. Estratégico do grupo de trabalho para a promoção do uso responsável do medicamento; 39-Relatório 2016 sobre o programa de prevenção dos comportamentos aditivos e dependências na Casa Pia de Lisboa.	A superação deste indicador está relacionada com o aumento do número de eventos que ocorreram no ano em análise.	DIC/ EMSI	—

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp12. Criar e implementar uma estratégia de comunicação	I12.4.2. Acompanhamento aos pedidos de informação da imprensa referenciados pela direção (%)	Realização	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	100%	100%	Atingiu	Recolha e tratamento de informação para resposta a jornalista Dinamarquês do Videnskab.dk; Agenda de reunião para jornalista da TV arte sediada em Estrasburgo para elaboração de peça para a revista "Yourope"; Acompanhamento da visita ao SICAD de jornalista Argentino para realização de um documentário sobre a política portuguesa; articulação com jornalista Brasileira do jornal "Valor Económico"; Elaboração de resposta a estudante de jornalismo australiano sobre a política portuguesa (maio); "Articulação com jornalista espanhol do "El Periódico Extremadura", envio de documentação sobre a política de descriminalização do consumo de drogas (agosto); Articulação com jornalista da Lusa para entrevista sobre centros de tratamento de dependências comparticipados pelo Estado" (agosto). (Emails)		DIC	—
OOp13. Potenciar as novas tecnologias enquanto canais de partilha de informação, conhecimento e comunicação	I13.1.1 Atualização da intranet SICAD	Realização	100% (2014) 100% (2015)	90%	5%	100%	100%	100%	Atingiu	DocBase		DIC	—
	I13.2.7. Atualização e monitorização do site RARHA	Realização	100% (2015)	90%	5%	100%	100%	100%	Atingiu	Site RARHA		DIC	—
	I13.2.5. Atualização e monitorização do site SICAD	Realização	100% (2015)	90%	5%	100%	100%	100%	Atingiu	Site SICAD		DIC	—
	I13.2.6. Relatório de monitorização do site SICAD e do Diretório do Álcool (n.º)	Realização	1 (2014)	1	0	1	1	100%	Atingiu	Relatório		DIC	—
	I13.3.2. Atualização do Diretório do Álcool	Realização	100% (2014) 100% (2015)	90%	5%	100%	100%	100%	Atingiu	Diretório do Álcool		DIC	—

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp13. Potenciar as novas tecnologias enquanto canais de partilha de informação, conhecimento e comunicação	I13.3.5. Atualização e manutenção dos perfis SICAD nas Redes Sociais (Facebook, Twitter e Youtube)	Realização	-	90%	5%	100%	100%	100%	Atingiu	Para além da divulgação de várias notícias relativas à atividade do SICAD, foram também produzidos conteúdos específicos sobre o II Congresso SICAD. Em abril a página de Facebook teve 1.685 seguidores e abrangeu 17.976 pessoas. Em maio a página de Facebook abrangeu 10.380 pessoas e teve 1.730 seguidores. Em julho a página de Facebook abrangeu 12.872 pessoas e teve 1.813 seguidores. Em agosto a página de Facebook abrangeu 6.615 pessoas e teve 1.844 seguidores. Em setembro para além da partilha de vários artigos e informação relativa à atividade do SICAD, foi elaborada uma notícia sobre a reunião RARHA "Policy Dialogue" para site e redes sociais do SICAD e relativamente à página de Facebook abrangeu 20.168 pessoas e teve 1.914 seguidores. (Páginas das Redes Sociais)		DIC	

4.3. Divisão de Gestão de Recursos (DGR)

4.3.1. Atribuições da DGR

À Divisão de Gestão de Recursos (DGR) compete:

- a) Elaborar e gerir os mapas de pessoal do SICAD e CDT mantendo atualizado o sistema de informação de organização do Estado;
- b) Efetuar o processamento das remunerações e outros abonos, assegurar o processamento dos descontos, o controlo de assiduidade, elaborar os mapas de férias e organizar e manter atualizados os processos individuais dos trabalhadores do SICAD e CDT;
- c) Executar os procedimentos administrativos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego público dos trabalhadores do SICAD e CDT, bem como organizar e instruir processos de nomeação e renovação de comissões de serviço de pessoal dirigente;
- d) Assegurar a receção, registo, distribuição e expedição de toda a correspondência, bem como assegurar o trabalho de reprografia e da central telefónica;
- e) Aplicar o Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP 2 e 3) do SICAD e das CDT e elaborar o balanço social;
- f) Desenvolver e dinamizar planos de formação, nas áreas definidas como prioritárias, assegurando a qualificação e melhoria contínua dos trabalhadores do SICAD e das CDT;
- g) Elaborar, planear e gerir os orçamentos de funcionamento, de investimento e assegurar a sua execução, bem como elaborar a conta de gerência;
- h) Assegurar o cumprimento integral de todo o sistema de contabilístico imposto pelo POCP e demais legislação relacionada e assegurar o desenvolvimento das ações necessárias ao cumprimento de todas as obrigações de natureza contributiva e fiscal;
- i) No âmbito do Plano Anual de Compras (PAC) executar os procedimentos para aquisição de bens e serviços, assegurar a gestão dos bens consumíveis, preparar e executar os contratos de fornecimento de serviços;
- j) Manter atualizado o cadastro e inventário dos bens de património, assegurar as atividades de manutenção e conservação das instalações e dos equipamentos, bem como atualizar as bases de dados referentes ao património (imóveis, parque automóvel, inventário);
- k) Planificar e gerir os recursos informáticos e a rede de comunicações;
- l) Apoiar os utilizadores na exploração dos sistemas informáticos;
- m) Administrar e manter os sistemas de informação de utilização interna;
- n) Monitorização do funcionamento dos sites Internet e intranet;
- o) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

4.3.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas

Objetivo Operacional 16. Planejar, gerir e qualificar os recursos humanos

Decorrente do normal funcionamento e cumprimento das atribuições, foi assegurado o desenvolvimento de diversas atividades durante o ano de 2016, garantindo-se nomeadamente o processamento dos vencimentos e demais abonos e descontos, na sequência da instrução documental dos processos de assiduidade, de ajudas de custo, de horas extraordinárias, de abonos de família, de subsídios, considerando as alterações às situações dos profissionais. Os descontos (IRS, CGA, ADSE, Cofre e Segurança Social) foram devidamente comunicados às respetivas entidades, na sequência do seu processamento.

Foi efetuado o carregamento periódico de todas as bases de dados dos recursos humanos da Administração Pública, nomeadamente: carregamento trimestral do **Sistema de Informação da Organização do Estado** (SIOE), carregamento mensal do **Sistema de Informação de Gestão Orçamental** (SIGO) – despesas com pessoal, carregamento em tempo na aplicação de acidentes de trabalho e doenças profissionais, tendo-se ainda procedido ao reporte mensal à ACSS,IP do número de efetivos, número de aposentações, horas extraordinárias, saídas e entradas de profissionais.

Sempre que necessário, procedeu-se à atualização do Manual de Normas e Procedimentos do SICAD, documento criado em 2015 e que contém todas as Normas e Notas Internas com instruções e orientações interpretativas sobre recursos humanos e financeiros, com o objetivo de harmonizar e uniformizar os procedimentos.

Os 3 procedimentos concursais para ocupação de 3 postos de trabalho vagos para a carreira técnica superior dos mapas de pessoal das CDTs iniciados em 2015 foram concluídos em 2016, aguardando-se autorização da Tutela para assinatura dos Contratos de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

Para apoiar os projetos desenvolvidos nas CDT, foram celebrados 5 contratos Emprego Inserção e 1 Contrato Emprego Inserção +, entre o SICAD e beneficiários do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), ao abrigo da Portaria n.º 128/2009, de 30 Janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro.

Foram elaborados os mapas comparativos de postos de trabalho vagos/ocupados relativos aos mapas de pessoal do SICAD e CDTS, com vista à elaboração dos mapas de pessoal para 2017 e à identificação de postos de trabalho vagos para recrutamento.

Foi elaborado o projeto de Orçamento na parte respeitante aos encargos com pessoal, bem como os mapas de pessoal do SICAD e CDTS, remetidos para a tutela e finanças para aprovação.

Foi elaborada a conta de gerência referente ao ano de 2015 no que se refere aos recursos humanos.

Elaboração do Relatório de Atividades de Formação da Administração Pública (RAF), referente ao ano de 2015, bem como efetuada a avaliação QUAR 2015 em matéria de recursos humanos e financeiros.

Foram desenvolvidas e monitorizadas as ações de formação contempladas no plano de formação para 2016. Foi elaborado o Balanço Social de 2015 e enviado à ACSS, IP, bem como o seu livro para publicação na Internet.

Procedeu-se à mudança de instalações do SICAD com a urgência solicitada pela Tutela, o que implicou a sua preparação, a avaliação de toda a logística e desenvolvimento dos procedimentos para contratualização de todos os serviços inerentes.

Objetivo Operacional 17. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais

No âmbito das funções de gestão e controlo, cometidas a esta Divisão em sede de acompanhamento da execução do Orçamento, foram apresentadas informações que incidiram sobre a previsão da execução orçamental - despesas (compromissos financeiros), bem como da execução das rubricas sujeitas a cativos – Orçamento 2016.

Procedeu-se à elaboração da conta de gerência referente ao ano 2015, bem como à sua entrega no Tribunal de Contas, DGO e Tutela.

Com o objetivo de assegurar a eficiente afetação dos recursos financeiros, foram efetuados vários estudos e análises, a saber: avaliações financeiras trimestrais, informação estatística de aquisição de bens e serviços, Relatório de Gestão Operacional – Frota automóvel, entre outros, que deram origem a um planeamento mais escrupuloso das necessidades e cujo impacto se refletiu, nomeadamente, numa redução da despesa.

No cumprimento da obrigação de prestação de informação mensal à DGO, foram reportadas as seguintes informações: fundos disponíveis, unidade de tesouraria, previsão mensal da receita e despesa, deslocações e estadas, mapa de pagamentos em atraso.

Mensalmente, foram enviadas à Autoridade Tributária a declaração mensal de remunerações e as guias com as respetivas retenções das diversas categorias do IRS ou IRC.

Procedeu-se à elaboração do orçamento relativo ao ano 2017 e ao seu envio à tutela e DGO. Foi efetuado o seu carregamento na plataforma SIGO – Sistema de Informação de Gestão Orçamental, da DGO.

Foi carregado o formulário eletrónico de reporte anual à Inspeção Geral de Finanças relativo às subvenções concedidas em 2015.

Durante o ano 2016 desenvolveram-se todas as ações necessárias para a aquisição dos bens e serviços essenciais ao desenvolvimento das atividades do SICAD e CDTs, tendo-se efetuado 226 procedimentos por Ajuste Direto, três Concursos Públicos, bem 2826 pagamentos neste âmbito.

No âmbito dos projetos financiados pelo SICAD foram efetuados os pagamentos mensais aos projetos que constituem os PRI a nível nacional.

Em colaboração com a DPI, foram apresentados quatro processos para autorização da Tutela para Compromissos Plurianuais de 23 projetos PRI, dois processos para solicitação de Portaria de Extensão de Encargos para cinco projetos PRI, e enviados para Visto do Tribunal de Contas, dois processos relativos a dois projetos PRI do território de Lisboa.

Em Julho de 2016, o SICAD mudou-se para instalações provisórias no Campus do Hospital Pulido Valente, enquanto se encontram a decorrer as obras de requalificação do edifício, onde se instalará definitivamente. Tendo o concurso público ficado deserto, e face à urgência da situação, as obras foram adjudicadas por ajuste direto ao SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, pelo valor de 810.020,40€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Foi concluído o concurso público para a aquisição de serviços para a organização da 2.ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências “*Lisbon Adictions 2017*” e restantes eventos satélite agregados ao evento principal. O concurso foi ganho pela Viagens Abreu, SA, pelo preço contratual de 143.443,662€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Avaliação qualitativa e quantitativa da Unidade Orgânica

Durante o ano 2016, a DGR desenvolveu as suas atividades com um grau de execução bastante positivo, sendo que dos 19 indicadores propostos, sete foram superados, 11 atingidos e um não foi atingido. Relativamente a este último indicador, realça-se que o facto de não ter sido possível atingir a sua concretização resultou diretamente da redução da despesa que se verificou nesse ano. De facto, considerando as cativações operadas pela Lei do Orçamento para 2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março) e Decreto-Lei de Execução Orçamental 2016 (Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de Abril), o orçamento afeto às rubricas 02 – *Aquisição de Bens e Serviços*, foi reduzido substancialmente, pelo que foi necessário um apurado trabalho de contenção da despesa para não ocorrer a possibilidade de dívidas a fornecedores.

O gráfico seguinte demonstra a taxa de execução muito positiva das metas definidas para esta UO.

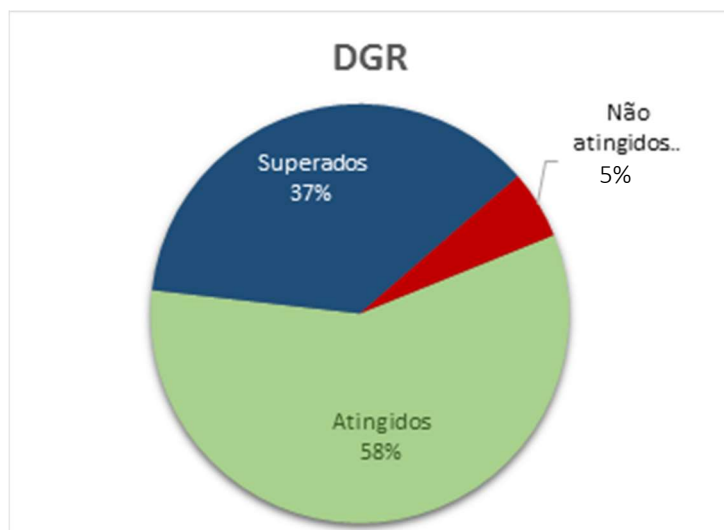


Gráfico 19 - Taxa de execução das metas definidas para a DGR em 2016

Em 2016 as maiores dificuldades prenderam-se com dois factos fundamentais: o de o orçamento ter sofrido cativações, tendo sido necessário um esforço considerável para se conseguir alcançar todos os objetivos a que nos propusemos, como suprarreferido e, por outro lado, o do largo volume de trabalho que é desenvolvido nesta Divisão, considerando o tamanho da equipa de que dispõe.

Com efeito, durante o ano de 2016, saíram sete trabalhadores por diversos motivos, mobilidade interna, licença sem vencimento e comissão de serviço, salientando que apenas houve cinco entradas que se prendem com mobilidade interna, originando um esforço por parte dos outros profissionais para cumprimento dos objetivos propostos.

De referir que, em 2016 o número de efetivos diminuiu ligeiramente face ao ano anterior, à data de 31 de dezembro, o SICAD e as CDT dispunha de 167 trabalhadores, retratando, em relação ao anterior, uma redução de 1,18% a que corresponde um total de dois profissionais, mantendo assim, a tendência de diminuição verificada nos anos anteriores. Espera-se que, no próximo ano, seja possível aumentar a equipa de forma a permitir executar todos os objetivos propostos com uma taxa de realização superior à do presente ano, já que, no que respeita ao Orçamento, não se prevê alterações relativamente ao ano passado.

Divisão de Gestão de Recursos (DGR)

Objetivos Operacionais (OOp) (inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp16. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos	I16.4. Plano de Formação interna do SICAD e CDT (em meses)	Realização	11 (2013) 5 (2015)	5	1	3	3	125%	Superou	Plano aprovado e divulgado na Intranet	O Plano elaborado em conjunto com a EMPECO foi célere tendo sido provado no mês de março.	DGR/EMPECO	-
	I16.6. Taxa de participação dos trabalhadores que frequentaram pelo menos uma ação de formação (%) QUAR	Impacto	68% (2011) 88% (2012) 100% (2013) 86% (2014) 68% (2015)	60%	10%	71%	75%	132%	Superou		Considerando as necessidades e prioridades para 2016, a meta é inferior ao valor histórico de 2015.	DGR	-
	I16.12. Procedimentos concursais internos (tempo de execução das tarefas, desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Impacto	6 (2015)	4	1	6	4	100%	Atingiu			DGR	-
	I16.8. Relatório estatístico do Balanço Social do SICAD e das CDT (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Realização	15 (2015)	10	1	12	13	138%	Superou	Balanço Social enviado à ACSS e publicado na Internet	Balanço Social enviado à ACSS e publicado na Internet	DGR	ACSS/DGAEP
	I16.9. Atualização do sistema de informação de Organização do Estado (SIOE) - (janeiro, abril, julho e outubro).(desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis).	Realização	2 (2015)	2	1	4	3	100%	Atingiu			DGR	-
	I16.10. Mapas de pessoal do SICAD e das CDT e mapas de efetivos (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Realização	2 (2015)	2	1	4	2	100%	Atingiu			DGR	-
OOp17. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais	I17.1. Preparação, execução e gestão do orçamento do SICAD.(em meses)	Realização	12 (2013) 12 (2014) 12 (2015)	12	0	12	12	100%	Atingiu			DGR	-

Objetivos Operacionais (OOp) (inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOOp17. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais	I17.2. Processar e liquidar as despesas autorizadas. Proceder ao pagamento mensal dos projetos, no âmbito do PORI e equipas de Rua (em meses).	Realização	12 (2013) 12 (2014) 12 (2015)	12	0	12	12	100%	Atingiu			DGR	-
	I17.3.11. Percentagem de redução de despesas de funcionamento em relação ao orçamento corrigido.	Realização	5% (2014) 0% (2015)	3%	1%	5%	1%	50%	Não atingiu			DGR	-
	I17.3.2. Registo e atualização dos contratos plurianuais no sistema (SCEP) (janeiro, abril, julho, outubro) desvio de antecipação, em n.º de dias).	Realização	12 (2015)	15	1	17	14	100%	Atingiu			DGR	-
	I17.3.3. e 3.4. Atualização mensal das plataformas relativas aos imóveis (SIIE), Parque veículos do estado (SGPVE). Prestação trimestral de 80% dos consumos energeticos. Relatórios de publicidade institucional (janeiro, abril, julho e outubro). (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis).	Realização	5 (2015)	5	1	7	4	100%	Atingiu			DGR	-
	I17.3.5. Efetuar o Plano anual de compras (desvio de antecipação, nº de dias úteis, da apresentação do documento)	Realização	7 (2015)	5	1	7	5	100%	Atingiu			DGR	-
OOOp17. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais	I17.3.6. Assegurar as respostas a solicitações externas de informação nas áreas: recursos humanos, económica e financeiros e compras (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis, da apresentação da informação)	Realização	3 (2015)	2	1	4	2	100%	Atingiu			DGR	-

Objetivos Operacionais (OOp) (inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
	I17.3.7. Publicação de todos os procedimentos de aquisição de bens e serviço no portal BASE.GOV. (desvio de antecipação, em n.º de dias úteis, da publicação).	Realização	2 (2015)	5	1	7	5	100%	Atingiu			DGR	-
	I17.3.9. Apoio administrativo e logístico às CDT. (após a solicitação da intervenção, a resposta num prazo máximo de dias.	Realização	2 (2015)	6	1	4	3	138%	Superou		A resposta às CDTs nas suas necessidades tem um prazo médio de 3 dias.	DGR	-
	I17.4 Preparação, elaboração e apresentação do Orçamento do SICAD para 2017 (duração dias)	Realização	45 (2013) 15 (2014) 20 (2015)	30	5	24	15	163%	Superou	Documento enviado à DGO	O orçamento do corrente ano teve que ser elaborado com celeridade, considerando os prazos estabelecidos pela Tutela e a Circular da DGO.	DGR	-
	I17.3.10. Reporte anual à Inspeção Geral de Finanças, janeiro, das subvenções concedidas em 2015 (desvio de antecipação, em n.º de dias).	Realização	5 (2015)	5	1	7	6	100%	Atingiu	Reporte enviado à IGF	-	DGR	-
	I17.5 Conta de Gerência de 2015 (desvio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Realização	2 (2015)	3	1	5	5	125%	Superou	Conta enviada ao tribunal de Contas e DGO	A entrega da conta de gerência ao Tribunal de Contas foi efetuada com 5 dias de antecipação.	DGR	-
OOp17. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais	I17.16.Prestação mensal de informação à DGO sobre Fundos disponíveis, deslocações e estadas, mapas dos pagamentos em atraso, Unidade de tesouraria, previsão mensal da receita e da despesa (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis).	Realização	1 (2015)	2	1	4	5	138%	Superou	Reportes enviados à DGO	O reporte mensal da informação à DGO, teve uma antecipação de 5 dias.	DGR	-

4.4. Divisão de Relações Internacionais (DRI)

4.4.1. Atribuições da DRI

A **DRI** está incumbida do exercício das competências definidas na alínea e) do artigo 3.º da Portaria do SICAD, designadamente:

- a) Acompanhar a política de relações internacionais, no domínio das competências e atribuições do SICAD, assegurando a participação e promovendo a coordenação da representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da União Europeia, bem como noutros fora de âmbito internacional;
- b) Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado Português, decorrentes de instrumentos internacionais, no âmbito das Nações Unidas, do Conselho da Europa e da União Europeia, no domínio das substâncias psicoativas, dos CAD;
- c) Assegurar a articulação permanente com o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, nomeadamente através do cumprimento das suas obrigações enquanto ponto focal nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências e garantindo a implementação do Acordo Anual de Subvenção REITOX;
- d) Estabelecer relações de cooperação com entidades congéneres e analisar as implicações resultantes da participação de Portugal em acordos e projetos de cooperação multilateral ou bilateral no domínio das competências e atribuições do SICAD, bem como acompanhar a sua execução;
- e) Promover a participação em programas/projetos de âmbito internacional, no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, que permitam o intercâmbio de boas práticas e de experiências;
- f) Promover a divulgação de projetos e boas práticas nacionais junto de outros países e organizações internacionais interessados;
- g) Promover e coordenar a resposta a questionários solicitados por organizações internacionais em matérias da competência do SICAD;
- h) Organizar, acompanhar e apoiar a visita de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que se desloquem a Portugal no âmbito das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências;
- i) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, CAD.

4.4.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas

Objetivo Operacional 14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros *fora* de âmbito internacional

Grupo Horizontal Drogas do Conselho da União Europeia

Em 2016, a DRI continuou a assegurar a representação nacional nas *reuniões do Grupo Horizontal Drogas* (GHD) – grupo transpilar do Conselho da União Europeia (UE) responsável pela coordenação das políticas e estratégias da UE em matéria de drogas, bem como pelo intercâmbio de informações entre os Estados Membros e com países terceiros e pela coordenação das medidas adotadas na UE e fora dela. Este Grupo realiza um trabalho tanto de carácter legislativo como de política geral em todos os domínios relevantes que envolvem o tema drogas.

Em 2016 as Presidências do Grupo foram asseguradas pelos Países Baixos e pela Eslováquia. Os assuntos recorrentes nas duas Presidências em exercício foram, por um lado, a discussão do novo instrumento legislativo relativo às NSP e, por outro, o processo preparatório da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas (UNGASS 2016), que decorreu em abril, em Nova Iorque. Relativamente ao tema das NSP, depois dos longos debates que se prolongaram por mais de três anos, em dezembro o Conselho adotou a sua posição sobre um pacote de reforma da legislação relativa às NSP, composto por uma alteração do Regulamento que criou o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência e por uma Diretiva que altera a Decisão Quadro do Conselho de 2004. Com a adoção desta posição, que prevê uma diminuição do tempo necessário para avaliar e eventualmente decidir sobre a proibição das NSP a nível europeu, caso representem um perigo grave para a saúde pública, o Conselho irá agora dar início às negociações com o Parlamento Europeu com vista a chegar a um acordo sobre esta matéria.

No plano normativo é de mencionar a publicação no Jornal Oficial da UE da Decisão de Execução do Conselho que submete a substância 1-fenil-2-(pirrolidin-1-il)-pentan-1-one (α -pirrolidinovalerofenona, α -PVP) a medidas de controlo, tendo a DRI diligenciado no sentido de submeter a medidas de controlo nacional a substância em causa, dando início à tramitação processual necessária para a alteração legislativa que se traduz na sua inclusão numa das tabelas anexas ao Decreto-Lei 15/93 de 22 de janeiro.

O outro tema recorrente nas ordens de trabalho do GHD ao longo do ano foi a conclusão do processo preparatório da UNGASS 2016, que teve lugar em abril. Em sede deste grupo de trabalho foi consensualizada a posição comum da UE para a UNGASS, com a definição das prioridades e *redlines* da UE relativamente ao documento final que foi depois adotado em Nova Iorque. No período pós UNGASS, a partir de abril, as discussões centraram-se no processo de implementação do *Outcome Document*, bem como no papel que os

Estados Membros da UE e a própria União Europeia deverão assumir até 2019, o próximo momento estratégico em matéria de política internacional de drogas.

Reuniões dos Coordenadores Nacionais das Drogas da União Europeia

O Coordenador Nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool e Diretor-Geral do SICAD assegurou a representação nacional nas Reuniões Semestrais dos Coordenadores Nacionais da Droga (reuniões organizadas pelas Presidências em exercício do Conselho da UE), em maio em Amsterdão, sob Presidência dos Países Baixos e em setembro em Bratislava, sob Presidência Eslovaca. Estes encontros constituem um importante fórum de diálogo e debate entre os responsáveis nacionais pelas políticas de luta contra a droga, permitindo a troca de informações relativas à evolução registada a nível nacional e a análise das possibilidades de reforço da cooperação.

Comité de Política Nacional e Ação sobre o Álcool e Fórum Europeu sobre Álcool

Em 2016, em matéria de política de álcool, importa realçar os trabalhos desenvolvidos no quadro do Comité de Política Nacional e Ação sobre o Álcool (CNAPA), no qual a representação nacional é assegurada pelo SICAD. Com efeito, as matérias discutidas no CNAPA assumiram uma enorme relevância no decorrer de 2016, na medida em que a grande maioria dos Estados Membros tem vindo a apoiar fortemente o desenvolvimento de uma nova Estratégia da UE em matéria de álcool.

Portugal, desde o início do processo de reflexão sobre as futuras prioridades estratégicas em matéria de álcool na UE, apoiou firmemente a existência de um compromisso político do Conselho e dos Estados Membros que reconheça a necessidade de se elaborar um novo enquadramento político dedicado exclusivamente ao álcool.

Assim, em 2016, o SICAD assumiu um papel muito ativo em todo este processo, promovendo, nomeadamente, a reflexão sobre a possibilidade de uma nova Ação Comum que dê continuidade aos resultados alcançados com a Ação Comum RARHA, coordenada por Portugal, e defendendo esta posição em sede do Plano de Trabalho Anual 2017 do Terceiro Programa “Saúde”. A DRI trabalhou em estreita articulação com a DGS, no sentido de obter o apoio dos Estados Membros no seio do Comité que aprova o referido Plano de Trabalho anual.

Organização das Nações Unidas

No contexto da Nações Unidas, como habitualmente, a DRI participou na sessão anual da **Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas** (CND), estrutura que no âmbito das Nações Unidas é responsável por todas as questões relativas à luta contra a droga e a toxicodependência. A reunião regular da CND foi precedida de um Segmento Especial de preparação da UNGASS 2016, no qual participou o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e o Diretor-Geral do SICAD.

À margem da reunião da Comissão de Estupefacientes, o Coordenador Nacional (Dr. João Goulão) participou num evento especial organizado pelo *United Nations Office on Drugs and Crime*, pela Organização Mundial de

Saúde, pelos EUA, o Reino Unido e a Colômbia, subordinado ao tema “Alternativas à prisão e respostas proporcionais para os delitos associados à droga”, no qual apresentou a experiência portuguesa da descriminalização do consumo e posse para consumo de drogas.

Na sua 59ª sessão em Março de 2016, a Comissão de Estupefacientes aprovou, sob o formato de uma resolução, o documento, intitulado “*Our joint commitment to effectively addressing and countering the world drug problem*”, que foi depois adotado na **Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas (UNGASS)**, em abril, em Nova Iorque. A DRI acompanhou os trabalhos de negociação deste documento, tendo desempenhado um papel muito relevante nos contributos que Portugal foi prestando ao longo de todo este exercício. O Embaixador de Portugal em Viena exerceu funções de *Vice-Chair do Board* que durante um ano preparou a Sessão Especial, o que reforçou o nosso protagonismo internacional e permitiu mesmo influenciar o conteúdo do documento.

O *Outcome Document* negociado em Viena foi depois adotado em Nova Iorque na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGASS) sobre Drogas, constitui um marco importante na avaliação da implementação da Declaração Política e do Plano de Ação sobre Cooperação Internacional, adotados em 2009. O Embaixador em Viena presidiu em Nova Iorque a uma das cinco mesas temáticas que tiveram lugar no âmbito da Sessão Especial, intitulada: *Demand reduction and related measures, including prevention and treatment, as well as health-related issues; and ensuring the availability of controlled substances for medical and scientific purposes, while preventing their diversion ("drugs and health")*.



A Sessão Especial foi enriquecida por uma série de *side events* com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências entre as diferentes partes interessadas (Estados-Membros, diversas agências da ONU, da sociedade civil, incluindo ONGs, universidades e a comunidade científica), sobre temáticas específicas.

Foi neste contexto que se inseriu o *side event* organizado por Portugal, através do SICAD, sobre “*A public health approach as a base for drugs policy: the Portuguese case*”, que contou com a participação Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, do Presidente do Órgão Internacional para o Controlo de Estupefacientes, do Diretor do OEDT e do Diretor-Geral do SICAD.

Grupo Pompidou do Conselho da Europa

No âmbito das atividades do Grupo Pompidou do Conselho da Europa, para além do acompanhamento regular da implementação do Programa de Trabalho 2015-2018, é de assinalar o reforço da participação nacional em grupos de trabalho/atividades sobre temáticas específicas, dando visibilidade ao trabalho desenvolvido e partilhando a experiência nacional em várias vertentes.

Em 2016 é de mencionar a participação do SICAD, no **Grupo de Trabalho COST, “Possible adverse effects and associated cost of drug control policies”**, representado pela Assessora do Coordenador Nacional, que prosseguiu

num modelo de consultoria entre todos os participantes. O propósito deste GT é aprofundar o conhecimento no domínio relativa às despesas públicas no âmbito das políticas de drogas, através do levantamento da bibliografia, exposição dos principais modelos teóricos para propor um modelo de análise e apuramento das verbas despendidas. O capítulo 2, aquele em que o SICAD está diretamente implicado na redação, ficou concluído em 2016. Na reunião de novembro dos Correspondentes Permanentes foi aprovada a proposta de uma publicação conjunta com o Observatório Europeu das Drogas e das Toxicodependências, que será constituída por um extrato desse capítulo.

De referir ainda, no contexto do Grupo Pompidou, que em 2016 o SICAD reforçou a sua participação nas atividades da **Rede MedNET-Mediterranean network for co-operation on drugs and addictions**, a qual visa promover a cooperação, o intercâmbio de experiências e a transferência de conhecimento entre os países participantes (Argélia, Chipre, França Grécia, Itália, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Palestina, Portugal e Tunísia). O SICAD assegurou a representação nacional nas reuniões semestrais da Rede MedNET, realizadas em Estrasburgo e Rabat, no âmbito das quais é aprovado, monitorizado e discutidos assuntos pendentes do Programa de Trabalho anual.

Em 2016, a Assessora do Coordenador Nacional participou na avaliação dos 10 anos do MedNET, apresentada no decorrer da reunião de Rabat, na qual também participou o Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, que é por inerência o Diretor-Geral do SICAD. Ainda no âmbito da cooperação MedNET, entre 3 e 5 de fevereiro 2016, o SICAD em parceria com a Escola Psicossocial de Lisboa, acolheu e deu formação a uma delegação egípcia composta por profissionais de diferentes áreas. Os resultados previstos desta formação são a criação de um currículo para validação e certificação dos técnicos psicossociais no Egito.



É também de referir a participação da DEI no MedSPAD Committee do Grupo Pompidou do Conselho da Europa, que integra os países da bacia do Mediterrâneo (Sul da Europa, Médio Oriente e Norte de África) assegurando a colaboração ativa nas atividades desenvolvidas: reuniões bianuais, apoio ao desenvolvimento de estudos (com base no ESPAD) designadamente no Egito, na Argélia, revisão das “MEDSPAD Guidelines”, envio de dados relativos ao ESPAD 2015 para atualização do relatório “A First Glance of the Situation in the Mediterranean Region in Relation to the Prevalence of Alcohol, Tobacco and Drug use Among Adolescents”, além da avaliação do trabalho desenvolvido por este grupo de trabalho. Colaborou-se ainda na organização da 6ª Reunião *MedSPAD Committee*, que decorreu em Lisboa (21 Setembro 2016) nas instalações do SICAD.

A DRI assegurou a representação nacional nas **reuniões de Correspondentes Permanentes** e no âmbito da reunião do segundo semestre, o projeto + ATTITUDE, desenvolvido pela delegação de Braga da Juventude Cruz

Vermelha com o apoio financeiro do SICAD, foi um dos vencedores do **Prémio Europeu de Prevenção 2016**, atribuído pelo Grupo Pompidou do Conselho da Europa. Este Prémio é atribuído cada dois anos, desde 2004, e continua a ter um papel fundamental na divulgação de boas práticas, encorajando os jovens a assumir um papel ativo na prevenção do consumo de drogas. Este ano foram submetidos e avaliados 47 projetos oriundos de 22 países, tendo o júri selecionado 3 projetos, entre os quais o projeto português +ATITUDE, um projeto de prevenção do consumo de substâncias psicoativas, orientado para a minimização de fatores de risco e potenciação de fatores de proteção, envolvendo o mais possível a comunidade na resolução dos seus problemas e a sinergia de parceiros estratégicos.

Dando seguimento aos trabalhos do **Grupo de Peritos sobre a regulamentação do tratamento com agonistas opiáceos**, o Subdiretor Geral do SICAD, participou na reunião que teve lugar em Agosto, em Paris, com o objetivo de realizar os últimos ajustes dos princípios orientadores; aprofundar pontos específicos remanescentes (prisão, monitorização) e validar a estrutura e os principais elementos do relatório final sobre esta temática.

Desde 2011 que o SICAD tem participado no *Executive Training for drug policy managers*, tendo a DPIC assegurado a representação na edição de 2016, subordinada ao tema “*Interaction between governments and civil society organisations*”.

Ponto Focal Nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências (REITOX)

Das atividades executadas pelo SICAD em 2016 enquanto Ponto Focal Nacional da REITOX, é de salientar a elaboração pela primeira vez dos 10 *Workbooks* temáticos obrigatórios, que vieram substituir o anterior relatório anual. Estes *Workbooks* contêm informação atualizada sobre a situação nacional em matéria de drogas nas suas diferentes dimensões e a sua elaboração resulta de uma estreita colaboração com todos os parceiros relevantes que recolhem, produzem ou analisam dados na área da droga. A DRI participou em diversas reuniões de trabalho com outras unidades orgânicas do SICAD (DPI, DEI, EMSI), tendo em vista a melhoria dos procedimentos de registo no Sistema de Informação Multidisciplinar e a obtenção de informação que permita dar resposta aos compromissos internacionais.

Importa ainda referir que fruto desta colaboração com parceiros internos e externos, em 2016, foram preenchidas e submetidas todas as tabelas standardizadas e questionários estruturados na aplicação FONTE do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT).

Ainda no âmbito das atividades da REITOX, importa referir a participação do Ponto Focal nos seguintes projetos:

- *Trendspotter study focused on problem drug use and new psychoactive substances (DEI);*
- *Drug-related infectious disease brief updated on a Regional assessment of HIV risk among people who inject drugs (DPI);*
- *Drug Related Deaths project mapping flux of information between General Mortality Register and Specific Register (DEI/INML, I.P.);*
- *Drug price data—EU-level mapping study (DEI/PJ).*

No âmbito das reuniões anuais dos Indicadores-Chave do OEDT, os peritos nacionais da DEI moderaram uma das sessões da reunião do Consumo problemático de drogas e Doenças Infeciosas.

No quadro das suas atividades na área da redução da oferta, o OEDT tem vindo a desenvolver diversas atividades, nas quais a DRI tem participado em colaboração com a DEI e com a PJ/UNCTE, designadamente no projeto de revisão dos instrumentos de recolha de dados relacionado com o preço das drogas na Europa.

Ainda no âmbito deste objetivo operacional, importa referir que a DPIC continuou a assegurar a Presidência da **Fundação Europeia das linhas telefónicas de ajuda na área da droga-FESAT.**

Objetivo Operacional 15. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD

Durante o ano de 2016, e atendendo à importância que assume a cooperação internacional no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, o SICAD participou, a convite de variadas entidades, em iniciativas com vista ao **intercâmbio de experiências**, com particular enfoque na experiência portuguesa de descriminalização do consumo de drogas, das quais se assinalam:

- Reunião de Peritos sobre *“New Approaches on Harm Reduction with a look at UNGASS 2016”*, em fevereiro, Berlim, Alemanha;
- Simpósio *“Investigação em jogo patológico – Uma visão Ibero – Latino – Americana”*, em abril, Madrid, Espanha;
- Intervenção proferida no *“Centre of Crime and Justice Studies”*, em maio, Londres, Reino Unido;
- *2nd National Conference on Charting the Future and Drug Police in Canada*, em junho, Toronto, Canadá;
- Reunião organizada pelo UNODC sobre *“New Psychoactive Substances treatment”*, em setembro, Viena, Áustria;
- Conferência organizada pelo Ministério da Justiça sobre *“Rehabilitation and Reintegration of the ex-inmates of drug related crime”*, em outubro, Taipé, Taiwan;
- Reunião organizada pelo UNODC e OMS sobre *“Treatment and care of People with Drug Use Disorders”*, em outubro, em Viena, Áustria;
- Conferência sobre Drogas organizada pela OSCE, em outubro, em Viena, Áustria.

Em matéria de intercâmbios, importa destacar a cooperação estabelecida com a Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil) na sequência de uma proposta de colaboração e intercâmbio em matéria de políticas públicas

sobre álcool e drogas apresentada pelos pesquisadores do Projeto Reviver, tendo o Diretor-Geral do SICAD se deslocado ao Estado de Santa Catarina em setembro e uma delegação da Universidade visitou diversas instituições em Lisboa, em outubro, para partilhar experiências.

A visibilidade e reconhecimento internacional da política portuguesa, continua a suscitar o interesse por parte de outros países. Ainda no âmbito deste objetivo operacional, a DRI organizou e acompanhou **visitas de delegações estrangeiras**, num total de 30, em articulação com a CDT de Lisboa e com a DICAD da ARSLVT, IP., das quais importa salientar as seguintes:

- Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil;
- Vice-Ministro da Administração Interna do Kosovo;
- Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Brasil;
- Presidente da Associação de Polícia da Nova Zelândia;
- Delegação do Centro de Tratamento para toxicodependentes de Shangai;
- Presidente da “*Mission interministérielle de lutte contre les drogues et les conduites addictives*” e Coordenadora Nacional Drogas de França;
- Diversas delegações de Oslo;
- Delegação do Ministério da Justiça da Tailândia.

Preparação da 2ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências – *Lisbon Addictions 2017*

Em janeiro de 2016 teve lugar uma reunião do *Programme Committee*, composto por representantes do SICAD e das três entidades (*Addiction*, OEDT e ISAJE), que colaboraram na organização da 1ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências - *Lisbon Addictions 2015*.

Na reunião foi apresentado o orçamento final da Conferência de 2015, bem como os resultados de um questionário de avaliação *on-line*, ao qual respondeu mais de um terço dos 600 participantes. De acordo com os resultados:

- 88% dos inquiridos afirmou que o programa científico da Conferência foi a principal razão para a sua participação;
- mais de 90% classificou os oradores como excelentes, muito bons ou bons;
- mais de 80% classificou a "impressão geral" da Conferência como excelente ou muito boa, o que explica porque 85% dos inquiridos recomendaria a outros a *Lisbon Addictions 2015*.

Ainda no âmbito da reunião do *Programme Committee*, acordou-se a data para a realização da 2ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências – *Lisbon Addictions 2017* (24 a 26 de outubro), bem como os temas da Conferência (*Understanding Addictions; From evidence to action; Addiction horizons*) e realizou-se uma visita ao Centro de Congressos de Lisboa (local do evento de 2017).

No decorrer de 2016, tiveram lugar quatro reuniões do *Organising Committee* (composto por representantes do SICAD e do OEDT), responsável por acompanhar e gerir a organização da Conferência. O *Organising Committee* foi responsável pela atualização da composição do Comité Científico que irá avaliar os *abstracts*

submetidos; pela atualização sítio internet da Conferência, pelo lançamento do *call for abstracts* e do registo e ainda pela preparação do caderno de encargos para o concurso público, tendo em vista a seleção da empresa responsável pela organização logística da Conferência.

A DRI, em estreita articulação com a Direção, é responsável pela coordenação da organização da Conferência, assegurando a articulação com os restantes parceiros e com a empresa à qual foi adjudicada a organização logística da Conferência, após concluído o procedimento concursal mencionado.

Programa de Cooperação entre a América Latina, Caraíbas e a UE sobre políticas de luta contra a droga (COPOLAD II²)

O SICAD reforçou as relações com a América Latina e as Caraíbas através da sua participação no Programa COPOLAD II-Programa de Cooperação entre a América Latina, as Caraíbas e a UE sobre políticas de luta contra droga, que tem como objetivos: o reforço dos observatórios nacionais em matéria de droga; a adoção de critérios de qualidade baseados em evidência; a adoção de abordagens sustentáveis para o desenvolvimento de capacidades e o intercâmbio bi-regional de boas práticas e o reforço do Mecanismo de Coordenação e Cooperação UE - CELAC sobre Drogas – instrumento fundamental para o diálogo e progresso sobre as políticas de drogas públicas em ambas as regiões.

O SICAD integra o consórcio de países que lidera a 2ª fase do Programa e participa no Conselho Permanente, órgão com funções de aconselhamento e acompanhamento, contribuindo assim para a definição e implementação do Programa de Trabalho Anual, participando na conceção e execução das ações, incluindo a definição de objetivos e conteúdos dos diversos grupos de trabalho. A coordenação nacional no Programa é assegurada pela DRI e a participação do SICAD nas componentes do Programa envolve outras unidades orgânicas (DPI, DMI e Assessoria).

Em 2016 importa mencionar as seguintes atividades realizadas no âmbito do COPOLAD:



- **Primeira Conferência Anual COPOLAD II** (14-15 de Junho de 2016, nos Países Baixos), sobre o tema *“From evidence to practice: challenges in the field of drugs policies”*, na qual DRI efetuou uma apresentação intitulada *“The legal framework in Portugal: some considerations after a decade of success”*.

² COPOLAD II (2016-2019) é um programa de cooperação regional financiado pela Comissão Europeia, com um orçamento total de EUR 10.000.000. A primeira fase (COPOLAD I) terminou em Junho de 2015.



- A DRI participou na Primeira Reunião Anual de Observatórios Nacionais de Drogas (Jamaica, 5-9 de Dezembro 2016), que incluiu a realização de dois cursos de formação: um sobre métodos de investigação e outro sobre conceitos essenciais para o trabalho dos Observatórios. Foram ainda apresentados os resultados preliminares de um estudo aprofundado sobre a situação dos observatórios nacionais de drogas nos países da América Latina e Caraíbas. O estudo será publicado em 2017

(em inglês e espanhol) e servirá de base para a definição dos grupos de trabalho que serão criados no âmbito da componente 1 – Consolidação dos Observatórios Nacionais Drogas. A proposta final sobre o conteúdo de cada Grupo de Trabalho será definida até Março/Abril de 2017, tendo o exercício exploratório sido realizado durante a reunião, identificando as necessidades e as manifestações de interesse demonstradas por cada país, a fim de contribuir para o progresso das atividades previstas.

Joint Action on Reducing Alcohol Related Harm - RARHA

A Ação Comum RARHA envolve e mobiliza 61 entidades da UE, 32 que participam como Parceiros Associados e 29 outros Parceiros com o estatuto de colaboradores, representando os Estados Membros e a que se juntaram a Islândia, a Noruega e a Suíça. Entre os parceiros podemos encontrar entidades públicas; ONG de vários setores e universidades; organizações internacionais, tais como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Grupo Pompidou do Conselho da Europa, assim como o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), uma das agências descentralizadas da UE, entre outros.



Enquadrando-se em matéria da política de álcool, a Ação Comum RARHA – *Reducing Alcohol Related Harm*, teve início a 1 de Janeiro de 2014 e teve o seu término a 31 de Dezembro de 2016, tendo as suas atividades de 2016 decorrido conforme o previsto.

A RARHA surgiu da necessidade em se apoiar os Estados Membros na minimização dos efeitos nocivos do álcool, no âmbito do Segundo Programa Plurianual de Ação da União Europeia no domínio da Saúde.

O SICAD, pela DPIC, é responsável pela coordenação da RARHA (*Workpackage 1*) e assegura, conjuntamente com outros parceiros, a coordenação da Disseminação (WP2), sendo, ainda, Parceiro Associado em dois *Workpackages* (WP5 e WP6) referentes à harmonização de conceitos e às linhas de orientação para a redução dos riscos e minimização dos danos associados ao uso nocivo de álcool, que se constituem como instrumentos fundamentais nesta área.

Durante 2016, os líderes dos diferentes *Workpackages* trabalharam no sentido de cumprirem os objetivos e prazos determinados, considerando ser este o ano de apresentação dos resultados finais, para os seus Grupos de Trabalho. A destacar, o desenvolvimento de um conjunto de atividades no sentido de se assegurar a correta disseminação da JA RARHA, sobretudo junto dos diversos parceiros, mas também junto dos *SH* estratégicos da Ação Comum, tendo para o efeito sido definidas diferentes ferramentas de comunicação e considerados diversos formatos comunicacionais.

É de salientar, no âmbito da Disseminação, a colaboração da DPIC em algumas iniciativas:

Policy Dialog – EU Policy makers step up discussions to tackle Alcohol Related Harm



A reunião em epígrafe foi organizada pela DPIC em articulação com a *EuroHealthNet*, no edifício do Parlamento Europeu, em Bruxelas a 6 de setembro. Decisores políticos de vários países europeus reuniram-se para debater a relevância, a implementação e a ação levada a cabo para reduzir os efeitos nocivos do álcool na União Europeia face aos primeiros resultados apresentados pelos grupos de trabalho da ação comum. Este debate tem por objetivos aumentar o conhecimento e produzir instrumentos, com base nos resultados da RARHA, em três áreas específicas: 1) monitorização dos padrões de consumo e riscos associados, 2) linhas orientadoras no âmbito dos consumos, e 3) recolha de exemplos de boas práticas para a construção de um “toolkit”.



Conferência Final RARHA

A Conferência final da RARHA - Ação Comum para a Redução dos Efeitos Nocivos do Álcool, teve lugar em Lisboa, a 13 e 14 de Outubro e foi organizada pelo SICAD, DPIC, enquanto coordenador da *Joint Action*. Todas as conclusões foram apresentadas na Conferência

pelos líderes especialistas dos seus diferentes grupos de trabalho e discutidas por reconhecidos profissionais internacionais na área da saúde pública e educação e ainda por decisores políticos, incluindo o Dr. Vytenis Andriukaitis, Comissário Europeu da Saúde e da Segurança Alimentar e pelo Prof. Doutor Adalberto Campos Fernandes, Ministro da Saúde de Portugal. A Conferência contou com cerca de 300 participantes.

Os resultados dos grupos de trabalho, apresentados na conferência, abrangem uma vasta gama de temas relativos à redução de efeitos nocivos do álcool e sublinham a cooperação dos Estados-Membros e a partilha mútua do conhecimento, com base na evidência científica, considerando os futuros desafios e respetivos impactos sobre a política de saúde pública na Europa.

Todos os resultados têm como objetivo fornecer os novos conhecimentos e as ferramentas que foram produzidas no âmbito do trabalho desenvolvido na RARHA, nas três seguintes áreas:



- *Monitorização dos padrões do consumo e dos efeitos nocivos do álcool:*

Definição de uma linha de base para a avaliação comparativa e monitorização epidemiológica do álcool, incluindo os níveis e padrões de consumo e os seus efeitos nocivos, em toda a UE.

Fortalecimento da capacidade metodológica comparativa na investigação sobre álcool e aumento do interesse no uso de metodologias comuns no futuro.

Resultados a destacar:

- Consumo excessivo esporádico – O estudo, produzido através recolha comparativa de dados, realizado pela primeira vez em toda a Europa, mostra que

mais de 20% dos homens e mais de 10% das mulheres dos países representados têm um consumo de risco, pelo menos uma vez por mês.

- Comercialização não registada - Em países com taxas de impostos altas e elevado preço de venda de álcool, sem praticamente controlo das fronteiras (como nos países nórdicos da UE), as importações de álcool realizadas pelos viajantes, são uma fonte crucial de fornecimento não registada, enquanto nos países vitícolas, as principais fontes de fornecimento não registada são a produção doméstica de vinho e de bebidas espirituosas.

- Atitudes em relação à política de álcool - Proporções substanciais, que vão de 40% até mais de 50%, apoiam medidas de controlo do álcool, tais como os preços elevados, restrições no número de pontos de venda, restrições de tempo e proibições de publicidade a bebidas alcoólicas. Medidas como testes de ar expirado aleatórios, realizados a condutores, são apoiadas em mais de 80%.

- Danos a terceiros - Cerca de um quinto dos europeus representados no estudo coabitaram com um consumidor excessivo na sua infância ou adolescência e aproximadamente metade das pessoas referem ter sido negativamente afetados por essa pessoa. Quase 30% dos entrevistados referiram ter sido lesados por um consumidor excessivo, nos últimos 12 meses.



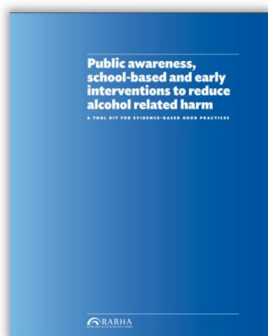
- *Linhas Orientadoras para o consumo de baixo risco nos países parceiros da RARHA e critérios comuns para o baixo risco:*

Definir diretrizes de baixo risco, como uma medida de saúde pública, baseada na premissa de que os cidadãos europeus têm o direito a ser informados sobre os riscos relacionados com o consumo de álcool. Tendo como ponto de partida a variedade de diretrizes nacionais, os parceiros envolvidos neste trabalho exploraram a possibilidade de ampliar um terreno comum, que contribua para a criação de mensagens mais alinhadas sobre esta matéria, destinadas à população geral e aos profissionais da saúde.

Resultados e Destaques:

- A importância de legislar e impor uma idade mínima de 18 anos para a venda e consumo todas as bebidas alcoólicas e impor a mesma idade mínima em todos os países europeus, para a venda.
- A RARHA apresentou um cálculo inovador, que demonstra que o risco da mortalidade ao longo da vida devido ao álcool pode ser usado como uma métrica para os países europeus, apesar das diferenças nos seus níveis e padrões de consumo de álcool.
- Diretrizes nacionais para o consumo de baixo risco podem ser apoiadas e amplificadas através de uma ação europeia.
- Ações da Comissão Europeia são urgentemente necessárias para o fornecimento de informação aos consumidores sobre bebidas alcoólicas e para nivelar informação obrigatória sobre os alimentos. O que inclui, por exemplo, para além de informações completas sobre os ingredientes e nutrição, a informação, na embalagem, das gramas de álcool puro contido nos alimentos, no sentido de ajudar os consumidores a relacionar essa informação com a definição nacional de "bebida padrão" e com as diretrizes para o consumo de baixo risco.
- A RARHA mostra que há grande - embora não total - consenso entre os especialistas de saúde pública sobre as principais mensagens sobre os riscos do consumo de álcool - por exemplo, que o consumo diário e o Consumo excessivo ocasional são os dois padrões de consumo potencialmente nocivos.

- *Encontrar exemplos de boas práticas na Europa e construção de um Toolkit de ferramentas para reduzir efeitos nocivos do álcool:*



Contribuir para a implementação da estratégia da UE em apoiar os Estados-Membros na redução dos efeitos nocivos do álcool, focando-se em exemplos concretos de boas práticas nas abordagens que são implementadas pelos Estados-Membros.

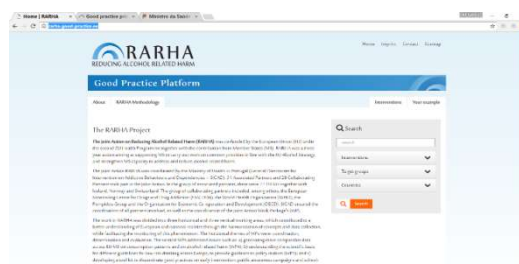
O objetivo desta área é contribuir para a implementação da estratégia comunitária de apoio aos Estados-Membros na redução dos efeitos nocivos do álcool, concentrando-se em exemplos concretos de boas práticas nas abordagens implementadas; no desenvolvimento de critérios de boas práticas, na compilação e divulgação das intervenções selecionadas, reunidas num *Toolkit*.

Esta avaliação, realizada à escala europeia, sobre intervenções preventivas eficazes na área do álcool, foi uma tentativa única para melhorar a qualidade das intervenções dos Estados-Membros nesta matéria.

Foram considerados três tipos de programas de prevenção:

- Consciência Pública - cobre a área dos programas públicos de comunicação e marketing social. Com um aumento do interesse político sobre economia comportamental, essas práticas encaixam-se nesse paradigma.
- Intervenções baseadas no contexto escolar - têm uma longa história e um grande número diferentes formatos em toda a Europa. Muitas dessas abordagens não têm obedecido a um desenho que contemple avaliação e mensuração; muitos outros têm mostrado poucos ou nenhuns efeitos sobre a redução dos danos causados pelo álcool.
- Intervenções precoces - têm-se revelado nos últimos anos, medidas com um custo-eficácia positivo, tendo com isso obtido um forte apoio no que se refere à sua aplicação.

Para melhor acesso a estas intervenções europeias, foi criada uma plataforma eletrónica onde se pode obter informação imediata e pormenorizada sobre destinatários, timings e resultados obtidos –



Em 2016 o contributo do SICAD no âmbito dos

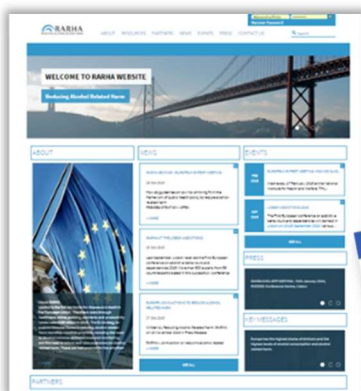
Workpackages 5 e 6 passou pela participação nas diferentes reuniões previstas e na produção de relatórios e conteúdos para as publicações que resultaram dos mesmos. No âmbito do *Workpackage* 5, os profissionais envolvidos (2) participaram em duas reuniões (Helsínquia em 7 de fevereiro, no “*European Expert meeting: how do guidelines on low risk drinking fit in the framework of public health policy to reduce alcohol related harm*” e 18 de fevereiro de 2016- “*working meeting*”) e na publicação final “*Good Practice Principle for Low Risk Drinking*”. No âmbito do *Workpackage* 6 os profissionais envolvidos (2) participaram nas reuniões de trabalho (3 de fevereiro em Bruxelas e 14 de outubro em Lisboa) e no documento final “*Reducing Alcohol Related Harm Evidence-based Good Practices Tool Kit*”.

Em 2016 o SICAD pela DPIC, como coordenador da *Joint Action* aferiu a receção dos diferentes relatórios intermédios e elaborou o respetivo relatório semestral global. Ainda como líder de projeto, foi responsável por organizar e participar nas reuniões do *Management Group* (constituído pelos Leaders e co-Leaders dos WPs RARHA), *Advisory Group* RARHA (que é constituído pelos Membros do *Committee on National Alcohol Policy and Action* (CNAPA) assim como noutras reuniões asseguradas pela DPIC enquanto membro de WP em representação da RARHA e enquanto Project Leader:

- Reunião RARHA *Management Group*, Helsínquia 15 de fevereiro; Luxemburgo 6 junho; Bruxelas 6 setembro; Lisboa 12 outubro; Ljubljana 21 novembro;
- Reunião dos Parceiros do *Workpackage 5* – Helsínquia 18 de fevereiro;
- Reunião RARHA *Steering Group*, Helsínquia 16 de fevereiro;
- Reunião de *Expert Meeting* WP5 RARHA, Helsínquia 17 de fevereiro;
- Congresso SICAD: *Joint Action* RARHA 6 abril;
- Fórum Nacional Álcool e Saúde: *Joint Action* RARHA, 28 abril;
- Reunião do *Advisory Group* RARHA, Luxemburgo 7 de junho;
- Apresentação de um ponto de situação sobre a RARHA em todas as reuniões CNAPA;
- Apresentação de um ponto de situação sobre a RARHA em todas as reuniões do *European Alcohol and Health Forum* (EAHF);
- Participação no *Health and Info Day* organizado pela Comissão Europeia para troca de Boas Práticas de Gestão de Joint Actions, Luxemburgo 4 de julho;
- Reunião *Policy Dialog* RARHA, Bruxelas 6 de setembro;
- Conferencia Final da RARHA, Lisboa 13 e 14 de outubro;
- *Expert Meeting* WP6 RARHA, Ljubljana 21 de novembro;
- *Expert Meeting* WP4 RARHA, Varsóvia 5, 6 de dezembro.

RARHA website (www.rarha.eu)

No decorrer do ano de 2016 a DPIC, de acordo com os desenvolvimentos dos trabalhos da RARHA, efetuou um processo contínuo de atualização de conteúdos e documentos que espelham o trabalho realizado na *Joint Action* no site para consulta de todos os parceiros.



Foram editadas duas Newsletters RARHA. Este suporte informativo eletrónico, passível de ser subscrito, é editado semestralmente e distribuído eletronicamente a todos os subscritores e entidades situadas na

esfera de interesse desta temática. Toda a coordenação de edição é efetuada pelo SICAD através da DPIC.

Atividades não previstas:

No âmbito do Segmento Especial de preparação da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas, que teve lugar em abril de 2016, a DRI, em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, organizou um evento sobre o tema *“A public health approach as a base for drugs policy: the Portuguese case”*. Este evento cujo objetivo consistiu em debater os benefícios de políticas centradas numa abordagem de saúde pública, contou com intervenções Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, do Presidente do Órgão Internacional do Controlo de Estupefacientes, do Diretor do OEDT e do Diretor-Geral do SICAD. De salientar que o Presidente do Órgão Internacional do Controlo de Estupefacientes (órgão independente dos Governos e das Nações Unidas que supervisiona a implementação das Convenções das Nações Unidas sobre Drogas), referiu a política portuguesa como uma *best practice*, que deveria servir de exemplo a outros países.

A DRI participou na avaliação intercalar da Estratégia da UE 2013-2020 e avaliação final do Plano de Ação 2013-2016, coordenando a resposta nacional ao questionário enviado a todos os Estados Membros para aferir a execução das ações previstas no Plano de Ação e através de entrevista com os avaliadores. O relatório final da avaliação será apresentado no início de 2017, juntamente com a proposta de Plano de Ação para o período 2017-2020.

O Diretor Geral do SICAD participou na Conferência *“Narcotics: problems and solutions of this global issue”*, que se realizou na Cidade do Vaticano, nos dias 23 e 24 de novembro. O evento foi organizado pela Pontifícia Academia de Ciências, dando resposta a um desejo formulado pelo Papa Francisco, tendo o Coordenador Nacional efetuado uma apresentação sobre o tema: *“Addressing the Recreational Use of Cannabis: A Public Health Approach”*. A Conferência contou com uma intervenção do Papa Francisco e foram abordados os aspetos científicos do fenómeno da droga, tais como as consequências do uso de substâncias no corpo e no cérebro e os potenciais usos médicos de determinadas drogas para doenças e distúrbios específicos. A Conferência contou com a participação da Rainha da Suécia e de um grupo restrito de profissionais de renome (cientistas, especialistas, médicos, investigadores, representantes da sociedade civil, juízes e académicos), que foram convidados a analisar e discutir possíveis soluções sociopolíticas inovadoras para estas questões relacionadas com as drogas.

A DRI preparou o contributo nacional para o estudo sobre a política europeia e as medidas implementadas em matéria de droga por vários países, solicitado pelo Parlamento Europeu à empresa de consultoria *Optimity Advisors*. O estudo *“A review and assessment of EU drug policy”*, publicado em novembro de 2016, descreve o sistema das Nações Unidas, a política e legislação da UE e analisa a política implementada por em 7 Estados Membros da UE, entre os quais Portugal (e ainda Alemanha, Polónia, Espanha, República Checa, Suécia e Países Baixos) e em 3 países terceiros (Uruguai, Suíça e EUA).

Avaliação qualitativa global da Unidade Orgânica

Ao longo do ano de 2016, a DRI deu resposta a um número elevado de solicitações externas não previstas (apenas alguns exemplos foram mencionados no ponto anterior), o que obrigou a um esforço acrescido por parte dos profissionais, para que tal não interferisse com a execução das metas definidas no PA.

Em 2016 o balanço global das atividades desenvolvidas pela DRI permitiu verificar um elevado grau de execução das atividades propostas no Plano de Atividades, o que resultou da disponibilidade, empenho e compromisso com o Serviço por parte da equipa.

A natureza multidisciplinar de algumas das atividades da DRI exige a articulação com outras unidades orgânicas do SICAD, bem como com parceiros externos, sem a colaboração dos quais não teria sido possível dar resposta a todos os compromissos assumidos.

Em termos mais concretos, verifica-se que as atividades desenvolvidas pela DRI em 2016 permitiram assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e promover relações de cooperação, constituindo uma mais-valia para o SICAD e reforçando o protagonismo de Portugal na cena internacional.

O gráfico seguinte demonstra a taxa de execução das metas definidas para esta UO.

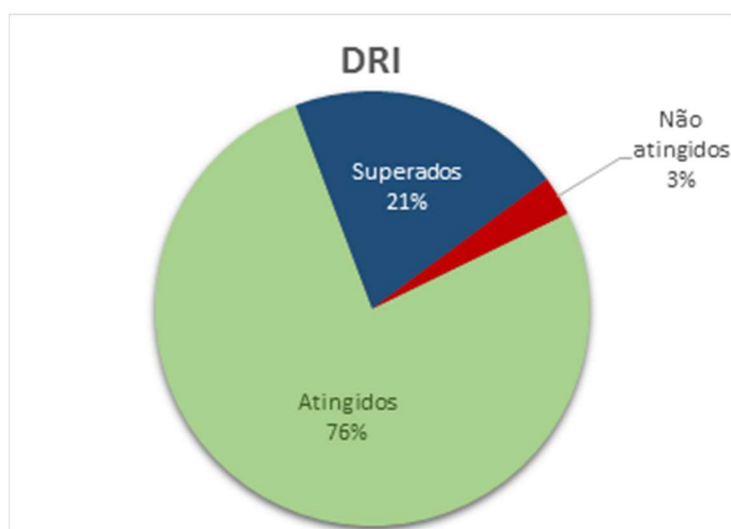


Gráfico 20 - Taxa de execução das metas definidas para a DRI em 2016

A visibilidade que a política portuguesa tem assumido nos últimos anos e a UNGASS 2016, suscitaram um interesse acrescido por parte de outros países, investigadores e organizações não-governamentais, o que se traduziu num aumento significativo das solicitações externas para apresentar os resultados da política portuguesa em matéria de CAD, nos mais variados *fora* internacionais, bem como no elevado número de visitas de delegações estrangeiras que a DRI organizou durante o ano de 2016.

Tendo em conta que a maioria das atividades prosseguidas em matéria de relações internacionais não se esgota num ano civil, importa em sede de Plano de Atividades para 2017, consolidar o trabalho desenvolvido,

aprofundando a articulação com SH estratégicos e potenciando o reconhecimento internacional da política portuguesa como uma *best practice*.

Tendo em atenção as 34 iniciativas atribuídas a esta unidade orgânica, 26 destas foram atingidas (76%), 7 superadas (21%) e 1 não atingida (3%), pelo que se considera que a unidade orgânica teve, em 2016, um desempenho muito positivo.

Divisão de Relações Internacionais (DRI)

Objetivos Operacionais (OOp)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros <i>fora</i> de âmbito internacional	I14.1.1. Contactos com os diversos Ministérios/Serviços com intervenção em matéria de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, promovendo a adoção de uma posição nacional coordenada (nº de Ministérios / Serviços)	Realização	6 (2013) 6 (2014) 6 (2015)	6	1	8	6	100%	Atingiu	E-mails trocados		DRI	—
	I14.1.2. Participar em reuniões/eventos promovidos pelas Presidências em exercício do Conselho da UE, em matéria de droga e toxicodependências (nº de participações nas reuniões / eventos)	Realização	11 (2013) 14 (2014) 12 (2015)	13	1	15	15	125%	Superou	Agendas, Lista de participantes e Relatórios	Tendo em vista a preparação da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas (UNGASS), que se realizou em Abril em Nova Iorque, foi necessário realizar uma reunião extra não prevista, do Grupo Horizontal Drogas para coordenar a posição da UE para a UNGASS	DRI	Conselho da Europa
	I14.1.3. Participar em reuniões/eventos no quadro da UE, em matéria de política do álcool (nº de participações nas reuniões / eventos)	Realização	5 (2013) 6 (2014) 4 (2015)	3	1	5	7	150%	Superou	Agendas, Lista de participantes e Relatórios	Em 2016, a par dos esforços para se elaborar uma nova Estratégia em matéria de álcool foram desenvolvidas outras iniciativas que não estavam inicialmente previstas, para que o Plano de Trabalho Anual 2017 do "Programa Saúde" contemplasse a possibilidade de uma nova <i>Joint Action</i> dedicada exclusivamente ao álcool.	DRI / Direcção/ DPIC	Comissão Europeia
	I14.1.4. Participar em reuniões/eventos no contexto das Nações Unidas, que abordam a temática das drogas (nº de participações nas reuniões / eventos)	Realização	2 (2013) 5 (2014) 4 (2015)	4	1	6	10	175%	Superou	Agendas, Lista de participantes e Relatórios	A realização da UNGASS em Abril e a implementação do <i>Outcome Document</i> adotado nesta ocasião justificaram o agendamento de várias iniciativas que não estavam previstas, nas quais o SICAD participou.	DRI / Direcção	UNODC

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros <i>fora</i> de âmbito internacional	I14.1.5. Participar em trabalhos da OMS relativos ao álcool (nº de participações nas reuniões / eventos)	Realização	1 (2013) 1 (2014)	1	0	1	1	100%	Atingiu	Agendas, Lista de participantes e Relatórios		DRI / Direcção	OMS
	I14.1.8. Participar nas atividades da rede Med-NET do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (nº de participações nas atividades)	Realização	6 (2015)	5	1	7	5	100%	Atingiu	Agendas, Lista de participantes e Relatórios		DRI / Assessoria	Conselho da Europa
	I14.1.9. Participar nas reuniões de Correspondentes Permanentes do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (nº de participações nas reuniões)	Realização	2 (2015)	2	0	2	2	100%	Atingiu	Agendas, Lista de participantes e Relatórios		DRI	Conselho da Europa
	I14.1.10. Participar no <i>Executive Training on Drug Policy</i> do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (nº de participações)	Realização	1 (2015)	1	0	1	1	100%	Atingiu	Agendas, Lista de participantes e Relatórios		DRI	Conselho da Europa
	I14.1.12. Participar em atividades sobre temáticas específicas, no âmbito do programa de trabalho (nº de participações nas atividades)	Realização	–	4	1	6	3	100%	Atingiu	Agendas, Lista de participantes e Relatórios		DRI / Assessoria / DMI	Conselho da Europa
	I14.1.7. Assegurar a Presidência das reuniões da FESAT (nº de reuniões)	Realização	1 (2013) 2 (2014) 2 (2015)	1	0	1	1	100%	Atingiu	Reunião: 3 de fevereiro - SKIPE		DPIC	–
	I14.2. Dar resposta a todas as solicitações efetuadas no contexto das Nações Unidas (nº de solicitações/nº de respostas)	Realização	100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	100%	100%	Atingiu	E-mails / ofícios		DRI	–

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Previos (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros <i>fora</i> de âmbito internacional	I14.3.1. Elaborar os 10 workbooks mandatários do "National Reporting" (em meses)	Resultado	12 (2013) 11 (2014) 12 (2015)	11	1	9	10 WB (c)	100%	Atingiu	Relatório		DRI / DPI/ DMI/ EMPECO /Assessoria	—
	I14.3.2. Preencher as tabelas standardizadas (% de tabelas submetidas)	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	100%	100%	Atingiu	Tabelas introduzidas na aplicação FONTE do OEDT		DRI/DPI DMI/EMSI	—
	I14.3.3. Elaborar os relatórios intermédio e final de execução financeira do Acordo de Subvenção REITOX (produção dos Relatórios)	Resultado	2 (2013) 2 (2014) 2 (2015)	2	0	2	2	100%	Atingiu	Relatórios		DRI / DGR	—
	I14.3.4. Elaborar os Relatórios intermédio e final de implementação dos 5 indicadores-chave do OEDT (produção dos Relatórios)	Resultado	2 (2013) 2 (2014) 2 (2015)	2	0	2	2	100%	Atingiu	Relatórios		DRI / DMI / DPI	—
	I14.3.5. Participar nas reuniões de peritos dos indicadores-chave do OEDT (nº de participações nas reuniões)	Resultado	5 (2014) 5 (2015)	5	2	8	6	100%	Atingiu	Agendas, Listas de participações e Relatórios		DPI / DMI / DRI	—
	I14.3.6. Participar nas reuniões de responsáveis dos Pontos Focais Nacionais do OEDT (nº de participações nas reuniões)	Resultado	4 (2014) 4 (2015)	3	1	5	2	100%	Atingiu	Agendas, Listas de participações e Relatórios		DRI	—
	I14.3.7. Participar nas reuniões do Conselho de Administração do OEDT (nº de participações nas reuniões)	Resultado	3 (2014) 4 (2015)	3	1	5	2	100%	Atingiu	Agendas, Listas de participações e Relatórios		DRI / Direção	—

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros <i>fora</i> de âmbito internacional	I14.3.8. Participar na reunião do Mecanismo de Alerta do OEDT (nº de participações nas reuniões)	Resultado	1 (2014) 2 (2015)	2	1	4	2	100%	Atingiu	Agendas, Listas de participações e Relatórios		DRI / DPIC	—
	I14.3.9. Participar na reunião da European Legal Drugs Data Base-ELDD (nº de participações nas reuniões)	Resultado	1 (2013) 1 (2014) 1 (2015)	1	0	1	1	100%	Atingiu	Agendas, Listas de participações e Relatórios		DRI	—
	I14.3.10. Divulgar os alertas no âmbito do Mecanismo Europeu de Alerta das novas substâncias psicoativas (% de pedidos divulgados num prazo não superior a 72h)	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	100%	100%	Atingiu	E-mails enviados		DRI	—
	I14.3.11. Elaborar os relatórios de progresso e final de implementação nacional da Decisão do Conselho 2005/387/JAI de 10 de Maio de 2005, relativa ao intercâmbio de informações, avaliação de riscos e controlo de novas substâncias psicoativas (produção dos Relatórios)	Resultado	2(2013)2(2014)2(2015)	2	0	2	2	100%	Atingiu	Relatórios		DRI	—
	I14.3.12. Dar resposta a todos os pedidos formulados no âmbito do ELDD - <i>European Legal Database on Drugs</i> (nº de solicitações/ nº de respostas)	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	100%	100%	Atingiu	E-mails enviados		DRI	—
	I14.3.13. Atualizar a base de dados EDDRA (atualizações por ano)	Realização	3 (2013) 3 (2014) 3 (2015)	3	0	3	3	100%	Atingiu	Atualizações inseridas na aplicação FONTE do OEDT		DPIC	—

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Previos (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp15. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD	I15.1.2. Promover acções de cooperação com entidades congéneres (nº de acções)	Realização	1 (2015)	1	0	1	1	100%	Atingiu	Informação n.º 50/2016/DPI/DIT, de 08/07/2016		DRI / Direcção	
	I15.2.4. Promover a divulgação de iniciativas/boas práticas nacionais junto de outros países e <i>fora</i> internacionais (n.º de iniciativas/boas práticas)	Resultado	5 (2013) 5 (2014) 13 (2015)	10	2	13	14	133%	Superou	Documentação relativa às iniciativas	A realização da UNGASS 2016 suscitou um interesse acrescido na política portuguesa por parte de outros Estados, organizações internacionais e ONG's, tendo por isso, o ano de 2016 continuado a ser fortemente marcado pelas solicitações externas que o SICAD recebeu para se deslocar a vários países, com vista à sua participação em eventos para dar a conhecer os resultados da política portuguesa em matéria de CAD.	DRI / Direcção / DPI	
	I15.2.5. Organizar, acompanhar e apoiar as visitas de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que se desloquem a Portugal (nº de visitas)	Realização	12 (2013) 18 (2014) 18 (2015)	15	2	18	30	225%	Superou	E-mails trocados e programas da visitas	O protagonismo que a política portuguesa tem assumido nos últimos anos, continua a suscitar o interesse por parte de outros Estados, que nos solicitam a organização de visitas.	DRI	
	I15.2.9. Preparar a 2ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências (nº de reuniões)	Realização	–	2	1	4	3	100%	Atingiu	Documentos relativos à iniciativa		DRI / Direcção	Comissão Europeia
	I15.3.2. Assegurar a implementação do workpackage Coordenação (WP1) da Joint Action to support Member States in taking forward work on common priorities in line with the EU alcohol strategy - RARHA (nº de reuniões)	Resultado	5 (2014) 4 (2015)	4	1	6	7	138%	Superou	Agendas e Relatórios das Reuniões: (15 de Fevereiro - Helsínquia 16 de Fevereiro - Helsínquia 6 e 7 de Junho - Luxemburgo 6 de setembro - Bruxelas 12 de outubro - Lisboa 21 de Novembro - Liubliana)	O desvio positivo justifica-se pelo facto de ter havido a oportunidade dos elementos de Management Group se reunirem, no sentido afinar a gestão do projeto, considerando a presença dos mesmos em eventos transversais da Joint Action RARHA.	DPIC	Comissão Europeia/Associated Partners

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp15. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD	I15.3.3. Coordenar o workpackage Disseminação (WP2) (nº de reuniões)	Resultado	6 (2014) 6 (2015)	2	1	5	7	142%	Superou	Agendas e Relatórios das Reuniões: (15 de Fevereiro - Helsínquia 9 de Maio - Skype 6 de Setembro - Policy Dialogue - Comissão Europeia - Bruxelas 21 de Novembro - Satellite Event Workpackage 6 - Eslovénia 22 de Novembro - Join Action on Alcohol related harm (RHARA: Evidence based Action for the future - Workshop na 7th European Alcohol Policy Conference - Liubliana/Eslovénia 21 de Novembro - Workpackage 6 Satellite Event - Liubliana 5/6 Dezembro - Wokpacge 4 Satellite Event - Varsóvia)	O desvio positivo prende-se com a importância de assegurar a sustentabilidade dos resultados da Joint Action RARHA, pelo que os parceiros se mobilizaram para novas atividades de disseminação não previstas.	DPIC	Comissão Europeia/Associated Partners
	I15.3.6. Participar nos workpackage (WP5 e WP6)(nº de reuniões)	Resultado	4 (2014) 2 (2015)	4	1	6	4	100%	Atingiu	Agendas e Relatórios das Reuniões: (3 de Fevereiro - Bruxelas; 17 de Fevereiro - Helsínquia; 18 de Fevereiro - Helsínquia; 14 de Outubro - Lisboa)		DPIC	Comissão Europeia/Associated Partners
	I15.3.8. Elaboração do Progress Report da RARHA (nº de relatórios) PE 18 (1-0)	Resultado	-	1	0	1	1	100%	Atingiu	RARHA Progress Report		DPIC	Comissão Europeia/Associated Partners
	I15.3.9. Organizar a Conferência Final da RARHA (em meses)	Realização	-	10	1	8	10	100%	Atingiu	RARHA Final Conference - Realizada em Lisboa, nos dias 13 e 14 de Outubro.		DPIC	Comissão Europeia/Associated Partners
	I15.4.12. Participar em actividades no âmbito das 4 componentes do Programa (nº de participações)	Resultado	-	4	1	7	2	67%	Não atingiu		A 2ª fase do Programa COPOLAD teve início mais tarde do que o previsto, pelo que algumas das atividades agendadas para 2016 foram transferidas para 2017.	DRI/ DPIC /Assessoria	Comissão Europeia

4.5. Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional (EMPECO)

4.5.1. Atribuições da EMPECO

À **EMPECO** incumbiu, até ao final do ano em apreço, o exercício das competências definidas nas alíneas *a)*, *b)*, *c)*, *d)*, *g)*, *h)* e *j)* do artigo 2.º da Portaria do SICAD, designadamente:

- a) Elaborar e gerir o Plano Estratégico do SICAD no âmbito do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e dependências, assegurando a articulação e coordenação entre as diferentes domínios de intervenção;
- b) Estabelecer e dinamizar circuitos de articulação com vista ao planeamento, monitorização e coordenação das atividades, no domínio do consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências;
- c) Estabelecer e dinamizar parcerias facilitadoras da implementação das atividades previstas no Plano Estratégico e nas políticas nacionais, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências;
- d) Promover a implementação da rede de referência entre cuidados primários, centros de respostas integradas e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência ou dos consumos de substâncias psicoativas;
- e) Acompanhar a implementação das linhas de orientação técnica e normativa produzidas e emanadas pelo SICAD, nos diversos domínios de intervenção;
- f) Desenvolver e dinamizar planos de formação, nas áreas definidas como prioritárias, assegurando a qualificação e melhoria contínua dos profissionais intervenientes, no domínio do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e dependências;
- g) Apoiar e coordenar as atividades desenvolvidas pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, no âmbito da operacionalização da Lei n.º 30/2000, mediante a criação de instrumentos de planeamento, monitorização e avaliação;
- h) Implementar uma metodologia de intervenção baseada no conhecimento técnico-científico, que potencie as competências das equipas técnicas das CDT e harmonize práticas e procedimentos entre as CDT, contribuindo para uma efetiva dissuasão dos comportamentos aditivos e dependências;
- i) Gerir o registo central dos processos de contraordenação por consumo de drogas, ao abrigo da Portaria n.º 604/2001, de 12 de junho;
- j) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

4.5.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas

ÁREA DE PLANEAMENTO

Objetivo Operacional 19. Coordenar e monitorizar a implementação do Plano Estratégico 2013 -2016

O planeamento de 2016 teve por base o PE para o quadriénio 2013-2016 e o PA para o período em apreço, tendo sido igualmente elaborado, durante o ano de 2016, o terceiro relatório de monitorização do PE. Os resultados aferidos apresentaram-se globalmente positivos, destacando-se um grau elevado de concretização face ao previsto.



Para assegurar uma execução eficaz e uma gestão adequada da implementação do PE, procedeu-se em continuidade, durante o ano de 2016, ao preenchimento regular por cada UO do *Modelo de Monitorização do Plano Estratégico e do Plano de Atividades*, promovendo a avaliação sistemática do grau de execução e a identificação atempada de desvios passíveis de correção.

No âmbito deste OOp. inclui-se também a elaboração do Relatório de Atividades 2016. Verificou-se a obtenção de ganhos evidentes ao nível da eficiência e qualidade do Relatório devido aos processos e instrumentos implementados que permitem a organização dos dados quantitativos das atividades anuais (possível apenas com a participação das UO), através da sua recolha, compilação e análise global.

É ainda de ressaltar que em virtude de ajustes organizacionais derivados da saída de profissionais do SICAD em meados de 2016, designadamente adstritos à EMPECO, a prossecução das atividades alocadas a este OOp foi conduzida pela DPI a partir de Setembro de 2016.

ÁREA DA DISSUAÇÃO

Objetivo Operacional 21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT

Desenvolver e avaliar o modelo de intervenção em dissuasão

Dando continuidade ao trabalho de avaliação da implementação do modelo de intervenção em dissuasão, procedeu-se à **monitorização das Linhas de Orientação para a Intervenção em Dissuasão (LOID)**, tendo-se verificado uma adesão total por parte das CDT na aplicação do protocolo recomendado.



O **relatório de monitorização das LOID**, resultante da implementação de uma metodologia de monitorização trimestral, traduz a consolidação do modelo, mas também o investimento das CDT em integrar novas metodologias, que implicaram o reajustamento de procedimentos antigos e adoção de outros em prol de uma melhor prestação de cuidados ao cidadão. Do balanço anual efetuado, destaca-se o alinhamento nacional das intervenções, a consolidação das orientações e o reforço investido na sinalização e intervenção precoce de situações de risco.

Harmonização de práticas e procedimentos nas CDT



Desde 2012 que a EMPECO assumiu, como objetivo prioritário, a qualificação e harmonização dos procedimentos entre as diversas estruturas dissuasoras, procurando equidade e concertação das respostas nesta área. As **orientações de procedimento** emitidas, assim como o apoio prestado às 18 CDT nas respostas a pedidos e clarificações, permitiu assegurar abordagens idênticas a nível nacional.

Reforçando a estratégia de monitorização adotada pela EMPECO, elaborou-se o **relatório semestral da atividade processual das CDT**, permitindo uma visão alargada da intervenção nacional. Mais do que um prognóstico da atividade, este exercício permitiu avaliar trajetórias, indispensáveis a uma gestão de qualidade da resposta dada ao cidadão.

Como forma de assinalar os 15 anos de existência das CDT, foi realizado no Porto, nos dias 8 e 9 de novembro, o **1º Encontro sobre Descriminalização**. Este evento, cujo balanço revelou ser fracamente positivo, expôs o excelente trabalho que estas estruturas têm desenvolvido ao longo de todos estes anos.



Contando com a participação de várias personalidades com contribuição determinante para o atual sucesso da política descriminalizadora, este acontecimento veio distinguir a especificidade desta área de intervenção e reforçar o lugar crucial que ocupa na abordagem aos comportamentos aditivos e dependências.

Gestão do SIGP



Também ao nível da gestão e manutenção do **Sistema de Gestão e Informação Processual (SIGP)** foi possível constatar o esforço, levado a cabo pelas CDT e pela EMPECO, no sentido da harmonização de procedimentos e utilização da nova base de dados.

Longe de concluído, este trabalho implicou a uniformização de conceitos, através da emanção de orientações, a monitorização frequente de indicadores de registo específicos, a realização de inúmeras reuniões de trabalho com a empresa que desenvolveu a aplicação e com a EMSI e obviamente, uma estreita articulação com as várias CDT, no sentido de prestar apoio ao registo e utilização desta ferramenta de trabalho. Por essa razão o apoio técnico e administrativo da EMPECO foi acrescido de complexidade na resolução de problemas emergentes, implicando um desempenho extraordinário em prol de uma utilização eficaz da base de dados.

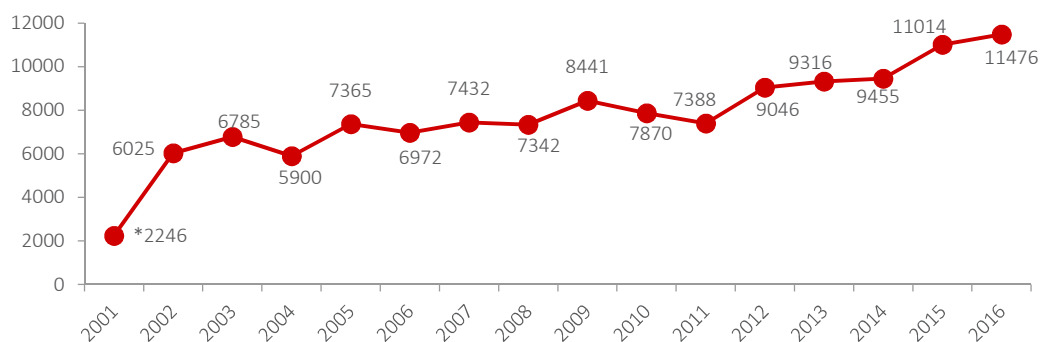
Em 2016 foi finalmente possível proceder à regularização de todas as situações pendentes relacionadas com a eliminação da informação dos processos em condições de verem aplicada a legislação em vigor, mediante o cumprimento do disposto nos n.ºs 5 e 6 da Portaria n.º 604/2001, de 12 de Junho.

Reforço da articulação entre as CDT e os SH

Dinamizando a articulação com as respostas comunitárias, as CDT assumiram claramente um papel integrador, promovendo a mobilidade dos parceiros no sentido do trabalho conjunto, envolvendo várias entidades na construção de uma rede de respostas cada vez mais sólida e diversificada. Neste ano, o objetivo de estabelecer protocolos e acordos que contribuam para a agilização e melhoria da qualidade das intervenções em matéria de dissuasão, foi novamente superado, com a celebração de 44 novos protocolos/acordos entre as CDT e as estruturas da rede local.

Dissuasão em Números

Movimento Processual



*2º semestre
Fonte: SGIP

Gráfico 21 - Distribuição dos Processos de Contraordenação no Ano

O ano de 2016 é aquele em que se regista o maior volume de processos instaurados a nível nacional, num total de **11.476 processos de contraordenação**. Este aumento de processos acompanha a tendência de crescimento verificada nos últimos anos, refletindo-se, no ano em análise, num aumento de cerca de 4% quando comparado com o ano anterior. O crescimento por anos recentes foi de 14% em 2015, 1,5% em 2014, 3% em 2013 e 22% em 2012. Aos 11.476 processos de contraordenação instaurados em 2016 correspondem **10.835 indiciados**, cuja caracterização se apresenta mais adiante.

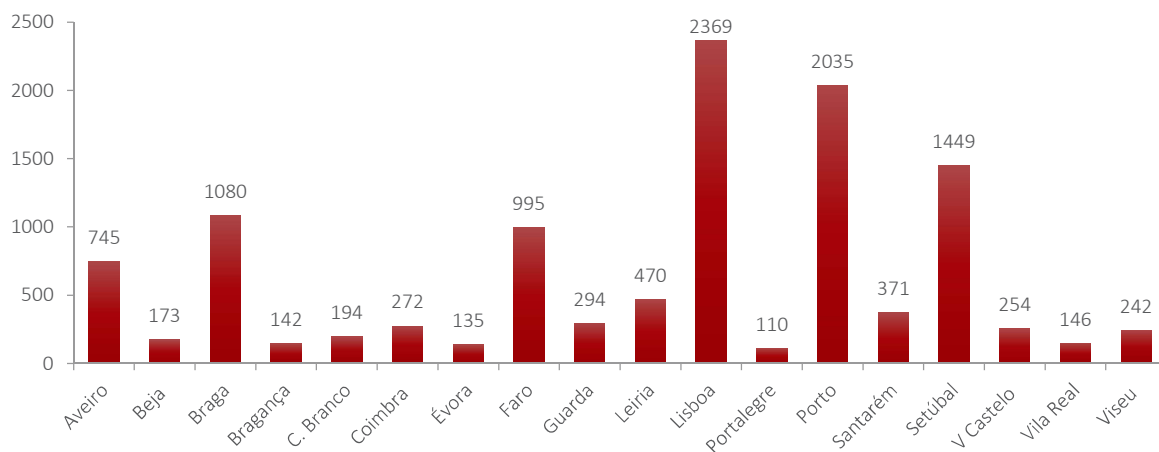


Gráfico 22 - Distribuição total de processos por CDT, no ano (n=11.476)

Os dois distritos com o maior número de processos instaurados, à semelhança dos anos anteriores, são os distritos de Lisboa (2369) e Porto (2035). É de notar, contudo, que em 2016 o distrito de Lisboa regista um maior volume processual do que o do Porto. Seguem-se os distritos de Setúbal, com 1.449 processos, Braga com 1.080 processos, Faro com 995 processos e Aveiro com 745 processos.

Alguns distritos registaram um aumento considerável de processos, com destaque para a Guarda, com um aumento de 78%, seguindo-se Castelo Branco, com um aumento de 60% e Bragança, com um aumento de 48%. Outros distritos registaram alguma redução, mais significativa nas CDT de Beja e Viseu, com uma diminuição dos processos em 31% e 20%, respetivamente.

Caracterização dos Processos de Contraordenação

• Caracterização do Estado dos Processos

Do total de 11.476 processos de contraordenação instaurados a nível nacional, 36,4% (4.183) foram alvo de decisão/deliberação, 32,2% (3.700) arquivados e 31,3% (3.593) aguardavam decisão, um valor ligeiramente superior (cerca de 9%) ao registado no ano anterior.

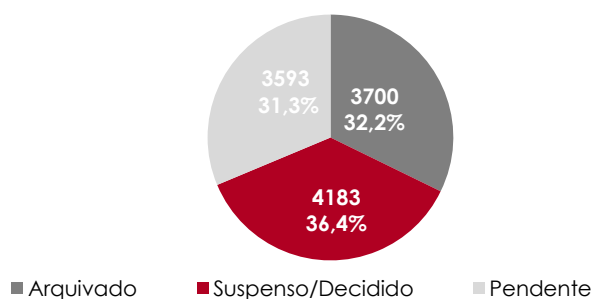
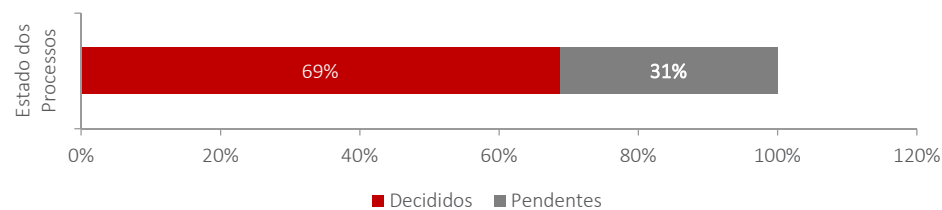


Gráfico 23 - Distribuição dos processos por estado do processo (n=11.476)

- *Análise da Pendência Processual*



Fonte: SGIP

Gráfico 24 - Caracterização da pendência processual (n=11.476)

A pendência processual das contraordenações situou-se em cerca de 31% (3.593) no final do ano, enquanto cerca de 69% (7.883) dos processos instaurados, entre arquivamentos, decisões e deliberações, já se encontravam resolvidos.

- *Caracterização da Origem dos Autos de Ocorrência*

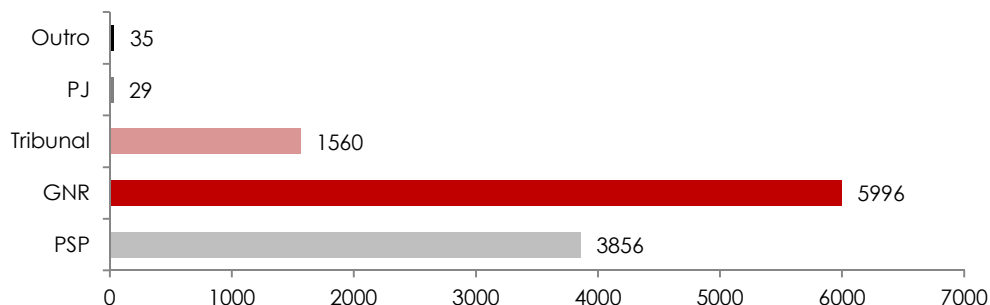


Gráfico 25 - Origem dos Autos de Ocorrência (n=11.476)

A maioria dos autos de ocorrência, à semelhança do que se tem verificado nos últimos anos, continua a ser proveniente da **GNR** (52%) e da **PSP** (34%). Os autos remetidos pelos **Tribunais** correspondem a 14% do total e os das restantes entidades têm uma menor expressividade, situando-se na ordem dos 0,3%.

- *Caracterização dos Indiciados*

Aos 11.476 processos de contraordenação correspondem 10.835 indiciados, correspondendo a um **aumento percentual de cerca de 5%** quando comparado com o número de indiciados registado no ano anterior. Para a caracterização sócio demográfica consideraram-se os indiciados com processo aberto na CDT em 2016, excluindo-se as situações de reincidência no ano.

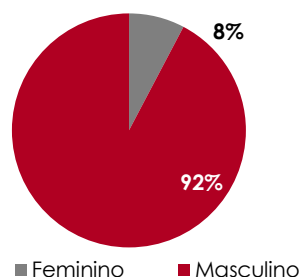
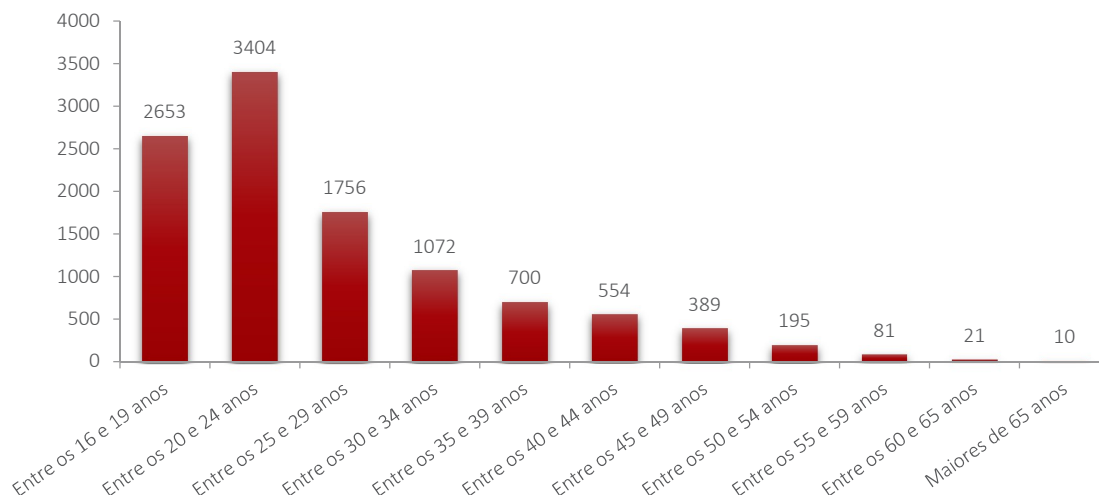


Gráfico 26 - Género dos Indiciados (n=10.835)

Mantém-se a mesma tendência histórica quanto ao género dos indiciados, sobrepondo-se o género masculino (92%), enquanto o género feminino representa apenas 8% dos indiciados.

- *Caracterização dos Indiciados por Grupo Etário*

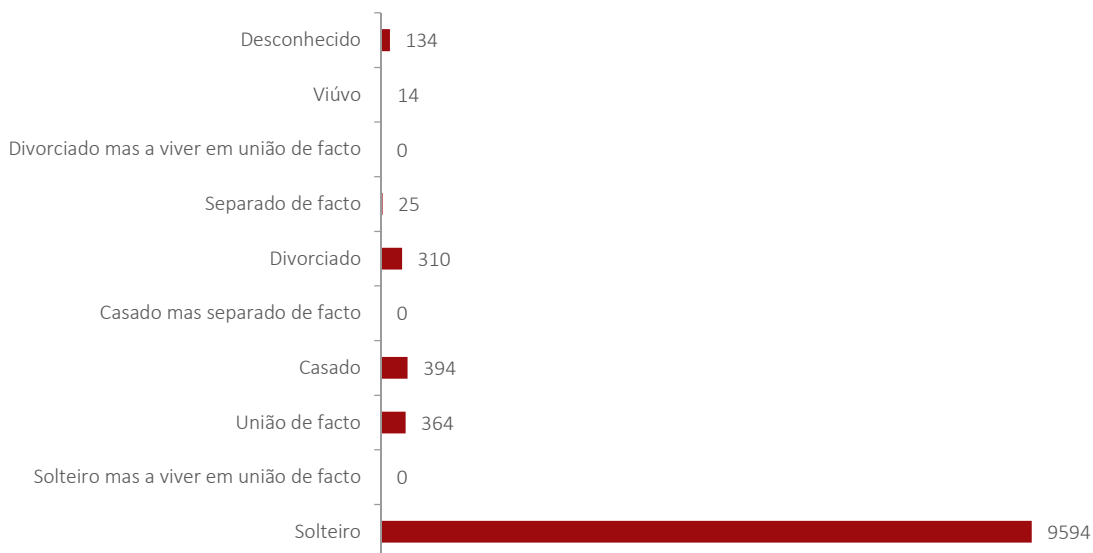


Fonte: SGIP

Gráfico 27 - Grupo Etário (n=10.385)

Relativamente à distribuição dos indiciados por grupo etário verifica-se que, tal como em anos anteriores, a maior concentração de processos se situa na faixa etária dos 16 aos 19 anos (2.653 indiciados) e dos 20 aos 24 anos (2.404 indiciados). Quando comparado com os dados de 2015, destaca-se o acréscimo de 28% (mais 584 indiciados) na faixa etária entre os 16 e 19 anos e a manutenção dos mesmos valores nas faixas etárias entre os 20 e 34 anos.

- *Caracterização dos Indiciados por estado Civil*

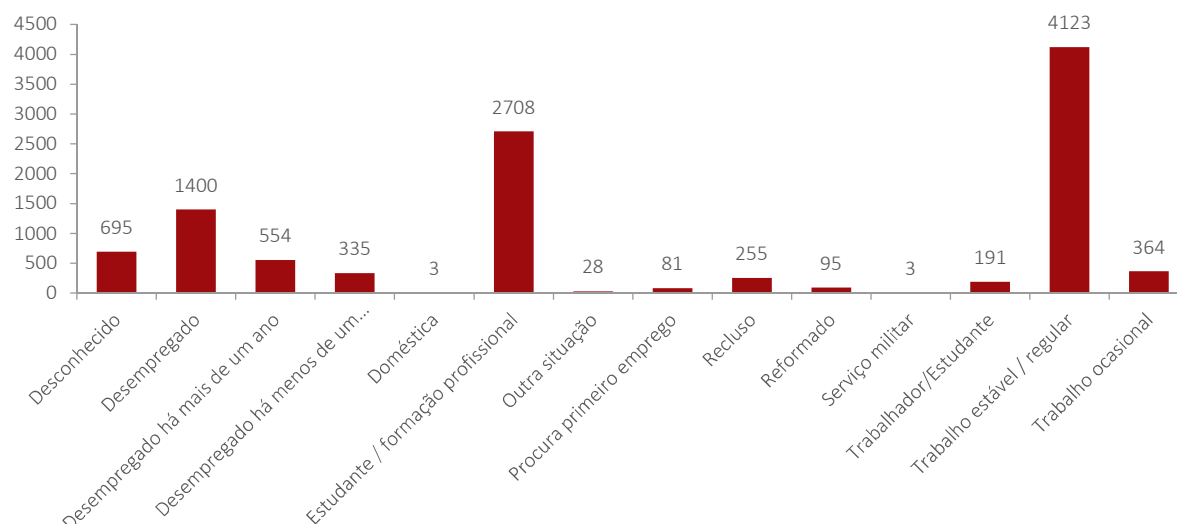


Fonte: SGIP

Gráfico 28 - Estado Civil dos Indiciados (n=10.835)

Quanto à caracterização por estado civil dos 10.835 indiciados com processo aberto em 2016, a quase totalidade, cerca de 89%, era solteira (9594), 394 estavam casados (3,7%), 364 em união de facto (3%) e 310 divorciados (3%).

• *Caracterização dos Indiciados por Situação Profissional*



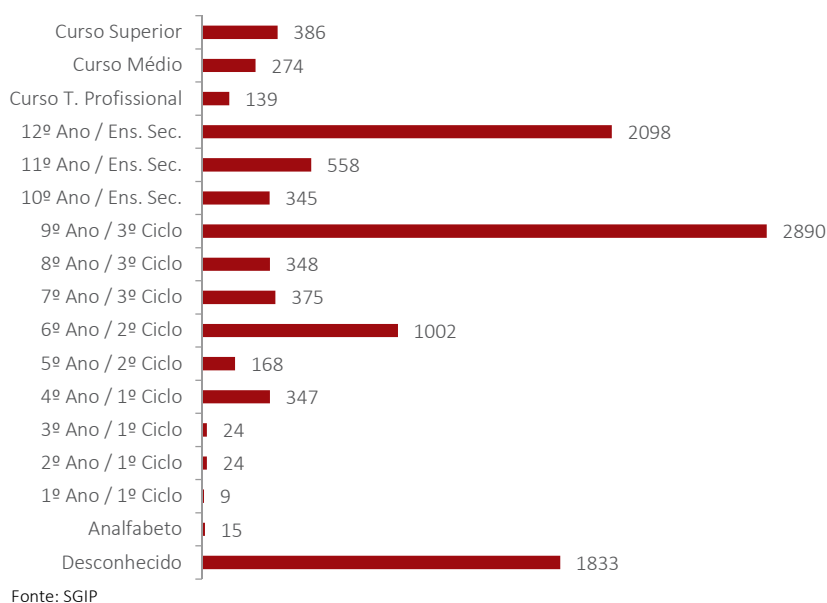
Fonte: SGIP

Gráfico 29 - Situação Profissional (n=10.835)

Quanto à caracterização por estado civil dos 10.835 indiciados com processo aberto em 2016, a quase totalidade, cerca de 89%, era solteira (9594), 394 estavam casados (3,7%), 364 em união de facto (3%) e 310 divorciados (3%).

Do ponto de vista profissional os valores são semelhantes aos de 2015, sendo que cerca de **69% dos indiciados estavam integrados** do ponto de vista profissional, a estudar ou outro: 38% estavam empregados (4.123), 25% eram estudantes (2.708), 2% eram trabalhadores/estudantes (191), 3% tinham conseguido um trabalho temporário (364) e 1% corresponde a *outras situações*, tais como reformado, doméstica e serviço militar obrigatório. Cerca de 21% dos indiciados (2.289) encontravam-se em situação de desemprego, 2% (255) em situação de reclusão e, em cerca de 6%, não foi possível apurar a situação profissional.

• *Caracterização dos Indiciados por Habilitações Literárias*



Fonte: SGIP

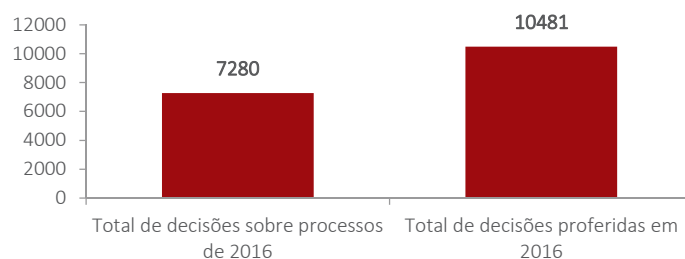
Gráfico 30 - Habilitações Literárias (n=10.835)

Analisando a distribuição de indiciados pelo grau de habilitações literárias, verifica-se que cerca de 56% não atingiram o 12º ano de escolaridade, 21% ainda não completaram o 9º ano/3º Ciclo e 35% têm habilitações iguais ou superiores ao 12º ano. Desconhecem-se as habilitações Literárias de cerca 17% dos indiciados.

Análise da atividade decisória das CDT - Processos Decididos

- Decisões Proferidas em 2016

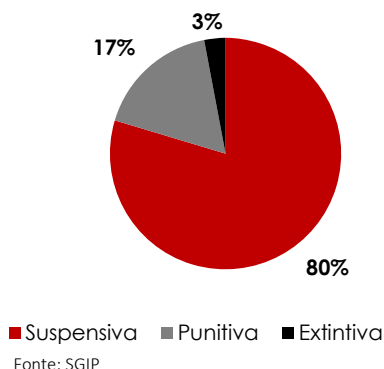
Das 10.481 decisões/deliberações proferidas em 2016 (onde estão incluídas decisões sobre processos referentes a anos anteriores), cerca de 69,5% (7.280) reportam-se exclusivamente a processos instaurados em 2016.



Fonte: SGIP

Gráfico 31 - N.º de Decisões Proferidas

- Caracterização das Decisões Proferidas em 2016 sobre processos de 2016



Fonte: SGIP

Gráfico 32 - Tipo de Decisões Proferidas sobre Processos 2016 (n=7.280)

Da análise às decisões proferidas sobre processos instaurados no ano (contabilizando-se a última decisão de cada processo) verificou-se que das 7.280 decisões, 5.796 (80%) reportavam-se a decisões suspensivas, 1.269 (17%) a decisões punitivas e 215 (3%) a decisões absolutórias.

Tipo de Decisão (Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro)									
Suspensiva			Punitiva			Extintiva			Total
Suspensão Provisória Processo Não Toxicod. (nº1, art.º 11.º)	Suspensão Provisória Processo Toxicod. (nº2 e 3, art.º 11.º)	Porrogação Suspensão Provisória Processo (nº1, art.º13.º)	Suspensão Determinação Sanção (nº1, art.º 14.º)	Suspensão Execução Sanção (art.º 14.º, e 19.º)	Coima (art.º 16.º) Sanções Não pecuniárias (Nº2 e 3, art.º 17.º) Admoestação (art.º 18)	Absolutória	Prescrição do Procedimento	Óbito	
5055	726	5	10	96	1173	101	101	8	5
									7 280

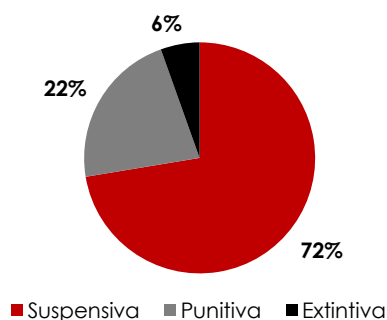
Fonte: SGIP

Quadro 12 - Tipo de Decisões sobre Processos 2016

A maioria das decisões proferidas pelas CDT foram deliberações de suspensão provisória de processo ao abrigo do nº1. Artº11º. da Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro, correspondendo a cerca de 69,4% do total das decisões.

• 4.5.3. Caracterização das Decisões Proferidas em 2016

Independentemente do ano de instauração do processo, a maioria das decisões proferidas em 2016 (reportando-se à última decisão de cada processo), foram suspensivas (72%; 7.588). As decisões punitivas representaram 22% das decisões (2.319) e as decisões absolutórias corresponderam a cerca de 6% (574) das decisões.



Fonte: SGIP

Gráfico 33 - Tipo de Decisões Proferidas em 2016

Tipo de Decisão (Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro)										
Suspensiva			Punitiva			Extintiva				Total
Suspensão Provisória Processo Não Toxicod. (nº1, art.º 11.º)	Suspensão Provisória Processo Toxicod. (nº2 e 3, art.º 11.º)	Prorrogação Suspensão Provisória Processo (nº1, art.º13.º)	Suspensão Determinação Sanção (nº1, art.º 14.º)	Suspensão Execução Sanção (art.º 14.º, e 19.º)	Coima (art.º 16.º) Sanções Não pecuniárias (Nº2 e 3, art.º 17.º) Admoestação (art.º 18)	Absolutória	Prescrição do Procedimento	Óbito	Outra	
6549	984	27	28	160	2159	127	420	16	11	10 481

Fonte: SGIP

Quadro 13 - Decisões Proferidas em 2016

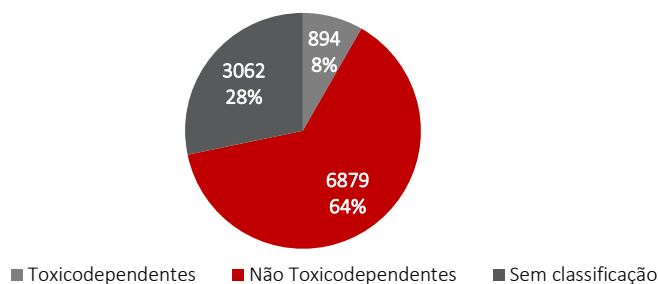
A maioria das decisões punitivas aplicadas em 2016 corresponde a sanções não pecuniárias aplicadas sob a forma de medidas de apresentação periódica em locais designados pelas CDT.

Tipo de Sanção (Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro)					
Pecuniária	Não Pecuniária				
art.º 16.º	Suspensão da Execução da Sanção (art.º 19º, nº1 e nº2)	Apresentação periódica em local a designar pela CDT (art.º 17º nº2)	Prestação de serviço gratuito/entrega monetária a favor da comunidade (n.º 2 e 3, art.º 17.º)	Admoestação (art.º 18º)	Total
1014	160	890	243	12	2319

Quadro 14 - Tipo de Sanção

Avaliação e Classificação dos Indiciados

- *Caracterização do Perfil de Consumo dos indiciados avaliados em 2016*



Fonte: SGIP

Gráfico 34 - Distribuição dos Processos Classificados por perfil do Indiciado

Dos 10.835 indiciados com processo de contraordenação instaurado em 2016, foi possível apurar o perfil de consumo de 7.773 indivíduos. Destes, 894 foram classificados como toxicodependentes (8%) e 6.879 (64%) como não toxicodependentes.

Caracterização dos Encaminhamentos

- *Caracterização dos encaminhamentos de Indiciados Toxicodependentes*

Dos 894 indiciados toxicodependentes com suspensão provisória do processo, 765 aceitaram tratamento voluntário. Destes, 175 (20%) foram encaminhados pela primeira vez para estruturas de tratamento, 109 (12%) já haviam sido referenciados, mas foram reencaminhados para tratamento e 460 (52%) encontravam-se em tratamento no momento em que lhes foi instaurado processos de contraordenação. De referir ainda que 21 indiciados necessitaram de intervenção motivacional acrescida, por forma a aderirem ao encaminhamento proposto.

Tipo de Encaminhamento	N.º de indiciados Toxicodependentes (n=894)			
	CRI/ ET, GAT, CT	Centro Saúde/ Hospitais	Outras respostas	TOTAL
Encaminhamento	117	27	31	175
Reencaminhamento	96	5	8	109
Em Apoio	357	47	56	460
Intervenção Motivacional	3	0	18	21
TOTAL	573	79	113	765

Fonte: SGIP

Quadro 15 - Encaminhamentos de Indiciados Alto Risco

- *Caracterização dos encaminhamentos de Indiciados Não Toxicodependentes*

Foram classificados como não toxicodependentes 6.879 indiciados, o que corresponde a cerca de 64% do total de indiciados com processo aberto neste ano. Considerando que os encaminhamentos tiveram como suporte metodológico as LOID, a referência dos indiciados teve por base a avaliação da sua situação de risco face aos consumos. Assim, foram encaminhados para apoio 2.834 indivíduos, cerca de 41% das situações de não toxicodependência, cuja avaliação técnica considerou crucial referenciar para as estruturas da rede de respostas. Destes, cerca de 85% encontravam-se em situação de risco moderado (2.400 indiciados), dos quais 327 tinham um padrão consumo considerado nocivo. Algumas das situações de baixo risco (434) foram também referenciadas, correspondendo a 15% dos encaminhamentos dos não toxicodependentes.

Tipo de Encaminhamento	N.º de indiciados Não Toxicodependentes (n=6.879)			
	Baixo Risco	Risco Moderado	Risco Moderado Uso Nocivo	TOTAL
Respostas ao nível do consumo de SPA	199	1464	248	1911
Outras Respostas	235	609	79	923
TOTAL	434	2 073	327	2.834

Fonte: SGIP

Quadro 16 - Encaminhamentos de Indiciados Baixo Risco e Risco Moderado

De referir ainda que, 393 indiciados receberam apoio ao nível de intervenções breves na própria CDT. Importa salientar que as 923 referências para outras respostas, correspondem a encaminhamentos específicos, nomeadamente apoio escolar, profissional, médico (pe. ao nível do consumo de tabaco, álcool, ou de situações relacionadas com doenças infecciosas) ou ainda apoio social (RSI, abonos, pensões, apoio alimentar, etc.).

Protocolos e/ou Acordos Institucionais

- *Reforço da articulação entre as CDT e os SH*

Mantendo a aposta no reforço da cooperação e articulação institucional e dando sentido às opções estratégicas do SICAD quanto à promoção de intervenções integradas tendo como propósito a eficiência e eficácia na resposta às necessidades dos indiciados e das comunidades, foram celebrados **44 novos protocolos/acordos** institucionais (comparativamente aos 45 em 2013, 145 em 2014 e 68 em 2015) com diversas instituições públicas e privadas.

Entidades	Nº Protocolos
Autiridades Policiais	2
M. Público	0
CRI/ET	6
ARS/ACES	0
E. Prisionais	0
Sta. Casa Misericórdia	0
CPCJ	1
Ensino Superior	3
Escolas/Agrup. Escolares	2
E.Profissionais/ C.Formação	3
IPSS/ONG	18
S. Social /Redes Sociais	3
C. Municipais / J. Fequesia	1
Outras Entidades (especifique)	5
TOTAL	44

Quadro 17 - Protocolos/Acordos institucionais celebrados em 2016

O maior número de protocolos/acordos estabelecidos (18) foi celebrado com as IPSS/ONG.

É de salientar que, para além destes 44 novos protocolos/acordos mantiveram-se ainda em vigor cerca de 258 protocolos/acordos celebrados em anos anteriores, tendo alguns deles sido objeto de consolidação apenas no ano em análise, e outros, decorrente da articulação estabelecida, objeto de reformulação no sentido de um melhor ajustamento aos objetivos pretendidos.

A rede alargada de respostas estabelecida pelas CDT, numa perspetiva de trabalho integrado, envolvendo os técnicos das mais variadas áreas e instituições, nomeadamente NPISA, entidades policiais, ARS, autarquias, rede local, escolas, universidades, IPSS/ONG, etc. tem contribuído de forma determinante para um efetivo aumento da qualidade das intervenções em matéria de Dissuasão.

Reuniões de Manutenção/Alargamento da Rede de Respostas

A dinâmica de resposta integrada estabelecida com a rede de parceiros tem subjacente todo um trabalho de articulação próximo e sistemático.

No ano em análise, procurou-se nomeadamente a melhoria das relações institucionais e o aprofundamento do trabalho já iniciado em anos anteriores, o planeamento conjunto das intervenções, a definição de circuitos e procedimentos, o acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos; tendo esta articulação permitido obter evidentes ganhos em eficiência e eficácia na manutenção e consolidação das intervenções e na aplicação da Lei.

Neste âmbito, as CDT reportaram **310 reuniões de articulação**, agrupadas por parceiros de acordo com o quadro que de seguida se apresenta.

Entidades	N.º de Reuniões
Autoridades Policiais GNR	44
Autoridades Policiais PSP	30
MP	4
SEF	0
CRI/ET (ARS)	63
ACES/ARS	4
E. Prisionais	1
Santa Casa Misericórdia	3
CPCJ	23
Ensino Superior	16
Ensino Primário/ Secundário	11
IPSS/ONG	20
Escolas Profissionais/C Formação	13
Câmaras Municipais	11
Segurança Social	4
Redes Sociais	16
Plataformas Supra-concelhias	3
Outras Respostas	44
TOTAL	310

Quadro 18 - Reuniões de Articulação com os SH em 2016

As **forças de segurança (GNR/PSP)** continuam a destacar-se como parceiros privilegiados na intervenção em Dissuasão (74 reuniões), nomeadamente no que respeita ao alinhamento estratégico visível no aumento do número de indiciados não toxicod dependentes registado.

Do mesmo modo também sobressai a dinâmica de trabalho conjunto com os CRI/ET (63 reuniões), ao nível do cumprimento da *Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro* e da resposta às necessidades dos indiciados, quer se encontrem em situação de alto risco ou risco moderado face aos comportamentos aditivos e dependências.

Qualidade dos Serviços Prestados

Continua a verificar-se por parte das CDT um grande investimento na qualificação técnico-científica dos profissionais e do serviço que prestam, considerando as exigências na aplicação das Linhas de Orientação para a Dissuasão (LOID).

Neste contexto estiveram envolvidos em ações de **formação interna** um total de **101 profissionais**.

Manteve-se, junto dos parceiros, a divulgação e clarificação de informação sobre o regime da descriminalização e o trabalho que se desenvolve no âmbito da dissuasão, particularmente pelas CDT, tendo sido dinamizadas **77 ações de sensibilização/formação** específicas sobre a *Lei n.º 30/2000*.

Materializando as opções estratégicas do SICAD, as CDT continuam a apostar na dinamização de ações de informação preventiva junto dos indiciados, algumas delas em articulação com os CRI das ARS, I.P, tendo sido realizadas **32 ações de informação** específica para indiciados com consumos de baixo risco, abordando em

particular as consequências e efeitos das substâncias psicoativas. Neste âmbito, as CDT envolveram-se ainda na dinamização de **75 ações formativas a grupos alvo específicos**, em agrupamentos de escolas, em meio universitário, em meio prisional, em centros tutelares educativos, entre outros.

Qualidade e Eficiência dos Serviços Prestados	Nº de ações
Capacitação dos Profissionais (Formação Interna)	101
Ações de Sensibilização/Formação sobre a Lei (stakeholders)	77
Ações Informação Preventiva a Indiciados (especifique)	32
Ações Informação Preventiva a grupos alvo (especifique)	75
Ações Aconselhamento/ Sinalização Precoce (nº de crianças sinalizadas com referência à entidade/nº de famílias intervencionadas)	407
Audições Descentralizadas (especifique)	448
Orientação de Estágios curriculares (especifique)	6
Acolhimento Estágios Observação (especifique)	8
TOTAL	1 154

Quadro 19 - Ações de Investimento na Qualidade e Eficiência das Respostas

No que respeita ao papel da dissuasão na **sinalização e intervenção precoce**, verificou-se um grande aumento no número de situações de menores e famílias intervencionadas, passando de 265 ações em 2015 para **407 ações** em 2016. Algumas dessas situações foram sinalizadas às CPCJ ou às consultas de jovens das equipas de tratamento dos CRI. O apoio e aconselhamento dos familiares de menores, presencial ou telefónico, terão contribuído para uma maior tomada de consciência dos problemas, o primeiro passo para a mudança.

Na continuidade do que se tem verificado nestes últimos anos, e por ter sido considerada uma boa prática na aproximação dos serviços às populações, a realização de **audições descentralizadas** tem vindo a aumentar ao longo dos anos (366 em 2014, 422 em 2015 e 448 em 2016), verificando-se igualmente o envolvimento de mais CDT, o que contribuiu para um aumento do número de audições presenciais e para a diminuição da pendência processual.

As CDT continuaram ainda a dar resposta a pedidos de **estágios curriculares e de observação**, contribuindo desta forma para a promoção de formação científica.

Outras atividades relevantes

Destacam-se ainda algumas atividades realizadas em 2016 e reportadas pelas CDT que se afiguram como intervenções de qualidade e inovadoras, devendo por isso ser tidas como exemplo e, eventualmente, replicadas por outras CDT:

- Atividades desenvolvidas em articulação com as forças de segurança:
 - Dinamização conjunta, entre a CDT de Lisboa e a PSP, de ações de informação e sensibilização no âmbito do Programa Escola Segura;
 - Dinamização de sessões formativas dirigidas aos comandos e postos.
- A CDT de Setúbal manteve o procedimento de anexar às notificações/decisões enviadas via eletrónica aos indiciados, folhetos elucidativos sobre o quadro legal em vigor, bem como sobre os riscos e consequências do consumo de substâncias psicoativas. Foi ainda implementado por esta comissão o *“Guia de Boas Práticas”* (administrativas) visando definir e aperfeiçoar a intervenção na realização de procedimentos internos, na prossecução da melhoria contínua dos serviços e de obtenção de ganhos de eficiência;
- No âmbito de uma iniciativa conjunta entre a CDT de Viseu e a Escola Superior de Saúde de Viseu, decorreu nessa cidade o II Congresso sobre Comportamentos Aditivos;
- Relativamente à CDT do Porto destacam-se as seguintes ações: desenvolvimento de um trabalho de aferição de instrumentos dirigidos à população menor de 18 anos, para avaliação do nível de risco associado ao padrão de consumos destes jovens, em articulação com a DICAD do Norte I.P., no sentido de se encontrar um referencial e estratégias interventivas comuns dirigidas especialmente à população jovem e não toxicodependente, no âmbito das respostas de prevenção indicada;
- Atualização do *Guia de Recursos*, elaborado pela CDT de Évora em 2011. Esta CDT, no ano em análise, aplicou também um questionário aos indiciados, com o objetivo de avaliar a perceção dos mesmos sobre a qualidade do atendimento.

Atividades não previstas

Considerado já um ano de expansão da estratégia interventiva, com a implementação das Linhas de Orientação para a Intervenção em Dissuasão (LOID) e do SGIP nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (tendo sido ministrada formação e prestado apoio à sua implementação), este ano ficou marcado também por várias ações de divulgação e disseminação do modelo interventivo, entre os quais se destacam: o **II Congresso do SICAD**, com duas apresentações sobre a área - *“Intervenção em Dissuasão, Obtenção de Ganhos em Saúde”* e *“Intervenção em Dissuasão: o outro lado da Lei”*; o **1º Encontro sobre “Descriminalização: 15 anos depois”**, já aqui mencionado; a participação no 1º Seminário sobre Comportamentos Aditivos e Dependências, realizado em setembro na Ilha Terceira da Região Autónoma dos Açores; por último, uma referência ao acompanhamento das inúmeras visitas de delegações internacionais e de investigadores e estudantes bolseiros interessados em conhecer a realidade das políticas portuguesas.

Avaliação qualitativa global da Unidade Orgânica

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos anteriores, em 2016 as áreas prioritárias de investimento em Dissuasão circunscreveram-se ao fortalecimento do sistema de monitorização das intervenções, através da conclusão do processo de implementação do Sistema de Gestão e Informação Processual (SGIP) e à consolidação da harmonização de procedimentos na resposta ao cidadão, por meio da monitorização das atividades desenvolvidas pelas CDT e da avaliação do Modelo de Intervenção em Dissuasão. A resposta dissuasora foi intensificada através do investimento na identificação precoce de situações de risco em CAD e do trabalho de articulação institucional com vista à redução dos comportamentos aditivos e dependências.

Simbolizando a consolidação do Modelo de Intervenção em Dissuasão e o reconhecimento nacional e internacional enquanto área fundamental na política de redução da procura levada a cabo pelo SICAD, destacamos como momento alto deste ano a realização do Encontro sobre Descriminalização, assinalando os 15 anos de existência das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência.

Na conclusão deste ciclo estratégico 2013-2016 uma palavra de apreço e louvor ao indubitável empenho e dedicação com que as CDT agarraram os desafios propostos pela EMPECO, trabalhando em prol do aumento da qualidade do serviço que prestam.

Um novo ciclo estratégico se avista e com ele o redobrar de expectativas recaem sobre esta área, cuja prioridade se centrará na promoção do Modelo de Intervenção em Dissuasão e no incremento da qualidade das intervenções neste domínio.

ÁREA DA FORMAÇÃO**Objetivo Operacional 20.****Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD 2016**

Considerando as atribuições do SICAD, em matéria de formação nomeadamente em matéria de comportamentos aditivos e dependências, e de habilitar os SH, a EMPECO através do plano de Formação em CAD pretendeu criar uma idoneidade formativa através da disponibilização de um conjunto de recursos formativos a todos os profissionais ligados à área dos comportamentos aditivos e dependências com o objetivo de disseminar o conhecimento em CAD e melhorar as práticas interventivas.

Sendo o Plano de Formação em CAD orientado para os SH externos participaram na formação 59 formandos internos ao SICAD no total de 41 técnicos das CDT e 18 técnicos dos serviços centrais com formação de base diversificada.

Em 2017 requerer-se-á a continuidade da idoneidade formativa global para a área dos CAD, com integração efetiva de todos os profissionais que manifestem interesse, salientando que o percurso formativo deve continuar com objetivos da especialização na área, adequação das intervenções pelos diferentes profissionais, no sentido de convergir para uma prestação profissional de qualidade dentro dos CAD. O desenvolvimento de competências e capacidades para o exercício profissional numa área específica, é essencial para garantir a qualidade dos projetos ou das intervenções profissionais para além de que as sistemáticas mudanças e atualizações nas diferentes matrizes da sociedade, familiar, laboral, escolar e outros, façam exigir cada vez mais qualificações por parte dos profissionais.

A atividade formativa do SICAD em CAD abrange uma diversidade temática dando resposta quer às problemáticas identificadas através da elaboração do diagnóstico de necessidades como também às necessidades referenciadas pelos formandos no instrumento de avaliação pós-formação. Outra componente da atividade formativa é o desenvolvimento da “formação à medida”, desenvolvida através da interpelação dos agentes educacionais, laborais e instituição militar através da dinamização do Dia da Defesa Nacional, com objetivos específicos tendo em vista a mobilização de diferentes sistemas sociais em que os SH são parte ativa do processo.

Em 2016 das 12 ações de formação previstas em Plano de Atividades, foi cancelado um curso por não se ter reunido o número suficiente de formandos, o que foi contrabalançado com um curso extraplano de atividades realizado por solicitação dos profissionais das CDT.

Quanto à formação ministrada por formadores internos, os cursos incidiram sobre diferentes áreas, a saber:

- “Intervenções Preventivas em CAD”
- “Modelos de Tratamento”
- “Gestão de Projetos na área dos CAD - PORI”,
- “Abordagem a pessoas com consumos de Novas Substâncias Psicoativas”,
- “Intervenção em Reinserção Social”
- “Abordagem aos Problemas Ligados ao Álcool”,
- “Âmbito da Intervenção em Contexto Laboral e CAD”,
- “Descriminalização e Dependências”

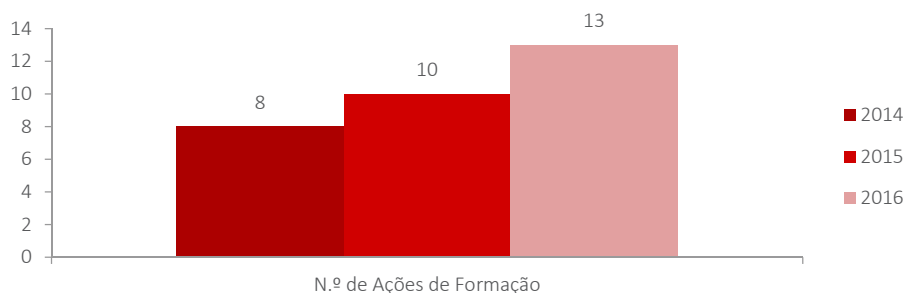
Quanto à formação ministrada por formadores externos, os cursos incidiram sobre as seguintes áreas:

- “Treino de Aptidões Sociais”
- “Contexto Familiar e abordagens a mulheres grávidas e puérperas com CAD”
- “Intervenção com crianças e jovens em risco inseridos em famílias com CAD”

Os cursos tiveram foco em áreas estratégicas à intervenção profissional, partilha de experiências profissionais, o que representou uma mais-valia para o serviço onde se privilegiou e reforçou o espírito de equipa entre os formadores e profissionais assim como a colaboração interna entre diferentes direções e unidades do SICAD.

Esta metodologia foi facilitadora e motivadora no empenho de objetivos comuns – articulação e disseminação de conhecimento.

A EMPECO foi ampliando a oferta formativa desde 2014 a 2016, conforme o gráfico abaixo demonstra, dando significado da disponibilidade e empenho do SICAD em criar *settings* de transmissão de conhecimento e alargar a sua área de atuação na formação.



Fonte: Relatórios de Atividades de 2014, 2015 e 2016

Gráfico 35 - Distribuição e evolução do N.º Total de Ações de Formação do Plano de Formação em CAD, executadas no triénio 2014-2016

Saliente-se a organização de estágios académicos no SICAD, encaminhamento de pedidos de estágios académicos de intervenção para as ARS, pareceres técnico-pedagógicos, colaboração com a DMI (ex: elaboração de linhas orientadoras da intervenção em Meio Laboral) e a DPI (linhas orientadoras do Projeto Eu e os Outros) e atividades não inscritas em Plano de Atividades mas que relevam para este relatório devido às suas especificidades e abrangência como seja a colaboração com a ACSS, IP na elaboração de referenciais de formação em matéria de CAD.

1. Formação Realizada

Referência do Plano de Atividades	N.º Total de Horas de Formação realizada	Formandos			Volume Global de Horas Realizadas		
		N.º Total de Formandos Internos	N.º Total de Formandos Externos	N.º Total de Formandos	Volume de Horas dos Internos	Volume de Horas dos Externos	Volume Global de Horas de Formação
120.2.4 - Plano de Formação	143:30:00	59	155	214	668:30:00	1693:00:00	2361:30:00
120.4.2 - Estágios	1456:00:00	0	4	4	0:00:00	1456:00:00	1456:00:00
Outra atividade formativa	13:30:00	1	18	19	5:30:00	193:00:00	198:30:00
Total Global 2016	1613:00:00	60	177	237	674:00:00	3342:00:00	4016:00:00

Quadro 20 - Distribuição Geral das Atividades Desenvolvidas na área da Formação no ano 2016

O volume de formação global desenvolvido pela EMPECO/Formação foi de 4016:00:00 horas, os formandos internos totalizaram 674:00:00 horas e os formandos externos o total de 3342:00:00. As formações realizaram-se em horário laboral e em regime presencial. O grau de execução do plano de Formação e dos indicadores da estratégia QUAR foi alcançado conforme planeado.

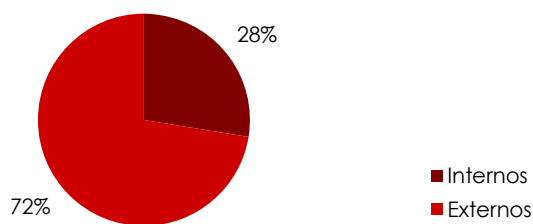


Gráfico 36 - Distribuição do N.º total de Formandos (N=214)

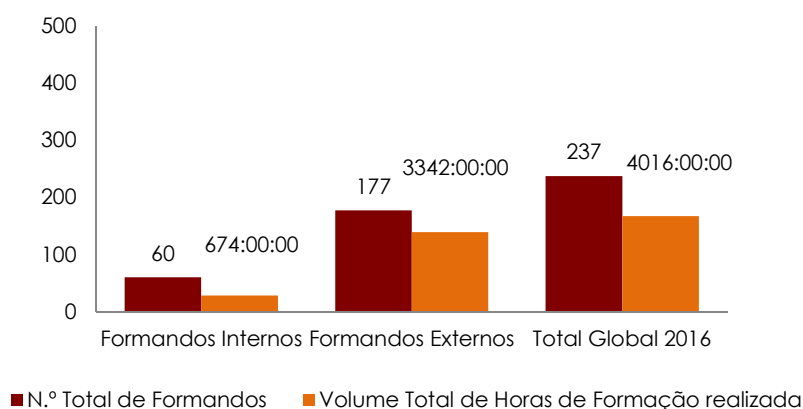


Gráfico 37 - Distribuição do N.º Total de Formandos, por Tipo e Volume de Horas de formação realizadas (N=237)

O gráfico relaciona o número de formandos internos com número de volume de formação realizada assim como formandos externos e respetivo volume de formação. Díspar do ano transato a maioria dos formandos foi de entidades externas ao SICAD, ONG/IPSS enquanto em 2015 a maioria dos formandos pertenciam às ARS. Os formandos internos são na maioria provindos das CDT.

N.º Total de Formandos (2015)	Internos			Externos							TOTAL GLOBAL
	CDT	SICAD	TOTAL	MS/ARS	ONG/IPSS	CM	ES/AE	RA	P	TOTAL	
	41	18	59	46	64	9	9	11	16	155	214

Legenda:
 MS/ARS - Ministério da Saúde/Administrações Regionais de Saúde CM - Câmara Municipal P - Privados
 ONG/IPSS - Associações ou Instituições Particulares de Solidariedade social ES/AE - Ensino Superior/Agrupamento de Escolas
 RA - Regiões Autónomas P - Privados

Quadro 21 - Distribuição de Formandos por Entidade

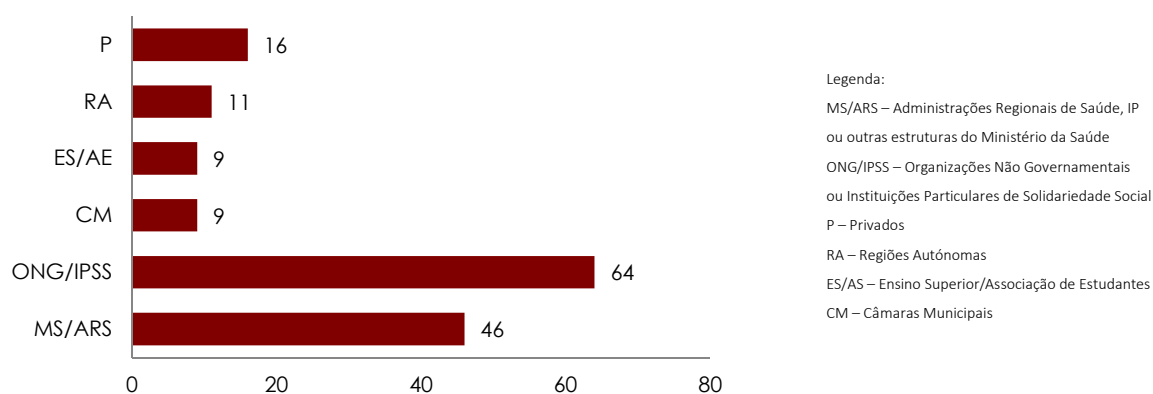


Gráfico 38 - Distribuição do N.º Total de Formandos Externos, por Entidade de Origem (N=214)

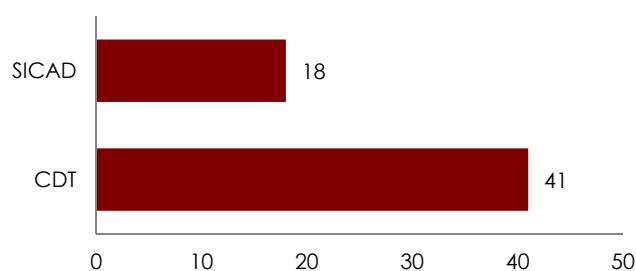


Gráfico 39 - Distribuição do N.º Total de Formandos Internos, por Serviço de Origem (N=59)

A diversidade de instituições representadas pode significar o contínuo interesse e necessidade de aprendizagem na área do CAD para uma intervenção com qualidade.

Os formandos dos cursos de formação na generalidade e independentemente de serem internos ou externos são na maioria do género feminino como se pode verificar no quadro e gráfico seguintes.

Género	N.º
Feminino	180
Masculino	34
TOTAL GLOBAL	214

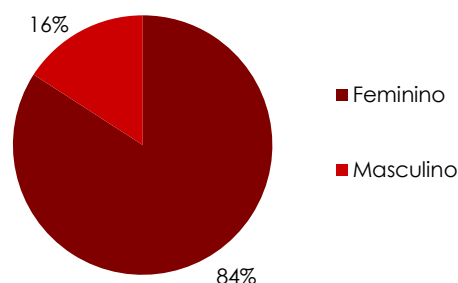


Gráfico 40 - Distribuição do N.º total de Formandos, por Género (N=214)

Sendo estes cursos na área do CAD justificou-se a participação de formadores internos do SICAD cujos técnicos tem habilitações e experiência para ministrar dentro de suas áreas de intervenção e cujas avaliações tem sido sempre positivas aliás como acontece com os formadores externos, análise resultante das avaliações dos questionários de pós-formação.

Formadores	Formadores Internos	Formadores Externos	TOTAL GLOBAL
N.º de Formadores	13	9	22
Horas ministradas	73:30:00	70:00:00	143:30:00

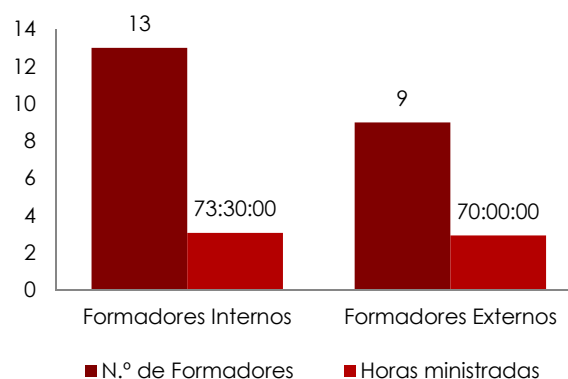


Gráfico 41 - Distribuição do N.º de Formadores, por Tipo e N.º de Horas ministradas (N=22)

Como se pode verificar das 144:00:00 horas globais ministradas 90:00:00 horas de formação foram realizadas por formadores externos tal deveu-se a cursos com mais do que uma ação e a temáticas específicas as quais foram ministradas por formadores especialistas.

Salienta-se a formação extra Plano de Formação em CAD, sobre “Adições Comportamentais, módulo- Perturbação do Jogo” realizada em Contexto de trabalho, com 198:30:00 horas de volume total de formação, caracterizado nos seguintes gráficos

Referência do Plano de Atividades	N.º Total de Horas de Formação realizada	Formandos			Volume Global de Horas Realizadas		
		N.º Total de Formandos Internos	N.º Total de Formandos Externos	N.º Total de Formandos	Volume de Horas dos Internos	Volume de Horas dos Externos	Volume Global de Horas de Formação
Formação “Adições Comportamentais módulo Perturbação do Jogo”	13:30:00	1	18	19	5:30:00	193:00:00	198:30:00

Quadro 22 - Distribuição do N.º Total de Formandos

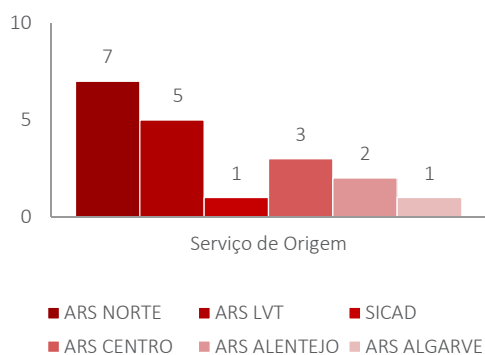


Gráfico 42 - Distribuição do N.º Total de Formandos, por Serviço de Origem (N=19)

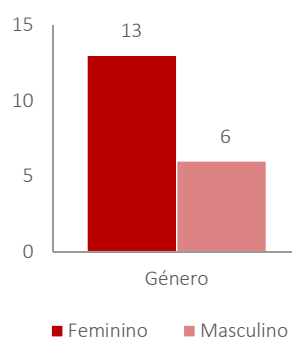


Gráfico 43 - Distribuição do N.º Total de Formandos, por Género (N=19)

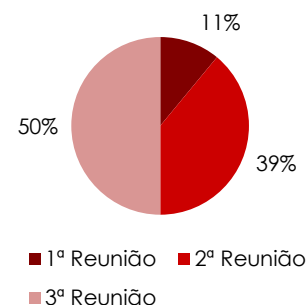


Gráfico 44 - Peso de Presenças por Sessão (%)

A maioria dos formandos pertence à ARS Norte, do género feminino. Relativamente ao peso das presenças nas sessões verifica-se um aumento, não sendo contudo possível avaliar qual a sua natureza.

O jogo patológico tem um impacto significativo na sociedade transportando danos emocionais, financeiros e sociais. A envolvimento dos técnicos na reflexão é sinónimo de preocupação do SICAD em contextualizar a teoria e a prática para uma estratégia de intervenção adequada a diferentes realidades de CAD.



2. Colaborações em projetos internos

A EMPECO respondeu como prática a solicitações de colaboração no projeto Eu & Outros nomeadamente nas “Linhas de Orientação”, com a finalidade de organizar o projeto uma vez que o mesmo tem crescido em intervenção e interventores demonstrando na prática a importância nacional que se afigura como uma boa prática preventiva.

O protocolo com a DGE é a parte documental visível de um trabalho de excelência no terreno.

Em 2016 procedeu-se a submissão da acreditação do SICAD ao Conselho Científico-Pedagógico, da Universidade do Minho, no sentido da continuidade do projeto formativo.

Na sequência da colaboração com a área de intervenção em Meio Laboral, a EMPECO participou na elaboração do “Modelo de Intervenção sobre Comportamentos Aditivos nas Autarquias, Municípios e Serviços Municipalizados”, documento que baliza os procedimentos e conteúdos na área específica das Autarquias, Municípios e Serviços Municipalizados para além de continuar a apoiar as formações desenvolvidas pelo grupo de trabalho nesta área e simultaneamente desenvolver cursos nesta temática.

A EMPECO deu continuidade à articulação com a ACSS, IP através dos referenciais de formação essenciais à atividade formativa em CAD e contribuir para a disseminação de conhecimentos para uma adequada intervenção profissional, sendo no entanto adaptável às entidades candidatas.

3. Estágios

O SICAD dando continuidade à sua missão de disseminar conhecimentos, também o faz através de estágios nos Serviços Centrais e nas CDT a nível nacional. A especificidade e tipologia dos estágios variam consoante os pedidos das universidades com as quais o SICAD vai estabelecendo protocolos, uns respeitantes aos anos letivos em causa e outros de continuidade.

Os estágios académicos obrigatórios exigem um programa que deve ser cumprido com uma carga horária específica, de acordo com o projeto pedagógico do curso, com acompanhamento e supervisão do professor orientador quando o estágio for interno, e/ou de um profissional da mesma área de formação quando for externo, o que no SICAD acontece sempre. As atividades são registadas em folha de presença que serve para monitorizar os estágios e colher elementos para análise e reflexão da atividade formativa em estágio por parte do SICAD.

Por vezes o SICAD é interpelado para outro tipo de estágios, não obrigatórios ou extracurriculares, em que não é exigida uma carga horária formal mas estabelecido entre o SICAD o local e a Formação, assim como negociado para o estabelecimento de um programa a cumprir.

Ao SICAD tem vindo a ser solicitado de forma crescente mais estágios pós-doutorais, estágios para elaboração de mestrados, nomeadamente oriundos do Brasil onde impera um trabalho estruturado em conhecimentos sólidos por parte da instituição. Assim, pedidos de estágios que propiciem a Especialização, Capacitação, Atualização e posterior Disseminação da informação recebida por parte do estagiário têm-se intensificado, designadamente em áreas como Serviço Social, Direito, Psicologia e Medicina. A avaliação destes estágios é muito positiva quer por análise de pós-estágio quer, justamente, pelo aumento de pedidos e do número de estagiários desde 2014.

O acolhimento de estágios profissionais constitui uma mais-valia para qualquer serviço. No entanto, e face à atual conjuntura, o SICAD não teve condições para aceitar pedidos desta natureza por não estar em condições de assumir os encargos inerentes, designadamente de natureza financeira.



A EMPECO articulou sempre que solicitada com todas as direções e unidades do SICAD, em matérias de (in)formação nacional e ou internacional, mormente com a assessoria do SICAD desde o planeamento à concepção da programação negociada com os interessados e com as instituições envolvidas nos projetos, elaboração e execução de documentação e organização dos *settings* formativos. Exemplo da comitiva egípcia composta por profissionais de saúde no âmbito da Rede MedNet do

Grupo Pompidou do Conselho da Europa – Grupo de Cooperação em Matéria de Luta Contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Estupefacientes o qual requereu colaboração ao SICAD para a criação de um projeto formativo para Técnicos Psicossociais Certificados do Egito, no qual o SICAD envolveu a Escola Psicossocial de Lisboa no sentido de transmitir a experiência portuguesa em matéria de formação assim como na operacionalização das competências destes profissionais.

Avaliação qualitativa global da Unidade Orgânica

A avaliação da formação pretende ser instrumento de reconhecido valor na avaliação *per se* como no planeamento e na gestão do processo formativo.

Em relação aos cursos de formação, existe um processo de candidatura através de uma ficha de pré-inscrição, seleção de candidatos e questionário de avaliação no final de cada sessão tendo uma parte de questões fechadas respeitantes à opinião geral, equipa de formadores e organização da formação.

A avaliação da atividade formativa é feita no final de cada sessão pelos formadores e formandos e em última instância pela equipa de formação no sentido de se apurar dados para monitorização da atividade formativa do SICAD em CAD. As expectativas dos formandos e dos formadores percecionam-se em escalas que variam de “muito bom”, “bom”, “suficiente”, “fraco” e “muito fraco”. As indicações dadas pelos formandos nas questões abertas são dados imprescindíveis para a análise de conteúdo que sinaliza pontos a melhorar, necessidades sentidas sobre cursos a organizar e outras questões relacionadas com a atividade formativa. Pretende-se igualmente com a avaliação ponderar sobre a implementação de novas abordagens metodológicas de gestão da formação, promotoras de um impacto nos resultados individuais e organizacionais.

A opinião geral apurada em relação aos cursos desenvolvidos durante o ano de 2016, por parte dos formandos foi claramente positiva, atendendo a que as avaliações mais preponderantes foram “correspondeu totalmente” e “correspondeu”.

A atividade de formação promovida pelo SICAD tem-se constituído como uma via privilegiada de comunicação intra e interinstitucional, concorrendo ativamente para a missão, valores e objetivos estratégicos desta Direção-Geral. Elencam-se, em seguida, os pontos fortes e fracos que esta atividade tem comportado, assim como as oportunidades e ameaças ponderadas a este vetor.

Pontos Fortes	Oportunidades
Qualidade técnica e experiência profissional da equipa formadora	Eficácia na disseminação de conhecimento por parte dos profissionais do SICAD
Possibilidade dos técnicos fazerem formação em horário laboral	Reconhecimento da formação como fator motivador e de incentivo junto dos recursos humanos
Abrangência diversificada das temáticas formativas	Contributo ativo para a missão do SICAD
Formadores e formandos internos do SICAD	Colaboração intrainstitucional e interinstitucional
Capacidade e idoneidade formativas	Aquisição diversificada de conhecimentos que se refletem nas práticas profissionais dos técnicos.
Pontos Fracos	Ameaças
Falta de recursos humanos	Sustentabilidade deste vetor de atividade ameaçada
Falta de reestruturação organizacional da área da Formação em CAD no SICAD	Possível inoperabilidade a médio prazo por incapacidade de resposta a múltiplas necessidades
Constrangimento no circuito de comunicação por falta de diretivas formais	Fragilização da colaboração institucional inerente ao desenvolvimento de projetos novos e de continuidade.
Anulação de formações com formadores externos ao SICAD por falta de meios inerentes	Perda de canais de comunicação interinstitucional
Hiato na consolidação de uma equipa técnica de formação em CAD no contexto organizacional do SICAD	Parco reconhecimento enquanto instituição de referência formativa em matéria de CAD

Sendo a atividade formativa transversal a toda a atividade do SICAD com impacto determinante na disseminação de conhecimentos em termos de Comportamentos Aditivos e Dependências, que naturalmente se repercute e é determinante na prestação de cuidados de saúde dos profissionais que procuram formação inicial ou de continuidade, cuja importância não fica confinada à própria instituição implicando outros domínios e outros SH.

No ano em análise a EMPECO teve um aumento de atividade quer formativa quer de outros projetos inerentes à formação no cômputo geral, no entanto com a saída da coordenadora no segundo semestre anual, diariamente as dificuldades de articulação e de manutenção antecipavam-se a decisões formais sobre o modelo para uma reestruturação que até ao presente momento não foi feito, o que se traduziu num esforço suplementar na atividade profissional da técnica que deu continuidade aos projetos inscritos em Plano de Atividades e a atividades desenvolvidas mas não previstas em Plano de Atividades. O enfoque nos objetivos de planeamento, organização e execução levaram a um compromisso efetivo de manter a continuidade da qualidade decorrente desde o início da EMPECO/Formação, compromisso com a instituição em matéria de formação e

desenvolvimento de boas práticas de articulação e negociação que permitiu, com transparência dos processos e responsabilização de todos os intervenientes num projeto formativo de excelência do SICAD, traduzido nas sucessivas candidaturas aos cursos por parte de formandos em número excedente à capacidade de resposta do SICAD.

Aponta-se a necessidade de reorganização por parte da instituição nesta área formativa, de incontestável necessidade justificada por formandos e formadores assim como pela procura crescente de formandos e estagiários, a crescente procura por parte de IPSS e ONG, factos baseados na evidência da monitorização e análise da atividade formativa.

Em conclusão, alguns aspetos identificados neste relatório são parcelas de uma linha de futura atuação global que se propõe para o âmbito da formação em CAD, possivelmente com adaptações devido à extinção da EMPECO (através do DR 2ª série, Nº39 de 23 de fevereiro) e inclusão deste vetor de atividade na DMI, e que se propõe a:

1. alocar recursos humanos para a área no sentido de manter os projetos atuais e desenvolver novos projetos;
2. desenvolver protocolos com outras instituições, nomeadamente universitárias para o desenvolvimento de cursos certificados pelo Ministério da Educação;
3. promover cursos de especialização/ pós-formação na área do CAD;
4. promover o desenvolvimento de fluxos e circuitos centrados nos profissionais do SICAD em parcerias dinamizadas com o sector universitário;
5. formar um corpo de formadores especialistas em diferentes áreas de intervenção;
6. ponderar e fomentar uma política de compensação aos formadores internos ao SICAD;
7. promover uma política formativa interna informal, “clube do saber”, convidando técnicos do SICAD ou do exterior para apresentação de trabalhos, discussão e reflexão de temáticas específicas em CAD.

Avaliação quantitativa global da Unidade Orgânica

O gráfico seguinte demonstra a taxa de execução das metas definidas para a EMPECO em 2016, denunciando um desempenho bastante positivo.

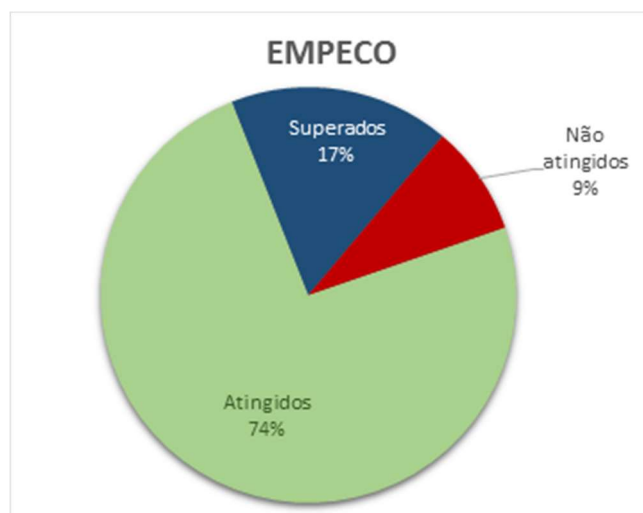


Gráfico 45 - Taxa de execução das metas definidas para a EMPECO em 2016

Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e de Coordenação Operacional (EMPECO)

Objetivos Operacionais (OOp) (inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp19. Coordenar e monitorizar a implementação do Plano Estratégico 2013-2016	I19.1.4. Aplicação dos instrumentos de recolha de informação relativos à monitorização da execução do Plano Estratégico 2013-2016 (n.º de vezes no ano)	Realização	3 (2013) 2 (2014)	3	1	5	5	125%	Superou	Dados finais de 2015	Atividades organizadas pelos elementos constituintes da EMPECCO até Agosto de 2016.	EMPECO	-
	I19.1.5. Atualização dos dados de monitorização da execução do Plano Estratégico 2013-2016, disponíveis na <i>Intranet</i> (n.º de vezes no ano)	Realização	2 (2013) 2 (2014)	3	1	5	3	100%	Atingiu			EMPECO	-
	I19.1.6. Elaboração do Relatório de Monitorização 2015 e avaliação preliminar do Plano Estratégico 2013-2016 (em meses)	Resultado	5 (2014) 6 (2015)	9	1	7	8	100%	Atingiu	Informação n.º 16/EMPECO de 25 de agosto		EMPECO	-
	I19.1.7. Divulgação do Relatório junto de todos os <i>stakeholders</i> (em meses)	Realização	6 (2014) 6 (2015)	10	1	8		0%	Não atingido			EMPECO	-
	I19.2.1. Elaboração dos relatórios semestral e anual da monitorização do QUAR	Realização	2 (2013) 2 (2014) 2 (2015)	2	0	2	2	100%	Atingiu	QUAR 2015 enviado à DGS via e-mail a 15 de abril. Análise semestral 2016 - e-mail enviado à Direção a 22 de julho		EMPECO	-
	I19.2.2. Elaboração do Relatório de Atividades 2015 (em meses)	Resultado	4 (2013) 4 (2014) 4 (2015)	4	1	2	4	100%	Atingiu	Relatório enviado à DGS a 15 de abril.		EMPECO	DGS
	I19.2.3. Elaboração do Plano de Atividades 2017 (em meses)	Resultado	12 (2013) 3 (2014) 3 (2015)	11	1	9	-	0%	Não atingido		Verificaram-se alterações substanciais na composição da EMPECCO com a saída de elementos. O SICAD aguardou igualmente orientações da tutela, o que se veio a verificar apenas no início de 2017 (Ofício nº 345/2017).	EMPECO	DGS

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp19. Coordenar e monitorizar a implementação do Plano Estratégico 2013-2016	I19.2.4 Aplicação dos instrumentos de recolha de informação relativos à monitorização da execução do Plano de Atividades 2016 (n.º de vezes no ano)	Realização	8 (2013) 7 (2014) 7 (2015)	7	1	9	8	100%	Atingiu			EMPECO	-
	I19.2.5. Atualização dos dados de monitorização da execução do Plano de Atividades 2016, disponíveis na <i>Intranet</i> (n.º de vezes no ano)	Realização	3 (2013) 7 (2014) 7 (2015)	7	1	9	4	67%	Não atingido		Verificaram-se alterações substanciais na composição da EMPECCO com a saída de elementos, requerendo reorganização e priorização de tarefas.	EMPECO	-
	I19.3.3. Avaliação do grau de satisfação dos profissionais relativamente ao desenvolvimento das atribuições do SICAD (n.º de avaliações desenvolvidas)	Resultado	1 (2013) 1 (2014) 1 (2015)	1	0	1	1	100%	Atingiu	Apresentação dos resultados junto dos colaboradores: - do SICAD a 11 de fevereiro; - das CDT a 17 de março.		EMPECO	-
	I19.3.4. Planeamento e desenvolvimento da Análise de <i>Stakeholders</i> a integrar o Diagnóstico Estratégico do novo Plano Estratégico (em meses)	Realização	-	11	1	9	12	100%	Atingiu	Documento preparado pela DPI de Proposta Preliminar de Plano Estratégico 2017-2020 (email de 20.12.2016)		EMPECO	Stakeholders
OOp20. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD	I20.2.2 Emissão de pareceres técnico-pedagógicos sobre pareceres solicitados em matéria de CAD	Realização	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	100%	100%	Atingiu	Emails de 12 e 21 de janeiro 16. Parecer nº 3 ,5,6 mails de 11 de julho, 10 de outubro,15 novembro2016, dossier plano de atividades EMPECO. Vários emails preparados pela DPI		EMPECO	-

Objetivos Operacionais (OOp) (inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realizaçã o	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)	
OOp20. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD	I20.2.4. Dinamização de ações de formação para os stakeholders externos (nº) Quar 2016	Impacto	7 (2014) 7 (2015)	12	4	17	13	100%	Atingiu	DossierTecnicoPedagogico "Curso Contexto Familiar dia 18/01/2016;"DossierTecnico Pedagógico Curso Reinserção Social" dia 21/01/2016; inf nº3 de 16/02/16 Pagamento formadores Cursos " Abordagem a mulheres grávidas e puérperas com CAD 16 março de 2016 e 13 de abril de 2016 ", Formação Abordagem a crianças e jovens em risco inseridos em famílias com CAD" dia11/3/2016 ; Curso Modelos de Tratamento.11,12,de maio, inf nº 07/2016; IPIntervenções Preventivas 24,25 maio DTP;Treino de aptidões Socias 5,7 de julho,DTP;curso SGIP 13-16 set.DTP.Gestão de projetos24,25 de nov,DTP.Formação em Meio laboral19 dez.DTP.Instrumentos de Rastreio 21 dez,DTP.			EMPECO	-
	I20.2.7. Plano de Formação 2017/2018 (nº de documentos)	Resu ltad	1 (2015)	1	0	2	-	100%	Atingiu	Plano de formação aprovado e divulgado site do SICAD		EMP ECO	-	
	I20.3.2.Planificação e realização de sessões formativas dirigidas a profissionais de saúde e segurança do trabalho e a outros agentes do meio laboral relativamente aos CAD	Realização	1 (2013) 14 (2014) 4 (2015)	4	1	6	6	125%	Superou	CM Coimbra 21 junho SMAS Almada 27 juninho CM Coimbra 10 outubro CM Seixal 30/11/2016 CM Seixal 16 Dezembro Formação meio Laboral/ SICAD 20 dezembro		DP/DMI	-	
	I20.3.3. Consultoria para ações de formação no âmbito dos CAD organizadas por entidades empregadoras (Nºpedidos respondidos/Nºtotal de pedidos)	Realização	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	90%	5%	100%	100%	125%	Superou	Lidl SA 5 de Agosto Empresa SUMA/PREVMED 2 de dezembro Empresa PERENE LDA 15 Dezembro		DP/DMI	-	
OOp20. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD	I20.3.4. Validação de ações de formação no âmbito dos CAD organizadas por entidades empregadoras (N.º pedidos respondidos/N.º total de pedidos)	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 0% (2015)	90%	5%	100%	100%	100%	Atingiu	Secretaria dos Assuntos Sociais Re. Autonomia da Madeira 27 de Julho		DP/DMI	-	

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
	I20.3.6. Realização de sessões formativas a profissionais de entidades parceiras no âmbito do Programa Eu e os Outros (nº ações)	Realização	10 (2014) 12 (2015)	5	3	9	12	144%	Superou			DPIC/EMPEC O	-
	I20.4.2 Número de estágios acolhidos sobre o número de estágios solicitados	Impacto	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	100%	100%	Atingiu	propostas autorizadas pela direção em dossier de estágios		EMPECO	-
OOp21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT	I21.2.3. Monitorização e avaliação da implementação das LOID (nº de relatórios disseminados)	Realização	-	1	0	2	1	100%	Atingiu	Relatório Monitorização de Indicadores Semestrais LOID 2016		EMPECO	-
	I21.2.4. Orientar e supervisionar a intervenção em dissuasão com vista à harmonização das práticas (nº de reuniões de acompanhamento às CDT)	Realização	4 (2015)	4	1	6	19	100%	Atingiu	26 janeiro; 3 Fevereiro; 22 abril; 10 e 19 Maio; 14,15,28 junho; 4,12,19, 20, 21 Julho; 4 Agosto; 22 Set; 7, 10, 19, 21 out;		EMPCO	-
	I21.2.5. Monitorização e avaliação da implementação do Modelo de Intervenção em Dissuasão (em meses) QUAR	Impacto	-	6	1	4	5	100%	Atingiu	Relatório de Monitorização das LOID 2015 Informação nº6/2016 à Direção e e-mail enviados às CDT a 4/5/2016		EMPECO	
	I21.3.2. Grau de implementação das orientações e procedimentos disseminados junto das CDT (%)	Impacto	75% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	90%	5%	100%	100%	100%	Atingiu	Relatório de Monitorização da Atividade Processual das CDT Ponto Situação Outubro 2016; Relatório Semestral de Monitorização das LOID ; SGIP		EMPECO	-
	I21.3.3. Resposta aos pedidos de apoio e clarificação por parte das CDT (%)	Resultado	80% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	100%	100%	Atingiu	Atendimento telefónico, resposta a solicitações e orientações via mail		EMPECO	-

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
	I21.3.4. Manutenção do Sistema de Monitorização Semestral do funcionamento e actividade das CDT (relatórios de monitorização divulgados)	Realização	1 (2013) 1 (2014) 1 (2015)	1	0	2	1	100%	Atingiu	Relatório de Monitorização da Atividade Processual das CDT 1º Semestre 2016 e Ponto Situação a Outubro 2016 (Inf. N.º 24/2016/EMPECO/DISSUAÇÃO, 20/12/2016)		EMPECO	-
	I21.3.5. Apoiar o planeamento e desempenho das actividades das CDT, tendo em vista a melhoria das intervenções a a harmonização de procedimentos (nº de reuniões gerais com as CDT)	Realização	2 (2014) 1 (2015)	1	0	2	2	100%	Atingiu	Encontro Descriminalização 15 anos depois (8 e 9 Novembro 2016)		EMPECO	-
	I21.3.6. Elaboração de materiais informativos (nº de produtos)	Realização	2 (2015)	1	0	2	1	100%	Atingiu	Informação nº 14/2016 à Direção e Mail proposta (sex 05/08/2016); Mail inviabilização de produção (sex 05/08/2016)		EMPECO	-
	I21.4.1. Monitorização de um conjunto de indicadores chave do SIGP (relatórios disseminados)	Realização	-	2	1	4	1	100%	Atingiu	Indicadores Disseminados no Encontro da Descriminalização;		EMPECO	-
	I21.4.2. Apoiar a utilização da nova base de dados (nº de reuniões realizadas com este propósito)	Realização	22 (2014) 14 (2015)	10	5	16	19	138%	Superou	26 janeiro; 3 Fevereiro; 22 abril; 10 e 19 Maio; 14,15,28 junho; 4,12,19, 20, 21 Julho; 4 Agosto; 22 Set; 7, 10, 19, 21 out;	O ano 2016 foi marcante relativamente à implementação do SIGP, implicando o reajustamento de procedimentos nas CDT, mas também a correção e alteração de algumas funcionalidades da base de dados. Deste modo, foi imprescindível a estreita articulação com a EMSI e com a empresa informática que elaborou este sistema de informação, justificando a realização de várias reuniões de trabalho.	EMPECO	-
OOp21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT	I21.4.3. Eliminar os processos de contraordenação, ao abrigo da Lei; (processos eliminados/processos em condições de serem eliminados)	Resultado	100% (2013) 100% (2014) XXX (2015)	100%	0	100%	100%	100%	Atingiu	SGIP		EMPECO	-

Objetivos Operacionais (OOp) (Inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
	I21.4.4. Harmonização de procedimentos na utilização e manutenção da base dados SGIP; (meses)	Resultado	-	6	1	4	6, 10, 12	100%	Atingiu	Indicadores de registo verificados in Relatório de Monitorização Semestral e Ponto de Situação Outubro 2016; Procedimentos de harmonização efetuados via mail com algumas CDT (validação de dados)		EMPECO	-
	I21.4.5. Apoio e uniformização de conceitos na utilização do SGIP; (nº de orientações disseminadas)	Resultado	-	5	1	7	4	200%	Atingiu	mail CDT (01/08/2016); SGIP - 2. Orientações sobre o registo de Decisões de Cúmulo Jurídico (05/12/2016 17:57); SGIP - 3. Orientações sobre preenchimento das decisões de Suspensão da Execução da Sanção (ter 27/12/2016 17:08); SGIP - 4. Orientações sobre a inserção de processos 2016 (qua 28/12/2016 17:14)		EMPECO	-
	I21.5.1. Estabelecimento de protocolos e acordos que contribuam para a agilização e melhoria da qualidade das intervenções em Dissuasão; (nº de protoc. ou ac. celebrados)	Impacto	3 (2013) 145 (2014) 68 (2015)	2	1	4	2	100%	Atingiu	Base de dados Protocolos		EMPECO/CDT	-
	I21.5.2. Indiciados não toxicodependentes (nº processos)	Resultado	5785 (2013) 5417 (2014) 7254 (2015)	5000	500	5501	6.867	194%	Superou	SGIP	Este objetivo foi claramente superado, significando um aumento em cerca de 37% do número de indiciados não toxicodependentes estabelecido como meta para este ano. Os resultados alcançados espelham o reforço das parcerias e o alinhamento estratégico com as forças de segurança.	EMPECO/CDT	-
	I21.5.3. Indiciados não toxicodependentes encaminhados para respostas no âmbito da implementação do Modelo (%)	Resultado	38,5% (2013) 62% (2014) 52,6% (2015)	40%	5%	50%		100%	Atingiu	SGIP		EMPECO/CDT	-

4.6. Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI)

4.6.1. Atribuições da EMSI

À Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação incumbe o exercício das competências definidas no Despacho n. 328/2014 de 8 de janeiro, designadamente:

- a) O desenvolvimento das ações necessárias à implementação do Sistema de Gestão de Informação Processual (SGIP);
- b) A identificação e definição das necessidades de manutenção corretiva e evolutiva do Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM), do Sistema Integrado de Programas de Apoio Financeiro em Saúde (SIPAFS) e do Sistema de Gestão de Informação Processual (SGIP);
- c) A gestão e funcionamento do serviço de *Helpdesk*;
- d) A elaboração e disponibilização de relatórios semestrais ou anuais de acordo com as necessidades do Serviço;
- e) A gestão e a manutenção do parque informático e do *Data-Center* afeto à atividade do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD);
- f) A colaboração na elaboração dos planos e relatórios de atividades, coligindo e sistematizando os elementos relativos à respetiva atividade;
- g) O exercício das demais ações que lhe sejam atribuídas

4.6.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas

Objetivo Operacional 18. Planear e gerir os recursos informáticos

118.1. Administrar e manter os sistemas de informação de utilização interna, as aplicações documentais, recursos humanos, financeira e outras.

Na área de Sistemas e Infraestrutura informáticas, a EMSI efetuou um esforço no sentido de se não verificar indisponibilidade parcial e/ou global dos diversos sistemas por motivo de avaria ou manutenção, tendo-se efetuado todos os trabalhos possíveis em horário pós-laboral ou em fins-de-semana.

Para além das atividades previstas, foram efetuadas ações com o intuito de minorar os riscos relacionadas com novas ameaças informáticas, no âmbito das solicitações de adaptação por parte da SPMS, E.P.E – “SEGURANÇA E PROTEÇÃO INFORMATICA | SPMS”, não tendo ainda sido possível concretizar as tarefas que envolvem investimento, por falta de autorização de adjudicação.

Não foram também concretizados os indicadores de redundância de alguns sistemas, como seja o VoIP e *Backups*, quer por inexistência de verbas, quer pelo surgimento de novas atividades relacionadas com a mudança de instalações ocorrida em Julho de 2016.

Salienta-se ainda que por motivo de reestruturação interna do SICAD não foi possível concretizar a implementação do Sistema de Informação de apoio à gestão estratégica (*Balance Scorecard*)

Relativamente aos Sistemas de Informação:

1. Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM): a EMSI efetuou adaptações e correções solicitadas para a melhoria do Sistema, não tendo sido possível adaptar o mesmo para a Rede de Referência existente no Ministério da Saúde por ainda não se ter verificado a adequação dos Sistemas geridos pela SPMS, E.P.E.
2. Sistema de Gestão de Informação Processual (SGIP): a EMSI efetuou as alterações solicitadas por parte dos utilizadores que não estavam inicialmente contratualizadas e as correções necessárias.

I18.2. Implementação de um serviço de extração e disponibilização de dados do Sistema de Informação Multidisciplinar

Colocado em produção no final do ano de 2016, o Sistema de Informação Multidisciplinar – *Business Analytics* (SIM-BA), verificou-se que para além dos relatórios e *dashboards* inicialmente previstos foi possível desenvolver novos relatórios de informação agregada de acordo com as solicitações efetuadas.

I18.3. Manutenção evolutiva do parque informático

A EMSI apresentou ainda em 2015 à SPMS, E.P.E o levantamento das necessidades, através da agregação de Equipamento informático, para o ano de 2016 cujo procedimento não ficou concluído durante esse ano tendo transitado para 2017.

A não concretização deste indicador influenciou diretamente o incumprimento de um outro: “**I18.1.7. Instalação do Windows 8.1/10 e Office 2010/2013 nos computadores das CDTs (% de computadores)**”, uma vez que tendo o SICAD unidades dispersas pelo território nacional (CDTs,) a capacidade de atualização das aplicações residuais nas máquinas com o menor tempo de indisponibilidade das mesmas para os Utilizadores se torna impraticável.

Avaliação qualitativa global da Unidade Orgânica

O gráfico seguinte demonstra a taxa de execução das metas definidas para esta UO.



Gráfico 46 - Taxa de execução das metas definidas para a EMSI em 2016

Tendo apresentado um desempenho globalmente adequado durante o ano de 2016, modulado por constrangimentos financeiros e outros inerentes às orientações de entidades externas ao SICAD (ex: tutela, SPMS, E.P.E.), a EMSI continuará a adaptar a sua atuação à emergência de ameaças e/ou fatores de risco para as áreas aplicacional e de sistemas, infraestrutura tecnológica e de comunicações, tomando sempre em linha de conta as restrições orçamentais e as dificuldades processuais externas à prossecução da sua atividade.

Equipa Multidisciplinar de Sistemas de Informação (EMSI)

Objetivos Operacionais (OOp) (inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp18. Planear e gerir os recursos informáticos	I18.1. Administrar e manter os sistemas de informação de utilização interna, as aplicações documentais, recursos humanos, financeira e outras, com um downtime inferior a 48 horas (horas)	Realização	48 (2013) 9 (2014) 12 (2015)	48	17	25	4	148%	Superou	Mensagens de correio eletrónico com a informação das intervenções	As operações que originaram downtime dos serviços foram realizadas em horário pós laboral e fim de semana (migração do FileServer, migração/criação de máquinas virtuais, atualização de máquinas em produção)	EMSI	-
	I18.1.1. Criação de uma de uma solução de virtualização de servidores em alta disponibilidade (em meses)	Realização	-	10	1	8	1	100%	Atingiu			EMSI	-
	I18.1.3. Instalação do 2º Nó do CallManager e do Cubo nas instalações dos SPMS no Norte (em meses)	Realização	-	11	1	9	-	0%	Não atingiu		Não foi realizado uma vez que não se verificou a adjudicação do Indicador I18.1.12	EMSI	-
	I18.1.4. Implementação de uma solução de backups para tapes para aumentar o tempo de retenção da informação (em meses)	Realização	-	11	1	9	-	0%	Não atingiu		Por motivo do aparecimento de novas tarefas (mudança de instalações) e conclusão de outras tarefas precedentes para a concretização deste objetivo, não houve oportunidade temporal para a execução do mesmo sendo transferido para 2017	EMSI	-
	I18.1.5. Migração da Active Directory para 2012 (em meses)	Realização	-	6	1	3	5	150%	Superou		Dada a relevância e mais valia da atividade em questão, para a informática, foram reunidas as condições antes da data prevista para a execução da mesma.	EMSI	-
	I18.1.12. Upgrade da solução de VOIP (em meses)	Realização	-	11	1	9	-	0%	Não atingiu	Documentos a solicitar a descativação da verba da DGR e Direção para Tutela	Não foi adjudicado por falta de verba no ano de 2016	EMSI	-

Objetivos Operacionais (OOp) (inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (OA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
	I18.1.10. Instalação do windows 8.1/10 e office 2010/2013 nos computadores das CDTs (% de computadores)	Realização	-	50%	5%	56%	18%	40%	Não atingiu	Mensagem dos SPMS a anular o procedimento	Apesar de ter sido feito a agregação de aquisição de máquinas em 2015 para 2016 os SPMS não concluíram o procedimento durante o ano de 2016	EMSI	-
OOp18. Planejar e gerir os recursos informáticos	I18.1.11. Implementação das alterações necessárias no SIM com o objetivo da criação da rede referencição (em meses)	Realização	-	11	1	9	-	0%	Não atingiu		Para a implementação destas alterações era necessário os SPMS procederem á alteração do Sclínico (Software utilizado nos CSP)	EMSI	
	I18.1.9. Manutenção e adaptação do Sistema de Informação Multidisciplinar (Nº de entradas em produção com alterações) QUAR	Realização	3 (2015)	2	1	4	4	125%	Superou	Service Center da Plataforma OutSystems	Durante o ano de 2016, após a solicitação dos Utilizadores, foi necessário efetuar adaptações e correções do SIM com o intuito de melhorar o Sistema de modo a responder às necessidades dos mesmos.	EMSI	-
	I18.2.2. Implementação e manutenção do SIM-BA (Sistema de Informação Multidisciplinar - Business Analytics) (relatórios novos criados) QUAR	Realização	-	3	1	5	6	125%	Superou	Plataforma do MicroStrategy	Com a evolução do Sistema foi solicitado pelos Utilizadores a criação de mais relatórios com informação agregada.	EMSI	
	I18.3. Manutenção evolutiva do parque informático (Nº Computadores substituídos)	Realização	8 (2013) 10 (2014) 7 (2015)	20	5	26	-	0%	Não atingiu	Mensagem dos SPMS a anular o procedimento	Apesar de ter sido feito a agregação de aquisição de máquinas em 2015 para 2016 os SPMS não concluíram o procedimento durante o ano de 2016	EMSI	-
	I18.1.13. Manutenção e adaptação do Sistema de Informação de Gestão Processual (Nº de entradas em produção com alterações)	Realização	-	1	0	2	4	175%	Superou	Service Center da Plataforma OutSystems	O Sistema entrou em produção em 2015, durante o ano de 2016 foram detetadas novas necessidades por parte dos Utilizadores as quais não estavam inicialmente previstas no Caderno de Encargos, tendo sido posteriormente desenvolvidas.	EMSI	

Objetivos Operacionais (OOp) (inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (OA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
	I18.4. Implementação de um Sistema de Informação de Apoio a Gestão Estratégica (Balanced Scorecard)	Realização	-	1	0	1	-	0%	Não atingiu		Com a reestruturação das atribuições da EMPECO não foi possível concretizar este objetivo	EMSI	
Oop11P. Disponibilizar através do Portal da Transparência do SNS, indicadores de desempenho ou de resultado no âmbito da saúde do cidadão	I11.1.P- N.º de novos indicadores QUAR	Resultado	-	2	1	4	-	125%	Superou	Informações nº 11 e 12 de 2016 da EMSI/DIT/DPI	De acordo com as solicitações de Entidades/Stakeholders de informação mais específica em determinados domínios requereu um esforço para a seleção e inclusão de mais 2 indicadores do que o inicialmente previstos, designadamente os indicadores que traduzem a informação acerca do comportamento de utilizadores de substâncias por via endovenosa.	EMSI	DIC DPI

4.7. Assessoria ao Coordenador Nacional (ACN)

4.7.1. Atribuições no âmbito da Coordenação Nacional e da ACN

De entre as atribuições do SICAD, a alínea a) do n.º 1 do art.º 2º determina a de “*apoiar o membro do Governo responsável pela área da saúde na definição da estratégia nacional e das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências e sua avaliação*”.

Sendo o Diretor-Geral do SICAD, por inerência, o Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, compete à Assessoria do Coordenador Nacional apoiar o Coordenador Nacional e Diretor-Geral no desempenho das funções que lhe estão atribuídas pelos artigos 7º a 10º do Decreto-Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 40/2010, de 28 de Abril, designadamente no que respeita ao dispositivo da coordenação interministerial, bem como pela alínea a) do n.º 2 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 17/2012, de 26 de Janeiro.

Essas funções incluem a presidência da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, da Subcomissão de Acompanhamento e Avaliação e a coordenação das Subcomissões, dispositivo integrado, respetivamente, pelos representantes dos Ministros representados no Conselho Interministerial, e pelos organismos com competência na área da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool.

Junto do SICAD funciona ainda o Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, integrado por representantes de órgãos de soberania e por representantes da sociedade civil, cuja presidência, atribuída ao Primeiro-Ministro (com competência delegada no membro do Governo responsável pela coordenação das políticas relacionadas com a droga, as toxicodependências e o uso nocivo do álcool) é geralmente assegurada pelo Coordenador Nacional.

Todo o relacionamento com os representantes destes órgãos colegiais é assegurado pelo SICAD.

Uma vez que o “membro do Governo responsável pela área da saúde na definição da estratégia nacional e das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências e sua avaliação” exerce funções supletivas “em tudo o que não esteja especialmente cometido ao Conselho Interministerial” o SICAD tem especiais responsabilidades no desempenho de indicações expressas pela Tutela relacionadas com a conceção, execução e coordenação interministerial da política nacional em matéria de Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool.

4.7.2. Análise qualitativa e quantitativa das atividades desenvolvidas

Objetivo Operacional 1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD)

Elaboração das recomendações para a intervenção em CAD no contexto laboral

Trata-se de um documento produzido por elementos do denominado Grupo de Trabalho 4 – CAD da Comissão Setorial da Saúde (CS/09), a funcionar no âmbito do IPQ, IP.

Esse GT integrou elementos das Ordens dos Psicólogos, Enfermeiros e Médicos, da Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho, Autoridade para as Condições do Trabalho, Entidade Reguladora da Saúde, Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, dois elementos da ARS Norte e Direção Geral da Saúde, para além de 4 representantes do SICAD, um dos quais na qualidade de Coordenador do Grupo.

As Etapas desenvolvidas para a validação do texto e a sua publicação foram as seguintes:

- Texto dado por concluído em 8 de março de 2016, em reunião do GT. Reconfirmado por mail enviado a todos os participantes a 24/03.
- Enviado por mail para o presidente da CS/09 a 13/04, para solicitar aprovação do documento.
- Aprovado pelo IPQ, IP a 29 de novembro- mail recebido nesta data
- Publicitado na revista Espaço Q – janeiro de 2017
- Inserido no site do IPQ em janeiro de 2017.

Objetivo Operacional 22. Assegurar a elaboração, o acompanhamento e avaliação interna do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação 2013-2016

Acompanhamento do Plano de Ação 2013-2016 através da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação:

O acompanhamento do Plano de Ação 2013-2016 realizou-se através da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação, uma das nove subcomissões criadas no âmbito da Comissão Técnica para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool. A Subcomissão Acompanhamento e Avaliação, tendo reunido em três ocasiões, 8 de julho, 2 e 16 de novembro, com o propósito de analisar os comentários e sugestões ao *draft* do relatório da avaliação intermédia 2013 e 2014, o modelo de avaliação, o calendário de recolha da informação e a integração e redação dos conteúdos.

No que se refere à avaliação preliminar da execução do Plano de Ação 2013-2016, os Coordenadores das Subcomissões analisaram e comentaram o *draft* do relatório da avaliação intermédia 2013 e 2014, que constituirá a base da avaliação interna, e cujo formato será utilizado como modelo.

O *draft* integra as seguintes componentes: avaliação de processo, avaliação de impacto, avaliação qualitativa, avaliação dos indicadores em 2016 relativamente às metas estabelecidas pelo Plano Nacional para 2016 e uma análise SWOT do processo de avaliação preliminar, cruzando as Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidades no sentido de avaliar como usar as Forças para tirar partido das Oportunidades, como ultrapassar as Fraquezas tirando partido das Oportunidades, como Usar as Forças para evitar as Ameaças e como minimizar as Fraquezas para evitar as Ameaças.

Kick off da elaboração do Plano de Ação 2017-2020

Na reunião de 8 de julho da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação foi acordado que a elaboração da proposta do PARCAD 2017-2020 será finalizada no primeiro trimestre de 2017, em simultâneo com a avaliação interna do PARCAD 2013-2016. Esta informação foi transmitida aos membros da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool na sua 33ª reunião, realizada em 27 de julho.

Kick off da avaliação interna do Plano de Ação 2013-2016

No decorrer de 2016 foram apurados os dados relativos a 2015 e ao 1º semestre de 2016 pelas oito Subcomissões especializadas dos Domínios da Procura (Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de Danos, Tratamento e Reinserção, Intervenção em Contextos Escolar e Universitário, Laboral, Recreativo e Rodoviário e Dissuasão das Toxicodependências), da Oferta (Redução da Oferta de Substâncias Ilícitas e Regulação e Fiscalização da Oferta de Substâncias Lícitas), e das áreas transversais (Cooperação Internacional, Comunicação, Informação e Formação, Dados e Investigação).

Coube à Assessoria do Coordenador Nacional reunir os contributos bem como recolher as contribuições das áreas dos comportamentos aditivos e dependências ainda não abrangidas pela Estrutura de Coordenação.

Serviços e Organismos com assento nos órgãos da estrutura de Coordenação, que inscrevem nos respetivos planos de atividade, iniciativas que concorrem para a implementação do Plano de Ação

A aferição deste indicador é difícil, uma vez que não existe uma transposição exata das ações inscritas no Plano de Ação para os planos de atividades das diversas entidades responsáveis por ações do Plano de Ação. Por outro lado, a grande adesão de entidades públicas e privadas na elaboração do Plano de Ação 2013-2016, revela que as ações inscritas traduzem as iniciativas que essas entidades se propunham desenvolver.

Realização do Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool

O Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool constitui um importante instrumento da cooperação interinstitucional com a sociedade civil, e integra um leque de parceiros muito variado no âmbito da criação e desenvolvimento das políticas em matéria de redução dos comportamentos aditivos e das dependências.

Em 2016, Conselho Nacional reuniu em 21 de junho e 12 de dezembro, tendo sido chamado a pronunciar-se sobre a proposta de alargamento da Estrutura de Coordenação aos comportamentos aditivos e dependências, aprovada pela Comissão Técnica do Conselho Interministerial na sua 32ª reunião, realizada em 10 de maio. O conselho Nacional pronunciou-se favoravelmente, tendo a proposta sido remetida pelo Coordenador Nacional e Diretor-Geral do SICAD ao membro do Governo da tutela.

Na reunião de 21 de junho foi feita uma apresentação da avaliação do Plano de Ação nos anos 2013 e 2014, em termos de processo, análise SWOT e dos valores disponíveis em 2013 ou 2014 das metas calendarizadas para 2016 do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020. Como o Diretor-Geral do SICAD é por inerência o Coordenador Nacional, a Assessoria desenvolve também atividades de apoio à Direção do SICAD. De entre as atividades não previstas em sede de plano de atividades, em 2016 salienta-se o acompanhamento da proposta de anteprojeto de Portaria ao abrigo do disposto no artigo 5.º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 54/2013, de 17 de abril, elaborada no âmbito de um grupo de trabalho criado por proposta do Coordenador Nacional à Comissão Técnica bem como a representação do Coordenador Nacional e Diretor-Geral do SICAD em conferências internacionais sobre o modelo português de descriminalização de drogas. Em 2016, foi feita uma apresentação num evento realizado no Parlamento dinamarquês por *Gadejuristen / The Street Lawyers*, que contou com a assistência de membros dos vários grupos parlamentares, juristas e representantes da sociedade civil.

A Assessoria do Coordenador Nacional desenvolveu ainda outras atividades realizadas no âmbito da participação de Portugal no Grupo Pompidou, que estão incorporadas no relato das atividades desenvolvidas pela Divisão de Relações Internacionais.

Avaliação qualitativa e quantitativa da Unidade Orgânica

Resultado do balanço global das atividades desenvolvidas em 2016, elencam-se de seguida os pontos fortes e fracos decorrentes da ação da Assessoria:

- **Pontos Fortes:** O estabelecimento de redes formais e informais de articulação.
- **Pontos Fracos:** A dependência de *inputs* de outras Unidades Orgânicas do SICAD e instituições parceiras do planeamento estratégico nacional na produção das atividades.

O gráfico seguinte demonstra a taxa de execução das metas definidas para a Assessoria em sede de PA.

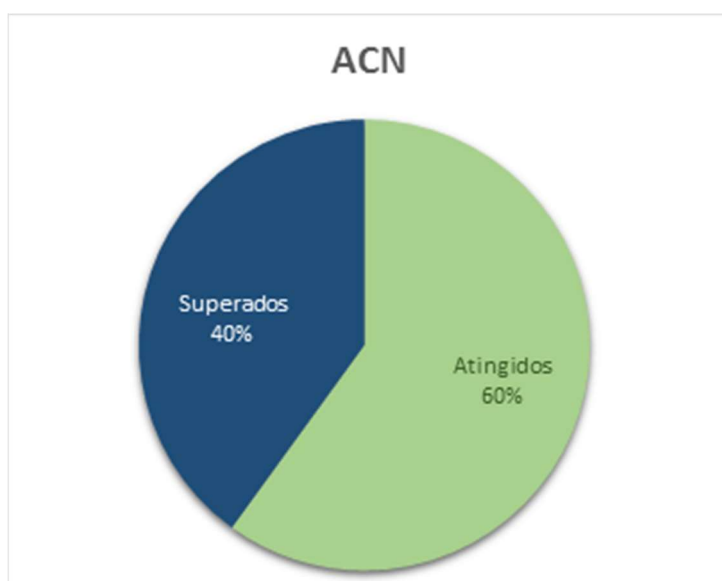


Gráfico 47 - Taxa de execução das metas definidas para a ACN em 2016

Tendo em atenção que das 5 iniciativas atribuídas à Assessoria do Coordenador Nacional, 2 correspondentes a 40% foram superadas e 3 (60%) foram atingidas, considera-se que o desempenho desta UO em 2016 foi positivo.

Assessorias (ACN)

Objetivos Operacionais (OOp) (inscritos no PE 2013-2016 e no PA 2016)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Resultado FINAL	Taxa de Realização	Classificação (Superou; Atingiu; Não atingiu)	Fonte de verificação	Justificação dos desvios	Responsáveis pela execução (O)	Eventuais dependências (QA)
OOp22. Assegurar a elaboração, o acompanhamento e avaliação interna do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação 2013-2016	I22.2.2. Acompanhamento do Plano de Ação 2013-2016 através da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação (n.º de reuniões)	Realização	2 (2014) 2 (2015)	2	0	3	3,00	125%	Superou	Memorando da reunião da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação, realizada em 8/07/2016. Memorando das reuniões da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação 8/07/2016 e 2 e 16/11 (restritas com Coordenadores SICAD e ASAE, respetivamente).	Necessidade de estabelecer o modelo de acompanhamento e monitorização do PA implicou a realização destas 3 reuniões.	ACN	
	I22.2.4. Kick off da elaboração do Plano de Ação 2017-2020 (em meses)	Realização	-	9	1	7	-	100%	Atingiu	Memorando da reunião da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação (08/07/2016), que elaborou uma proposta para a elaboração do Plano de Ação 2017-2020. e ata da Comissão Técnica (27/07/2016), que aprovou a proposta.			
	I22.2.5. Kick off da avaliação interna do Plano de Ação 2013-2016 (em meses)	Realização	12 (2015)	5	1	3	-	100%	Atingiu	Na sequência da reunião da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação (08/07/2016), os Coordenadores das Subcomissões iniciaram o processo de recolha de realização das ações em 2015 e no 1º semestre de 2016 junto dos organismos que as compõem.			
	I23.3.2. Serviços/Organismos com assento nos órgãos da estrutura de coordenação que inscrevem nos planos dos serviços que representam iniciativas que concorrem para a implementação do Plano de Ação (% de Entidades Responsáveis)	Resultado	16% (2014) 16% (2015)	5%	1%	7%	16%	238%	Superou	Este indicador pretende que os parceiros do SICAD na execução do Plano de Ação dêem visibilidade ao PA nos seus planos de atividade. O valor deste indicador não tem alteração e até é possivelmente maior. O apuramento do valor é difícil e o indicador deve ser repensado no ciclo 2017-2020.	Este indicador mantém-se com este valor desde o 1º ano do PA 2013-2016, demonstrando a enorme adesão de todas as entidades responsáveis nele elencadas.		
	I24.4.1. Realização do Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Alcool (em meses)	Resultado	6 (2013) 11 (2014) 10 (2015)	7	1	5	12	100%	Atingiu	Lista de presenças, agendas e atas das 14ª reunião (21/06) e 15ª (12/12) reuniões do Conselho Nacional.			O Conselho Nacional deverá pronunciar-se sobre a proposta de alteração ao DL 40/2010, mas a proposta está dependente da análise e aprovação da CT, que à data ainda não está formalmente nomeada.

5. AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

5.1. Recursos Humanos

A 31 de Dezembro de 2016, o SICAD e as Comissões de Dissuasão da Toxicodependência (CDT) contavam com 167 trabalhadores.

No que se refere à distribuição, o SICAD tinha 84 profissionais e as CDT 83 profissionais, neste número estão incluídos os seus membros (Presidentes e Vogais).

Analisando os anos anteriores (2014 e 2015), verificamos uma gradual tendência para diminuição de trabalhadores do SICAD/CDT, originada por diversos motivos, nomeadamente o recurso a mobilidade interna e outros mecanismos legais utilizados pelos trabalhadores.

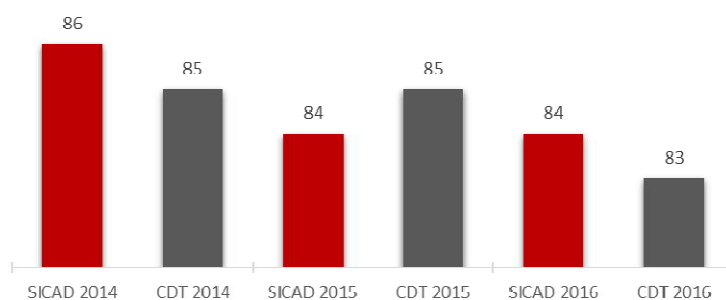


Gráfico 48 -Evolução do número de profissionais no SICAD e nas CDT, entre 2014 e 2016

No que concerne à distribuição de profissionais por carreira, evidencia-se no gráfico seguinte que o maior peso se verifica na carreira técnica superior (68) e na carreira de assistente técnico (41), que representam mais de metade dos efetivos SICAD/CDT.



Gráfico 49 - Distribuição dos profissionais do SICAD e CDT por carreira profissional

De entre as modalidades de relação jurídica de emprego público, verifica-se que a maior incidência (124) é de profissionais com relação jurídica de emprego pública por tempo indeterminado, seguido pelos profissionais em comissão de serviço, onde se inclui os membros (Presidentes e Vogais) das CDT e o pessoal dirigente do SICAD.

Para apoiar os projetos desenvolvidos nas CDT, foram celebrados 5 contratos emprego inserção e 1 Contrato emprego inserção +, entre o SICAD e beneficiários do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), ao abrigo da Portaria n.º 128/2009, de 30 Janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro.

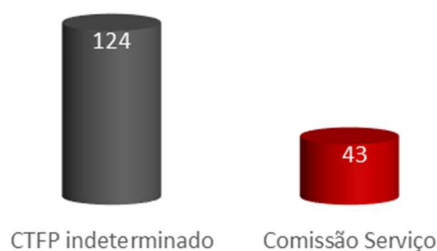


Gráfico 50 - N.º de trabalhadores por relação jurídica de emprego a 31/12/2016

Durante o ano de 2016, saíram 7 trabalhadores por diversos motivos, mobilidade interna, licença sem vencimento e comissão de serviço, salientando que apenas houve 5 entradas que se prendem com mobilidade interna, originando um esforço por parte dos outros profissionais para cumprimento dos objetivos propostos.

De referir que, em 2016 o número de efetivos diminuiu ligeiramente face ao ano anterior, à data de 31 de dezembro, o SICAD dispunha de 167 trabalhadores, retratando, em relação ao anterior, uma redução de 1,18% a que corresponde um total de 2 profissionais, mantendo assim, a tendência de diminuição verificada nos anos anteriores.

5.2. Recursos Financeiros

No âmbito da elaboração do Orçamento para o ano 2016, o SICAD, efetuou uma previsão no montante de 19.200.031,00€, o qual foi aprovado pela tutela. Após efetuados os cativos de 1.865.316,00€, o valor disponível ficou em **17.334.715,00€**.

A execução deste orçamento foi de **14.216.772,18€**, em função dos limites orçamentais aprovados e também da realização da receita dentro desses mesmos limites.

O orçamento total aprovado para o ano 2016 foi no montante de 17.334.715,00€, sendo o *plafond* de O.E. aprovado de 7.208.588,00€, correspondendo a 42%, e o de receitas próprias de 10.126.127€, equivalendo a 58% do total.

Relativamente ao orçamento aprovado de receitas próprias, no valor total de 10.126.127,00€, o mesmo sofreu uma cativação e uma reserva de 2,5%, no montante de 445.754,00€, nos termos da Lei nº7-A/2016, de 30/03. Estas receitas têm como proveniência:

- Jogos Sociais – o valor orçamentado e disponível foi de 9.203.288,00€, mas o montante cobrado/transferido pela ACSS foi de 6.350.000,00€.
- Outras Receitas (Tribunais e outras coimas) – o valor orçamentado foi de 639.384,00€ e disponível foi de 471.043,66€, este último montante corresponde ao valor cobrado nesta fonte de financiamento.
- Fundo Social Europeu o valor de orçamentado foi de 283.455,00€, tendo sido cobrado o valor de 187.140,52€.

Considerando que nem toda a receita própria orçamentada foi cobrada, e que a cobrada além do orçamento não pode ser utilizada o valor final disponível foi de 7.008.184,18€, conforme consta da coluna 2, da tabela seguinte.

	OE Aprovado c/ Reserva	OE Disponível c/reserva	%
Subsídio de Exploração - OE	7.208.588,00 €	7.208.588,00 €	51%
Subtotal	7.208.588,00 €	7.208.588,00 €	51%
Receita Própria			
Sub. Jogos Sociais	9.203.288,00 €	6.350.000,00 €	45%
Outras Receitas	639.384,00 €	471.043,66 €	3%
Projetos Comunitários	283.455,00 €	187.140,52 €	1%
SubTotal	10.126.127,00 €	7.008.184,18 €	49%
TOTAL	17.334.715,00 €	14.216.722,18 €	100%

Quadro 23 - Orçamento aprovado Vs Orçamento disponível para o ano 2016

Na tabela e gráfico abaixo, evidencia-se o valor do orçamento disponível com reserva, no montante de 14.216.772,18€ e a despesa realizada no montante de 12.772.709,00€, correspondendo a 90% do total do orçamento.

	OE Disponível c/Reserva	Despesa Realizada	
		€	%
Orçamento de Estado	7.208.588,00 €	6.694.390,00 €	93%
Receitas Próprias	7.008.184,18 €	6.078.319,00 €	87%
TOTAL	14.216.772,18 €	12.772.709,00 €	90%

Quadro 24 - Orçamento aprovado disponível Vs Despesa realizada a 31-12-2016

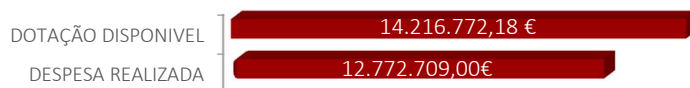


Gráfico 51 - Orçamento aprovado disponível Vs Despesa realizada a 31-12-2016

Os encargos com funcionamento representam 64% da execução orçamental de 2016, sendo 40% com despesas com pessoal, 16% com aquisições de bens e serviços, 9% com outras despesas correntes e 36% com os projetos financiados pelo SICAD, nos termos da Portaria 27/2013, de 24 de janeiro.

Orçamento de Despesa (Execução)	€	%
Encargos C/Pessoal	5.051.360,00 €	40%
Encargos C/Aquisição de Bens e Serviços	1.980.028,00 €	16%
Outras Despesas correntes	1.152.291,00 €	9%
Subtotal (1)	8.183.679,00 €	64%
Projetos	4.589.030,00 €	36%
Subtotal (2)	4.589.030,00 €	36%
TOTAL (3)=(1)+(2)	12.772.709,00 €	100%

Quadro 25 - Execução por grandes rubricas da despesa

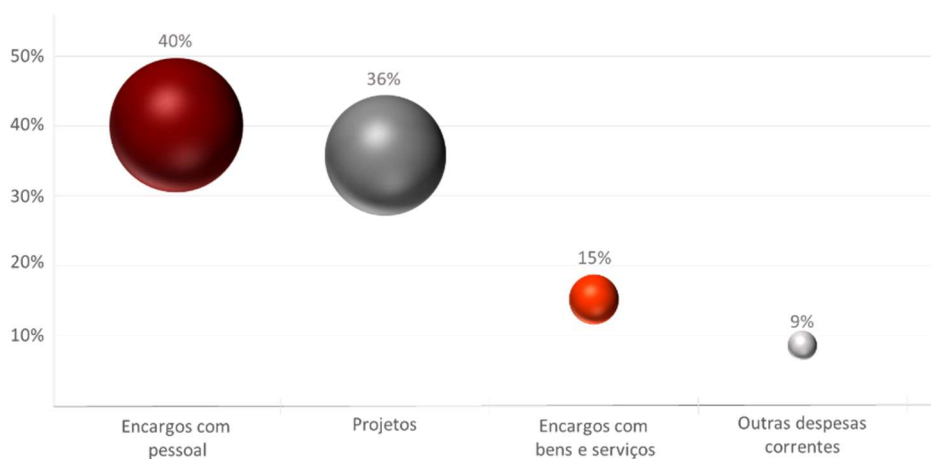


Gráfico 52 - Execução por grandes rubricas da despesa

6. APRECIÇÃO, POR PARTE DOS UTILIZADORES, DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Em virtude das necessidades de reorganização da Direção-Geral, decorrentes da saída de profissionais adstritos à equipa que até 2015 desenvolvia vários procedimentos inerentes à aferição da qualidade dos serviços prestados pelo SICAD, procedeu-se a uma inevitável priorização de atividades do âmbito estratégico em detrimento de outras. Naturalmente tal implicou a secundarização de algumas ações que permitiam a monitorização de alguns parâmetros de qualidade dos serviços prestados, designadamente os indicadores quantitativos de satisfação dos clientes do SICAD.

Constatando esta lacuna, realizar-se-á uma avaliação dos serviços prestados pelo SICAD no biénio 2017-2018 e uma outra até ao fim do período do novo ciclo estratégico, visando aferir junto dos clientes externos a qualidade da atividade formativa, da produção de normativos técnico-científicos e da articulação com os SH estratégicos.

Não obstante, é de salientar o *feedback* qualitativamente positivo devolvido aos profissionais do SICAD, no âmbito dos vários *fora* de articulação e trabalho conjunto efetivados ao longo do ano de 2016. Tal contribuição promove junto dos profissionais desta Direção-Geral uma motivação adicional para o desempenho das suas funções. De salientar ainda que, no âmbito da prática formativa, a avaliação dos formandos foi claramente positiva, correspondendo de modo consistente às suas expetativas.

7. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA O REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

Para 2017, e na continuidade do desenvolvido no ano de 2016, projetam-se medidas transversais a toda a Direção-Geral e que se ponderam ter impacto positivo no desempenho dos vários profissionais:

1. Participação no Diagnóstico Estratégico da organização e elaboração do Plano Estratégico 2017-2020 (decorreu no primeiro trimestre de 2017);
2. Avaliação participada do Plano Estratégico do SICAD do ciclo anterior;
3. Avaliação participada do Plano de Ação 2013-2016;
4. Desenvolvimento e acompanhamento de estudos tendo em vista a produção de conhecimento;
5. Produção acompanhamento e avaliação de documentos técnico-normativos no amplo domínio dos CAD;
6. Promoção da especialização de profissionais por área técnico-científica e/ou de intervenção em função das suas competências prévias e dos interesses manifestados;
7. Atualização dos diagnósticos de necessidades de formação e desenvolvimento profissional;
8. Reforço das parcerias com a sociedade civil por via da congregação de esforços em matérias convergentes;
9. Monitorização das atividades desenvolvidas e avaliação anual;
10. Monitorização e avaliação do Plano Integrado de Comunicação interno, garantindo a articulação interna e externa e a coerência na atuação;
11. Acompanhamento e reforço das medidas previstas no Plano Anticorrupção e Infrações Conexas;
12. Reforço do número de momentos de reflexão sobre a prática envolvendo dirigentes e os vários profissionais das UO.

8. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTO-AVALIAÇÃO DO SERVIÇO

Num plano qualitativo é de salientar que, durante o ano de 2016 e à semelhança dos anos pregressos, decorreu com uma regularidade pelo menos mensal a realização de reuniões de dirigentes com vista à monitorização regular da atividade desta Direção-Geral, assim como a avaliação permanente do conjunto de ações finalizadas.

De modo similar foram realizadas algumas reuniões gerais com todos os trabalhadores, promovendo uma reflexão partilhada sobre o curso das atividades e das orientações estratégicas tomadas.

Durante o ano em apreço, e em conformidade com o descrito no ponto 6, não foi efetivada uma avaliação quantitativa formal junto dos profissionais do SICAD relativamente ao seu grau de satisfação, motivação para o trabalho e desempenho. Tal procedimento será retomado no ano de 2017, conforme supramencionado.

|

9. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente e Controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?			X	1.1/1.2/1.3 Não existe implementado um sistema de controlo interno, contudo, estão definidos circuitos e processos que permitem a verificação efetiva da legalidade, regularidade e boa gestão.
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			1.4 Os Princípios orientadores estão consagrados no Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências (PNCDT 2005-2012), no correspondente Plano de Ação 2009-2012 (PACDT 2009-2012) e no Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool (PNRPLA 2010-2012), sendo os Valores do SICAD o Humanismo, Conhecimento, Inovação e Pragmatismo, Cooperação, Confiança e Transparência.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			1.5 Este serviço procurou, ao longo do último ano, dar continuidade à política da formação contínua existente, apesar da escassez de recursos financeiros. Com esta política procurou-se suprir as carências dos profissionais ou dotá-los de competências para o exercício das suas funções.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			1.6 Mensalmente existem reuniões com dirigentes, onde são explanadas as atividades desenvolvidas pelas diferentes unidades orgânicas, bem como são discutidas e definidas orientações e estratégias para o bom desempenho do Serviço.
1.7 O Serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			1.7 Em 2016, o Serviço foi objeto de monitorização do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado pela Inspeção Geral de Finanças.
2 – Estrutura Organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			2.1. A estrutura organizacional encontra-se em conformidade com o Decreto-Lei n.º 17/2012, de 26 de Janeiro, pela Portaria n.º 154/2012, de 23 de Maio (estrutura nuclear) e pelo Despacho n.º 8816/2012, de 3 de Julho (unidades orgânicas).
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			2.2 Considerando que a avaliação de desempenho é bienal, em 2016 iniciou-se o processo de avaliação do biénio 2015-2016.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do Serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			2.3 Em 2016, 83% dos colaboradores frequentaram pelo menos uma ação de formação.

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
3 – Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados no Serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			<p>3.1</p> <p>Em 2015 foi efetuado um Manual de Normas e Procedimentos Internos (MNPI) para o SICAD e CDT. No âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI), mantiveram-se em vigor os manuais de procedimentos/guiões para a operacionalização das várias fases de implementação do plano, assim como um circuito de procedimentos para a criação, desenvolvimento, monitorização e avaliação dos Programas de Respostas Integradas (PRI) e dos projetos que os constituem.</p>
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			<p>3.2</p> <p>A competência para autorização da despesa está claramente definida em delegações e subdelegações de competência, as quais se encontram publicadas em Diário da Republica.</p>
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			<p>3.3</p> <p>Existe um Plano de Compras, de acordo com modalidade de Compras Públicas, através da Agência Nacional de Compras/Unidade Ministerial de Compras.</p>
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			<p>3.5</p> <p>O MNPI define claramente, nas áreas dos recursos humanos, compras e financeira, os fluxos dos processos, as etapas e os circuitos. Existe um Manual de Procedimentos sobre o Processamento e Pagamento de Remunerações e um Manual de gestão, procedimentos e circuito do Cloridrato de Metadona.</p>
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?		X		<p>3.6</p> <p>Estes aspetos encontram-se desenvolvidos nos suprarreferidos. Manuais para as áreas respetivas (o de Procedimentos sobre o Processamento e Pagamento de Remunerações e o de gestão, procedimentos e circuito do Cloridrato de Metadona). Encontram-se em fase de planeamento manuais para outras áreas, nomeadamente, para a área financeira.</p>
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			<p>3.7</p> <p>Nas reuniões de dirigentes todos os circuitos são definidos e monitorizados.</p>
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			<p>3.8</p> <p>O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi aprovado em Setembro de 2013 e atualizado em 2014, tendo sido publicitado no <i>site</i> do SICAD.</p>
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			<p>3.9</p> <p>Deu-se continuidade à sua implementação e monitorização numa lógica de transição e continuidade.</p>

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
4 – Fiabilidade dos Sistemas de Informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			<p>4.1</p> <p>O GeRFiP - Gestão de Recursos Financeiros Partilhada - eSPap é a aplicação utilizada na área da contabilidade;</p> <p>O Sistema de Recursos Humanos e Vencimentos (RHV) é utilizado na gestão dos dados dos recursos humanos e processamento de vencimentos;</p> <p>O Sistema de Registo de Expediente garante o registo da correspondência, entrada e o circuito e gestão da mesma;</p> <p>A Gestão da Base de Dados do Registo Central, na área dos processos de contraordenação por consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, no âmbito da aplicação da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro;</p> <p>O Sistema de Informação Multidisciplinar – SIM.</p> <p>O Sistema de Gestão de Informação Processual - SGIP</p>
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X		<p>4.2/4.3</p> <p>Não existem interfaces que permitam a comparabilidade das informações entre diferentes aplicações, contudo existem mecanismos internos de apuramento e cruzamento da informação, por forma a garantir a sua viabilidade.</p> <p>4.4</p> <p>A apresentação e análise crítica da informação constam dos Relatórios produzidos em 2016.</p> <p>4.5</p> <p>No serviço está disponível um acesso via VPN para que outras entidades possam aceder a algumas aplicações do nosso sistema.</p> <p>4.6/4.7</p> <p>São diariamente efetuados <i>backups</i> à informação da pasta pessoal dos profissionais, bem como das áreas de cada direção de serviço ou divisão.</p> <p>No centro de dados, existem servidores específicos para esta função.</p> <p>Toda a rede da instituição está protegida por <i>software</i> específico.</p>
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros à informação ou ativos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

III. BALANÇO SOCIAL

Em 2016, os trabalhadores com contrato em Funções Públicas por tempo indeterminado, apurados em sede de Balanço Social representam 74% dos Recursos Humanos do SICAD/CDT, sendo objeto de uma breve análise nesta secção deste documento.

Distribuição dos recursos humanos do SICAD/CDT

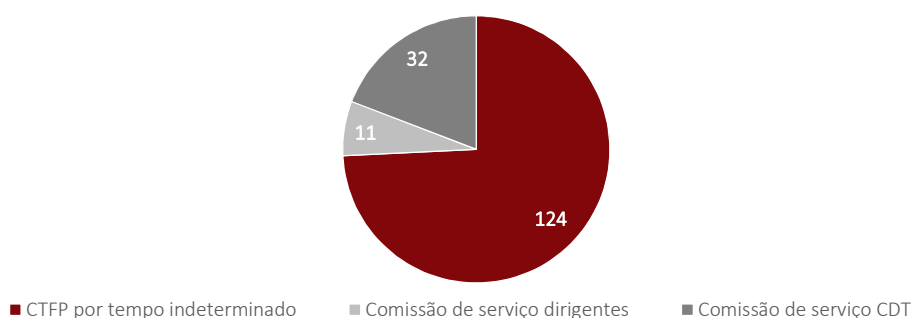


Gráfico 53 - Execução por grandes rubricas da despesa

De acordo com as normas orientadoras provenientes da ACSS, para a elaboração do Balanço Social do ano 2016, foram tidos em conta, para a contagem dos efetivos os existentes a 31 de dezembro de 2016. Assim, em termos de Balanço Social, contabilizavam-se 167 efetivos em exercício de funções, distribuídos pelo SICAD e CDT, conforme consta do gráfico seguinte.

O SICAD regista 50,30% de trabalhadores e as CDT, distribuídas pelos 18 distritos, que atuam na área da Dissuasão, representam 49,70% dos efetivos totais.

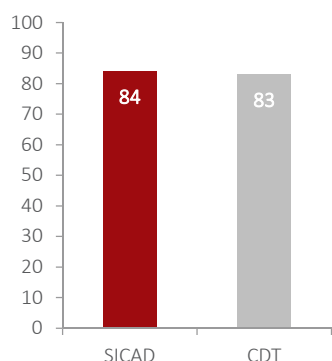


Gráfico 54 - Distribuição dos efetivos pelos serviços (N=167)

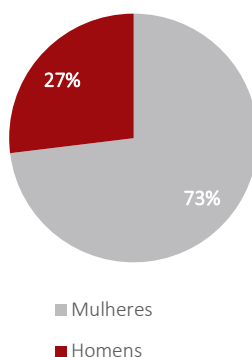


Gráfico 55 - Distribuição dos efetivos por género (N=167)

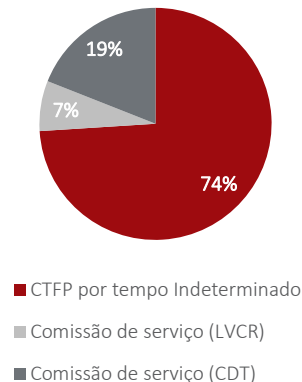


Gráfico 56 - Distribuição dos efetivos por relação jurídica de emprego (N=167)

Relativamente à distribuição dos efetivos por relação jurídica de emprego, 74% dos trabalhadores enquadram-se na modalidade de vinculação de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Importa referir que este universo inclui apenas seis trabalhadores que, não pertencendo aos mapas de pessoal do SICAD/CDT, se encontrava a exercer funções em regime de mobilidade interna.

Encontravam-se em Comissão de Serviço no âmbito da Lei nº 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) os dirigentes do SICAD que equivale a 7% dos efetivos.

Os membros das CDT (Vogais e Presidentes) representavam 19% dos efetivos nomeados em comissão de serviço por despacho ministerial ao abrigo da Lei nº 30/2000, de 29 de novembro e Decreto-lei nº 130-A/2001, de 23 de abril.

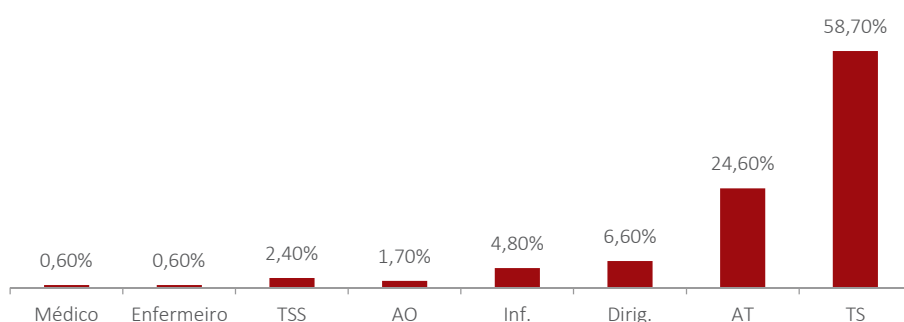


Gráfico 57 - Distribuição dos efetivos por grupo de pessoal (N=167)

Em termos de grupo de pessoal, são os técnicos superiores o grupo com maior representatividade, com mais de 58,7% do total de efetivos, suportado pelo facto da orgânica do SICAD concretizar uma inovação assente na opção de reforço da componente de planeamento e acompanhamento de programas de redução do consumo de substâncias psicoativas, na prevenção dos comportamentos aditivos e na diminuição das dependências.

Nos técnicos superiores estão incluídos os membros das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (Presidentes e Vogais) em número de 32, nomeados em regime de comissão de serviço por despacho ministerial.

Para assegurar as equipas, quer no SICAD quer nas CDT existem os trabalhadores técnico-administrativos (assistentes técnicos de carreira) que representam cerca de 24,6 % dos efetivos.

No que diz respeito à estrutura etária, os efetivos do SICAD situam-se no intervalo entre os 30 e os 69 anos, tendo uma idade média de cerca de 45 anos.

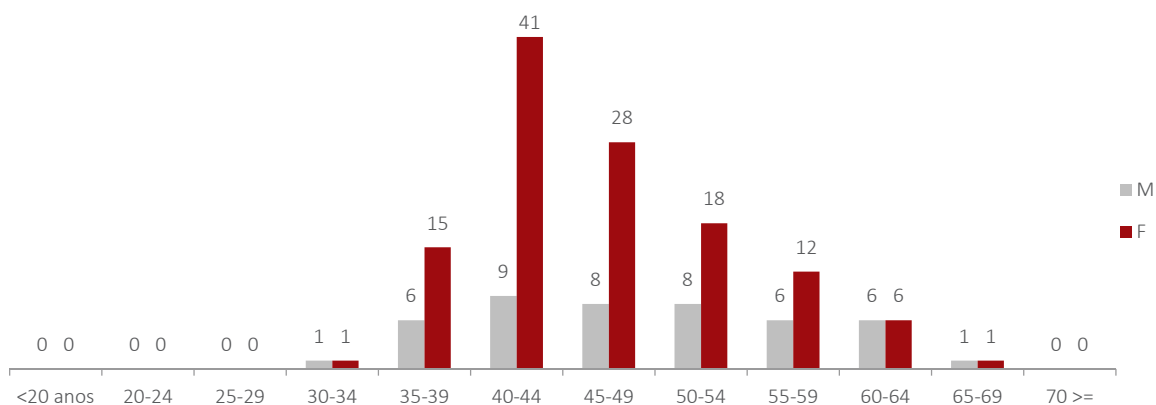


Gráfico 58 - Distribuição dos efetivos por estrutura etária e género (N=167)

O escalão etário que regista maior número de trabalhadores é o que está compreendido entre os 40 e os 49 anos de idade.

No escalão com maior incidência estão inseridos 86 trabalhadores pertencentes a todos os grupos profissionais, representando cerca de 51,5% dos efetivos do SICAD. Este escalão é também onde se situa o maior número de mulheres (69), sendo que o maior número dos homens se situa nos escalões 40-44 anos (9) e 44-45 (8).

É de realçar que os trabalhadores mais jovens estão nos escalões dos 30-34 (2) pertencem na sua maioria, à carreira Técnica Superior, sendo que a taxa de emprego jovem (até 34 anos) foi de 2,4%.

A média de antiguidade dos efetivos que prestam serviço (soma das antiguidades/número de efetivos) é de cerca de 14 anos.

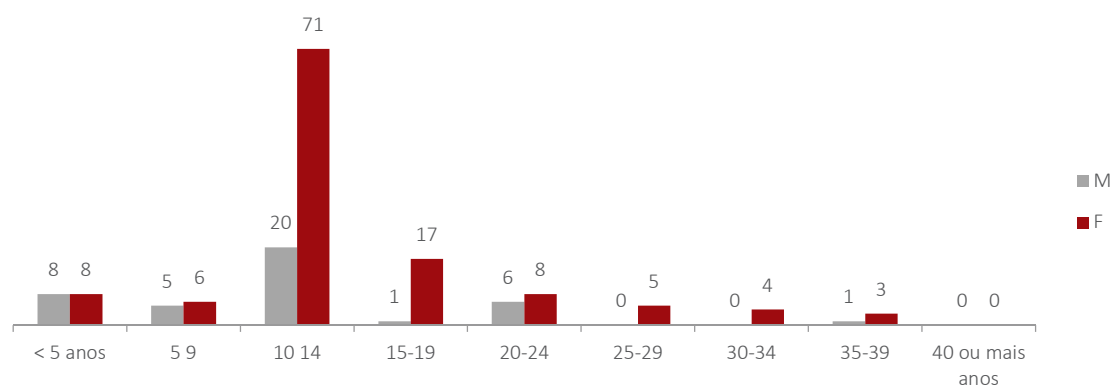


Gráfico 59 - Distribuição dos efetivos por antiguidade e género (N=167)

Ao analisarmos o gráfico podemos verificar a antiguidade de 54,49% dos trabalhadores (91) se situa entre os 10 e os 14 anos, destacando-se, no mesmo intervalo, as mulheres relativamente aos homens. Se àquele escalão juntarmos os efetivos com uma antiguidade inferior ou igual a nove anos verifica-se que 70,66% dos efetivos têm uma antiguidade inferior a 14 anos.

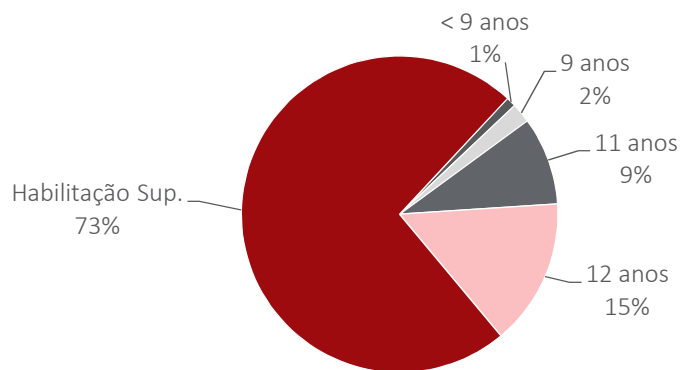


Gráfico 60 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade (N=167)

Analisando a estrutura habilitacional, constata-se que cerca de 73% dos efetivos possuem habilitação superior, correspondendo a 122 indivíduos, sendo a licenciatura o grau académico com mais representatividade (108 indivíduos).

Importa saber que as habilitações superiores comportam o bacharelato, a licenciatura, mestrado e doutoramento.

O ensino básico (até 9 anos de escolaridade) é o grau académico menos representado com cerca de 3% dos profissionais.

Relativamente análise das saídas e entradas importa referir que as primeiras podem ser a título definitivo ou com possibilidade de regresso dos profissionais, e as segundas podem ser da admissão de profissionais por procedimento concursal ou do seu regresso em outras modalidades.

Daqui resultou um decréscimo de dois trabalhadores, em termos globais. A seguir apresentam-se, em termos percentuais, alguns indicadores:

Taxa de admissão	2,94%
Taxa de saídas	4,19%
Taxa de cobertura	71,43%
Taxa de rotação (<i>turnover</i>)	93,30%

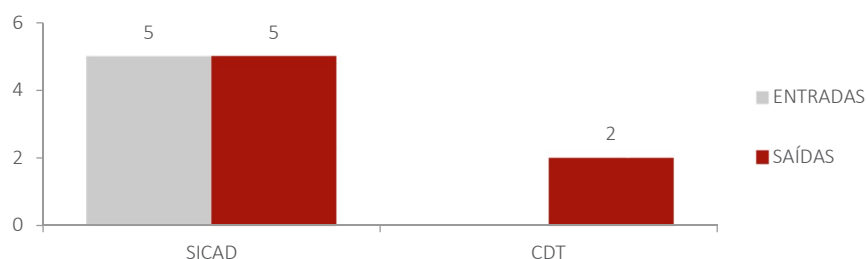


Gráfico 61 - Distribuição das entradas e saídas por serviço



Gráfico 62 - Distribuição dos efetivos por modalidade de horário (N=167)

O horário de trabalho mais praticado é o flexível (51%), que corresponde a 86 efetivos, embora sejam praticados outros tipos de horário, conforme se pode verificar no gráfico ao lado.

A modalidade de jornada contínua para assistência a menores foi praticada por 22% dos efetivos, dos quais 32 são mulheres e 4 homens.

Na modalidade de isenção de horário, incluem-se os dirigentes e os membros das CDT (presidentes e vogais). Relativamente ao período normal de trabalho (PNT), a maioria dos efetivos detém horário completo de 35 horas semanais.

O absentismo constata-se pelo somatório dos dias completos de ausência de todos os efetivos, excluindo-se as faltas.

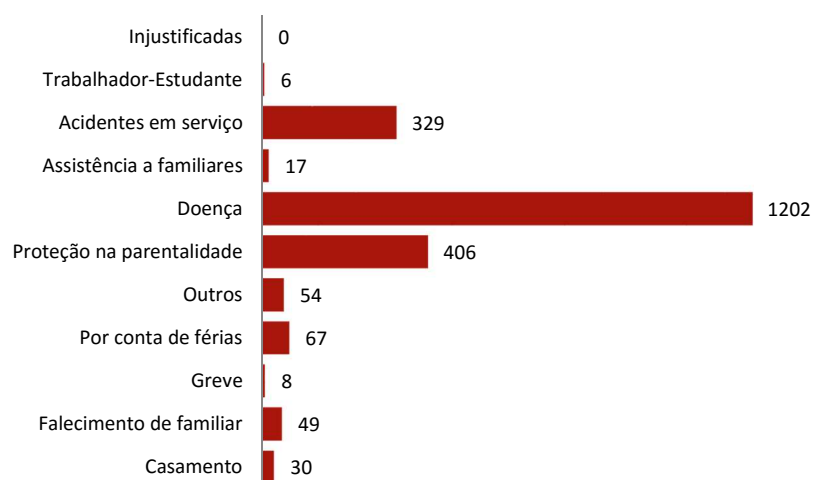


Gráfico 63 - Distribuição dos dias de ausências ao trabalho por motivo N=2168

Em 2016 registaram-se 2168 dias de ausências, a que corresponde uma taxa de absentismo na ordem dos 5,7%, distribuídos pelos vários tipos de ausências, implicando um aumento de cerca de 1,12 % face a 2015, registado nas ausências por parentalidade; doença; greve e outros (Ausências oficiais- eleitos locais, doação de sangue). À semelhança do ano anterior o principal motivo de ausência ao trabalho foi a doença.

O segundo maior motivo foi o da proteção na parentalidade, podendo estar relacionado com o facto da taxa de feminização deste Serviço ser na ordem dos 74%.

IV. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Relativamente às iniciativas de publicidade institucional e conforme o disposto na Lei n.º 95/2015 de 17 de agosto, que estabelece as regras e os deveres de transparência a que ficam sujeitas a realização de campanhas de publicidade institucional do Estado, reporta-se que o valor afeto à colocação de publicidade pelo SICAD durante o ano de 2016 foi de 1.680,99€, conforme se pode observar no quando *infra*:

Divulgador	Designação	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Imprensa Nacional	– Procedimentos Concurrais (Pessoal)	-	180,00€	-	-	180,00€
	– Projetos PORI e PRI		161,00€	-	483,00€	644,00€
Diário da República	– Procedimentos Concurrais (Bens e Serviços)	-	-	602,94€	254,05€	856,99€
TOTAIS		0,00€	341,00€	602,94€	737,05€	1.680,99€

Quadro 26 - valor afeto à colocação de publicidade pelo SICAD

V. AVALIAÇÃO FINAL

A análise promovida a partir da execução das atividades realizadas em 2016 faz sobressair um desempenho globalmente bastante positivo tendo em conta as metas previstas por cada uma das Unidades Orgânicas desta Direção-Geral.

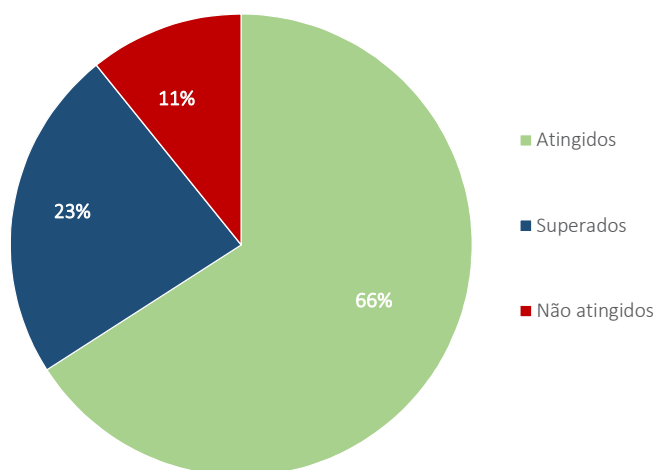


Gráfico 64 - Taxa de execução das metas previstas no PA 2016 (N=176)

A execução verificada em 2016 contribuiu de forma significativa para a realização global observada no ciclo estratégico 2013-2016, designadamente pela superação, ao longo dos 4 anos, dos parâmetros considerados ao nível da eficácia, eficiência e qualidade (*Vide* Plano Estratégico 2017-2019).

A constatação desta superação, assente na concretização tão fiel quanto possível ao planeamento efetuado, promoveu um desiderato de continuidade para o próximo ciclo estratégico. Como tal, a potenciação do conhecimento, da intervenção em CAD e da capacitação para a decisão/ação, associados a um alinhamento eficaz com o PNS constituem os vetores estratégicos do próximo PE. Deve, o SICAD, continuar a desempenhar um papel central na integração dos vários âmbitos da intervenção em CAD no sistema de saúde, designadamente na promoção de uma articulação eficiente entre diferentes níveis de cuidados, desde os mais clássicos aos mais inovadores e atentos a realidades emergentes. Por outro lado, a constatação de fragilidades do modelo organizacional preconizado nos últimos anos para as abordagens em CAD sinaliza a necessidade de repensar o paradigma instituído. A reconstituição de uma estrutura técnico-científica, operativa e efetivamente especializada em CAD parece portanto imperativa para a maximização da prestação de cuidados às populações neste âmbito. Uma progressiva consolidação dos mecanismos de articulação e parcerias com os diferentes SH, designadamente nas áreas da educação, segurança social e justiça é simultaneamente um aspeto a reforçar e priorizar.

Em paralelo, e numa ótica de desenvolvimento da organização, pretende-se investir na consolidação, integração e simplificação de processos, sustentados em boas práticas empreendidas no passado, como também noutras em que a experiência de outras organizações e a evidência técnico-científica identifiquem benefícios importantes. Esta linha orientadora para o futuro da atuação do SICAD deve promover a integração de vários níveis de ação, a partilha do conhecimento e a comunicação dos produtos desenvolvidos, a avaliação de processos e o reforço motivacional dos colaboradores.

No que concerne à implementação propriamente dita, as iniciativas que consubstanciam os PA do próximo ciclo encontram-se bem definidas, num esforço de operacionalização que viabiliza uma avaliação mais robusta das execuções anuais. As iniciativas delineadas sustentam-se no referencial supramencionado, procurando a concretização de resultados estabelecidos quer no PE quer no PNRCAD em vigor. O seu alcance requererá um investimento adicional nos domínios do planeamento e gestão integrados, da inovação em saúde, com enfoque nas necessidades mais amplas ou conjunturais dos cidadãos e das populações.

VI. SIGLAS E ABREVIATURAS

A	Assessorias
ADoP	Autoridade Antidopagem de Portugal
AA	Apoio Administrativo
ACSS, I.P.	Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
AFP	Associação de Farmácias de Portugal
ALICE-RAP	Addictions and Lyfestyle in Contemporary Europe: Reframing Addictions Project
ANF	Associação Nacional de Farmácias
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
AO	Atividade Orçamentada
AP	Administração Pública
ARS, I.P.	Administração(ões) Regional(ais) de Saúde, I.P.
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
AUDIT	Alcohol Use Disorders Identification Test
CAD	Comportamentos Aditivos e Dependências
CCPFC	Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua
CDT	Comissão(ões) para a Dissuasão da Toxicodependência
CE	Comissão Europeia
CNAF	Confederação Nacional das Associações de Família
CND	Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CNPJR	Comissão Nacional de Proteção de Jovens em Risco
COPOLAD	Programa de Cooperação entre a América Latina e a UE sobre políticas de luta contra a Droga
CPLP	Comunidades dos Países de Língua Portuguesa
DDN	Dia da Defesa Nacional
DEI	Divisão de Estatística e Investigação
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAI	Direção-Geral de Administração Interna
DGE	Direção-Geral da Educação
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
DGR	Divisão de Gestão de Recursos
DGRSP	Direção-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais
DGS	Direção-Geral da Saúde
DIC	Divisão de Informação e Comunicação
DIT	Divisão de Intervenção Terapêutica
DMI	Direção de Serviços de Monitorização e Informação
DPI	Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção
DPIC	Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária
DRI	Divisão de Relações Internacionais
ECATD-CAD	Estudo sobre os Consumos de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências
ELDD	European Legal Database on Drugs
EM	Estados Membros
EMCAD	Equipa Multidisciplinar para a Coordenação da Área da Dissuasão
EMPECO	Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional
EMSI	Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação
ERANID	European Research Area Network on Illicit Drugs
ESPAD	European School Survey Project on Alcohol and other Drugs
FESAT	Fundação Europeia dos Serviços telefónicos na área da Droga (European Foundation of Drug Helplines)
FNAS	Fórum Nacional Álcool e Saúde
GHD	Grupo Horizontal Drogas
GNR	Guarda Nacional Republicana
GP	Grupo Pompidou
I.P.	Instituto Público

IDPC	International Drug Policy Consortium
IDT,IP	Instituto da Droga e da Toxicodependência
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde
INME	Inquérito Nacional em Meio Escolar
INML, IP	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.
INPG	Inquérito Nacional à População Geral
INS	Inquérito Nacional de Saúde
INSA	Instituto Nacional de Saúde, Dr. Ricardo Jorge
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude, Instituto Público
ISS	Instituto da Segurança Social
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
Med-NET	Mediterranean network for cooperation on drugs and addictions
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento na Europa
OE	Objetivo Estratégico
OE	Orçamento de Estado
OEDT	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OF	Ordem dos Farmacêuticos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OOp	Objetivo(s) Operacional(ais)
OP	Objetivo Operacional
OPJ	Observatório Permanente da Juventude
OPS	Organização Pan Americana da Saúde / OMS
PA	Plano de Atividades
PAC	Plano Anual de Compras
PAC	Plano Anual de Compras
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAPCDNT	Plano de Ação para a Prevenção e Controlo das Doenças Não Transmissíveis
PARCAD	Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016
PE	Plano Estratégico
PEST	Political, Economical, Social and Technological
PJ	Polícia Judiciária
PLA	Problemas Ligados ao Álcool
PLV	Prevalência ao Longo da Vida
PNCDDT	Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências
PNRCAD	Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências
PORI	Plano Operacional de Respostas Integradas
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RARHA	Reducing Alcohol Related Harm
REITOX	European Information Network on Drugs and Drug Addiction
RH	Recursos Humanos
RRMD	Redução de Riscos e Minimização de Danos
SG	Secretaria-Geral
SH	Stakeholders
SI	Sistemas de Informação
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SIGP	Sistema de Informação e Gestão Processual
SIM	Sistema de Informação Multidisciplinar
SIMBA	Sistema de Informação Multidisciplinar Business Analytics
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SOGS	South Oaks Gambling Screen
SPA	Substâncias Psicoativas
SPMS	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

SPP	Sociedade Portuguesa de Pediatria
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UMP	União das Misericórdias Portuguesas
UNGASS	Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas
UNL	Universidade Nova de Lisboa
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime
UO	Unidade Orgânica
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana

